



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 103 - QUINTA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Álvaro Dias – PSDB-PR ⁽¹⁾
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES
Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) - 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Ams LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Exedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Álvaro Dias ⁽¹⁾ Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

(1) O Senador Álvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 105ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE JULHO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente, dedicado a comemorar os 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagear o Centro Popular de Cultura – CPC, nos termos do Requerimento nº 605, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores. 22252

1.2.2 – Oradores

Senador Inácio Arruda 22252
 Senador João Pedro 22255
 Senadora Ideli Salvatti 22256
 Senador Mão Santa 22257
 Senador Sibá Machado 22258
 Senador Cristovam Buarque 22261
 Senador Geraldo Mesquita Júnior 22262
 Senador Valdir Raupp 22264
 Senadora Serys Slhessarenko 22265
 Senador Mozarildo Cavalcanti 22266
 Senador José Nery 22266
 Senador Marconi Perillo 22267
 Fala do Presidente (Senador Pedro Simon) 22268
 Senador Augusto Botelho (art. 203, do Regimento Interno) 22270
 Senador Flexa Ribeiro (art. 203, do Regimento Interno) 22271
 Senador Flávio Arns (art. 203, do Regimento Interno) 22272

1.2.3 – Offícios

Nº 142/2007, de 4 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, comunicando a renúncia do Senador Arthur Virgílio ao cargo de membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. 22273

S/Nº/2007, de 4 do corrente, da Senadora Marisa Serrano, comunicando a renúncia do cargo de membro suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. 22273

Nº 143/2007, de 4 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, comunicando a indicação da Senadora Marisa Serrano para compor, como titular, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. **Aprovado.** 22273

Nº 144/2007, de 4 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, comunicando a indicação do Senador Arthur Virgílio para compor, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. **Aprovado.** 22273

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 786, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Srs. Senadores, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, ocorrido em 29 de junho de 2007. 22273

Nº 787, de 2007, de autoria do Senador Sibá Machado e outros Srs. Senadores, solicitando em aditamento ao Requerimento nº 694, de 2007, que a sessão especial do Senado Federal destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta Ariano Suassuna, seja realizada na sessão do dia 11 de julho próximo. 22274

Nº 788, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da atriz Alcina Miranda Tetemberg, a Lícia Magna. 22275

Nº 789, de 2007, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Guerra, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Antônio Werna de Salvo, Presidente da Confederação Brasileira da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. 22276

Nº 790, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de homenagem aos 50 anos da Universidade Federal do Pará. 22278

Nº 791, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2007, além da comissão de despacho inicial, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais. 22278

Nº 792, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 510, de 1999, além da comissão de despacho inicial, seja ouvi-

da a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. 22279

Nº 793, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2006, além da comissão de despacho inicial, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais. 22279

1.2.5 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 59, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Dornelles, que altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de deputados federais, deputados estaduais e vereadores. 22279

Nº 60, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Dornelles, que acrescenta art. 59 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alteração do mandato de governadores e deputados estaduais eleitos em 2010, com o fim de estabelecer a coincidência das eleições estaduais e municipais. 22285

1.2.6 – Pareceres

Nº 576, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para ampliar a aplicação das penas alternativas. 22289

Nºs 577 e 578, de 2007, das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **(Em audiência, nos termos do Requerimento nº 651, de 2005).** 22296

Nº 579, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos aos arts. 5º e 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação. 22320

1.2.7 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 10/2007, de 18 de abril último, comunicando que aquela Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007, em reunião realizada naquela data. 22331

1.2.8 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 75/2007, de 15 de maio último, comunicando a aprovação o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003 com a Emenda nº 2-CRA/CAE, com

as subemendas às Emendas nºs 1 e 3-CRA/CAE e com a Emenda nº 4-CAE, em reunião realizada naquela data. 22331

1.2.9 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 75/2007, de 30 de maio último, comunicando a aprovação, em turno único, da Emenda nº 1-CAS (substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2006, que não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, foi definitivamente adotada. 22331

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nºs 180, de 2003, 126, de 2006, e 137, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 22332

1.2.11 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE, no Município de Boa Vista no Estado de Roraima. 22332

Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o aumento de pena no caso de crime contra a honra praticada pela Internet, e o art. 14 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para estabelecer que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a consumação do delito. 22334

Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que denomina Rodovia Honestino Monteiro Guimarães o trecho da BR-020 que corta o Distrito Federal. 22335

1.2.12 – Ofício

Nº 228/2007, de 3 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 379, de 2007. 22336

1.2.13 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Considerações sobre o reajuste das taxas de foro e laudêmio cobradas pela ocupação de terras da União no Rio de Janeiro. Comemoração da vigência do Estatuto das Pequenas e Médias Empresas, em 1º de julho. 22338

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Apresentação de projeto de lei que dispõe sobre o afastamento preventivo de senadores que ocupem cargos, no caso de sofrerem representação regimental contra seus atos. 22339

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Alerta que Presidente da Venezuela, Hugo Chaves, quer entrar no Mercosul para dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia. 22344

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Comentários ao pronunciamento do Senador José Agripino. Posicionamento do governo federal com relação a criação de mecanismos em defesa dos pescadores de lagosta, com enquadramento na nova legislação. 22349

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Críticas à excessiva edição de medidas provisórias pelo Executivo. Apresentação de proposta de emenda à Constituição que fixa prazo de exame, pela Casa revisora, dos projetos de lei para os quais a Casa iniciadora houver, pela maioria de seus membros, solicitado urgência. 22350

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 364, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada em virtude da falta de acordo de lideranças para o item 1 da pauta.**..... 22352

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 365, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica. **Apreciação sobrestada.**..... 22352

Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007). **Apreciação sobrestada.**..... 22352

Item 4 (Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007). **Apreciação sobrestada.**..... 22353

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 368, de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País. **Apreciação sobrestada.**..... 22353

Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 370, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica. **Apreciação sobrestada.**..... 22353

Item 7 (Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007). **Apreciação sobrestada.**..... 22353

Item 8 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora **ad hoc**: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007. **Apreciação sobrestada.**..... 22353

Item 9 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**..... 22353

Item 10 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator **ad hoc**: Senador Francisco Dornelles), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua]. **Apreciação sobrestada.**..... 22354

Item 11 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia a operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito). **Apreciação sobrestada.**..... 22354

Item 12 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Pre-mar). **Apreciação sobrestada.**..... 22354

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. **Apreciação sobrestada.**..... 22354

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. **Apreciação sobrestada.**..... 22354

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade. **Apreciação sobrestada.**..... 22355

Item 16

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. **Apreciação sobrestada.**..... 22355

Item 17

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, nos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior. **Apreciação sobrestada.**..... 22355

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**..... 22355

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que fica instituído o Programa Disque Idoso. **Apreciação sobrestada.**..... 22355

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos. **Apreciação sobrestada.**..... 22355

Item 21 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias. **Apreciação sobrestada.**..... 22356

Item 22 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069,

de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. **Apreciação sobrestada.** 22356

Item 23

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002. **Apreciação sobrestada.** 22356

Item 24

Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996. **Apreciação sobrestada.** 22356

Item 25

Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003. **Apreciação sobrestada.** 22356

Item 26

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004. **Apreciação sobrestada.** 22356

Item 27

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994. **Apreciação sobrestada.** 22357

Item 28

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993. **Apreciação sobrestada.** 22357

Item 29

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003. **Apreciação sobrestada.** 22357

Item 30

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003. **Apreciação sobrestada.** 22357

Item 31

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003. **Apreciação sobrestada.** 22357

Item 32

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002. **Apreciação sobrestada.** 22357

Item 33

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004. **Apreciação sobrestada.** 22358

1.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Homenagem pelo transcurso dos 50 anos de criação da Universidade Federal do Pará – UFPA..... 22358

1.3.2 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 694, de 2007, aditado pelo Requerimento nº 787, de 2007, lido em sessão anterior. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Sr. Sibá Machado. 22358

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR VALTER PEREIRA – Críticas ao ultimato do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil, caso o Congresso brasileiro não aprove a entrada da Venezuela no Mercosul até setembro.. 22359

SENADOR MÁRIO COUTO – Preocupação com a situação das famílias que moram na zona do alagado, próxima à barragem do Tucuruí, que serão removidas para construção de eclusas. 22362

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Pesar pelo falecimento do Presidente da Confederação Brasileira da Agricultura e Pecuária do Brasil, Dr. Antônio Ernesto de Salvo. Conclusão das tratativas sobre os três relatores que irão compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. 22363

SENADOR MÃO SANTA – Homenagem aos 97 anos de criação da cidade de Piripiri/PI. 22368

SENADOR EDUARDO SUPLEY – Justificação à Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2006, de autoria de S. Ex^a, propondo alteração à Constituição Federal para instituir eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal. Considerações sobre o programa da renda básica de cidadania. 22371

1.3.4 – Comunicação

Do Senador Joaquim Roriz de renúncia ao mandato de Senador da República. 22377

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Referente à renúncia do Senador Joaquim Roriz ao mandato pela representação do Distrito Federal. Tendo amparo regimental, a renúncia se tornará irrevogável depois de sua publicação no **Diário do Senado Federal**. 22378

1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Voto de louvor ao Doutor Sérgio da Costa e Silva, criador e diretor do projeto “*Música no Museu*”, pelo seu empenho em favor da democratização e da difusão da cultura no País. 22381

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro do artigo intitulado “*Lula na inércia da história do Brasil*” e da matéria intitulada “*O espetáculo do crescimento ainda não começou*”, publicados no jornal **Folha de S.Paulo** e no **Jornal do Brasil**, edições de 25 de março e de 8 de maio do corrente, respectivamente. 22382

SENADOR MARIO COUTO – Registro do editorial intitulado “*O lbama, o bode e o bagre*”, publicado na revista **IstoÉ**, edição de 2 de maio do corrente.. 22386

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro das matérias intituladas “*Palocci é condenado a perda de cargo em dois processos*” e “*Em grampo, empresário fala até em pressionar Lula*”, publicadas no jornal **O Estado de S.Paulo**, edições de 7 de junho e de 31 de maio do corrente, respectivamente.

Comentário ao artigo intitulado “*Homem ao mar*”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 27 de abril do corrente. 22387

SENADOR MARCONI PERILLO – Registro do artigo intitulado “*Deboche à Nação*”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 28 de abril do corrente. 22391

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “*Vale faz nova ameaça de adiar investimento*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 31 de maio do corrente. 22392

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro das matérias intituladas “*São Paulo vai devolver 30% de ICMS*” e “*Oposição tentará barrar Venezuela no Mercosul*”, publicadas no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 5 de junho do corrente. 22393

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro das matérias intituladas “*Economistas temem fim de reformas*” e “*Lista é de mimos, não corrupção, diz Tarso*”, publicadas no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 22 de maio do corrente. 22395

SENADOR ROMERO JUCÁ – O papel econômico-financeiro e os programas de inclusão social da Bolsa de Mercadorias & Futuros. 22397

SENADOR PAULO PAIM – Defesa da inclusão do Cristo Redentor como uma das sete maravilhas do mundo contemporâneo. 22397

1.3.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, quinta-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia designada. 22398

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4.096, de 2007 22404

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 105ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 4 de julho de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Moraes,
Pedro Simom, Valter Pereira e Gilvam Borges*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

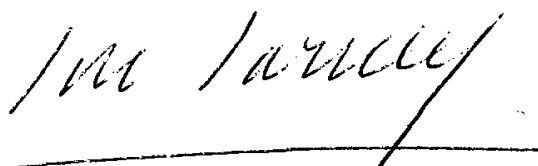
SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/7/2007 07:31:16 até 4/7/2007 21:40:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PADB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PADB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PADB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLÍCY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PADB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PADB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PADB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PADB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PADB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PADB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PADB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PSDB	PR	WILSON MATOS	X	

Compareceram: 69 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Período do Expediente será dedicado a comemorar os 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagear o Centro Popular de Cultura – CPC, por ocasião do 45º aniversário da primeira UNE Volante, nos termos do Requerimento nº 605, de 2007, de autoria do ilustre Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores.

A Presidência convida para compor a Mesa, com grata satisfação, o Sr. Gustavo Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes. *(Palmas.)*

Com grata satisfação, convido também o Sr. Sérgio Duarte Mamberti, Secretário da Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. *(Palmas.)*

Convido também o Deputado Federal Efraim Filho. *(Palmas.)*

Convido, ainda o Exmº Senador Inácio Arruda, autor do requerimento. *(Palmas.)*

A Presidência convida ainda Arthur Poerner para compor a Mesa, figura ímpar na história da memória do movimento estudantil e das lutas democráticas brasileiras.

Ouviremos, neste momento, o Coral do Senado Federal, executando a música Coração Civil, de Milton Nascimento.

(Execução de música.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência agradece a gentileza do Coral do Senado Federal por essa bela canção.

Concedo a palavra ao eminente Senador Inácio Arruda, primeiro signatário do requerimento.

A Presidência convida também, com grata satisfação, o Exmº Sr. Ministro do Esporte, Orlando Silva, que acaba de chegar.

S. Exª é ex-dirigente da União Nacional dos Estudantes.

Seja bem-vindo à Mesa. *(Palmas.)*

Senador Inácio Arruda, com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, quero cumprimentar a nossa Mesa – e o faço em nome do Presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta – e nosso Ministro do Esporte.

Quero cumprimentar também o Presidente do PCdoB, presente à sessão, Renato Rabelo, que foi também dirigente da União Nacional dos Estudantes; senhoras e senhores; jovens universitários; estudantes secundaristas; lutadores do povo brasileiro que aqui estão; nossos ex-presidentes da União Nacional dos Estudantes que também participam deste ato, Aldo Arantes, Luciano Coberlini, Sepúlveda Pertence, figuras exemplares da luta do povo brasileiro;...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Inácio Arruda, interrompo V. Exª para registrar, com muita honra, a presença do Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal. Estamos muito honrados com sua presença. *(Palmas.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Ministro Sepúlveda, que ocupou a vice-presidência dessa valorosa organização democrática e popular do povo brasileiro; nosso companheiro Langone, que dirigiu essa nossa gloriosa União Nacional dos Estudantes, ex-presidente da UNE, Castro Alves, um dos maiores nomes da literatura brasileira, o poeta dos escravos, do povo e da liberdade, ao se dirigir à juventude em seu poema “O Século”, escrito em 1865, assevera:

“Toda noite – tem auroras,
Raios – toda a escuridão.
Moços, creiamos, não tarda
A aurora da redenção.”

Este mesmo espírito libertário estava presente quando, em 11 de agosto de 1937, foi fundada a gloriosa União Nacional dos Estudantes, a UNE, que congrega os estudantes universitários do nosso País, mas é o símbolo maior de todos os estudantes da nossa Pátria. É a gloriosa União Nacional dos Estudantes!

Hoje, 70 anos depois de sua fundação, a UNE recebe esta justa homenagem do Senado Federal, com a realização desta sessão solene, que se reveste de um grande significado para o povo brasileiro.

A UNE é uma das organizações mais antigas da história de nosso País. Nasceu na Segunda República, após várias experiências e tentativas de organizar os estudantes em uma entidade nacional. A história da UNE sempre esteve ligada à história de lutas do povo brasileiro, deixando sua marca em todos os grandes episódios sociais e políticos no Brasil.

A União Nacional dos Estudantes esteve presente em todas as lutas pela liberdade, pela democracia e pela defesa intransigente, mas conseqüente e responsável, dos interesses do País e de nosso povo. Não houve uma só luta por um Brasil livre e soberano em que a voz dos estudantes não tenha ecoado nas ruas, junto aos trabalhadores, intelectuais, artistas, homens e mulheres do campo e da cidade.

Relembro aqui parte de sua história. Em 1939, ainda recém-criada, com somente dois anos de existência, a determinação e a combatividade da UNE foram testadas pela primeira vez: o mundo era abalado pela Segunda Grande Guerra Mundial e o nazifascismo avançava. A União Nacional dos Estudantes foi uma das primeiras entidades no Brasil a se colocar na trincheira de lutas, organizando grandes atos contra o nazifascismo, realizando inúmeras passeatas que contribuíram significativamente para que o Governo de Getúlio Vargas se posicionasse contra os Países do Eixo durante o conflito. Foi no contexto dessa luta que a UNE realizou sua primeira grande façanha: os estudantes fecharam e ocuparam o clube Germânia, conhecido ponto de encontro de simpatizantes do nazismo, localizado na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Foram protagonistas desse episódio histórico, além da UNE, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU). Foi diante da repercussão desse fato que o então Ministro da Educação Gustavo Capanema formalizou a entrega do prédio que passou a sediar a UNE, prédio esse que anos mais tarde seria incendiado pela ditadura militar instaurada em 1964.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o posicionamento em defesa dos interesses do povo sempre colocou a UNE na mira das forças retrógradas. Em 1945, no apagar das luzes do Estado Novo, a UNE sofreu uma dura perseguição, mas isso não impediu que, já em 1947, empunhasse novamente a bandeira da defesa da soberania nacional e de nossas riquezas, levantando a juventude com a campanha pela criação da Petróleo Brasileiro S/A, Petrobras. Daí por diante, “Petróleo é nosso” foi a palavra de ordem que contagiou os estudantes, depois toda a sociedade brasileira.

Dyneas Aguiar, que em 1953 era presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, assegura que “foi uma batalha muito difícil dentro do Congresso, porque lá”, dizia ele, “as forças reacionárias e entreguistas não aceitavam, de jeito nenhum, o monopólio estatal do petróleo”. Até que, finalmente, em 3 de outubro de 1953, Getúlio Vargas, promulgou a Lei da Criação da Petrobras. Venceram os nacionalistas e a gloriosa campanha “Petróleo é nosso”, de mobilização da opinião pública.

Cabe ressaltar, senhoras e senhores, que não podemos nos reportar à campanha “Petróleo é nosso” sem nos referirmos à tenacidade e ao espírito nacionalista do escritor Monteiro Lobato.

Os anos 60 começaram com grande turbulência política, devido à renúncia do Presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. A UNE solidarizou-se com

as forças progressistas, que se posicionaram contra a tentativa de impedir a posse de João Goulart. Foi nesse cenário, quando as forças do atraso mais uma vez tentaram interferir, que a articulação entre o movimento operário, as lideranças trabalhistas e a União Nacional dos Estudantes se mostrou imprescindível para conter os atos golpistas.

Nesse período, entre 1961 e 1962, a UNE foi presidida por Aldo Arantes, presente aqui nesta sessão. Era a época da consolidação do Centro Popular de Cultura, CPC, e da primeira UNE Volante, uma verdadeira caravana que unia eventos culturais à bandeira da Reforma Universitária. Foi por intermédio da UNE Volante que o recém-criado Centro Popular de Cultura levou sua mensagem cultural a todas as capitais do País. O principal objetivo era atingir as massas com arte genuinamente brasileira e engajada.

Cabe ressaltar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, que o CPC foi criado num momento em que as diversas manifestações artísticas brasileiras pareciam alimentar-se mais das chamadas vanguardas européias do que da chamada realidade brasileira. O CPC tornou-se um pólo de valorização da cultura nacional, popular e democrática do País. Os jovens que dela participavam aliavam com perfeita maestria a política e a arte, a literatura, a poesia, a música, o cinema e o teatro. Lá estavam Ferreira Gullar, Paulo Pontes, Leon Hirzmann, Oduvaldo Vianna Filho, Carlos Lyra, Cacá Diegues, Arnaldo Jabor e tantos outros.

O CPC contou ainda com a presença de grandes compositores do samba, como Cartola, Nelson Cavaquinho e Zé Ketti. No bar “Zicartola”, de Dona Zica e Cartola, era comum encontrar Vinícius de Moraes e Carlos Lyra, que, inspirados pelo momento extraordinário de vigor e liberdade protagonizado pela juventude, compuseram o consagrado Hino da União Nacional dos Estudantes. Nas palavras de Carlos Lyra, “o CPC foi muito mais do que aparentou. Ali foram feitos filmes, gravados discos, e construído o Teatro da UNE. Ali a cultura estava viva; as coisas eram feitas de forma apaixonada”.

O CPC ajudou a UNE a chegar mais perto dos estudantes e do povo em todo o País, atuando em perfeita sintonia. Um dos seus grandes momentos foi a realização de um espetáculo com Nelson Cavaquinho, Cartola, Dalva de Oliveira, Carlos Cachça, Vinícius de Moraes, Tom Jobim e o jovem Chico Buarque, numa memorável noite no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Outro momento importante, que demonstra o alcance do CPC da UNE, foi lançamento do disco intitulado “O Povo Canta”, um trabalho musical composto

por Carlos Lyra, Billy Blanco, Geni Marcondes e Augusto Boal. Foi a venda desse compacto que arrecadou fundos para a construção do Teatro do CPC da UNE. Mas, com a instauração da ditadura militar, o teatro, recém-construído e que demandou tanto esforço para ser concretizado, foi metralhado pelo movimento anti-comunista. Na mesma época, o disco “O Povo Canta” foi tirado de circulação pela censura e, por um longo período, considerado “subversivo”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ditadura militar inaugurou um período de perseguição implacável às lideranças estudantis. O Governo Castello Branco declarou o fechamento da UNE e, em julho de 1966, o 28º Congresso da entidade foi realizado clandestinamente, em Belo Horizonte, durante os intervalos das missas no Convento dos Dominicanos. Nesse Congresso, é eleito para presidente o mineiro José Luís Guedes.

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Em 1967, já em uma situação extraordinariamente difícil, a UNE conseguiu realizar o seu 29º Congresso, que elege Luís Travassos como presidente da entidade. Nesse mesmo ano, foi assassinado o secundarista Edson Luís. Seu assassinato gerou mobilizações puxadas pela União Nacional dos Estudantes, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, manifestações que reuniram mais de 100 mil pessoas, mobilizando a juventude e todo o povo brasileiro.

Tais manifestações se multiplicaram por todo o País.

Eram manifestações de 10 mil, 15 mil, 20 mil estudantes, às vezes em Municípios e Estados pequenos, de população pequena, mas o ardor da luta do povo brasileiro conduzida pela UNE mobilizava massas gigantescas pelo País afora.

Em outubro de 1968, articulava-se a realização do 30º Congresso, na cidade de Ibiúna, interior do Estado de São Paulo. Em um prenúncio do Ato Institucional nº 5, que seria baixado em dezembro daquele mesmo ano, foram presos 920 estudantes, entre os quais estavam Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos, Jean Marc Von der Weid e Franklin Martins.

Quinze dias após as prisões em Ibiúna, 71 estudantes de todo o País foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Destes, senhoras e senhores, dez – abro parêntese para ressaltá-las – eram ali do meu Estado, o Ceará, daquele torrão que é o meu campo natal. Entre eles, diz o médico Mariano de Freitas, em seu livro *Nós os Estudantes*, estava José Genóino Neto, Bérqson Gurjão Farias – morto na guerrilha do Araguaia –, João de Paula Monteiro Ferreira, José

Arlindo Soares, Inocêncio Uchoa, Pedro Albuquerque, Ruth Cavalcante, Marco Penaforte, Assis Aderaldo e Inácio de Almeida.

Além desses, que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, foram presos em Ibiúna outros estudantes, dezenas deles, que passaram a responder pelo crime de tentar subverter a ordem para garantir a liberdade e a democracia em nosso País.

Sr. Presidente, no começo da década de 70, Honestino Guimarães assumiu a Presidência da UNE, época em que o movimento estudantil sofria uma repressão brutal com prisões, torturas e assassinatos.

Honestino Guimarães e Alexandre Vannucchi Leme foram presos, torturados e assassinados em 1973. Honestino, cujo corpo jamais foi encontrado, tornou-se um símbolo da luta em defesa da liberdade e da democracia, e, se estivesse vivo, teria completado 60 anos no último dia 28 de março. Líder desde os tempos de colégio, no interior de Goiás, Honestino sonhava em ser Presidente da República. Em suas brincadeiras de rua, conta-se que chegou a nomear os dois irmãos Ministros, um da Aeronáutica e outro da Marinha. Gostava de bolar estratégias, de coordenar reuniões. Sua paixão era o movimento estudantil, e ele foi e sempre será lembrado como um grande jovem brasileiro.

Em 1979, dez mil jovens de todo o País se reuniram em Salvador para o Congresso de Reconstrução da UNE. Ali foi o coroamento de uma trajetória marcada por grandes dificuldades, mas que evidenciou a ousadia, a coragem e a combatividade de jovens, homens e mulheres que carregavam no peito a esperança de um Brasil livre e democrático. Nessa ocasião, o cantor e compositor Carlos Lyra regeu um coro de cinco mil estudantes, que, entusiasmados, cantaram o “Hino da UNE”, de sua parceria com Vinícius de Moraes.

É com alegria também, Sr. Presidente Pedro Simon, que comanda os trabalhos neste momento, que destaco a campanha da UNE de volta para casa. No mês de fevereiro deste ano, os estudantes retomaram o seu terreno na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, onde era a antiga sede da UNE, aquela mesma incendiada em 64 pela Ditadura. Estive neste ano lá no chamado Aterro do Flamengo, apoiando a campanha vitoriosa da UNE de volta para casa.

Senhoras e senhores, nestes 70 anos de fundação da UNE, 45 anos da primeira UNE Volante e 28 anos de sua reconstrução, podemos afirmar, com toda a certeza, que as lutas travadas pelos estudantes, desde a luta contra o nazifascismo, passando pela campanha do “Petróleo é nosso”, pelo movimento de renovação da arte e da cultura brasileira no Centro Popular de Cultura, pela resistência à ditadura militar, a luta pela

anistia, pelas eleições diretas, pelo *impeachment*, pela defesa do ensino público de qualidade e pela reforma universitária foram de fundamental importância para que hoje pudéssemos colher os frutos da liberdade e da democracia.

O jornalista Arthur José Poerner, em sua obra “O Poder Jovem – História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros”, destaca que a UNE se constituiu na principal escola de formação de lideranças políticas do Brasil. São vários altos dirigentes da República formados nos quadros da UNE, uma prova inquestionável da força do movimento estudantil. Registro aqui apenas alguns deles, entre tantas personalidades: Aldo Arantes, Haroldo Lima, José Serra, Renato Rabelo, José Gregori, José Frejat, Marco Maciel, Marcelo Cerqueira, Aldo Rebelo, Orlando Silva, José Dirceu, Juca Ferreira e Franklin Martins, entre tantas lideranças que ocuparam posições na Direção da União Nacional dos Estudantes e que se destacaram na vida pública e também nas suas atividades profissionais.

Durante esta semana, Brasília é a sede do 50º Congresso da UNE e, mais uma vez, a voz vibrante dos estudantes brasileiros, vindos de todos os cantos deste nosso imenso País, vem se juntar à daqueles que desejam a efetivação de um projeto de desenvolvimento nacional para fazer avançar as grandes transformações sociais que desejamos.

Nesta Sessão Solene rememoro os nomes dos 48 presidentes da União Nacional dos Estudantes durante estes 70 anos: Ana Amélia, Valdir Ramos Borges, Trajano Pupo Neto, Luís Pinheiro Pais Leme, Hélio de Almeida, Tarnier Teixeira, José Bonifácio Coutinho Nogueira, Roberto Gusmão, Rogê Ferreira, José Frejat, Olavo Jardim Campos, Luis Carlos Goelver, João Pessoa de Albuquerque, Augusto Cunha Neto, Carlos Veloso de Oliveira, José Batista de Oliveira, Marcos Heusi, Raimundo Eirado Silva, João Manuel Conrado Ribeiro, Oliveiros Guanais, Aldo Arantes, Marcos Vinícius Caldeira Brant, José Serra, Antônio Xavier, Altino Dantas, José Luis Guedes, Luís Travassos, Jean Marc Von der Weid, Honestino Guimarães, Rui César Costa e Silva, Aldo Rebelo, Javier Alfaya, Clara Araújo, Acildon Paes Leme, Renildo Calheiros, Gisela Mendonça, Valmir Santos, Juliano Goberlini, Cláudio Langone (aqui presente), Patrícia de Angelis, Lindberg Farias, Fernando Gusmão, Orlando Silva Júnior, Ricardo Cappelli, Wadson Ribeiro, Felipe Maia, Gustavo Lemos Petta.

Rendo aqui, Sr. Presidente, em meu nome, em nome do meu Partido e em nome do Senado Federal, minhas homenagens a todas as Marias, Heleniras, Honestinos, enfim, a todos os jovens, es-

sas meninas e meninos do Brasil, que, esperamos, estarão, um dia, junto com o povo no poder.

Para finalizar meu pronunciamento nesta tarde de tão justa homenagem, recorro à poesia, aqui entoada pelo nosso coral, de Milton Nascimento e Fernando Brant:

Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade nos olhos de um pai
Quero a alegria, muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu País
Quero a liberdade, quero o vinho e o
pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero a nossa cidade sempre ensolada
Os meninos e o povo no poder eu quero ver.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Viva o povo brasileiro! Viva a União Nacional dos Estudantes! (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Temos uma lista imensa de oradores.

Eu gostaria que cada um dos companheiros se lembrasse dos que vêm depois e usasse o tempo não tanto quanto gostaria e que nós gostaríamos, mas dando um pouco de chance aos que vêm depois.

Agora, como segundo orador, o nobre Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores, Srs. Senadores, Presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta, Ministro dos Esportes, Orlando Silva, membros da Mesa, ex-Presidentes da União Nacional dos Estudantes, Deputados Federais presentes, estudantes do Brasil que estão na galeria do Senado da República, o Senador Inácio Arruda foi muito feliz em propiciar esta homenagem justa a essa grande entidade da sociedade civil do Brasil que é a União Nacional dos Estudantes.

Eu diria até, Sr. Presidente Pedro Simon, que preside esta sessão especial, que neste exato momento fala aqui não um Senador do Amazonas, mas um ex-dirigente da União Nacional dos Estudantes que fora um dos vice-Presidentes da gestão de 1980 e 1981, do então Presidente Aldo Rebelo, nosso Deputado Federal. Fui um dos vice-Presidentes da região Norte

naquela gestão. Então, fala aqui um ex-dirigente dessa entidade que faz parte da história do Brasil.

Na realidade, não podemos contar a história do Brasil sem passar pela história da União Nacional dos Estudantes, que começa, precisamente, no dia 13 de agosto de 1937.

Viva a União Nacional dos Estudantes!

Eu gostaria de quebrar toda a formalidade desta sessão para registrar a presença de uma mãe que é uma figura emblemática da história da União Nacional dos Estudantes. Peço que todos aplaudam a Sr^a Maria Rosa Monteiro, mãe de Honestino Guimarães. (*Palmas.*)

Fazia um comentário, quando do pronunciamento do Senador Inácio Arruda acerca do papel da União Nacional dos Estudantes, e avanço na sua história. O Senador já registrou a importância da UNE no combate ao nazi-fascismo, da importância da UNE na campanha “O Petróleo é Nosso”, que redundou na criação da Petrobras, uma grande empresa. Não havia Petrobras, mas apenas uma campanha, e o mérito é da União Nacional dos Estudantes, do povo brasileiro, que construiu essa grande empresa que é a Petrobras.

Hoje, quando se fala do período da ditadura militar, fala-se de uma forma tão mansa que se deixa escapar esse período nefasto da história do povo brasileiro, esse período sangrento da história brasileira, da história contemporânea, história recente, porque a ditadura cassou as liberdades. Um dos seus primeiros atos foi justamente atacar a União Nacional dos Estudantes, e é justamente aí que começa, eu diria, a gênese da resistência contra a ditadura militar. Foram várias as instituições, os movimentos – o movimento operário, o movimento camponês –, mas foi na União Nacional dos Estudantes, na juventude estudantil do nosso País que se levantou, com firmeza, a resistência, a denúncia e a luta em defesa das liberdades democráticas.

A UNE jogou um papel, e não podemos minimizá-lo do ponto de vista da coragem, da ousadia, da persistência, da luta indormida, cotidiana, sem titubear, sem fraquejar em nenhum momento da história recente. A UNE ergueu sua bandeira azul, que representa o Brasil, as universidades, as salas de aula, os centros acadêmicos, os DCEs, para fazer a defesa da liberdade.

Este é um papel importante da União Nacional dos Estudantes: ela é uma instituição histórica em defesa do ensino público, da universidade pública, da melhoria do ensino, da democratização da universidade. Mas ela foi capaz de combinar, ao lado da sua história e com a sua história, fazendo a sua história, e pautar temas nacionais, temas importantes como a defesa da Amazônia. Então, penso que este é um

marco importante da história da UNE: combinar a defesa do ensino, da educação e combinar a defesa dos interesses nacionais.

Então, quero fazer aqui esta saudação, lembrando que lá no Amazonas, meu Estado, a nossa Universidade Federal contribuiu com delegados, 22 delegados – fogue-me à memória, mas eu gostaria de mencionar alguns nomes – que lá estiveram, em maio de 79, na reconstrução da UNE, congresso que fora proibido e onde estavam vários democratas, vários deputados, personalidades, artistas... Mas eu gostaria aqui de lembrar alguns delegados da Universidade Federal que participaram: João Tomé, José Carlos Sardinha – todos profissionais hoje –, Cyrino Bessa, que é Secretário de Educação do Município de Manaus, Omar Adolfo, Rui Brito, Francisco Braga, Guto Rodrigues, Conceição Derzi, professora da Universidade. Eu estava nessa comitiva de delegados. Então, quero parabenizar o Senador Inácio Arruda pela iniciativa, e também a União Nacional dos Estudantes por sua luta e por sua história.

Parabenizo todos os seus Presidentes. O Senador Inácio Arruda já fez esse registro, mas ainda quero fazer menção a alguns Presidentes: Aldo Rebelo, que presidiu durante a minha gestão; Javier Alfaya, que foi ameaçado de expulsão do Brasil por ser filho de espanhóis e ter posições políticas firmes; Clara Araújo; Rui César, o Presidente da reconstrução da UNE, com quem convivi.

Parabenizo a UNE por sua história e a juventude brasileira por sua firmeza, sempre defendendo os interesses nacionais e a universidade pública.

Congratulo-me com todos pelos 70 anos de história da UNE; 70 anos de história em defesa da democracia; 70 anos representando a juventude do nosso País; 70 anos que orgulham os estudantes brasileiros do passado, do presente e, com certeza, do futuro.

Viva a União Nacional dos Estudantes! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Concedo a palavra à ilustre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero cumprimentar esta maravilhosa Mesa, o nosso querido Ministro do Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior; Efraim Filho, o Deputado mais novo da Câmara; Gustavo Petta, o Presidente da União Nacional dos Estudantes; o meu querido Sérgio Mamberti, amigo maravilhoso; Arthur Poerner; o autor do requerimento, Senador Inácio Arruda; e quem nos preside, o Senador Pedro Simon. E quero começar, Pedro Simon, dizendo que talvez não fosse possível escolher melhor data para a realização desta sessão. Não sei se, quando

o Senador Inácio Arruda pediu, S. Ex^a se deu conta de que hoje, 4 de julho, é a data do bicentenário de, nada mais, nada menos, Giuseppe Garibaldi, aquele jovem maravilhoso, com espírito internacional de luta pela justiça, pelo avanço da democracia, dos que se jogaram mundo afora para, indo atrás dos seus sonhos, construírem um mundo melhor.

E esse Giuseppe Garibaldi, que veio parar aqui, em nosso País, no Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon, encantou-se com uma catarina, a nossa querida Anita Garibaldi, na flor também da juventude, que, na paixão por um mundo melhor, por um mundo mais digno, enfrentou, e o Garibaldi a carregou para a Itália para ser a heroína de dois mundos.

Então, se havia algum dia melhor para comemorar os 70 anos da nossa maravilhosa União Nacional dos Estudantes e o trabalho precioso do Centro Popular de Cultura, acho que não. Não sei, Senador Inácio Arruda, se V. Ex^a conjugou isso. Estava nos seus planos? Não sei se estava. Espero que estivesse, porque, efetivamente, é este espírito de Giuseppe Garibaldi, de Anita Garibaldi, esse espírito, essa coisa que só a juventude tem, de entrega, de se colocar a serviço do sonho, de se transpor, de se transportar, de se transcender, que hoje estamos aqui nesta sessão, comemorando. O Senador Inácio Arruda listou inúmeros; depois, o Senador João Pedro listou outros. Cada um que virá a esta tribuna vai exatamente listar essa formação de gerações que a UNE produziu de homens e mulheres comprometidos com as lutas, as melhores lutas, as mais importantes de nosso País.

Esta sessão maravilhosa, no dia em que se comemora o bicentenário do Giuseppe Garibaldi, tem tudo a ver com os artistas que, por intermédio do Centro Popular de Cultura, a UNE sempre prestigiou e deu condições de desenvolvimento. Quem melhor captou, por meio de uma produção artística, esse espírito da juventude, o que significa ser jovem, o que significa estar na luta, o que significa estar para o que der e vier, de peito aberto, também foi um artista, Milton Nascimento, quando compôs “Coração de Estudante”. E quero terminar minha fala, minha homenagem aos 70 anos da União Nacional de Estudantes (UNE) e ao Centro Popular de Cultura (CPC) com os versos do Milton Nascimento em “Coração de Estudante”, porque diz tudo e combina por demais com Giuseppe e Anita Garibaldi.

Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos

A folha da juventude
É o nome certo deste amor
Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Tantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor e fruto”.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Concedo a palavra ao companheiro Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, que preside esta sessão, peço permissão para saudar todas as autoridades, que são muitas, porque poderia esquecer alguns nomes, o que, mesmo involuntariamente, seria imperdoável, na pessoa do Presidente dessa grande instituição, Gustavo Petta, que foi reeleito.

Desígnios de Deus, Pedro Simon, V. Ex^a fica muito bem na presidência. Rui Barbosa ali está. Mereceu ser Presidente da nossa República do Brasil, mas não o foi. Pedro Simon também não foi Presidente desta Casa. S. Ex^a não é do Conselho de Ética, mas S. Ex^a é a ética. (Palmas.)

Max Weber teorizou: ética de origem, ética de resultado.

Então, quis Deus, que escreve certo por linhas tortas – e esta é talvez a mais solene e justa solenidade deste Senado da República –, que esta sessão fosse presidida por Pedro Simon. Mas faço minhas as palavras que já foram ditas. A história é história. E, hoje, no mundo dessa juventude, S. Ex^a sabe mais que a gente.

Pedro Simon, tenho um complexo de computador, de Internet, e o meu neto chega e diz: “vovô, você é burro, deixa aqui e tira logo”. Então, todo mundo sabe rapidamente a história da UNE.

Estou aqui e queria dizer do orgulho, sou um Senador do Piauí. Eu olhava ali, 4 de julho. Dois de julho foi uma importante data para o Brasil; os baianos fizeram uma batalha sangrenta para expulsar os portugueses. Mas eles fizeram porque nós piauienses fizemos antes, em 13 de março. Este Brasil ia ser dividido, filho fica com o Sul e o Norte é de Portugal. Então, no Hino do Piauí, o poeta da Costa e Silva diz:

Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador,

Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!

Na luta, teu filho é o primeiro que chega. Venho aqui mostrar a participação do Piauí na UNE. Todos têm. A UNE é o Brasil, é a esperança que está faltando. É a fé. O apóstolo Paulo disse: fé, esperança e caridade. Temos um Governo caridoso, mas fé e esperança é a juventude. E o Piauí está aqui e quero render homenagem.

Tibério Nunes, nos anos 40. A capa! Atentai bem! Como é muito importante! Cristovam Buarque! Está aqui. Banca de Reclamações. Número 1: Campanha nacional contra a fome, carestia e câmbio negro. Já a UNE fazia.

Esse Tibério Nunes se formou em Medicina em 1948. Nos anos 40, foi Presidente da UNE e vice-Presidente da UNE. Aqui está a vida dele. A luta! Ele viveu naquela época pós-guerra, terminando a ditadura civil de Vargas, homem trabalhador. Mas ele estava aqui lutando os combates dos jornais, para mostrar a sua grandeza e a do Piauí. Aqui tem uma foto que é histórica. E quis Deus.

Pedro Simon, que é franciscano e carrega a bandeira “Paz e Bem”, interpreta as verdades de Deus. Está aqui uma foto. Está aqui neste salão!

Eu sou Senador há 4 anos e 6 meses. Rui Barbosa foi, por 32 anos, Senador da República. Pedro Simon, o povo já lhe deu votos para chegar a 32 anos. Com o mandato que conquistou S. Ex^a iguala-se a Rui Barbosa.

Mas o Piauí quis Deus: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de Justiça”.

Está aqui o símbolo maior da justiça que Rui Barbosa sonhou. Ele está aí porque disse: “Só tem um caminho e uma salvação: a lei e a Justiça”.

Está aqui o símbolo maior da Justiça do Brasil: Sepúlveda Pertence. Está nesta foto, na UNE. (Palmas). O único jurista do Brasil que é piauiense e pode estar igual a Rui Barbosa. Há uma foto neste livro que retrata a luta dos piauienses pela UNE: Tibério Nunes, sentado, terceiro à esquerda; para a direita, preside evento, etc.; em pé, Ministro Evandro Lins e Silva, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele foi o homem – para se ser justo, tem que se ter coragem – que teve coragem. Aqui falou-se do período militar, e ele teve a coragem de dar um banho de justiça naquele período ditatorial. Eu vi Miguel Arraes em lágrimas, dizendo que pensava que ia morrer na ilha de Fernando de Noronha comido pelos jacarés. Então Evandro Lins e Silva, afrontando os ditadores, libertou Miguel Arraes. E está aqui Sepúlveda Pertence, que simboliza, e feliz dele, todos os juristas, porque eles não precisam

buscar exemplos em outros países, em outra história, o exemplo está aqui.

E felizes também essa minha mocidade estudiosa. Não precisam buscar exemplos em outra história, em outros países, os exemplos estão nos líderes da UNE.

Atentai bem, eu vivi a época e eu estava lá. Testemunhei, em 1967, eu vi um jovem, um tamborete e um violão e a insatisfação do povo porque ele não tirou o primeiro lugar em concurso musical – ganhou Sabiá, devia ser um encanto. Quiseram quebrar o Maracanãzinho, e ele disse: “Minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está ali para julgar, e eu aqui, nós vamos cantar.” E esse jovem cantou:

Vem vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer.

Eu vi a UNE e os estudantes do Brasil cantarem essa música, e isso, sem dúvida nenhuma, trouxe a redemocratização.

Essas são as nossas palavras de homenagem a todos os estudantes que fizeram essa história que já foi revivida aqui. E minhas preces ao Deus, ao Deus deste momento de dificuldade do País.

Eu não conheço na história – tenho 64 anos – um momento mais triste do que o que estamos atravessando.

A UNE nunca faltou ao Brasil. Aqui foram citadas as campanhas e não vou rememorar-las. Esta é a hora. O Brasil precisa da sua mocidade estudiosa, da sua independência, da sua luta e da sua consciência.

O Piauí, que represento; o Piauí, que esteve presente na unidade deste País; o Piauí, que esteve presente com Evandro Lins e Silva, sendo um exemplo para Sepúlveda Pertence, o maior representante da Justiça com que sonhamos; este Piauí está aqui, em nome de todos os Piauí, Sepúlveda, que desejamos e que sabemos, não como Tibério, que combatia aqui a fome. Mas eu entendo o que Montagne já dizia: o pão que mais a humanidade precisa é a Justiça. V. Ex^a não é a esperança, é a certeza dessa justiça a que Aristóteles se referiu: que ela brilhe mais do que a coroa dos reis e esteja mais alta do que os santos.

Eu só poderia aqui, rezar com todo o Piauí e dizer: Ó meu Deus, abençoe a UNE!

Meus estudantes, sejam fortes, bravos, vitoriosos e felizes. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)
– Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Senador Pedro Simon; nosso guerreiro Efraim; nosso mais jovem Deputado da Câmara, Gustavo, Presidente da UNE; Sérgio Mamberti; Sr. Arthur Poerner; Inácio Arruda, nosso Senador, que tão brilhantemente remete esse requerimento para a solenidade de hoje; colegas Parlamentares; Presidente Nacional do PCdoB, Renato Rebelo; Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar ainda aqui o nosso companheiro Hamilton Pereira, nosso militante, que também já enfrentou as agruras do Araguaia, poeta dos brilhantes militantes do Partido dos Trabalhadores; e Ministro Sepúlveda Pertence, eu ia fazer um pronunciamento aqui, Sr. Presidente, mas fui desafiado por um texto, que pretendo ler, pois o considero muito justo, cujo título é *UNE: passado de conquistas, futuro de novos desafios*:

A União Nacional dos Estudantes chega ao seu 50º Congresso às vésperas de completar 70 anos de uma existência fértil em contribuições para a democratização do Brasil. Não são tantas as instituições que podem se orgulhar disso, como a UNE, que nasceu em agosto de 1937, para imprimir caráter orgânico, nacional e permanente à até então episódica, regional e transitória participação política da juventude estudantil, para dinamizar e arregimentar num poder jovem – o movimento estudantil – o idealismo, o desprendimento, a rebeldia e a vontade de melhorar o país e o mundo que já se haviam manifestado, desde a fase colonial, no espontâneo engajamento de tantos moços nas campanhas e lutas contra a invasão de corsários franceses no Rio de Janeiro, pela independência nacional (inclusive na Conjuração Mineira), pela abolição da escravatura, pela república e contra a chacina promovida pelo Exército no Arraial de Canudos.

Com a fundação e consolidação da UNE, os estudantes passaram a ter presença ativa e constante na política nacional, sobretudo a partir da primeira grande passeata – em 04 de julho de 1942, no Rio de Janeiro –, pela declaração de guerra às potências do Eixo nazi-fascista. Desde então, o movimento estudantil vem desempenhando papel relevante em muitos dos principais momentos e movimentos da nossa história: contra o Estado Novo; pela indústria siderúrgica nacional; pelo monopólio estatal do petróleo e pela criação da Petrobras; em prol da gratuidade do ensino, da escola pública e da reforma universitária; contra a alienação do patrimônio nacional; pela

cultura popular (via Centro Popular de Cultura – CPC); na Cadeia da Legalidade, contra os ministros militares que tentaram impedir, em 1961, a posse do vice-presidente João Goulart; pela participação estudantil nos órgãos colegiados da administração das universidades; contra a espoliação do país pelo capital estrangeiro; na campanha nacional de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, no Governo Goulart; por uma política externa independente; pelo princípio da autodeterminação dos povos; contra a invasão de Cuba; pelas reformas de base de Jango, inclusive a agrária; contra o golpe militar de 1964 e a ditadura que implantou no país.

Na vanguarda da resistência.

Foi por causa dessa imensa bagagem de lutas e realizações que a histórica sede da UNE à Praia do Flamengo, 132, no Rio – tomada ao Clube Germânia logo após a primeira grande passeata –, teve as suas dependências saqueadas e incendiadas no 1º de abril do triunfo golpista. Despejada, com seus dirigentes tentando escapar à repressão, e colocada, com todas as uniões estaduais de estudantes, na ilegalidade, a UNE passaria a enfrentar então o mais difícil dos desafios de toda a sua trajetória: manter o movimento estudantil vivo e atuante sob um regime ditatorial que se fechava a cada dia.

A luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas e contra a intervenção norte-americana na universidade foi a resposta estudantil à Lei Suplicy, ao Decreto Aragão, à Lei de Segurança Nacional, à destruição da Universidade de Brasília, aos Acordos MEC-USAID (que buscavam, inclusive, a privatização do ensino superior) e, mais adiante, ao draconiano Decreto-Lei nº 477, que tornaria ainda mais severas, em fevereiro de 1969, as restrições às manifestações políticas de alunos, funcionários e professores universitários.

O acerto das palavras de ordem da UNE, conduzida por uma aliança em que predominavam comunistas e os católicos de esquerda da Ação Popular (AP), a repercussão nacional das passeatas de protesto, a intensificação da repressão policial-militar e o desmantelamento dos outros movimentos sociais e políticos de oposição, que incluiu a intervenção nos sindicatos e a extinção dos partidos em outubro de 1965, contribuíram para que o movimento estudantil – menos vulnerável, por sua origem

de classe, do que os operários e camponeses às arremetidas iniciais do regime – fosse, aos poucos, sendo guindado à liderança da resistência à ditadura.

Essa posição vanguardista se prenunciou em setembro de 1966, batizado Setembro Heróico pela intensidade das manifestações, com o seu dia 22 eleito pela UNE Dia Nacional de Luta contra a Ditadura; e se evidenciaria a partir do assassinato no Rio, em 28 de março de 1968, do estudante secundarista paraense Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos. O cortejo que o levou ao túmulo no dia seguinte, com cerca de 60 mil pessoas percorrendo vários bairros cariocas aos gritos de “Abaixo a ditadura fascista” e “Povo organizado derruba a ditadura”, inaugurou uma série de demonstrações de protesto em todo o país, culminadas em 26 de junho, também no Rio, com a Passeata dos Cem Mil, a maior de todas desde o golpe.

A prisão dos quatro principais líderes estudantis da época, com mais de 900 participantes do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, em 14 de outubro, e, pior do que isso, a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro, com o endurecimento ainda maior da ditadura, tornaram impossível a continuidade do movimento estudantil tal como existira, mesmo a duras penas, até então. A UNE bem que tentou, sob as lideranças de Jean Marc van der Weid e Honestino Guimarães – preso e desaparecido desde 1973 –, mas os estudantes só conseguiram voltar às ruas em 1977, com o início da abertura do regime. Aos inconformados com isso restou a adesão à luta armada. Ou ao movimento *hippie*.

A reconstrução e os novos desafios.

Reconstruída a partir do seu 31º Congresso, em Salvador, em outubro de 1979, rompidas as barreiras da proscrição e da clandestinidade, a UNE reconquistou a legalidade e o direito de participar, abertamente, das lutas pela democratização, pelo crescimento econômico e pela ética na política, com notória presença nas mobilizações nacionais pelas “Diretas Já” (1984), pelo “Fora Collor” (1992), contra a corrupção, pelo controle das mensalidades escolares, contra o “provão”, na campanha “Eu não agüento FHC”, contra a emenda da reeleição e a política de privatização do governo FHC (especialmente da Vale do Rio Doce e das estatais estratégicas para o desenvolvimento nacional, como o sistema Telebrás), contra a quebra do monopólio estatal do pe-

tróleo, pelo “Fora FMI”, contra o neoliberalismo e a mercantilização do ensino, contra a violência e pelo desarmamento.

Além disso, a UNE retomou em 1999, com a 1ª Bienal de Cultura, em Salvador, e com a posterior consolidação do CUCA (Circuito Universitário de Cultura e Arte), a preocupação com a produção artística, científica e cultural que a acompanha desde as origens e da qual foram afastadas com a destruição, pela ditadura, dos seus centros populares de cultura. A 5ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura, o maior festival universitário da América Latina, reuniu em janeiro deste ano, no Rio, mais de oito mil jovens.

Dessa última bienal, após o lançamento das comemorações dos 70 anos, com a presença de vários ex-presidentes e até de um dos fundadores da entidade – o médico geriatra Irun Sant’Anna, de 91 anos –, saiu a passeata que levou a UNE de volta para casa, com a retomada do terreno da antiga sede, na Praia do Flamengo.

E aqui chegamos ao futuro que esperam os sucessores de Gustavo Petta, o único presidente reeleito da UNE, e da vice-presidente Louise Caroline, aos desafios que terão de vencer para manter o prestígio construído ao longo de sete décadas de ativa participação na edificação da nossa democracia. A primeira tarefa, aliás, será de edificação no sentido mais material e arquitetônico da palavra: a concretização do projeto que um dos maiores brasileiros de todos os tempos, o nosso querido Oscar Niemeyer, já elaborou para a nova sede.

Será difícil, sem dúvida, mas, certamente, menos extenuante, custosa e demorada do que a plena materialização de um sonho que a UNE acalenta desde a sua fundação: o de ver constituído, afinal, um país verdadeiramente democrático, em que seja distribuída com mais justiça a renda produzida por todos os brasileiros. Para efetivar esse objetivo maior, a UNE não está mais sozinha, como em 1968, mas ao lado do MST, da CUT, da CNBB, da ABI e das demais entidades que compõem, neste Brasil, ainda em vias de democratização, a coordenação dos movimentos sociais. Havemos de chegar lá.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Peço um aparte, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Este texto não é meu. Está na mesa o autor do texto, nosso colega Arthur Poerner, que o escreveu e do qual li com muita atenção. Parabéns pelo seu texto. (Palmas.)

O Senador Eduardo Suplicy está inscrito. V. Ex^a permite o aparte dele, Sr. Presidente, por um minuto? (Pausa.)

Senador Suplicy, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Sibá Machado, faço questão de saudar o Presidente da UNE, Gustavo Petta, e cumprimentar o Senador Inácio Arruda por essa iniciativa de saudar os 70 anos da UNE. Sérgio Mamberti, é uma alegria vê-lo aqui. Queria dizer que, desde o tempo de estudante, de 60/64, venho participando das reuniões da UE, da UNE; Presidente que fui do Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Participei, dentre outros, dos Congressos da EU, de Valinhos; da UNE, de Santo André, onde, na ocasião, fui um dos eleitores do Presidente da UNE, naquele ano, que é hoje o Governador José Serra. Então, participei muito dos diversos movimentos. Eu fui indicado, então, por Sérgio Motta, que era da FEI. Ele disse: “Olha, há lá o Eduardo, que é da FGV. Convide-o para ser Vice-Presidente”. Eu fui um dos Vice-Presidentes da primeira UE, depois que houve a lei que extinguiu a UNE, a UE e outros. Mas, felizmente, a UE e a UNE não pararam de agir, de viver, mesmo na resistência ao golpe militar, ao regime militar, à ditadura. Então, quero saudar esta sessão de hoje e dizer que a UNE somos todos nós, inclusive nós, Senadores, de outra geração. Meus parabéns. Fico contente de ver o Senador Pedro Simon, que também é parte da UNE, nesta homenagem merecida aos estudantes brasileiros e à sua principal organização.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pelo seu aparte.

Encerro, Sr. Presidente, e obrigado pela tolerância. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Agora daremos a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

Gostaria de salientar que temos que nos compenetrar da importância desta reunião. Penso que o destino fez com que ela viesse em um dia realmente muito importante. Todos sabemos que o Senado vive um momento conturbado – problemas nossos, de vida interna –, e que, se Deus quiser, vamos superá-lo com a responsabilidade que temos. Mas não deixa de ser impressionante, meu bravo companheiro Arruda, a coincidência desta reunião. Acho que estamos recebendo uma aula de civismo; acho que estamos recebendo, por assim dizer, um chamamento da Nação:

são os jovens que vêm aqui, neste momento, dizer: “Resolvam, porque essa questão é simples e singela e ridícula. Resolvam, porque o Brasil tem muitas coisas mais importantes para levarmos adiante”.

Muito obrigado a todos vocês, meus jovens, que terão agora a presença do bravo companheiro Cristovam Buarque.

(Muito bem! Palmas.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Início saudando toda esta juventude, estudantil ou não, mas jovens que aqui estão assistindo a esta festa pelos 70 anos da UNE, e nós a devemos ao Senador Inácio Arruda.

Cumprimento meus amigos Poerner, Mamberti, Gustavo Petta, Efraim e esse grande ícone, que é o Presidente Pedro Simon.

Senador Inácio, vim aqui com o espírito de tentar casar comemoração e desafio. Comemorar uma instituição que é capaz, ao longo de sua história, de ter estado presente em todos os momentos decisivos da nossa vida.

Esteve presente na luta pelo “Petróleo é Nosso”, nas lutas pela democracia, na luta pelas Reformas de Base, na luta pela Constituinte, na luta pela Anistia. Uma entidade que conseguiu unir o espírito juvenil brasileiro e canalizar esse espírito para caminhar na rua, mudando aquilo que fosse preciso. Mas disso muitos já falaram. Eu vou falar um pouco do desafio, antes de tentar fazer o casamento do desafio com a comemoração.

Para mim, o desafio é que a UNE ajude a completar aquilo que nós não conseguimos completar, porque nós fizemos, antes da UNE, a independência, mas não somos um País independente; proclamamos a República, mas não somos ainda um País republicano no espírito cidadão do conjunto da população; redemocratizamos, mas não distribuímos o produto, conforme a democracia faz. E muitos de nós, que não perdemos o gosto pela utopia, não conseguimos dar os passos necessários para a utopia, seja do socialismo, seja de outro nome qualquer.

Eu venho aqui trazer o desafio de que a UNE continue na rua, lutando para construir no Brasil uma sociedade utópica que tem, para mim, hoje, uma definição: uma sociedade onde o filho do pobre tenha escola com a mesma qualidade do filho do rico; uma sociedade onde possa haver desigualdade na roupa, no transporte, na comida, mas não na educação. (Palmas.) Esse é o desafio da gente! Esse é o desafio que está diante de nós e que a gente não pode deixar de lado: o desafio da igualdade e da alta qualidade na educação de base.

Claro que a gente precisa melhorar a universidade! Claro que a gente precisa de mais vagas! Mas o que a gente precisa mesmo, acima de tudo, é de que todo jovem termine o ensino médio com a máxima qualidade.

Só assim derrubaremos o muro do atraso que não nos permite ser uma sociedade com o grau de civilização que nós queremos. Estes dois muros, a desigualdade e o atraso, só serão derrubados com uma grande mobilização nacional, até porque a UNE sempre se prestou corretamente ao espírito de fazer avançar a consciência nacional.

Se há um ponto em que a nossa consciência está atrasada, é na idéia da importância da educação e do direito à educação. Nossos pobres não acreditam que têm direito a uma boa escola. Não passa pela cabeça deles, como algo concreto, real e possível, que seu filho tenha uma escola igual à dos ricos. Para as nossas populações pobres, educação é um privilégio que divinamente ficou reservado para os filhos dos ricos. Temos de quebrar esse pior dos muros, que é o da inconsciência do direito da nossa população mais pobre à educação de qualidade no ensino médio. E que disputem para entrar no ensino superior em condições de igualdade.

“Mesma chance”, para mim, são as duas palavras que resumem a utopia neste momento da história. Daqui a vinte ou trinta anos, haverá outras, mas hoje as palavras são “mesma chance”. Deve-se garantir que a criança, ao nascer, terá a mesma chance de desenvolver seu talento, sua vocação, de utilizar sua persistência. Hoje não temos isso. Ao nascer, está definido o rumo: uns têm chance, outros não têm chance.

Este é o desafio que faço à UNE: que desperte para a revolução que este País precisa fazer. A UNE está devendo isso tanto quanto todos os Partidos políticos e todos nós progressistas. A culpa não é da atual geração, mas da geração mais velha, como a minha, que não trouxe para vocês a bandeira de uma utopia; deixamos que os sonhos utópicos desmaiassem, porque mortos eles não estão.

Este é o desafio, meu caro Petta e todos presentes, que ponho nas mãos de vocês, como mais jovens: Tragam de volta o sonho de que o Brasil precisa de uma revolução. Não deixem morrer essa palavra, como alguns querem. Tragam de volta a idéia de que temos de sonhar com a utopia, não deixem morrer a palavra utopia. Proponho que essa utopia seja a educação da máxima qualidade e igual para todos. E proponho que a revolução seja pela educação de base e pela ecologia, para garantir a mesma chance entre gerações, enquanto a educação garante a mesma chance entre classes sociais.

Esse é o desafio que eu queria deixar aqui. Mas eu disse, Sr. Presidente, que vinha casar comemoração com desafio. E estou tentando, de uma maneira que pode parecer singela, casar essas duas coisas com um projeto de lei muito simples, que tem um artigo, dizendo apenas que fica denominado Rodovia Honestino Monteiro Guimarães o trecho da rodovia BR-020, que atravessa o Distrito Federal de ponta a ponta. (*Palmas.*)

Por que creio que isso é um casamento de comemoração e desafio? Comemoração porque, ao lembrar o nome do Honestino, estamos lembrando o nome da UNE, e desafio porque todos os jovens que passarem por essa rodovia, inclusive porque ela leva à UNB, para os que vêm lá do Gama, vão se lembrar da UNE e de Honestino, que morreu lutando para que este País pudesse caminhar para uma revolução e construir uma utopia. Esses jovens que passarão por ela vão perguntar aos líderes estudantis: “Cara, Honestino faria assim?” Todas as vezes em que os jovens e a UNE se acomodarem, ao passar pela rodovia Honestino Guimarães, eles vão perguntar: “E Honestino se acomodaria diante das injustiças? Ele se acomodaria diante da escola que, neste País, não está dando o salto que precisaria para ser igual para todos?” Ao lembrar de Honestino e da luta que ele teria, eles vão repetir para vocês o desafio que hoje faço. Não deixemos que morra Honestino, porque ele significa o sonho de uma sociedade utópica, por meio de uma revolução que está em nossas mãos fazer.

Este é o casamento que faço entre homenagem e desafio. Não posso dizer que a comemoração é maior do que o desafio nem que o desafio é maior do que a comemoração. Como em um casamento, são dois lados de uma mesma família: a família brasileira, a família da revolução de que o povo brasileiro precisa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre companheiro Pedro Simon, quero pedir permissão a V. Ex^a, aos ilustres integrantes da Mesa, à galeria, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, aos nossos ilustres convidados para saudar a todos na pessoa de Dona Maria Rosa, mãe do companheiro Honestino Guimarães. Está ali aquela bela senhora, que, há poucos instantes, recebeu uma bela homenagem, prestada a seu filho pelo Senador Cristovam Buarque. Ela é das muitas mães deste País que podem dizer, com imensa tristeza, mas com muito orgulho, que seu filho tombou na luta pela libertação do

povo brasileiro. Peço uma salva de palmas para Dona Maria Rosa, absolutamente merecidas. (*Palmas.*)

Caro Presidente Gustavo Petta, a história da UNE se confunde com a história das forças políticas progressistas deste País, da luta do povo brasileiro por liberdade, por democracia, enfim, pela libertação do nosso povo. É uma bela história.

Volto ao nome de Honestino para dizer que, se tivéssemos que eleger um símbolo de toda essa luta, meu voto seria, sem pestanejar, mais uma vez, para o nome de Honestino Monteiro Guimarães.

Tive a honra e o privilégio de participar do movimento estudantil, da luta ao lado dele, ao lado de tanta gente, ao lado do seu irmão Norton, que está ali sentado, ao lado da Beth, uma acreana valente que, pequeninha, enfrentava o que chamávamos na época de “gorilada”, que invadia a UnB a seu bel-prazer, a todo instante, para nos intimidar e nos acuar.

A história da UNE foi retratada aqui, de forma magistral, em vários pronunciamentos, entre eles o do Senador Inácio Arruda, que teve a felicidade e a lembrança de propor esta sessão solene em homenagem aos setenta anos da UNE.

Vou me ater a um modesto e breve depoimento. Para não me deixar trair pela emoção, Petta, quero me valer de um recorte do jornal *Correio Braziliense*, exatamente de 11 de outubro de 1998, que noticia um episódio ocorrido no dia e na noite de 12 de outubro de 1968, aqui em Brasília. Eu aqui morava, estudava. O meu pai era deputado, portanto, eu estava aqui estudando, estava na luta – como se dizia e como se diz ainda hoje – naquele fatídico dia, quando soubemos da queda do Congresso de Ibiúna, o XXX Congresso da UNE. Naquela época, era muito comum pessoas serem presas e desaparecerem do mapa. Muitos aqui têm essa lembrança, muitos aqui se recordam, certamente com muita tristeza, desse período horroroso que vivemos no nosso País. E a reportagem do *Correio Braziliense* se reporta exatamente a um episódio, Senador Inácio, em um trecho que vou ler rapidamente:

Naquele 12 de outubro de 1968, universitários e secundaristas receberam em Brasília a notícia de que o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) havia “caído”. Ou seja, os militares invadiram o sítio Murundu, em Ibiúna, a 65 quilômetros de São Paulo (capital), e prenderam 705 estudantes que se reuniam clandestinamente para escolher as novas lideranças da entidade.

Entre os candidatos, estavam nomes conhecidos de todos, como o de José Dirceu, então presidente da União Estadual dos Estudantes, Wladimir Palmeira e outras lideranças. Wladimir presidia a União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, na época.

Prossegue a reportagem:

Todos foram presos às 7h daquele dia, pelos soldados do Batalhão de Sorocaba. Saíram sem resistência da fazenda em Ibiúna, para integrar os arquivos do Departamento Estadual da Ordem Política e Social (Dops) durante anos a fio. [Sim, o famigerado Dops.]

Havia estudantes de Brasília entre os presos de Ibiúna. Os que aqui ficaram tinham que protestar. A organização chamada Ala Vermelha do PCdoB, uma dissidência do partido, decidiu fazer comícios-relâmpago em diversos pontos da cidade. Durante a reunião para definir os locais de protesto, uma voz sugeriu a quermesse que aconteceria na Igreja do Santíssimo Sacramento, na 606 Sul. Até hoje, ninguém se lembra de quem foi aquela idéia, mas começou ali uma das maiores “mancadas” da esquerda brasiliense nos anos 60. A quermesse era organizada por esposas de militares [e ninguém sabia]. E, apesar de todos os indícios de que ali não seria um local adequado para o protesto, eles seguiram em frente.

Os estudantes estavam divididos em dois carros e cada um deles tinha o seu papel na operação. Estudante de Ciências Exatas, Álvaro Lins Cavalcante Filho [filho do Deputado Álvaro Lins, do nosso querido Ceará] chamou o padre Luiz Miani e pediu permissão para usar o microfone. “O padre disse que era a favor da nossa causa, mas que não poderia deixar, porque a festa tinha sido organizada por esposas de oficiais do Exército. Olhamos aqueles velhinhos e velhinhas nas barracas, nos reunimos atrás dos carros e decidimos, por maioria, que o padre estava mentindo”, lembra Álvaro [atualmente pai e avô] [...].

Eram 21h30 quando Álvaro fingiu-se de dono de uma das barracas e pediu ao locutor para dar um aviso ao microfone. “Quando estava ao lado do som, vi um soldado fardado, passando desenho animado para as crianças, e ali deveria ter me tocado de que o padre falava sério, mas nem assim...”, continua Álvaro. Começou o seu discurso: “Nós, estudantes de Brasília, estamos aqui novamente para combater a ditadura militar, que acaba de prender cerca de 700 colegas em São Paulo. Convidamos o povo para sair à rua e combatermos juntos essa ditadura militar”, disse, segundo consta no processo movido contra nove estudantes acusados de participação no episódio.

Logo o tumulto se formou. O estudante Geraldo Gurgel Mesquita Júnior [este Senador que lhes fala] [...] segurava o homem que queria tomar o microfone de Álvaro. No processo movido pela Justiça Militar, o episódio é narrado com riqueza de detalhes e de falsas impressões dos militares sobre o grau de organização dos estudantes. O texto fala de um “esquema de segurança ao qual se achavam habituados e treinados”, menciona “posições estratégicas” e outras expressões do tipo. “Eles achavam que nós tínhamos treinamento em guerrilha urbana...”, diverte-se Álvaro, sem esconder o medo que na época dominava cada um deles.

Ao mais velho do grupo, Carlos Benedito Pereira da Rocha, o Carlão, 22 anos, coube a tarefa de evitar que o amplificador do som fosse desligado durante a fala de Álvaro. “Tive que ficar segurando o homem que tomava conta do som fora do palanque”, relembra Carlão, engenheiro, hoje com cabelos brancos e recentemente presidente do Sindágua [aqui em Brasília]. Marcos Antônio Correa Lima, o estudante de Física que sofria de asma – e não foi localizado para participar do encontro [em 1998] –, e Tadeu Siqueira Ottoni, atualmente funcionário público, estavam misturados às barracas da quermesse para distribuir os panfletos confeccionados à tarde na Universidade de Brasília (UnB).

“De repente, vimos todos aqueles velhinhos saindo de suas barracas, com as armas na mão. Era tudo milico. Na hora da fuga, caí em cima de um militar do SNI e quebrei os óculos dele. Apanhei de dez. Lembro-me de umas crianças dizendo que era covardia dez contra um, e um militar dizendo para elas: Eles não são estudantes. São comunistas”, conta Álvaro.

Na correria, foram presos no local Álvaro, Geraldo, Marcos Antônio e Tadeu. Marcos havia abandonado a jaqueta, lotada de panfletos “considerados subversivos”, próximo à barraca de tiro. Tadeu pegou a jaqueta e também acabou preso, porque Marcos gritou para que ele avisasse os pais sobre a prisão. Ficaram cinco dias incomunicáveis no quartel da Polícia do Exército e depois foram transferidos para o Dops, onde prestaram depoimento, e liberados.

Aqui falamos dessas coisas hoje como algo tão distante... Mas a repórter não contou, com mais pro-

fundidade, o que fizeram com alguns de nós, Senador Inácio Arruda. Na época, Petta, eles nos dividiram, eu fui vendado e rodaram comigo horas e horas. Tenho certeza de que estive na beira do Lago, porque era muito tarde da madrugada e eu ouvia o barulho da água. Simularam um fuzilamento. E, já amanhecendo o dia, me levaram lá para o PIC. Dali a pouco, começaram a chegar os companheiros que também naquela noite foram presos.

É um depoimento do que ocorria naquela época. Centenas, talvez milhares de jovens, de brasileiros, de trabalhadores foram presos, torturados, impedidos de prosseguir com a sua vida profissional, estudantil. Muitos foram assassinados, como é o caso de Honestino. E a homenagem do Senador Cristovam, que propõe o nome dele para o trecho da BR-020 que perpassa Brasília, não tem nada de mais justo. É uma homenagem bonita, e devemos nos pegar nela; principalmente a juventude deste País deve pegar-se em uma homenagem dessas e fazer uma profunda reflexão.

A UNE precisa render homenagem à sua própria história. A UNE precisa prosseguir na liderança do povo brasileiro, e só poderá fazê-lo se honrar o passado de toda essa gente, Petta, jovens que desabridamente enfrentaram um poderio fantástico neste País, jovens que se juntaram aos trabalhadores, que se juntaram às donas-de-casa, que se juntaram ao povo brasileiro e com eles fizeram páginas e páginas de história neste País.

Portanto, aqui fica a minha homenagem sincera e emocionada, Petta, porque não se pode falar da UNE sem emoção. A UNE é pura emoção neste País. A sua história é a história da emoção da luta do povo brasileiro por liberdade, por democracia, e por melhores dias para todos nós.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Estamos chegando ao final da nossa sessão de homenagem. Agora, com a palavra a Senadora Serys Shhessarenko, que cedeu o seu tempo ao Senador Valdir Raupp.

A SRA. SERYS SHHESARENKO (Bloco/PT – MT)

– Houve uma inversão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Depois, S. Ex^a cederá o tempo a V. Ex^a, Senadora.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia

o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente da Mesa, Senador Pedro Simon, Sr. Presidente da UNE, jovem Gustavo Petta, demais autoridades que compõem a Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, estudantes aqui presentes, estudantes de todo o Brasil aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, uma das mais importantes e combativas entidades civis de nosso

País está comemorando setenta anos de sua criação. Trata-se da União Nacional dos Estudantes, esse celeiro de jovens lideranças que tanto contribuiu para a consolidação da democracia no Brasil.

Incansável e atuante desde o seu nascimento, nos anos de chumbo do Estado Novo getulista, a UNE sempre esteve à frente dos principais movimentos de defesa dos interesses nacionais e das liberdades individuais. Sempre lutou o bom combate, nunca se rendendo à opressão e ao obscurantismo dos ideais segregadores. Sempre teve na resistência pacífica e nas palavras de ordem a sua infantaria. Nunca se aliou ao arbítrio da ditadura, ao império da censura sobre a liberdade de resistir.

Esta, Sr. Presidente, talvez tenha sido a grande marca da UNE em sua luta histórica: a resistência. Resistência contra aqueles que viam nos estudantes um bando de subversivos, perigosos inimigos que tinham de ser desmobilizados. Resistência contra aqueles que, implacavelmente, tentavam minar a sua combatividade e calar a sua voz.

Assim foi no Estado Novo, na luta contra o nazifascismo, na campanha “O petróleo é nosso”, na defesa das reformas de base, na luta contra a ditadura, no apoio às diretas e na redemocratização do País.

Como é bonito e inspirador, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ver os jovens mobilizados, articulados e defendendo os ideais de liberdade, ver o colorido contagiante dos caras-pintadas, o viço brilhante de suas faces refletindo a vibração e a inquietação tão peculiares à juventude.

Não podemos esquecer também da imensa contribuição que a UNE deu à cultura brasileira por meio do Centro de Cultura Popular, de que já falou aqui o Senador Inácio Arruda. O Centro deu, na década de 60, um novo ânimo à cena artística nacional e forjou vários movimentos e tendências que vieram a moldar e gerar uma nova e incipiente cultura popular brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais presentes, o País é devedor da UNE e da sua luta constante pela democracia. Graças aos estudantes e sua permanente trincheira firmada contra o jugo da opressão, as liberdades individuais nunca deixaram de ser exigidas e reivindicadas, e finalmente se sagraram como direitos inalienáveis de todos os brasileiros.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é com muita alegria que saúdo a União Nacional dos Estudantes pela celebração dos seus setenta anos, desejando-lhe uma vida longa e a plena continuação de seu vigor e de sua luta perene pelos ideais democráticos do nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, serei bastante breve. Agradeço pela conquista deste espaço.

Senhores que compõem a Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores e senhoras aqui presentes, saúdo especialmente os estudantes de hoje.

Como professora – estou Senadora, mas sou professora, pois já dei aula, por 26 anos, na Universidade Federal do meu Estado de Mato Grosso –, sou uma pessoa absolutamente convicta de que é extremamente justo homenagearmos a União Nacional dos Estudantes por ocasião da passagem de mais um de seus aniversários, preito que já foi feito aqui por muitos que me antecederam.

Essa organização, que tem uma importância fundamental na história do nosso País, lutou com a bravura, com a convicção e com a determinação com que um jovem é capaz de lutar pela defesa de seus ideais, conforme os históricos citados, que não vou repetir.

A força dos jovens em uma nação pode ser considerada o grande motor de mudanças, que, uma vez realizadas, passam a ser chamadas de mudanças históricas. Foram aqui relacionadas inúmeras delas, mas não vou repeti-las, até porque o meu compromisso com o meu muito querido Presidente é de ser bastante breve, haja vista que a sessão já deveria ter sido encerrada.

Eu diria ainda que, na nossa sociedade, sempre estamos a buscar mudanças, a exigir mudanças, às vezes até mais do que podemos conquistar, mas é essa busca determinada, essa busca com convicção que faz com que se conquiste muito daquilo que, às vezes, é inesperado, que é tido por muitos como coisa da juventude, mas não é.

Portanto, eu queria deixar um recado bastante breve aqui: jovens, os ideais têm que estar muito presentes em cada um e em cada uma, nos jovens e nas jovens, politicamente correto falando. Homens e mulheres, todos precisamos estar cada vez mais conscientes da sociedade do nosso entorno, porque é conhecendo a sociedade, compreendendo essa sociedade que aí está que nós seremos capazes de construir e de fazer a transformação, porque só quem conhece, só quem compreende é capaz de transformar. E a hora de buscar conhecer é quando somos jovens, quando estamos estudando, quando estamos buscando e conquistando conhecimento. Não falo daquele conhecimento que diz que um mais um são dois ou que dois mais dois são quatro, mas o conhecimento a favor de quem e contra quem, da soma, da subtração, da divisão e da multiplicação em nossa sociedade. A favor de quem e contra quem, é isso que temos que aprender. E temos

de exigir conhecimento dentro daquele veio da construção do conhecimento e não da repetição de que um mais um são dois, algo que estamos cansados de saber. Precisamos, isto sim, saber a favor de quem e contra quem a multiplicação, a subtração, a divisão ou a soma está funcionando em nossa sociedade.

É em prol disso que temos que conquistar mudanças em nossa sociedade, a partir daqueles que mais necessitam delas, porque há determinadas camadas em nossa sociedade que já estão suficientemente aquinhoadas.

Precisamos lutar por aqueles que ainda precisam de muitas mudanças, para terem realmente uma vida justa, digna, na conquista de uma sociedade realmente igualitária para todos.

Saúdo aqui meu querido Senador Inácio Arruda, que propôs este momento tão importante nesta sessão mais importante ainda. Parabéns a V. Ex^a e a todos que a aprovamos por unanimidade.

É um momento histórico da UNE, sim, mas é também um momento histórico deste Senado e deste Plenário, que vem sofrendo tantos problemas atualmente, mas que tem grandiosidade, sim, que, neste momento, é concretizada também.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Sr. Presidente da UNE, quero inicialmente cumprimentar a delegação do meu Estado de Roraima, que aqui no plenário se encontra, representada por Lúcio Vilela e Jordan Laranjeira, por meio de quem também cumprimento os demais integrantes, que são 17 do meu Estado. É a maior delegação já presente em um congresso da UNE.

Não quero fazer nenhum retrospecto histórico da UNE, porque já o foi muito bem feito pelos oradores que me antecederam.

Gostaria de não falar dos 70 anos da UNE até aqui, mas gostaria de pensar, de colocar algumas reflexões para a UNE daqui a 70 anos.

É muito importante haver uma história da qual nos orgulhamos para refletirmos o quanto foi importante lutarmos até aqui, mas muito importante é saber o que vamos fazer daqui para frente, principalmente em um País como o nosso, que espera muito da juventude.

Nós, que estamos aqui, na nossa faixa etária, estamos na luta, mas, digamos assim, estaremos saindo dela muito em breve. Vocês ainda vão entrar e alguns valores

têm de ser mantidos, e a esperança, principalmente de um Brasil melhor, tem de ser mantida na juventude.

Tenho muito receio quando vejo a forma como se colocam as notícias, como se fazem apreciações na imprensa, que dão aquela velha impressão de que, Rui Barbosa mesmo dizia, o homem honesto tem vergonha de ser honesto. Assim, é muito importante a juventude perceber se existem pessoas que não se comportam bem, e existem dentro de uma família, dentro de uma profissão, existem também no meio estudantil, existem no meio político, mas não podemos, por isso, desacreditar da política que é exatamente o caminho para as mudanças e para a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana e, portanto, da democracia.

Quero, com esta mensagem, refletir e chamar vocês para uma reflexão à frente. Pensar que nós podemos, confiando na juventude, fazer nossa tarefa de hoje e vocês fazerem, com certeza, a de hoje e a de amanhã.

Parabéns à UNE. Parabéns a todos os estudantes, notadamente os do meu querido Roraima. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Concedo a palavra ao ilustre Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o

seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon; companheiro, Presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta; demais convidados para esta sessão comemorativa dos 70 anos da União Nacional dos Estudantes.

Quero, inicialmente, assinalar a iniciativa do Senador Inácio Arruda, que propôs a realização desta sessão em homenagem especial à União Nacional dos Estudantes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar, especialmente, a presença das diversas delegações dos Estados brasileiros, das diversas universidades que se encontram em Brasília para participar do 50º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em todos os momentos importantes da história do Brasil, nossos estudantes estiveram presentes e, à frente deles, a gloriosa União Nacional dos Estudantes, que aqui homenageamos pelos seus 70 anos de luta.

Perpassam pela história da UNE momentos como a luta em defesa da nacionalização do petróleo, a luta pelas reformas de base durante o Governo João Goulart e a resistência contra a ditadura militar. Esteve presente na luta pela anistia geral e irrestrita e na memorável campanha pelas Diretas Já. Quando foi necessário lutar pelo *impeachment* de um Presidente, nossos jovens se pintaram com as cores nacionais e ocuparam avenidas e praças em todo o País.

A UNE deve ser sempre um instrumento de luta dos estudantes em prol de transformações na universidade e no Brasil. Transformações que façam avançar as condições materiais e culturais de vida da juventude e do nosso povo e que acumulem rumo a uma sociedade onde não haja a opressão do ser humano pelo ser humano – uma sociedade socialista.

A educação é estratégica para a construção de um projeto popular para o Brasil pautado pelo combate às desigualdades e às injustiças, pelo avanço nas condições materiais e culturais de vida do nosso povo e acúmulo de forças rumo ao socialismo. É nessa perspectiva que se insere a luta em defesa da educação como um direito de todos e todas e dever do Estado, protagonizada pelo movimento estudantil em conjunto com os demais segmentos do movimento social de educação, em particular o movimento docente e de servidores de todos os níveis de ensino. E a educação superior é parte disso.

Ao longo dos últimos 20 anos, os estudantes, ao lado dos professores e servidores, vêm resistindo ao avanço do privado sobre o público na educação superior e depositando as suas energias em prol da defesa e universalização da universidade pública gratuita, democrática, laica, de boa qualidade e popular.

É preciso lutar por uma verdadeira inversão de prioridades no campo da educação superior: valorizar, investir e ampliar as universidades públicas, viabilizando o acesso dos jovens de baixa renda em seu interior e garantindo rigoroso controle estatal sobre as universidades privadas, protegendo quem nela estuda e trabalha contra a lógica perversa do lucro fácil.

É necessário também que a UNE esteja junto com os trabalhadores na luta por mudanças radicais na política econômica, condição *sine qua non* para o aumento dos investimentos públicos numa educação de qualidade em nosso País. Enquanto a prioridade do Governo foi honrar compromissos com os banqueiros internacionais em vez do pagamento da enorme dívida social, não teremos recursos suficientes para uma revolução educacional e lutaremos apenas pelas migalhas de um banquete para o qual o povo não é convidado.

Entidades livres e autônomas em relação aos governos e partidos, profundamente inseridas no cotidiano da categoria que representam e essencialmente democráticas são fundamentais para que aconteçam reais transformações em nosso País.

A luta dos estudantes brasileiros nos diversos recantos do País – na Amazônia, no Nordeste, no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste – tem que estar conjugada com as lutas dos setores populares, dos movimentos sindicais dos sem-terra, das populações tradicionais,

dos excluídos em geral, dos que estão nas periferias das cidades, porque é da junção dessas lutas que a nossa juventude, os nossos estudantes, os que crêem na perspectiva real de transformação do País, é dessa construção coletiva que asseguraremos um futuro diferente para o nosso povo.

É com essa perspectiva que nos solidarizamos com a luta dos estudantes, que nos regozijamos pela realização do 50º Congresso Nacional da UNE, com a certeza de que sua pauta de discussões fará avançar a luta pela conquista de uma educação pública de qualidade, de uma universidade realmente para todos e, especialmente, as grandes conquistas democráticas estratégicas.

Encerro, Sr. Presidente, convocando a UNE, que tem sido uma das entidades mais firmes na defesa do patrimônio nacional, a apoiar, em seu Congresso, uma decisão conjunta para anular o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce e a realização de um plebiscito nacional na primeira semana de setembro. A luta democrática, popular e nacionalista do povo brasileiro precisa ter a energia e a força da juventude. E a UNE, como sua expressão maior, precisa estar à frente desse combate.

Um grande abraço e meus parabéns a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Concedo a palavra ao companheiro Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente Pedro Simon, Sr. Presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta, ilustre autor da propositura em homenagem aos 70 anos da UNE, querido colega Inácio Arruda, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados ilustres aqui presentes, assistência, senhoras e senhores, inicialmente, saúdo a iniciativa feliz desse combativo Senador da República, Inácio Arruda, ao propor, de forma justíssima, a homenagem do Senado Federal a uma das instituições mais importantes da história recente do Brasil.

E gostaria de registrar também o meu contentamento em ver aqui presente Aldo Arantes, símbolo da resistência e da luta contra a ditadura, primeiro goiano a presidir a União Nacional dos Estudantes.

Ao mesmo tempo, registro meu compromisso, não só de agora, mas de antes, desde os tempos em que eu figurava ao lado de Inácio Arruda e de tantos outros no movimento chamado Viração. Participei de Congresso da UNE, como integrante e apoiador do Viração, e desde essa época assumi um forte compromisso com o movimento.

Goiás, além de ceder Aldo Arantes para ser um combativo Presidente da União Nacional dos Estudantes, cedeu também Honestino Guimarães, que acabou se tornando o segundo goiano a presidir a entidade. Honestino Guimarães sofreu todas as agruras do regime autoritário, foi torturado, preso e assassinado nos porões da ditadura. É dele uma frase célebre que, aliás, usávamos muito na época do Viração. Ele dizia: “Podem nos prender, podem nos torturar, podem até nos matar; mesmo assim, voltaremos e seremos milhões”.

É importante a palavra de um Senador de Goiás neste momento em que se homenageia a UNE, porque de lá saíram dois de seus mais importantes presidentes: Aldo Arantes e Honestino Guimarães. De lá saíram outros líderes, como Henrique Santillo, que acabou se tornando Presidente do Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais, Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina e, depois, Presidente da União Estadual dos Estudantes e vice-Presidente da UNE, no tempo em que Aldo Arantes foi Presidente.

A UNE, ao longo desses 70 anos, sempre teve um compromisso muito forte com a democracia, com as liberdades, com a ética. A UNE sempre se perfilou ao lado dos mais importantes movimentos em defesa da soberania brasileira, em defesa da anistia, em defesa da redemocratização do País, contra o arbítrio, contra a prepotência, contra todos os atos que transformaram 20 anos do Brasil em tempos de muito obscurantismo, de muitas trevas. Não fora a UNE a empunhar as bandeiras da liberdade, da democracia, da fraternidade, da justiça, por certo, não teríamos conseguido chegar ao fim de uma ditadura que tanto mal causou ao Brasil, possibilitando uma transição para o regime democrático e para os tempos de efetiva democracia. Não fosse a luta que a UNE empreendeu ao longo do tempo, não haveria governos democráticos como os que vimos no Brasil na última década, sobretudo.

Ao saudar a iniciativa do Senador Inácio Arruda, eu o faço em meu nome. Como Governador do Estado de Goiás, por 3 vezes apoiei firmemente a realização dos congressos da UNE, sempre que solicitado pelo Gustavo Petta e pelos demais integrantes da União Nacional dos Estudantes, da UEE e dos DCEs. E faço este registro não apenas em meu nome. Seria fácil para mim falar apenas em meu nome, já que tenho e sempre tive um compromisso histórico com a UNE, mas falo também, com prazer, em nome do meu Partido.

Fica aqui a minha mensagem, a mensagem do PSDB, em apoio à iniciativa de V. Ex^a e em apoio a essa entidade que se confunde com a história recente do Brasil, pelo seu compromisso com um Brasil grande, forte, desen-

volvido e democrático, com a redução das desigualdades e com os avanços para um Brasil progressista.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Tão oportuna é a iniciativa do Senador Inácio Arruda. Agradeço a presença de todos os jovens, todos os ex-Presidentes e ex-dirigentes e, de modo especial, do companheiro Gustavo Petta. Lamentavelmente, o protocolo da Casa não tem – deveria ter – a perspectiva de que o grande responsável por receber as homenagens, que é V. Ex^a, pudesse falar e nós tivéssemos a honra de ouvi-lo. Mas, mesmo assim, entenda V. Ex^a, e repito: nós estamos conscientes de que estamos vivendo uma hora muito importante hoje.

Esta não é apenas uma daquelas sessões, que tanto a Câmara como o Senado Federal e até as assembleias legislativas realizam periodicamente, quase que semanalmente, em homenagem a um jornal, a uma data, a uma entidade, ao nascimento. É uma data em que se comemora um dos momentos mais importantes da vida brasileira: o aniversário da nossa União Nacional dos Estudantes.

Digo que para mim hoje é um dos dias mais importantes na história do Brasil nas últimas sete décadas. A nossa história, a história da nossa geração se confunde com a União Nacional dos Estudantes; a nossa geração nasceu com a UNE, por isso nesse tempo as histórias da UNE, do Brasil e da nossa geração se confundem. Vivemos juntos, caminhamos juntos, apanhamos juntos, lutamos juntos. Mais do que isso, estivemos juntos nos mesmos caminhos, porque sempre tivemos os mesmos horizontes, comungamos do mesmo projeto de País.

Muitas passagens, citadas da tribuna, inclusive, marcaram a nossa trajetória, a da UNE, a do Brasil. Nesses últimos 70 anos, a travessia foi, sem dúvida, muitas vezes dolorida, marcada pela repressão e pela morte de tantos jovens, carregados de tantos sonhos por um Brasil livre, soberano e democrático.

Procuramos, nessa nossa história, um fato que melhor representasse essa caminhada de luta. Quem sabe a morte do estudante Edson Luís Souto no Calabouço, restaurante universitário do Rio de Janeiro, em 1968? Com os fatos que se sucederam, 1968 foi o ano que nunca acabou.

Quem sabe a atitude arbitrária do regime militar, ao extinguir a UNE, em 1964? Um ato de uma estupidez, vindo depois com outro ato, proibindo o estudante de estudar. O estudante atingido pelo 477, por dez anos, não podia estudar, o ato mais burro e mais estúpido da humanidade que vi até agora.

Quem sabe os escombros de uma sede incendiada, próxima aos arcos da Lapa?

Quem sabe as invasões da Universidade de São Paulo, da UnB e de tantas outras universidades brasileiras naqueles anos de chumbo?

Quem sabe Ibiúna, sonhos em fila, rumo a outros calabouços?

Quem sabe outros nomes, como o nosso Honestino Guimarães, da Universidade de Brasília?

Quem sabe tantos outros desaparecidos, covas rasas, cemitérios clandestinos, corpos insepultos, pais e mães sofridos, filhos órfãos, amigos inconsoláveis?

Mas acho que duas palavras podem resumir a existência da UNE na história do Brasil: coragem e resistência.

Quantas vezes meninos ainda enfrentando canhões, como se o Brasil fosse uma imensa Praça da Paz Celestial. Quantas vezes multidões de jovens na luta pela democracia; pelo fim do regime militar; pelas eleições diretas, amplas, gerais e irrestritas. Quantas vezes a luta contra os militares na defesa do petróleo é nosso. Quantas vezes rostos pintados de verde e amarelo, roupas tingidas de luto, numa combinação de cores e de gestos pela ética na política. Quantas vezes! Quantos jovens! Quanta coragem!

Mas, meus amigos e companheiros de luta e de labuta na construção da história do Brasil de hoje, o País clama, de novo, pela atitude corajosa de todos os jovens deste País. É muito comum atribuir à juventude a responsabilidade pelo país do futuro. Mas, quem sabe, jamais em outro momento da nossa história, a coragem dos jovens tenha sido tão necessária para a construção do presente do nosso País.

A UNE está convocada, desta vez, não somente para construir o amanhã, mas, sobretudo, para reconstruir o hoje da nossa vida.

Por isso, sintam-se emancipados. O Brasil necessita de vocês, para que seja o País do presente. Sintam-se emancipados, sim, porque isso é importante. E, pelo que temos vivido na nossa história, cabe a vocês fundar novos alicerces, sedimentados nos princípios fundamentais da ética. As bases dessa mesma construção, que, com tanta luta, procuramos deixar-lhes como herança, mostram-se, cada vez mais, carcomidas.

Quem sabe seja a hora de ocupar de novo as nossas ruas, como em tantos outros tempos memoráveis. Quem sabe seja o momento, novamente, de fazer a história dos nossos melhores sonhos. Quem sabe este dia não seja apenas o de comemarmos os nossos feitos do passado. Quem sabe o que vale mais sejam os 70 anos que ainda virão a partir de hoje.

Não esperem que as mudanças que o País tanto reclama no Executivo, no Legislativo, no Judiciário ocorram de dentro para fora. Não esperem que elas aconteçam de dentro dessas instituições para a socie-

dade brasileira. A liberdade que conquistamos a duras penas, com o sacrifício de tantos que tombaram, tem de ser exercitada hoje, na sua plenitude. As ruas, turvadas em outros tempos por nuvens de pólvora e de gás, devem ser ocupadas de novo por ventos da decência, da ética e das melhores referências.

Não se pode conceber que um País com tamanha riqueza conviva com tamanhas disparidades regionais e pessoais de distribuição de renda. Há um grande muro de vergonha a nos dividir e a nos diminuir.

Não há que se permanecer com as instituições pilares de nossa democracia no rodapé da legitimidade pública. Há que se reconstruir o Estado com novas bases, com novas divisórias, com novas luzes, para edificar uma Nação verdadeiramente cidadã, democrática, soberana e digna.

Portanto, meus irmãos, sintam-se em casa. Vocês hoje deram um banho de dignidade nesta Casa. Vocês hoje trouxeram o Brasil, o nosso passado e o nosso presente, a nos conclamar, a nos colocar contra a parede, para fazermos nós, Parlamentares, a nossa parte. A nossa alegria pelo tempo vivido. A nossa esperança pelo tempo que há de vir. A nossa homenagem a todos aqueles que dedicaram sua própria vida, para que pudéssemos respirar, hoje, o ar da liberdade – rarefeito em tempos que já se foram, espera-se que para sempre. A nossa confiança nos ventos da democracia. A nossa fé na coragem dos jovens, Brasil de hoje e de amanhã.

Hoje, como sempre, a UNE somos nós, a UNE é a nossa voz!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me que o protocolo existe para ser quebrado. Estando aqui a mãe de Honestino Guimarães, gostaria de propor a V. Ex^a que convidasse a Deputada Federal Manuela D'Ávila, juntamente com Gustavo Petta, para que pudessem, juntos, entregar à D. Maria Rosa a bandeira da União Nacional dos Estudantes, tão querida por Honestino Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – É com muita alegria que peço ao Presidente da UNE e à nossa querida Deputada gaúcha que, em nome do Congresso brasileiro, façam essa importante homenagem. *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a D. Maria Rosa Leite acaba de anunciar para todos nós que ela é a mãe da UNE. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Antes do encerramento, ouviremos o hino da UNE.

(Procede-se à execução do Hino da UNE.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Os Srs. Senadores Augusto Botelho, Flexa Ribeiro e Flávio Arns enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há setenta anos, a História do Brasil não pode ser escrita, muito menos compreendida, sem a luminosa presença da União Nacional dos Estudantes, a UNE de tantas e tantas glórias. Ao ser criada, no já distante ano de 1937, a agremiação veio integrar conturbada, difícil e complexa conjuntura histórica. Cerca de dois anos mais tarde, explodia a Segunda Guerra Mundial, verdadeiro ponto de inflexão do mundo contemporâneo.

A UNE nasce com o compromisso de luta. Numa época de inflexível polarização ideológica, quando posições de esquerda e direita ganhavam as ruas e explicitavam diferenças inconciliáveis, praticamente impedindo a adoção de caminhos alternativos ou intermediários para a solução dos graves problemas existentes, a entidade que congregava os estudantes brasileiros de nível superior soube sempre tomar posições. Cristalinamente. Com a nitidez que se espera de quem sabe o que quer e de quem exerce conscientemente seu papel no seio da sociedade.

Foi assim que a União Nacional dos Estudantes começou a ganhar visibilidade e, com ela, o respeito da opinião pública. Corajosamente, ocupou espaços públicos para rechaçar, visceral e profundamente, a barbárie nazi-fascista. Por meio de passeatas, comícios e textos publicados, mobilizou a sociedade brasileira para o engajamento efetivo do País no esforço de guerra. Pioneiramente, lançou a campanha pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com o envio à Europa da Força Expedicionária Brasileira.

Essa decisão mostra-se ainda mais ousada e heróica quando se sabe que, no interior do Estado ditatorial imposto por Vargas em 1937, coexistiam correntes adversárias, com um grupo apoiando os Aliados e o outro não escondendo sua simpatia pelo Eixo. Em meio a esse quadro, que aos acomodados e covardes sugeria prudente omissão, a União Nacional dos Estudantes assumiu a posição correta, com a ousadia própria dos que não temem a força bruta do arbítrio. Ousadia, também, dos que se sentem imbuídos dos mais belos propósitos. A partir daí, foram rompidas as relações diplomáticas com as Potências nazi-fascistas e tomada a decisão histórica de enviar os pracinhas para os campos de batalha na Itália.

Em 1945, terminada a guerra com a vitória das forças aliadas, lá estava a UNE a mobilizar a sociedade, desta feita para o fim da experiência ditatorial do Estado Novo. Uma vez mais, a entidade estudantil assumia como também sua a bandeira da redemocratização, decisão que a acompanharia para sempre, chegando aos dias de hoje.

Destaco, ainda, a participação da UNE em outro momento decisivo da História brasileira. Em plena Guerra Fria, em 1947, por ocasião de seu congresso anual, a entidade lança o *slogan* fadado a ocupar lugar de honra na memória nacional: “O petróleo é nosso”. Lutando contra poderosos interesses nacionais e internacionais, estava dada a partida para a memorável campanha que, em 1953, resulta na criação da Petrobrás.

As duas décadas que separam a queda do Estado Novo e a emergência do regime militar, em 1964, conheceram a mais extraordinária transformação vivida pelo Brasil ao longo de sua História. Um País em movimento, modernizando sua economia, industrializando-se e se urbanizando. Mudanças profundas, ocorridas em curtíssimo espaço de tempo. Época em que as velhas estruturas de dominação, responsáveis pelo multissecular caráter de exclusão de nossa História e presentes desde os primórdios da colonização, são contestadas. No primeiro plano de luta, firmemente comprometida na contestação desse Brasil arcaico, dependente e injusto, lá estava a UNE.

Estávamos no início dos anos 1960, Sr. Presidente, e o País se dividia rigidamente em duas posições. De um lado, as forças da transformação, lutando pelas mudanças estruturais de que o Brasil tanto necessitava. De outro, os grupos conservadores, temerosos de que qualquer reforma mais profunda pusesse em jogo privilégios seculares. Uma vez mais, a UNE se alia aos defensores das “reformas de base”, razão pela qual viria sofrer, de maneira brutal, o impacto da vitória dos grupos que conquistam o Estado em 1964.

Lembro, com especial atenção, o extraordinário trabalho desenvolvido, naquela conjuntura histórica, pelo Centro Popular de Cultura, o célebre CPC. Surgido do espírito que embalava a UNE, espírito de luta em prol de um Brasil menos explorado, desigual e injusto, o CPC constituiu-se em pólo de efervescência artístico-cultural, voltado para a valorização dos saberes e dos fazeres que historicamente caracterizaram a gente brasileira. Seu propósito era o de trazer à luz a marca de uma cultura genuinamente nacional e popular, que não se envergonhasse e não se submetesse aos padrões hegemônicos impostos pela cultura de elite, normalmente identificada com o estrangeiro.

Uma palavra, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, bem definiria o trabalho do CPC: conscientização. No fundo, o que movia aqueles jovens artistas era o de desejo de, pelos mais diversos caminhos, tornar as manifestações culturais verdadeiros instrumentos de libertação de um povo condenado à submissão e à exclusão. Teatro, música, poesia, artes visuais, enfim, todas as formas de expressão estariam a serviço das causas populares. Como bem compreendeu um intelectual, décadas mais tarde, o que se fez naquele momento – sobretudo pela ação da UNE e de seu CPC – tornou o Brasil uma Nação por demais inteligente. Homens e mulheres, simples na sua maioria, sentiam-se estimulados a pensar o País, discutir seus rumos, propor caminhos.

A brutalidade do golpe de 1964 interrompeu esse processo. A UNE foi escolhida para simbolizar, sofrendo na pele, o novo tempo que se instalava no Brasil, rigorosamente cadenciado pelo autoritarismo. A sede da entidade, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada. Começava o longo e penoso caminho da clandestinidade. Mas, por piores que fossem as condições, a UNE jamais se deixou abater. Nem mesmo quando, no fatídico ano de 1968, teve seu congresso invadido pelas forças da repressão e viu a prisão de mais de mil participantes, inclusive de seus dirigentes máximos.

Em 1973, o estudante da Universidade de Brasília, Honestino Guimarães, presidente da última diretoria da UNE eleita na clandestinidade, é seqüestrado e morto pela repressão. Em 1977, o encontro para a reorganização da UNE suscita a invasão militar da PUC de São Paulo. Dois anos depois, no entanto, eis a velha UNE reconstruída, no histórico congresso de Salvador. Por fim, mas não menos importante, vamos encontrá-la no grande movimento nacional pela reconquista da democracia e pela prevalência dos princípios éticos na política brasileira. Justamente por isso, a UNE esteve na linha de frente das campanhas pela anistia, pelas eleições diretas e, a seguir, com os “caras pintadas”, nos episódios que culminaram no *impeachment* presidencial.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 70 anos de existência, a UNE deu sucessivas e reiteradas provas de impressionante vitalidade. Certamente que as bandeiras de hoje não são mais as mesmas do passado. O País, felizmente, não mais se debate contra o autoritarismo. Novos desafios, todavia, colocam-se à sua frente. Não tenho dúvida de que a entidade saberá assumi-los, enfrentá-los e vencê-los.

É assim que a UNE continuará a oferecer ao Brasil sua inestimável contribuição. É assim que ela nos ajudará a construir a Nação justa, democrática e

cidadã com que todos sonhamos. Sonhos pelos quais tantos se bateram e tantos se sacrificaram continuam a nos embalar. Como ontem, podemos hoje entoar o grito que fez, faz e fará História: “A UNE somos nós, nossa força, nossa voz!”.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço questão de juntar-me aos que hoje prestam justas homenagens à União Nacional dos Estudantes em comemoração aos 70 anos que completará em agosto deste ano. Quero, antes de mais nada, louvar em particular a iniciativa do nobre Senador Inácio Arruda de propor a realização dessa homenagem. Nada mais justo que saudemos uma instituição que, desde praticamente o seu nascimento, mostrou-se uma força política respeitável, desempenhando papel relevante em vários momentos importantes de nossa história recente.

Não vou aqui, Senhor Presidente, repetir o belo histórico da UNE, já lembrado pelos colegas que me precederam. Quero, antes, enfatizar dois aspectos que essa trajetória de 70 anos ilustra particularmente bem.

O primeiro, Sr^{as} e srs. Senadores, é o exemplo de resistência e de vigor que nos é dado pela UNE. Nos seus 70 anos de história, a UNE enfrentou destemidamente duas ditaduras que tiveram uma face violenta – a do Estado Novo, nascido poucos meses depois da fundação da união dos estudantes, e a do regime militar, nos anos 60. Ambas fizeram vítimas entre estudantes vinculados à entidade.

A UNE, no entanto, teve vida mais longa do que a de seus adversários. Sobreviveu, sabendo desempenhar, nos períodos democráticos que se seguiram às duas ditaduras, um papel igualmente relevante, liderando movimentos como a campanha pelo monopólio estatal do petróleo, já lembrada hoje por outros nesta homenagem, e participando de movimentos como a campanha por ética na política, no início dos anos 90.

Essa sobrevivência da UNE como força de resistência parece-me, Senhor Presidente, particularmente importante para o imaginário político de nossa sociedade, o que nos dá mais uma razão para celebrarmos suas sete décadas de existência. A UNE nos dá um belo exemplo de como a sociedade, organizando-se politicamente de forma paralela à organização política tradicional, por meio de partidos que disputam eleições, pode desempenhar um papel fundamental no jogo político.

O segundo aspecto que gostaria de enfatizar, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, diz respeito a

uma característica que associa à própria vida estudantil, que é o exercício de um tipo de liberdade difícil de encontrar em outras circunstâncias. Essa experiência não pode deixar de se manifestar também na atividade política. Não é por acaso que o movimento estudantil foi, para tantos que hoje ocupam posições de destaque na política nacional, uma escola ímpar.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Vendo a União Nacional dos Estudantes como um ator importante na cena política nacional – e um ator que já desempenhou, em diversos momentos, o papel de protagonista –, não podemos senão louvar sua longevidade. São poucos os atores políticos neste País que possuem uma história tão longa e tão contínua.

Sr. Presidente, enfatizei, neste meu pronunciamento, o papel da UNE como força política. Certamente, ela é muito mais do que isso. Como entidade representativa dos estudantes, tem um papel relevante na luta pela qualidade de nossa educação superior. Conquistou também, ao longo destes 70 anos, como já foi lembrado por outros oradores, um lugar de destaque na história das manifestações culturais, sobretudo com o movimento que se articulou em torno do Centro Popular de Cultura, nos anos 60.

Por tudo isso, a União Nacional dos Estudantes merece nosso aplauso e nossa homenagem. Para concluir, quero saudar o seu atual presidente, Gustavo Lemos Petta, por meio de quem saúdo a toda a diretoria da UNE.

A todos os estudantes, estendo minha homenagem, na certeza de que a entidade que construíram ao longo de sete décadas continuará ocupando, no futuro, o espaço fundamental que conquistou com sua história.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil comemora os 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes. Gostaria de destacar a importância do Movimento Estudantil em nosso País, bem como o necessário estímulo à participação de nossos estudantes na vida política brasileira.

O Movimento Estudantil fez história em nosso País em diversos momentos, mas não há como citá-lo sem mencionar sua importante participação que teve na luta contra a repressão política na época da ditadura militar. Naquele cenário, a voz dos estudantes representava a luta pela liberdade e pela democracia. Milhares de estudantes foram presos e muitos foram mortos em nome da resistência feita ao regime militar.

A luta dos estudantes pela democracia culminou com a campanha pelas Diretas Já. A partir deste momento, com sua reestruturação pós-ditadura militar, o movimento estudantil voltou a empunhar antigas bandeiras, promovendo campanhas a favor da qualidade de educação e em prol de mais verbas para o ensino público.

Seguindo a trajetória de lutas da UNE, o movimento estudantil teve fundamental participação em diversos momentos decisivos para o País, protagonizando episódios importantes e se consolidando como referência de organização da sociedade.

Do Movimento Estudantil surgiram nomes que hoje figuram em nosso meio político, como José Serra e Aldo Rebelo, que presidiram a UNE entre 1963 e 1964 e 1980 e 1981, respectivamente.

Agora, quando comemoramos os 70 anos de existência da União Nacional dos Estudantes, devemos homenagear todos os que se envolveram, de corpo e alma, na busca por um Brasil mais justo e igualitário. Aqueles que deram suas vidas por lutas importantes, que seguiram seus ideais e ajudaram a transformar uma realidade que, muitas vezes, apresentava-se obscura.

Este ideal, que permanece vivo no Movimento Estudantil, deve continuar norteando suas ações. Embora vivamos numa sociedade democrática, muitos são os desafios que se impõem na luta por um ensino de qualidade. A participação dos estudantes nas reivindicações é fundamental. É um exercício a ser praticado para que tenhamos jovens ainda mais politizados, lutando por seus direitos, conscientes de seu papel em nossa sociedade.

Destaco também o importante papel do Centro Popular de Cultura na promoção da cena artística brasileira, sendo aglutinador de experiências inovadoras na pesquisa e produção cultural de nosso país.

Valorizando e incentivando a vida cultural dentro do mundo universitário, o CPC foi uma experiência vitoriosa, que referenciou a criação dos Circuitos Universitários de Cultura e Arte, os CUCAs, que hoje integram o projeto “Pontos de Cultura” do Ministério da Cultura.

Tenho certeza, nobres colegas, de que a União Nacional dos Estudantes continuará sendo exemplo de organização social para o Brasil, representando milhões de jovens que lutam por um futuro melhor, com mais oportunidades para todos.

Manifesto meus cumprimentos a todos os membros da UNE e desejo que continuem firmes e atuantes na busca por um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– A Presidência agradece a todas as autoridades presentes, de modo especial ao Senador Inácio Arruda, primeiro signatário do requerimento para a realização desta sessão, e ao grande Presidente Gustavo Petta – que seja feliz no congresso que hoje se inicia.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 56 minutos e reaberta às 17 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 142/2007-GLPSDB

Brasília, 4 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a, que a partir desta data, renuncio ao cargo de membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Brasília, 4 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a, que a partir desta data, renuncio ao cargo de membro suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) –

Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 143/2007-GLPSDB

Brasília, 4 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marisa Serrano para integrar, como titular, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 144/2007-GLPSDB

Brasília, 4 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Arthur Virgílio para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Passa-se à votação das indicações dos nomes da Senadora Marisa Serrano e do Senador Arthur Virgílio para integrarem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, como titular e suplente, respectivamente, nos termos dos expedientes lidos.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovadas.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 786, DE 2007

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regulamento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antonio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ocorrido em 29 de junho de 2007.

Justificação

Antonio Ernesto Werna de Salvo, natural de Curvelo, Minas Gerais era engenheiro agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil. Seu vasto conhecimento relacionado ao desenvolvimento da raça Guzerá tornou-o um dos mais ilustres membros do Colégio Brasileiro de Juízes e do Conselho Técnico do Serviço de Registro Genético da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) com sede em Uberaba, Minas Gerais.

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) por cinco mandatos foi reeleito em outubro de 2005 para mais um triênio a frente da entidade que representa os produtores rurais brasileiros. Além de presidir o Conselho Superior da Agricultura e Pecuária do Brasil – Rural Brasil, que reúne nove entidades do setor primário que respondem pela grande maioria da renda, produção, exportação e geração de empregos do setor rural.

Exerceu também a Presidência do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Vice-Presidência da Federação da Agri-

cultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG), por dois mandatos. Por sua atuação no setor agropecuário, foi condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – e com a Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Por tudo isso, não poderia deixar de registrar o falecimento desse grande homem público que tanto contribuiu para desenvolvimento do setor agropecuário nacional.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador **Marconi Perillo** – Senador **Eliseu Resende** – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº787, DE 2007

Em aditamento ao Requerimento nº 694, de 2007, que solicitou a realização de Sessão Especial do Senado destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta ARIANO SUASSUNA, requeremos a mudança da data da sessão para o dia 11 de julho.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2007. —

Eliseu Resende

Marconi Perillo

Flávio Arns

Eduardo Azeredo

Efraim Moraes

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO 788 , de 2007

REQUER *Voto de Pesar pelo falecimento da atriz ALCINA MIRANDA TETEMBERG, a LÍCIA MAGNA das novelas de TV, do teatro e do cinema que o Brasil todo reverencia .*

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento da atriz *ALCINA MIRANDA TETEMBERG, conhecida e admirada por todos os brasileiros como LÍCIA MAGNA, de doce presença em novelas de televisão, no teatro e no cinema.*

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família da atriz e à direção da Rede Globo.

JUSTIFICAÇÃO

Quem no Brasil não admira a admirável figura da mineira Lícia Magna, a consagrada atriz de televisão e de cinema, de carreira exuberante, iniciada em 1952 na extinta TV-Tupi, onde participou do Grande Teatro Tupi, que, à época, era a mais importante iniciativa no mundo teatral brasileiro.

A serena figura de Lícia tornava-a a própria encarnação da doçura humana, sempre com um leve e terno sorriso no rosto. No cinema, Lícia participou dos maiores filmes nacionais, como *O Assalto ao Trem Pagador* e *Dona Flor e seus Dois Maridos*.

Lícia trabalhou até o fim da vida. Morreu ontem, aos 98 anos.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007



Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO 789, de 2007

REQUER Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. ANTONIO WERNA DE SALVO, Presidente da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA.

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do Professor *ANTONIO WERNA DE SALVO, Presidente da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA.*

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Antonio Werna e à CNA.

JUSTIFICAÇÃO

O professor Antonio Werna de Salvo era Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), reeleito em outubro de 2005 para mais um triênio, depois de, por cinco anos, dirigir, a instituição que representa os produtores rurais brasileiros.

Presidia também o Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil - Rural Brasil, que reúne nove entidades do setor primário que respondem majoritariamente pela renda, produção, exportação e geração de empregos do setor rural: CNA; OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras); SRB (Sociedade Rural Brasileira); ABC (Associação Brasileira de Criadores); ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu); Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa); CNC (Conselho Nacional do Café); UBA (União Brasileira de Avicultura) e UDR (União Democrática Ruralista). Em novembro de 1997, foi eleito presidente da Confederação Interamericana de Ganaderos y


Agricultores (Ciaga), que reúne as entidades representativas de produtores rurais das três Américas.

Além de presidente CNA, também presidia o Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Paralelamente, atuava como membro titular do Conselho Político Empresarial; do Conselho Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); do Conselho do Agronegócio (Consagro) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e do Conselho Assessor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Começou a atuar na área de representação sindical como presidente e fundador do Sindicato Rural de Curvelo. Também foi presidente e fundador da Associação Mineira de Criadores de Zebu, em sua cidade natal. Posteriormente, assumiu por dois mandatos a vice-presidência da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg), na qual atuou, ainda, como membro e presidente da Comissão Técnica de Pecuária de Corte. Em 1984, foi eleito presidente da Faemg.

Elaborou vários trabalhos técnicos na área de zootecnia, publicados pela Escola Veterinária da Universidade de Minas Gerais. Entre eles, o livro Guzerá 50 Anos - Fazenda Canoas - Curvelo - MG. Por sua atuação na liderança do setor agropecuário, foi condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, do TST, e a Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. -


Senador Arthur Virgílio
Líder do PSDB


Senador Sérgio Guerra

REQUERIMENTO Nº 790, de 2007

Requeiro, nos termos do Artigo 222, do Regimento Interno, voto de homenagem aos 50 anos da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, completados nesta segunda-feira dia 2 de julho, e que seja comunicado ao Magnífico Prof. Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello.

JUSTIFICAÇÃO

A Universidade do Pará foi criada pela Lei n. 3.191, de 2 de julho de 1957, e sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Atualmente, a Universidade Federal do Pará é uma instituição federal de ensino superior, organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura (MEC) através da Secretaria de Ensino Superior (SESu). O princípio fundamental da UFPA é a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2007.


Senador FLEXA RIBEIRO

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 791, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, que além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais – CAS – sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007.

Justificação

O PLC nº 5, de 2007, altera a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB – regulando o uso de películas de proteção contra raios solares e dá outras providências.

A proteção pretendida diz respeito a matérias relativas a saúde, a assistência médica, a energia, saúde pública, segurança pública entre outras.

Ora, o art. 100 do RISF, que trata da competência da Comissão de Assuntos Sociais, diz no seu inciso II ser da competência da Comissão “a proteção e defesa da saúde...” e no seu inciso III “normas gerais sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição,

conservação da natureza...” Assim é regimental que se ouça a CAS no mérito deste PLC nº 5 de 2007.

Por essas razões, espero o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – **Eduardo Azeredo**.

REQUERIMENTO Nº 792, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 510, de 1999 que, “Acrescenta a letra **i** ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações” seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.

Sala das sessões 4 de julho de 2007. – Senador **Wellington Salgado**.

REQUERIMENTO Nº 793, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprecie o PLC nº 85 de 2006, que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, Propostas de Emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59 , DE 2007

Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 45 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema eleitoral misto, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, na forma da lei, observados os seguintes preceitos:

I – 75 % da representação de cada Estado e do Distrito Federal, ou o número inteiro maior mais próximo, será composta por nomes eleitos pelo voto majoritário em distritos uninominais;

II – 25 % da representação de cada Estado e do Distrito Federal será composta por nomes apresentados em listas partidárias, eleitos pelo voto proporcional, segundo a ordem da lista;

III – o eleitor terá dois votos desvinculados, um para o candidato de seu distrito e outro para o partido de sua preferência.

§ 1º O número total de Deputados não será superior a quinhentos e treze.

§ 2º A representação por Estado e pelo Distrito Federal será estabelecida por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários no ano anterior às eleições, de modo a que nenhuma unidade da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 3º Cada Território elegerá dois Deputados, pelo sistema majoritário. (NR)''

Art. 2º O sistema eleitoral previsto nesta Emenda será adotado a partir da eleição do ano de 2014, inclusive.

§ 1º A divisão dos Estados e do Distrito Federal em distritos será concluída e divulgada dois anos antes da eleição de 2014.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O sistema eleitoral brasileiro emite sinais claros de esgotamento. Problemas de representação fidedigna da vontade do eleitor, de financiamento das campanhas, de construção e manutenção da governabilidade, acumulam-se a cada eleição. O descrédito dos eleitores atinge níveis preocupantes e a fragilidade das coalizões governistas é demonstrada todos os dias pelo uso desmedido do instrumento da medida provisória.

Essa a razão de a reforma política haver-se mantido na agenda das duas Casas do Congresso Nacional por mais de uma década. As propostas de reforma, no entanto, apesar de terem apontado, por um momento, para a adoção do voto distrital misto, refluíram para a fórmula do voto proporcional com listas fechadas.

É nossa convicção que os benefícios dessa alternativa são duvidosos, mas suas consequências perniciosas, certas. Representantes do

povo deixariam de submeter-se ao controle dos eleitores para sujeitar-se à autoridade das direções partidárias. Cremos que a reforma deve caminhar no rumo contrário, de fortalecer ainda mais a capacidade de fiscalização, controle e cobrança dos representados sobre seus representantes.

O caminho para esse objetivo é conhecido: o voto distrital, na sua forma pura ou mista. Lamentavelmente, essa alternativa foi abandonada no longo trajeto das propostas de reforma política no Congresso Nacional.

A presente proposta tem por objetivo recuperar essa alternativa para discussão e deliberação, no momento em que se aproxima o desfecho das decisões sobre a reforma política.

Estabelece o voto distrital misto para as eleições de 2014, com três quartos da Câmara dos Deputados eleitos pelo voto distrital e um quarto pelas listas partidárias. Prevê ainda o novo cálculo das bancadas de Estados e do Distrito Federal um ano antes de cada eleição, respeitados os atuais limites constitucionais de oito e setenta Deputados por unidade da Federação. Estipula, finalmente, prazo de dois anos antes da eleição para o fim do processo de divisão dos distritos, para melhor conhecimento de candidatos, partidos e eleitores.

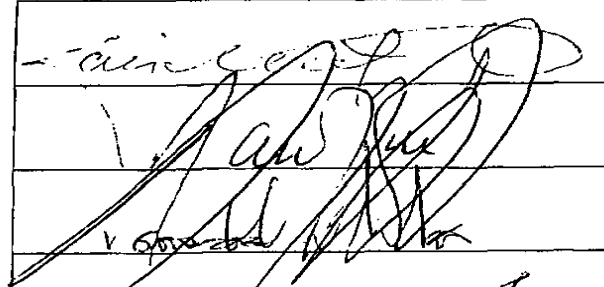
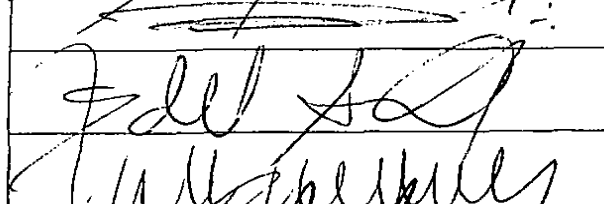
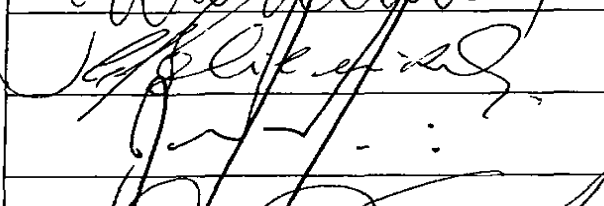
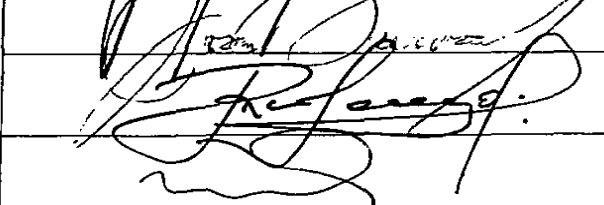
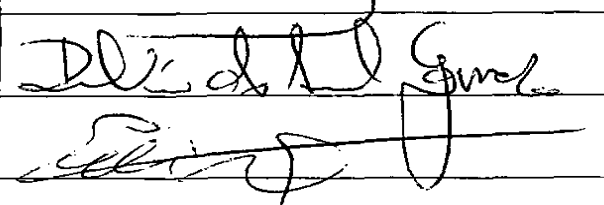
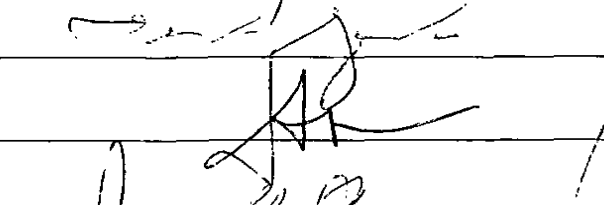
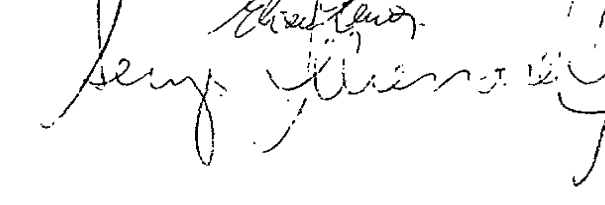

Caso aprovada, a regra proposta conduzirá ao fortalecimento dos partidos, ao fortalecimento do elo entre representantes e representados, bem como a uma transparência maior nas negociações que cercam a formação da coalizão de sustentação do governo no Poder Legislativo.

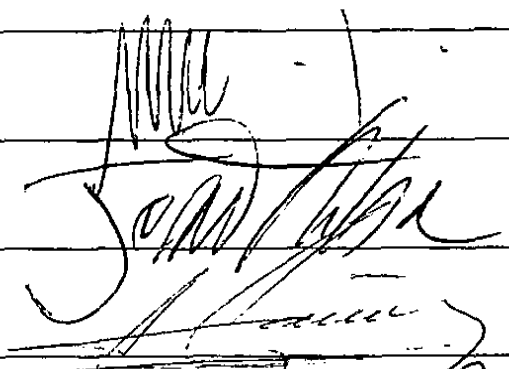
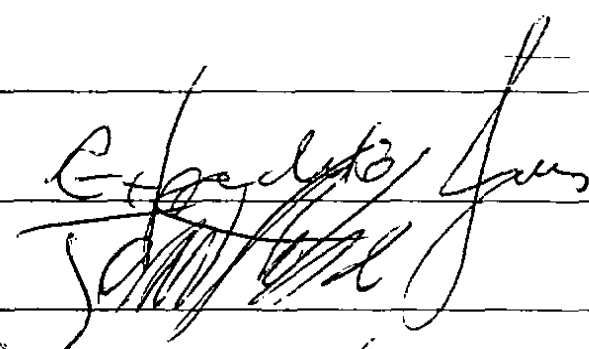
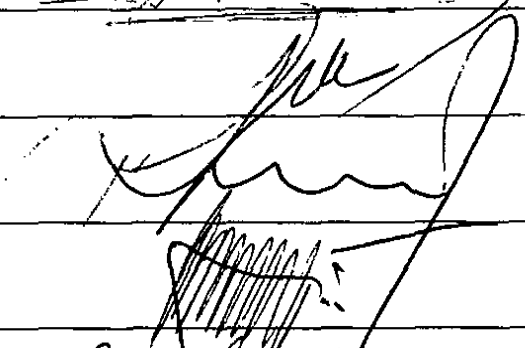
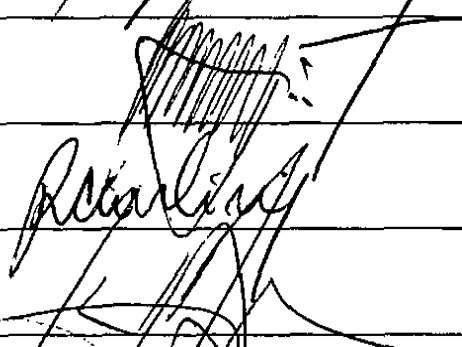
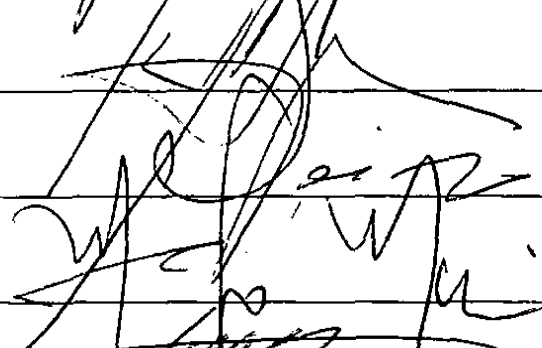
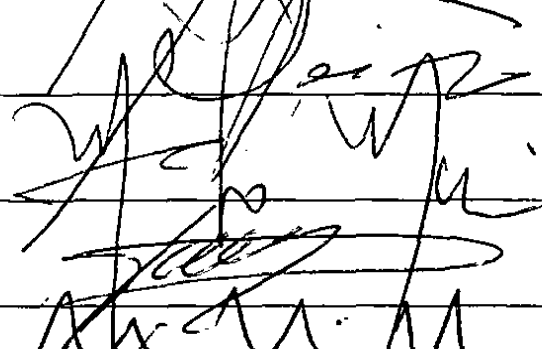
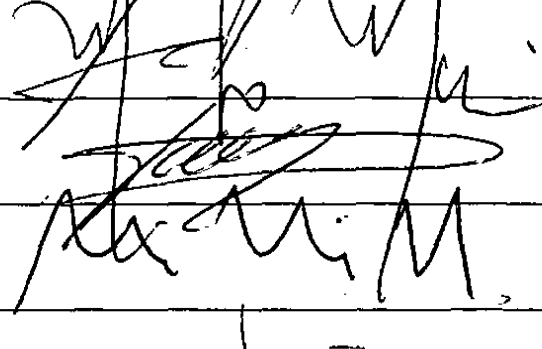
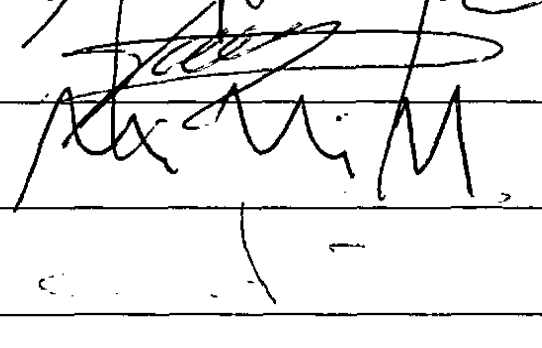
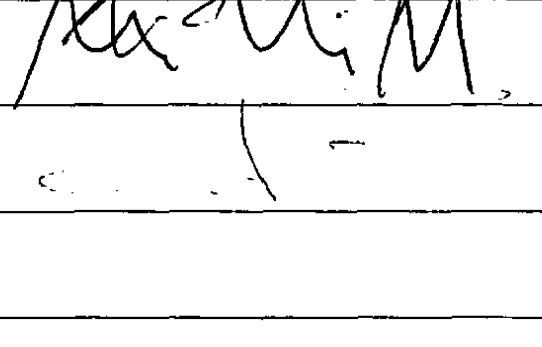
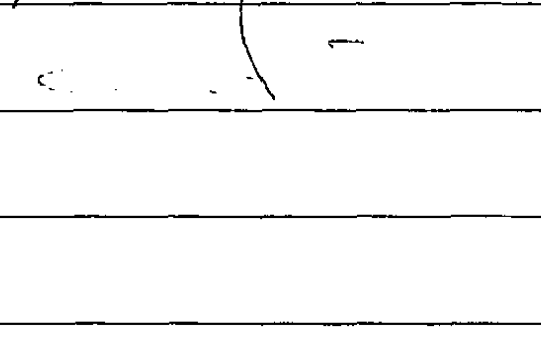
Essas as razões por que solicitamos apoio para a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 1^o de julho de 2007.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 2007

Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

	GABRIEL N. ME
	PAULO DUQUE
	EZEQUIAS
	MOZARILDO
	Ideli
	Vagner
	JAMIL AGUIAR
	Raimundo Colares
	Decidino
	E. Lopes
	GERALDO MELOTTA JR
	E. Resende

	
	EDUARDO LINS
	WELLINGTON
	ROMERO JULIA
	VALDIR RAUPP
	ROSALBA CHARLINI
	INGRID
	MARCONI PERILLO
	MAURO MARTE
	ROBERTO
	FLAVIO ARNS
	JEFFERSON LINS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

Seção I

DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º - Cada Território elegerá quatro Deputados.

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania>)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60 , DE 2007

Acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alteração do mandato de Governadores e Deputados Estaduais eleitos em 2010, com o fim de estabelecer a coincidência das eleições estaduais e municipais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescente-se ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o seguinte art. 95:

“**Art. 95.** O mandato dos Governadores e Deputados Estaduais eleitos em 2010 terá a duração de seis anos, encerrando-se em 31 de dezembro de 2016.

§ 1.º É vedada a reeleição dos Governadores eleitos em 2010.

§ 2º O mandato dos Governadores e Deputados Estaduais eleitos nas eleições posteriores será de quatro anos.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Hoje ocorrem eleições no Brasil a cada dois anos. Numa delas são eleitos Prefeitos e Vereadores, na outra, o Presidente da República, Senadores e Deputados, Governadores e Deputados Estaduais. Nosso sistema isola, portanto, as eleições municipais e faz coincidir as eleições nacionais e estaduais.

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem por objetivo alterar esse calendário. A freqüência das eleições a cada dois anos é mantida, porém a coincidência ocorreria entre eleições estaduais e municipais, restando as eleições nacionais isoladas. Para tanto, prevê mandato de seis anos para Governadores e Deputados Estaduais eleitos em 2010, assim como o retorno ao mandato de quatro anos para seus sucessores, saídos de eleições já alinhadas com o pleito municipal.

A regra ora proposta apresenta benefícios nos dois pólos objeto da mudança. As eleições nacionais definir-se-iam num só momento, que concentraria a atenção do eleitor. Não haveria mescla entre questões estaduais e nacionais nas campanhas. Eleito o Presidente da República, a composição das duas Casas do Congresso Nacional seria conhecida. Nada obstaría o início das conversações para a formação do bloco governista.

De outro lado, a coincidência entre as eleições estaduais e municipais engendraria benefícios análogos. As campanhas estariam concentradas nas questões estaduais e regionais, que englobam, necessariamente, também os interesses municipais. Os Governadores eleitos disporiam, assim como Deputados, Prefeitos, Vereadores, do quadro político completo de seus Estados, quadro que somente iria sofrer alteração quatro anos depois.

Trata-se de reconhecer, na prática, a singularidade do voto nacional, singularidade que aproxima os votos estadual e municipal, ambos portadores de propostas, programas e interesses de âmbito local, quando comparados à universalidade de que se reveste o voto nacional.

Essas as razões por que solicitamos apoio para a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,



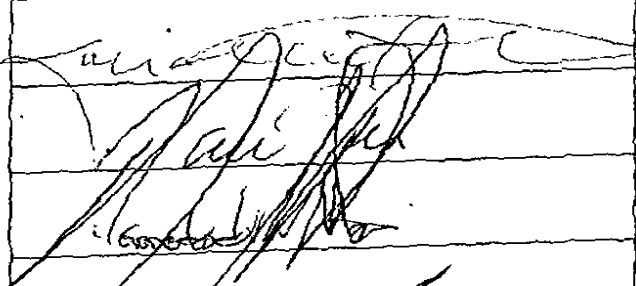
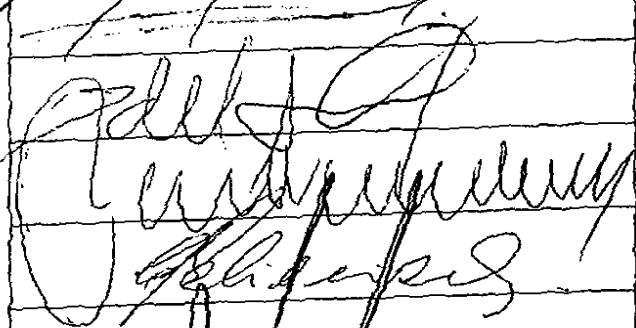
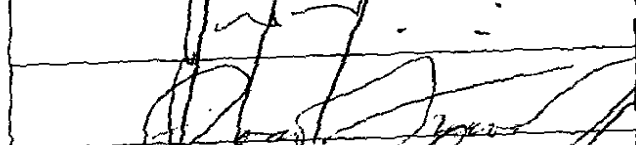

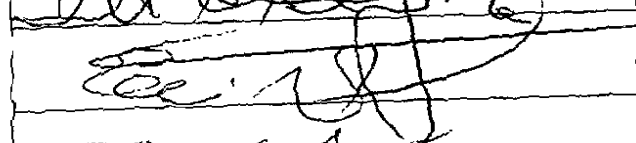
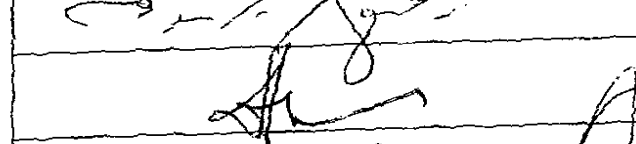
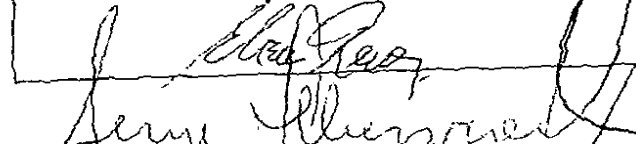


Senador FRANCISCO DORNELLES


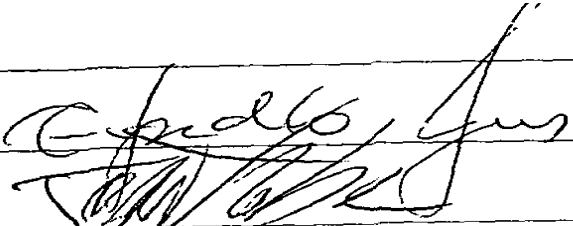
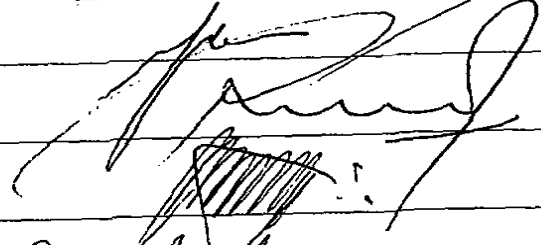
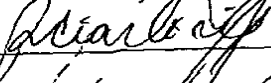
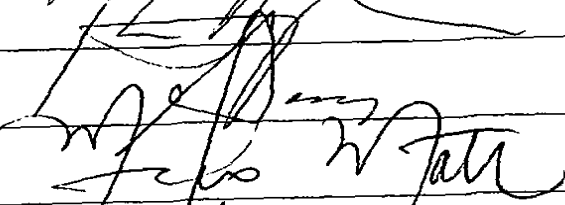


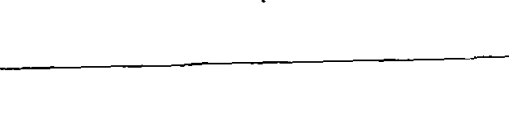

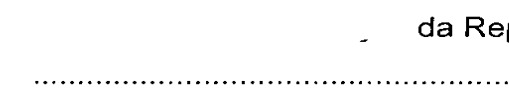

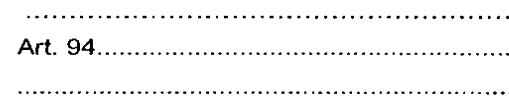
em 24 de julho de 2007



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2007

Acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alteração do mandato de Governadores e Deputados Estaduais eleitos em 2010, com o fim de estabelecer a coincidência das eleições estaduais e municipais.

	CARLOS BACCHI
	PAULO DURVE
	ALEX RÊGO
	MOZAMILDO
	Ideli
	Vagner
	Janir Congo
	Raimundo Colares
	Decilcio
	E. Lobos
	GERALDO MESQUITA JR
	Elisav Rezende

	
	Acileno Sant'Anna
	Woukka Siqueira
	ROMERO JUCA
	VALDIR RAUPP
	ROSALBA
	Lou Argem
	MARCONI PERILLO
	MAJOR NELLY
	Flávio ARNS
	Jefferson PERES

Legislação Citada

da República Federativa do Brasil de 1988

TÍTULO X

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 94.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 576 , DE 2007

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA, sobre o/
Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007,

de autoria do Senador Demóstenes Torres que
altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para ampliar a aplicação das penas alternativas.

RELATOR: Senador VALTER PEREIRA

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 137, de 2007, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que pretende alterar o Código Penal para: 1) permitir que o juiz aplique outra pena alternativa, não prevista expressamente no art. 43 desse diploma, considerando a situação econômica, a aptidão e a personalidade do condenado; 2) retirar o limite máximo de 360 salários mínimos para a pena de prestação pecuniária. Quando o juiz determinar pena restritiva diversa daquelas previstas em lei, deverá aplicar subsidiariamente, no que couber, as disposições gerais da Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal).

Na justificção, o autor argumenta que “essa inovação dá dinamicidade à punição: analisando o caso concreto, o juiz poderá vislumbrar alternativas inteligentes de pena, aptas a produzir efeito eficaz de ressocialização no condenado. Não convém, portanto, amarrar o juiz a um rol pré-determinado de penas alternativas.”

Não foram oferecidas emendas ao projeto

II – ANÁLISE

A matéria tratada no Projeto de Lei insere-se naquelas de competência privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal).

No dia 30 de março de 2007, foi-me designada a relatoria do PLS nº 137, de 2007. Dada a conexão de matérias, o PLS nº 163, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade*, também foi a mim distribuído no dia 11 de abril de 2007.

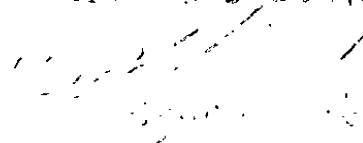
Considerando a maior abrangência do PLS nº 163, de 2007, optamos por aprová-lo, mediante apresentação de Substitutivo, que incorpora as contribuições do PLS nº 137, de 2007. Assim, o conteúdo deste projeto está satisfatoriamente contemplado no texto do Substitutivo, razão pela qual o encaminhamos ao arquivo.

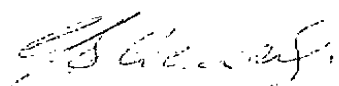
Por derradeiro, vale registrar que não verificamos divergências entre as alterações pretendidas pelos projetos.

III – VOTO

Pelas razões expostas, somos pelo **arquivamento** do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007.

Sala da Comissão, 11 de abril de 2007

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 137 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/07/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EVENTUAL: <i>Senador Pedro Simon</i>	
RELATOR: <i>Sen. Valdir Raupp</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESARENKO	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPPLY	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE	4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: *Projeto de Lei* Nº 137, DE 2006

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO		X			1 - PAULO FAIM				
SIBA MACHADO					2 - IDELI SALVATTI		X		
EDUARDO SUPLICY		X			3 - PATRICIA SABOYA GOMES				
ALOIZIO MERCADANTE		X			4 - INÁCIO ARRUDA				
EPITÁCIO CAFETEIRA					5 - JOÃO RIBEIRO				
MOZARILDO CAVALCANTI					6 - MAGNO MALTA		X		
ANTONIO CARLOS VALADARES		X			SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					7 - JOSÉ NERY				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON		<i>(Presidente)</i>			1 - ROSEANA SARNEY				
VALDIR RAUPP					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCA		X			3 - LEOMAR QUINTANILHA				
JARBAS VASCONCELOS		X			4 - PAULO DUQUE				
VALTER PEREIRA		X			5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES		X			6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA		X			1 - ELISEU RESENDE				
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES			X		3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO					4 - KÁTIA ABREU				
ROMEU TUMA		X			5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO		X			6 - FLEXA RIBEIRO		X		
EDUARDO AZEREDO		X			7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA		X			8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI		X			9 - MARIO COUTO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 19 SIM: — NÃO: 17 ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 104 / 2007

Senador PEDRO SIMON

Vice Presidente no exercício da Presidência

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 08/03/2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
Ofício nº 10 /07-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 18 de outubro de 2007.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo **arquivamento** do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007, que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para ampliar a aplicação das penas alternativas", de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador **PEDRO SIMON**

Presidente eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Constituição da República Federativa do Brasil 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

.....
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Institui a Lei de Execução Penal.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **VALTER PEREIRA**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 137, de 2007, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que pretende alterar o Código Penal para: 1) permitir que o juiz aplique outra pena alternativa, não prevista expressamente no art. 43 desse diploma, considerando a situação econômica, a aptidão e a personalidade do condenado; 2) retirar o limite máximo de 360 salários mínimos para a pena de prestação pecuniária. Quando o juiz determinar pena restritiva diversa daquelas previstas em lei, deverá aplicar subsidiariamente, no que couber, as disposições gerais da Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal).

Na justificação, o autor argumenta que “essa inovação dá dinamicidade à punição: analisando o caso concreto, o juiz poderá vislumbrar alternativas inteligentes de pena, aptas a produzir efeito eficaz de ressocialização no condenado. Não convém, portanto, amarrar o juiz a um rol pré-determinado de penas alternativas.”

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

A matéria tratada no presente projeto de lei insere-se naquelas de competência privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal).

Em todo o mundo, a adoção de penas alternativas tem, por várias razões, se mostrado eficaz, apresentando, inclusive, menor índice de reincidência se comparado com o sistema tradicional. A primeira dessas razões se refere ao fato de que as penas alternativas se voltam para a

qualificação profissional e a ressocialização do sentenciado. Além disso, a aplicação dessas penas apresenta baixos custos para o poder público. Por fim, oferece a vantagem de diminuir as tensões geradas pelo problema da superlotação nos estabelecimentos penais, circunstância esta que merece destaque, dada a situação atual do sistema penitenciário brasileiro.

Parece-nos, contudo, que a legislação brasileira, no que tange à utilização de penas alternativas, deve melhor se adequar à realidade e às especificidades do caso concreto. Assim, convém que o juiz possa, a partir do exame das particularidades da causa – situação econômica, aptidão e personalidade do condenado –, escolher a pena mais apropriada para se alcançar resultados satisfatórios, especialmente do ponto de vista da ressocialização do sentenciado. O PLS nº 137, de 2007, certamente contribuirá nesse sentido (alteração dos arts. 45 do Código Penal e do 148 da Lei de Execução Penal).

Ressalte-se que o autor do projeto teve a cautela de acrescentar à Lei de Execução Penal o art. 148-A, para determinar que o juiz deverá deixar expresso na sentença forma e condições para execução da pena restritiva de direitos que não esteja prevista em lei.

A proposição também inova ao extinguir o limite máximo para pena de prestação pecuniária, hoje estipulado em 360 salários mínimos. Embora se trate de sanção penal, essa pena restritiva de direitos também pode ter caráter de antecipação da indenização civil, uma vez que a lei prevê que *o valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários* (art. 45 do Código Penal). Sendo assim, convém eliminar esse teto máximo, pois certamente são inúmeras as circunstâncias em que a indenização ultrapassa esse valor.

Com efeito, acreditamos que as alterações pretendidas, caso aprovado o PLS nº 137, de 2007, contribuirão de forma decisiva para o aprimoramento, agilidade e eficácia de nosso sistema penitenciário.

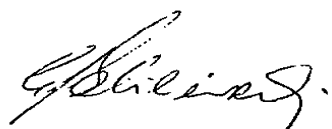
Por derradeiro, não vislumbramos vícios concernentes à regimentalidade, juridicidade ou constitucionalidade.

III – VOTO

Pelas razões expostas, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

PARECERES NºS 577 E 578 ,de 2007

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.*

(EM AUDIÊNCIA, NOS TERMOS DO RQS Nº 651, DE 2005)

PARECER Nº 577 , DE 2007, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Relator: Senador AMIR LANDO

Relator "ad hoc": Senador Gerson Lamata

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.*

Em síntese, a proposta insere quatro novos parágrafos ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, observados os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001.

O parágrafo sétimo proposto impõe ao órgão executor do programa de reforma agrária o dever de manter atualizado e dar publicidade ao cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

Por seu turno, o parágrafo oitavo prevê que os Poderes Públicos estadual e municipal, bem assim aos empreendimentos de iniciativa privada que assentem famílias em área rural, deverão manter cadastros atualizados dos

beneficiários, determinando que remetam tais dados ao INCRA, alimentando seu banco de dados, até a data que menciona.

Os parágrafos nono e décimo impõem ao INCRA e às entidades congêneres o dever de rastrear as informações constantes dos arquivos, antes de procederem ao assentamento dos inscritos, prevendo responsabilização civil, penal e administrativa aos descumpridores da regra.

Na justificativa da matéria, o Senador Delcídio Amaral observa que *é do conhecimento geral desta Nação que falsos produtores rurais infiltram-se nos assentamentos em programas de Reforma Agrária com o intuito, único e exclusivo, de obter um lote para logo em seguida revendê-lo.*

Argumenta o ilustre autor da proposta que é imprescindível que se estabeleçam formas de controle, de modo que a transparência das ações das entidades que promovem a reforma agrária conferirá maior segurança e fiabilidade ao processo.

A proposição chega a esta Comissão para decisão terminativa, sendo que não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-B, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão apreciar proposições relacionadas a direito agrário, planejamento e execução da política agrícola.

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Ademais, não há reserva temática de iniciativa a respeito, como se depreende do art. 61, § 1º, da Lei Magna. Do mesmo modo, no que pertine à constitucionalidade material e juridicidade, a proposta revela-se irreprochável.

No que concerne à técnica legislativa, entretanto, constatamos a existência de algumas atecnias meramente redacionais, as quais cuidamos de corrigir através da apresentação de duas emendas.

A primeira delas altera a ementa e o *caput* do art. 1º do projeto, com o intuito de adequá-los aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A segunda emenda, por seu turno, acrescenta ao projeto artigo segundo, estabelecendo cláusula de vigência, consoante imperativo do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, não podemos deixar de aplaudir a preocupação e a iniciativa do nobre Senador Delcídio Amaral, de modo que o Congresso Nacional mantém a tradição de estar sempre atento aos fatos sociais e aos problemas que a sociedade brasileira enfrenta.

É certo que o Estado deve exercer fiscalização e controle mais ostensivos sobre o processo de reforma agrária, com vistas a impedir que oportunistas se valham de movimentos sociais para atingir seus objetivos escusos.

Nesse sentido, o vertente projeto, ao determinar a manutenção de um cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, impondo, ainda, ao INCRA e demais entidades o dever de rastrear as informações constantes de seus arquivos, cria óbice à má utilização deste instrumento de justiça social, que é a reforma agrária, beneficiando quem, de fato, necessita de terra para manter o seu próprio sustento e o de sua família.

Com o intuito de aprimorar o sistema de fiscalização e controle previsto na proposta, oferecemos emenda de mérito, alterando o § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, com os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, a que se refere o art. 1º da proposição, determinando que os bancos de dados que serão disponibilizados pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária sejam referenciados geograficamente.

Essa medida busca dar maior clareza às informações compiladas, facilitando o acesso e a pesquisa nos bancos de dados do programa de reforma agrária, de modo a tornar mais efetiva a sua fiscalização.

III – VOTO

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CRA

Dê-se à ementa e ao *caput* do art. 1º do PLS nº 180, de 2003, a seguinte redação:

Acrescenta parágrafos ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que *dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal*, para obrigar a manutenção de cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

EMENDA Nº 2 – CRA

Acresça-se ao PLS 180, de 2003, art. 2º, com a seguinte redação:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 3 - CRA

Dê-se ao § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a seguinte redação:

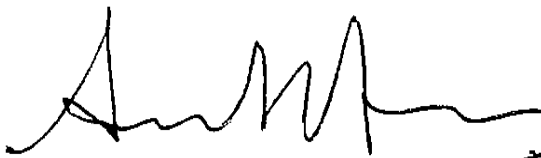
“Art. 18.

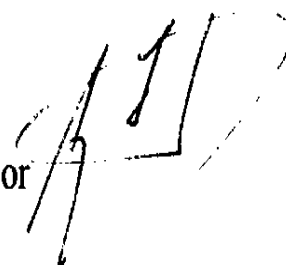
.....


§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, disponibilizando tais informações através de banco de dados geograficamente referenciado e fazendo publicar as relações devidas, com a qualificação completa dos assentados, até a data de 30 de março do ano seguinte.

.....(NR)”

Sala da Comissão,

 , Presidente

 , Relator

 , RELATOR AD HOC

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 180, DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17.11.05, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>SENADOR SÉRGIO GUERRA</u>	
RELATOR: <u>SENADOR GERSON CAMATA (RELATOR AD HOC)</u>	
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
LÚCIA VÂNIA	1- REGINALDO DUARTE
FLEXA RIBEIRO	2- ALVARO DIAS
SÉRGIO GUERRA	3- LEONEL PAVAN
GILBERTO GOELLNER	4- EDISON LOBÃO
DEMOSTENES TORRES	5- VAGO ³
HERÁCLITO FORTES	6- RODOLPHO TOURINHO
PMDB	
RAMEZ TEBET	1- WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	2- ROMERO JUCÁ
LEOMAR QUINTANILHA - PG do B	3- AMIR LANDO
GERSON CAMATA	4- MÃO SANTA
(VAGO) ⁴	5- VALDIR RAUPP
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PPS/PL/PT/PSB/ ²)	
FLÁVIO ARNS	1- SERYS SLHESSARENKO
AELTON FREITAS	2- DELCIDIO AMARAL
SIBÁ MACHADO	3- MAGNO MALTA
ANA JÚLIA CAREPA	4- SÉRGIO ZAMBIASI
JOÃO RIBEIRO	5- MARCELO CRIVELLA
PDT	
OSMAR DIAS	1- CRISTOVAM BUARQUE

1 - O Senador Mário Calixto deixou o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

2 - O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

3 - A Senadora Roseana Sarney encontra-se licenciada do cargo durante o período de 16.06.2005 a 16.10.2005.

4 - O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.09.2005 a 13.01.2006.

PARECER Nº 578, DE 2007,

1ª COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.*

A proposição insere quatro novos parágrafos ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, observados os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001.

O parágrafo sétimo impõe ao órgão executor do programa de reforma agrária o dever de manter atualizado e dar publicidade ao cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

O parágrafo oitavo prevê que os Poderes Públicos estadual e municipal, bem assim aos empreendimentos de iniciativa privada que assentem famílias em área rural, deverão manter cadastros atualizados dos beneficiários,

determinando que remetam tais dados ao INCRA, alimentando seu banco de dados, até a data que menciona.

Os parágrafos nono e décimo impõem ao INCRA e às entidades congêneres o dever de rastrear as informações constantes dos arquivos, antes de procederem ao assentamento dos inscritos, prevendo responsabilização civil, penal e administrativa aos descumpridores da regra.

Na justificativa da matéria, o Senador Delcídio Amaral pondera que *é do conhecimento geral desta Nação que falsos produtores rurais infiltram-se nos assentamentos em programas de Reforma Agrária com o intuito, único e exclusivo, de obter um lote para logo em seguida revendê-lo.*

Argumenta, o ilustre autor da proposta, que é imprescindível que se estabeleçam formas de controle, de modo que a transparência das ações das entidades que promovem a reforma agrária conferirá maior segurança e fiabilidade ao processo.

A proposição chega a esta Comissão para decisão terminativa, tendo recebido uma emenda.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão apreciar proposições relacionadas a direito agrário, planejamento e execução da política agrícola.

Observamos que os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Outrossim, não há reserva temática de iniciativa a respeito, como se depreende do art. 61, § 1º, da Lei Magna. Do mesmo modo, no que pertine à constitucionalidade material e juridicidade, a proposta revela-se irreprochável.

No que concerne à técnica legislativa, entretanto, constatamos a existência de algumas atecnias meramente redacionais, as quais cuidamos de corrigir através da apresentação de duas emendas.

A primeira delas altera a ementa e o *caput* do art. 1º do projeto, com o intuito de adequá-los aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A segunda emenda, por seu turno, acrescenta ao projeto artigo segundo, estabelecendo cláusula de vigência, consoante imperativo do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, não podemos deixar de aplaudir a preocupação e a iniciativa do nobre Senador Delcídio Amaral, de modo que o Congresso Nacional mantém a tradição de estar sempre atento aos fatos sociais e aos problemas que a sociedade brasileira enfrenta.

É certo que o Estado deve exercer fiscalização e controle mais ostensivos sobre o processo de reforma agrária, com vistas a impedir que oportunistas se valham de movimentos sociais para atingir seus objetivos escusos.

Nesse sentido, o vertente projeto, ao determinar a manutenção de um cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, impondo, ainda, ao INCRA e demais entidades, o dever de rastrear as informações constantes de seus arquivos, cria óbice à má utilização deste instrumento de justiça social, que é a reforma agrária, beneficiando quem, de fato, necessita de terra para manter o seu próprio sustento e o de sua família.

Com o intuito de aprimorar o sistema de fiscalização e controle previsto na proposta, oferecemos emenda de mérito, alterando o § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, com os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, a que se refere o art. 1º da proposição, determinando que os bancos de dados que serão disponibilizados pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária sejam referenciados geograficamente.

Essa medida busca dar maior clareza às informações compiladas, facilitando o acesso e a pesquisa nos bancos de dados do programa de reforma agrária, de modo a tornar mais efetiva a sua fiscalização.

Somos chamados a nos pronunciar sobre emenda de autoria do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, que introduz dois parágrafos (de números 11 e 12) ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 1993.

Em suma, com os dois parágrafos que pretende acrescentar à emenda em exame, objetiva o nobre Senador estabelecer vedação absoluta à alienação de imóveis rurais, das benfeitorias e das concessões, por parte de beneficiário da reforma agrária, pelo prazo de dez anos. Pretende, ademais, estabelecer direito de preferência de compra em favor do ente federal encarregado pelo Programa de Reforma Agrária, ao final do referido prazo.

Estamos totalmente de acordo com o ilustre Senador, quando demonstra preocupação com a “mercantilização do acesso à terra”, implementada por práticas criminosas de uma minoria dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

Comungamos, pois, do entendimento de que as regras que proíbem a alienação de terras transferidas a trabalhadores rurais nessas circunstâncias devem ser enrijecidas, em obediência ao preceito constitucional insculpido no art. 189 e por razões de justiça social, de modo a estender a vedação a qualquer das espécies de alienação ou transferência de posse, bem assim às benfeitorias e concessões eventualmente existentes.

Ademais, vemos com bons olhos o expediente da preferência de compra outorgado ao Poder Público, pois, sem dúvida, representa a fixação de mais uma garantia ao respeito das normas de regência da matéria.

Para maior clareza preferimos oferecer uma Subemenda, alterando o *caput* do art. 18, nele incluindo as vedações propostas pela emenda recebida e introduzindo pelo § 11 a imissão de posse pelo órgão do Governo Federal no caso de descumprimento das disposições do *caput*.

III – VOTO

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, com a Emenda nº 02 da CRA, e das Emendas nºs 01 e 03 da CRA, com Subemendas, e, ainda, da Emenda nº 04 apresentada:

EMENDA Nº 02 – CRA-CAE

Acresça-se ao PLS 180, de 2003, art. 2º, com a seguinte redação:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SUBEMENDA À EMENDA Nº 03 – CRA-CAE

Dê-se ao § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a seguinte redação:

“Art. 18.

.....

§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas adquiridas e de beneficiários da reforma agrária, disponibilizando tais informações através de banco de dados geograficamente referenciado e fazendo publicar as relações devidas, com a qualificação completa dos assentados, até a data de 30 de março do ano seguinte.

.....(NR)”

SUBEMENDA À EMENDA Nº 01-CRA-CAE

Dê-se à ementa e ao *caput* do art. 1º do PLS nº 180, de 2003, a seguinte redação:

Altera o art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que *dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à*

reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

EMENDA Nº 04-CRÉ

O *caput* do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação acrescido dos seguintes §§ 11 e 12:

Art. 18. A distribuição de imóveis rurais por reforma agrária far-se-á por meio de títulos de domínio ou de concessão de uso, vedada a transmissão da propriedade ou da posse, total ou parcialmente, a título oneroso ou gratuito, pelo prazo de dez anos, ressalvada a sucessão por morte.

.....

§ 11. O órgão federal competente será liminarmente imitido na posse do imóvel, em caso de descumprimento das disposições do *caput* deste artigo.

§ 12. Decorrido o prazo a que se refere o *caput* deste artigo, o órgão federal competente gozará de direito de preferência para adquirir o imóvel em igualdade de condições e valor com os particulares, devendo o beneficiário do programa de reforma agrária notificá-lo da intenção de alienar, a fim de que possa exercer o direito de preferência no prazo de quarenta e cinco dias, a contar do recebimento da notificação, comprovadamente efetivada mediante recibo” (NR).

Sala da Comissão, em 15 de Maio de 2007

, Presidente


, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2003
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/05/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *[Assinatura]*

RELATOR(A): *[Assinatura]*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLYCY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SLAYS SLHESSARENKO (PR)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAOQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ALMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUEBBA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMARDIAS	1-JEFFERSON PÉRES
-----------	-------------------


COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 180, de 2003

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				2-PAULO PAIM (PT)				
DELCLÍDIO AMARAL (PT) AUTOR			X		3-IDELI SALVATTI (PT)	X			
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)				
FERNANDO COLLOR (PTB)	X				5-MARCELO CRIVELLA (PRB)	X			
RENATO CASAGRANDE (PSB)					6-INACIO ARRUDA (PCdoB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)	X				7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	X			
SERY S SHESSARENKO (PT)	X				8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
JOAO VICENTE CLAUDINO (PTB)					9-JOAO RIBEIRO (PR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1-VALTER PEREIRA	X			
VALDIR RAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON	X				3-WELLINGTON SALGADO	X			
MÃO SANTA					4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-JOAOQUIM RORIZ				
NEUTO DE CONTO	X				6-PAULO DUQUE				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1-JONAS PINHEIRO				
EDISON LOBÃO	X				2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES				
ELISEU RESENDE	X				3-DEMÓSTENES TORRES				
LAYME CAMPOS					4-ROSALBA CIARLINI				
KATIA ABREU					5-MARCO MACIEL	X			
RAIMUNDO COLOMBO					6-ROMEU TUMA				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA	X				1-ARTHUR VIRGILIO				
FLEXA RIBEIRO	X				2-EDUARDO AZEREDO	X			
SERGIO GUERRA					3-MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				4-JOAO TENÓRIO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1-JEFFERSON PERES	X			

TOTAL 23 SIM 21 NÃO 2 PREJ - AUTOR 01 ABS - PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 15/07/07.


Senador Aloizio Mercadante
Presidente


OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 02-CRA-CAE e Emenda nº 04-CAE apresentadas ao PLS nº 180, de 2003.												
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO			
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				1-FLÁVIO ARNS (PT)							
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				2-PAULO PAIM (PT)							
DELÍCIO AMARAL (PT) AUTOR	X				3-IDELI SALVATTI (PT)	X						
ALOÍZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)							
FERNANDO COLLOR (PTB)					5-MARCELO CRIVELLA (PRB)							
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	X						
EXPEDITO JÚNIOR (PR)					7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)							
SERY S SHESSARENKO (PT)	X				8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	X						
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					9-JOÃO RIBEIRO (PR)							
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO			
ROMERO JUCA	X				1-VALTER PEREIRA	X						
VALDIR RAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY							
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO	X						
MÃO SANTA	X				4-LEOMAR QUINTANILHA							
GILVAM BORGES					5-JOAOQUIM RORIZ							
NEUTO DE CONTO					6-PAULO DUQUE							
GARIBALDI ALVES FILHO	X				7-JARBAS VASCONCELOS							
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO			
ADELMI R SANTANA					1-JONAS PINHEIRO							
EDISON LOBÃO	X				2-ANTONIO CARLOS MAGALHAES							
ELISEU RESENDE	X				3-DEMÓSTENES TORRES							
JAYME CAMPOS					4-ROSALBA CIARLINI							
KATIA ABREU					5-MARCO MACIEL							
RAIMUNDO COLOMBO					6-ROMEU TUMA	X						
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO			
CÍCERO LUCENA	X				1-ARTHUR VIRGÍLIO							
FLEXA RIBEIRO	X				2-EDUARDO AZEREDO	X						
SÉRGIO GUERRA					3-MARCONI PERILLO							
TASSO JERISSATI	X				4-JOÃO TENÓRIO							
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO			
OSMAR DIAS					1-JEFFERSON PERES	X						

TOTAL 23 SIM 22 NÃO PREJ. 01 AUTOR 01 ABS. 01 PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 15/07/07.


Senador Aloizio Mercadante
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF, Comissão de Assuntos Econômicos)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Subemendas às Emendas nºs 01 e 03-CRA-CAE apresentadas ao PLS nº 180, de 2003.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, Pcdob, PRB, PP e PTB)				SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, Pcdob, PRB, PP e PTB)			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY (PT)				1-FLÁVIO ARNS (PT)			
X							
FRANCISCO DORNELLES (PP)				2-PAULO PAIM (PT)			
X							
DELÍCIO AMARAL (PT) AUTOR				3-IDELI SALVATTI (PT)			
X				X			
ALOIZIO MERCADANTE (PT)				4-SIBA MACHADO (PT)			
FERNANDO COLLOR (PTB)				5-MARCELO CRIVELLA (PRB)			
X							
RENATO CASAGRANDE (PSB)				6-INACIO ARRUDA (PCdoB)			
				X			
EXPEDITO JUNIOR (PR)				7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)			
X							
SERYS SLIESSARENKO (PT)				8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)			
				X			
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				9-JOÃO RIBEIRO (PR)			
TITULARES - PMDB				SUPLENTE - PMDB			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO LUCA				X			
X							
VALDIR RAUPP				1-VALTER PEREIRA			
X				X			
PEDRO SIMON				2-ROSEANA SARNEY			
MÃO SANTA				3-WELLINGTON SALGADO			
X				X			
GILVAM BORGES				4-LEOMAR QUINTANILHA			
NEUTO DE CONTO				5-JOAOQUIM RORIZ			
GARIBALDI ALVES FILHO				6-PAULO DUQUE			
X							
TITULARES - PFL				7-JARBAS VASCONCELOS			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL			
ADELMIR SANTANA							
EDISON LOBÃO				1-JONAS PINHEIRO			
X							
ELISEU RESENDE				2-ANTONIO CARLOS MAGALHAES			
X							
JAYME CAMPOS				3-DEMÓSTENES TORRES			
KÁTIA ABREU				4-ROSALBA CIARLINI			
RAIMUNDO COLOMBO				5-MARCO MACIEL			
TITULARES - PSDB				6-ROMEU TUMA			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB			
CÍCERO LUCENA							
X							
FLEXA RIBEIRO				1-ARTHUR VIRGÍLIO			
X				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA							
TASSO JEREISSATI				2-EDUARDO AZEREDO			
				X			
TITULAR - PDT				3-MARCONI PERILLO			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO				
OSMAR DIAS				4-JOÃO TENÓRIO			
				SUPLENTE-PDT			
				1-JEFFERSON PÉRES			
				X			

TOTAL 23 SIM 22 NÃO 1 PREJ 1 AUTOR 1 ABS 1 PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 15/07/07.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Atualizada em 30/04/07

Aloizio Mercadante
Senador Aloizio Mercadante
Presidente

TEXTO FINAL

AO

PROJETO DE LEI Nº 180, DE 2003

Altera o art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 18** A distribuição de imóveis rurais por reforma agrária far-se-á por meio de títulos de domínio ou de concessão de uso, vedada a transmissão da propriedade ou da posse, total ou parcialmente, a título oneroso ou gratuito, pelo prazo de dez anos, ressalvada a sucessão por morte.

.....
§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas adquiridas e de beneficiários da reforma agrária, disponibilizando tais informações através de banco de dados geograficamente referenciado e fazendo publicar as relações devidas, com a qualificação completa dos assentados, até a data de 30 de março do ano seguinte.

§ 8º O Poder Público estadual e municipal, bem como os empreendimentos da iniciativa privada que assentam famílias em área rural, manterão cadastro atualizado dos beneficiários, com as respectivas qualificações completas, e enviarão as relações ao INCRA, mediante recibo, até o dia 30 de janeiro do ano seguinte.

§ 9º O INCRA e as demais entidades que distribuem terras em programa de Reforma Agrária rastrearão as informações constantes dos arquivos, reciprocamente, antes de procederem ao assentamento dos inscritos.

§ 10. Os responsáveis pela busca que descumprirem as obrigações impostas no parágrafo anterior responderão civil, penal e administrativamente.

§ 11. O órgão federal competente será liminarmente imitido na posse do imóvel, em caso de descumprimento das disposições do *caput* deste artigo.

§ 12. Decorrido o prazo a que se refere o *caput* deste artigo, o órgão federal competente gozará de direito de preferência para adquirir o imóvel em igualdade de condições e valor com os particulares, devendo o beneficiário do programa de reforma agrária notificá-lo da intenção de alienar, a fim de que possa exercer o direito de preferência no prazo de quarenta e cinco dias, a contar do recebimento da notificação, comprovadamente efetivada mediante recibo”.

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (NR)

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2007


Senador ALOIZIO MERCADANTE, Presidente


Senador EDUARDO AZEREDO, Relator

Of. nº 75/2007/CAE

Brasília, 15 de maio de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realiza-

da nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal” com a Emenda nº 2-CRA-CAE, com as Subemendas as Emendas nºs 1 e 3-CRA-CAE e com a Emenda nº 4-CAE.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

TÍTULO VII
Da Ordem Econômica e Financeira
CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

CAPÍTULO III
DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos

Mensagem de veto

constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Art. 18. A distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos. (Vide Medida Provisória nº 2.183-56, de 24/08/01)

Parágrafo único. O órgão federal competente manterá atualizado cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

Art. 4º A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 18.

§ 1º O título de domínio de que trata este artigo conterá cláusulas resolutivas e será outorgado ao beneficiário do programa de reforma agrária, de forma individual ou coletiva, após a realização dos serviços de medição e demarcação topográfica do imóvel a ser alienado.

§ 2º Na implantação do projeto de assentamento, será celebrado com o beneficiário do programa de reforma agrária contrato de concessão de uso, de forma individual ou coletiva, que conterá cláusulas resolutivas, estipulando-se os direitos e as obrigações da entidade concedente e dos concessionários, assegurando-se a estes o direito de adquirir, em definitivo, o título de domínio, nas condições previstas no § 1º, computado o período da concessão para fins da inegociabilidade de que trata este artigo.

§ 3º O valor da alienação do imóvel será definido por deliberação do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cujo ato fixará os critérios para a apuração do valor da parcela a ser cobrada do beneficiário do programa de reforma agrária.

§ 4º O valor do imóvel fixado na forma do § 3º será pago em prestações anuais pelo beneficiário do programa de reforma agrária, amortizadas em até vinte anos, com carência de três anos e corrigidas monetariamente pela variação do IGP-DI.

§ 5º Será concedida ao beneficiário do programa de reforma agrária a redução de cinquenta por cento da correção monetária incidente sobre a prestação anual, quando efetuado o pagamento até a data do vencimento da respectiva prestação.

§ 6º Os valores relativos às obras de infra-estrutura de interesse coletivo, aos custos despendidos com o plano de desenvolvimento do assentamento e aos serviços de medição e demarcação topográficos são considerados não reembolsáveis, sendo que os créditos concedidos aos beneficiários do programa de reforma agrária serão excluídos do valor das prestações e amortizados na forma a ser definida pelo órgão federal executor do programa.

§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária." (NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em

vigor no dia subsequente à sua consumação integral. (Parágrafo incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

§ 2º As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula 'esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial' .(Parágrafo incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250 PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”.

A proposição insere quatro novos parágrafos ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, observados os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183–56, de 24 de agosto de 2001.

O parágrafo sétimo impõe ao órgão executor do programa de reforma agrária o dever de manter atualizado e dar publicidade ao cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

O parágrafo oitavo prevê que os Poderes Públicos, estadual e municipal, bem assim aos empreendimentos de iniciativa privada que assentem famílias em área rural, deverão manter cadastros atualizados dos beneficiários, determinando que remetam tais dados ao Incra, alimentando seu banco de dados, até a data que menciona.

Os parágrafos nono e décimo impõem ao Incra e às entidades congêneres o dever de rastrear as informações constantes dos arquivos, antes de procederem ao assentamento dos inscritos, prevendo responsabilização civil, penal e administrativa aos descumpridores da regra.

Na justificação da matéria, o Senador Delcídio Amaral pondera que “é do conhecimento geral desta Nação que falsos produtores rurais infiltram-se nos assentamentos em programas de Reforma Agrária com o intuito, único e exclusivo, de obter um lote para logo em seguida revendê-lo”.

Argumenta, o ilustre autor da proposta, que é imprescindível que se estabeleçam formas de controle, de modo que a transparência das ações das entidades que promovem a reforma agrária conferirá maior segurança e fiabilidade ao processo.

A proposição chega a esta Comissão para decisão terminativa, sendo que não recebeu emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 99, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão apreciar proposições relacionadas a direito agrário, planejamento e execução da política agrícola.

Observamos que os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Outrossim, não há reserva temática de iniciativa a respeito, como se depreende do art. 61, § 1º, da Lei Magna. Do mesmo modo, no que seja pertinente a constitucionalidade material e juridicidade, a proposta revela-se irreprochável.

No que concerne à técnica legislativa, entretanto, constatamos a existência de algumas atecniais meramente redacionais, as quais cuidamos de corrigir por meio da apresentação de duas emendas.

A primeira delas altera a ementa e o **caput** do art. 1º do projeto, com o intuito de adequá-los aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A segunda emenda, por seu turno, acrescenta ao projeto o artigo segundo, estabelecendo cláusula de vigência, consoante imperativo do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, não podemos deixar de aplaudir a preocupação e a iniciativa do nobre Senador Delcídio Amaral, de modo que o Congresso Nacional mantêm a tradição de estar sempre atento aos fatos sociais e aos problemas que a sociedade brasileira enfrenta.

É certo que o Estado deve exercer fiscalização e controle mais ostensivos sobre o processo de reforma agrária, com vistas a impedir que oportunistas se valham de movimentos sociais para atingir seus objetivos escusos.

Nesse sentido, o vertente projeto, ao determinar a manutenção de um cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, impondo, ainda, ao Incra e demais entidades, o dever de rastrear as informações constantes de seus arquivos, cria óbice à má utilização deste instrumento de justiça social, que é a reforma agrária, beneficiando quem, de fato, necessita de terra para manter o seu próprio sustento e o de sua família.

Com o intuito de aprimorar o sistema de fiscalização e controle previsto na proposta, oferecermos emenda de mérito, alterando o § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, com os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183–56, de 24 de agosto de 2001, a que se refere o art. 1º da proposição, determinando que os bancos de dados que serão disponibiliza-

dos pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária sejam referenciados geograficamente.

Essa medida busca dar maior clareza às informações compiladas, facilitando o acesso e a pesquisa nos bancos de dados do programa de reforma agrária, de modo a tornar mais efetiva a sua fiscalização.

III – Voto

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1

Dê-se a ementa e ao **caput** do art. 1º do PLS nº 180, de 2003, a seguinte redação:

Acrescenta parágrafos ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dis-

põe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”.

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

EMENDA Nº 2

Acresça-se ao PLS nº 180, de 2003, art. 2º, com a seguinte redação:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a seguinte redação:

“Art. 18.

§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, disponibilizando tais informações através de banco de dados geograficamente referenciado e fazendo publicar as relações devidas, com a qualificação completa dos assentados, até a data de 30 de março do ano seguinte.

.....(NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”.

A proposta acresce quatro novos parágrafos aos seis que já constam do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

O parágrafo sétimo proposto impõe ao órgão executor do programa de reforma agrária o dever de manter atualizado e dar publicidade ao cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

O parágrafo oitavo prevê que os Poderes Públicos, estadual e municipal, bem assim os empreendimentos de iniciativa privada que assentem famílias em área rural, deverão manter cadastros atualizados dos beneficiários, determinando que remetam tais dados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), alimentando seu banco de dados, até a data que menciona.

Por seu turno, os parágrafos nono e décimo impõem ao Incra e às entidades congêneres o dever de rastrear as informações constantes dos arquivos, antes de procederem ao assentamento dos inscritos, prevenindo responsabilização civil, penal e administrativa aos descumpridores da regra.

Na justificação da matéria, o Senador Delcídio Amaral observa que “é do conhecimento geral desta Nação que falsos produtores rurais infiltram-se nos assentamentos em programas de Reforma Agrária com o intuito, único e exclusivo, de obter um lote para logo em seguida revendê-lo”.

Argumenta o ilustre autor da proposta que é imprescindível que se estabeleçam formas de controle, de modo que a transparência das ações das entidades que promovem a reforma agrária conferirá maior segurança e fiabilidade ao processo.

A proposição foi aprovada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com três emendas, sendo duas de redação e uma de mérito. As duas primeiras apenas modificam a ementa do projeto e fixam cláusula de vigência, adequando a proposição aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998. Já a terceira determina que os bancos de dados que serão disponibilizados pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária sejam referenciados geograficamente.

Vem, agora, o projeto ao exame desta Comissão técnica para exame em caráter terminativo.

II – Análise

Nos termos do art. 99, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão apreciar proposições relacionadas a direito agrário, planejamento e execução da política agrícola.

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, tendo em vista que compete privativamente a União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Ademais, não há reserva temática de iniciativa a respeito, como se depreende do art. 61, § 1º, da Lei Magna. Igualmente, no que tange a constitucionalidade material, juridicidade e técnica legislativa, a proposta revela-se irreprochável, especialmente após os aperfeiçoamentos implementados pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que nos antecedeu no exame da matéria.

Realmente, as três emendas propostas pelo eminente Senador Amir Lando e aprovadas pelo plenário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, contribuíram para que a proposição legislativa fosse escoimada de qualquer vício de técnica legislativa. Ademais, a emenda de mérito aprovada segue a esteira da imprescindível utilização dos recursos disponíveis, ao exigir que o Órgão executor do programa de reforma agrária providencie o referenciamento geográfico das áreas desapropriadas, de modo a simplificar a fiscalização.

Quanto ao mérito, é digna de aplauso a iniciativa do nobre Senador Delcídio Amaral, que revela preocupação e sensibilidade com a situação enfrentada pelo homem do campo. Não temos dúvida de que este projeto é um importante avanço no sentido de identificar distorções e favorecer os que realmente necessitam de políticas públicas.

Nesse sentido, como bem salientou o Senador Amir Lando em seu parecer a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária: “o projeto, ao determinar a manutenção de um cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, impondo, ainda, ao Incra e demais entidades o dever de rastrear as informações constantes de seus arquivos, cria óbice a má utilização deste instrumento de justiça social, que é a reforma agrária, beneficiando quem, de fato, necessita de terra para manter o seu próprio sustento e o de sua família”.

III – Voto

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, com as emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala da Comissão, – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

PARECER Nº 579, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos aos arts. 5º e 20 da Lei nº 81.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para a sua liberação.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Esta Comissão recebe para análise, em caráter terminativo, a iniciativa acima ementada, do Senador Paulo Paim, que altera a lei de regência do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para determinar que se dê publicidade sobre a existência de contas fundiárias inativas, bem como dos procedimentos necessários para a realização do saque pelos seus titulares.

Fundamentando a proposição, argumenta o autor que é justo que o trabalhador tenha todos Os esclarecimentos sobre a existência de valores de sua titularidade e que estejam a sua disposição.

Aponta ainda que o Estado deve a exemplo do que faz relativamente ao abono do PIS-PASEP, veicular campanhas periódicas sobre o FGTS, com a finalidade de orientar os trabalhadores.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A iniciativa foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e a competência para legislar (art. 61, **caput**; art. 48 e § 6º do art. 150 da Carta Magna, respectivamente).

No mérito, a iniciativa é bem vinda à medida que possibilitará a milhares de trabalhadores tomarem conhecimento da existência de créditos de sua titularidade, ainda não reclamados.

Lembramos que o FGTS possui natureza complexa, pois ao mesmo tempo em que se constitui em direito do trabalhador é também um fundo social de aplicação variada.

Assim, ele é crédito trabalhista na medida em que é uma espécie de poupança forçada do trabalhador, concebido para socorrê-lo em situações excepcionais durante a vigência do vínculo de emprego ou na cessação deste, de forma instantânea ou em circunstância futura, conforme a causa determinante da cessação contratual.

Relativamente a sua natureza de fundo social temos a aplicação dos recursos do FGTS no financiamento de construção de habitações populares, obras de saneamento básico e de infra-estrutura urbana. Essa aplicação vinculada, em conjugação harmônica com uma política pública de emprego, contribui decisivamente para a alavancagem do nível de emprego.

Especialmente por essas razões percebemos a oportunidade e importância deste projeto, que será, sem dúvida, mais um instrumento para promover a transparência e a eficiência na gestão do FGTS.

III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2006 na forma do Substitutivo.

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)**Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.
.....

VIII – depois de decorrido um ano da data de rescisão do contrato de trabalho, ocorrida por qualquer motivo, mesmo que o trabalhador venha a firmar um novo contrato de trabalho em qualquer tempo.”

Art. 2º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo e parágrafos:

“Art. 20.
.....

§ 21. Na hipótese do inciso VIII, o prazo de um ano correrá a partir da data de entrada em vigor desta Lei se a rescisão contratual tiver ocorrido anteriormente à sua vigência. Fica assegurado o direito ao saque imediato do saldo da conta se o trabalhador tiver completado três anos ininterruptos fora do regime do FGTS antes da entrada em vigor desta lei.

.....
Art. 21-A. No caso de não ter havido solicitação de movimentação da conta vinculada por seu titular, após um ano da aquisição do direito de que trata o inciso VIII do art. 20, fica o Agente Operador do FGTS autorizado a transferir o saldo disponível nela existente para outra conta vinculada, de mesma titulari-

dade, referente a vínculo empregatício vigente, se houver.

§ 1º Uma vez efetuada a transferência prevista no **caput**, não será feito o desmembramento do saldo da conta vinculada em nenhuma hipótese, e a movimentação será regida pela regra que for aplicável a conta que recebeu a transferência.

“§ 2º A transferência feita nos termos do **caput** não gera impactos no cálculo da multa

rescisória eventualmente devida pelo empregador do vínculo empregatício cuja conta recebeu o saldo transferido.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala da Comissão, . – **Patrícia Saboya**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126 de 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1 / 2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA

RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

PATRÍCIA SABOYA (PSB)

1- FÁTIMA CLEIDE (PT)

FLÁVIO ARNS (PT)

2- SERYS SLHESSARENKO(PT)

AUGUSTO BOTELHO (PT)

3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)

PAULO PAIM (PT)

4- FERNANDO COLLOR (PTB)

MARCELO CRIVELLA (PRB)

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)

ÁCIO ARRUDA (PC do B)

6- IDELI SALVATTI (PT)

JOÃO PEDRO (PT)

7- MAGNO MALTA (PR)

JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão)

8- (vago)

PMDB TITULARES

PMDB SUPLENTE

ROMERO JUCÁ

1- LEOMAR QUINTANILHA

GERALDO MESQUITA JÚNIOR

2- VALTER PEREIRA

GARIBALDI ALVES FILHO

3- PEDRO SIMON

VALDIR RAUPP

4- NEUTO DE CONTO

WELLINGTON SALCADO DE OLIVEIRA

5- JOAQUIM RORIZ

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1- ADELMIR SANTANA

JAYME CAMPOS

2- HERÁCLITO FORTES

KÁTIA ABREU

3- RAIMUNDO COLOMBO

SALBA CIARLINI

4- ROMEU TUMA

EDUARDO AZEREDO

5- CÍCERO LUCENA

LÚCIA VÂNIA

6- SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7- MARISA SERRANO

PDT TITULARES

PDT SUPLENTE

JOÃO DURVAL

1-CRISTOVAM BUARQUE

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 126, DE 2006
(EMENDA Nº01-CAS, SUBSTITUTIVO) APROVADO NA
REUNIÃO DE 23 DE MAIO DE 2007 E DEFINITIVAMENTE
ADOTADO NA REUNIÃO DE 30 DE MAIO DE 2007.**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126 (SUBSTITUTIVO),
DE 2006**

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá
outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso VIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20.

VIII – depois de decorrido um ano da data de rescisão do contrato de trabalho, ocorrida por qualquer motivo, mesmo que o trabalhador venha a firmar um novo contrato de trabalho em qualquer tempo.

..... (NR)"

Art. 2º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte § 21 ao art. 20 e do seguinte art. 21-A:

"Art. 20.

§ 21 Na hipótese do inciso VIII, o prazo de um ano correrá a partir da data de entrada em vigor desta Lei se a rescisão contratual tiver ocorrido anteriormente à sua vigência. Fica assegurado o direito ao saque imediato do saldo da conta se o trabalhador tiver completado três anos ininterruptos fora do regime do FGTS antes da entrada em vigor desta lei. (NR)"


"Art. 21-A. No caso de não ter havido solicitação de movimentação da conta vinculada por seu titular, após um ano da aquisição do direito de que trata o inciso VIII do art. 20, fica o Agente Operador do FGTS autorizado a transferir o saldo disponível nela existente para outra conta vinculada, de mesma titularidade, referente a vínculo empregatício vigente, se houver.

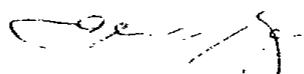
§ 1º Uma vez efetuada a transferência prevista no *caput*, não será feito o desmembramento do saldo da conta vinculada em nenhuma hipótese, e a movimentação será regida pela regra que for aplicável à conta que recebeu a transferência.

§ 2º A transferência feita nos termos do *caput* não gera impactos no cálculo da multa rescisória eventualmente devida pelo empregador do vínculo empregatício cuja conta recebeu o saldo transferido."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

 , Presidente

 , Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~

~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
.....

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....
§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
.....

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

.....
Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

~~I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;~~

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com o depósito dos valores de que trata o artigo 18. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado; (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus

sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80 (oitenta) por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

~~VIII - quando permanecer 3 (três) anos ininterruptos, a partir da vigência desta lei, sem crédito de depósitos;~~

VIII - quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta. (Redação dada pela Lei nº 8.678, de 1993)

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna. (Incluído pela Lei nº 8.922, de 1994)

XII - aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização máxima de 50 % (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Decreto nº 2.430, 1997)

XIII - (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XIV - (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XV - (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XVI - necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, conforme disposto em regulamento, observadas as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

a) o trabalhador deverá ser residente em áreas comprovadamente atingidas de Município ou do Distrito Federal em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal; (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

b) a solicitação de movimentação da conta vinculada será admitida até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo Governo Federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública; e (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

c) o valor máximo do saque da conta vinculada será definido na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

XVII (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)

XVII - integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea I do inciso XIII do caput do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 10% (dez por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurar que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

~~§ 6º Os recursos aplicados em cotas dos Fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII deste artigo, serão destinados a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo Conselho Nacional de Desestatização. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)~~

~~§ 7º Os valores mobiliários de que trata o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após sua aquisição, podendo ser alienada, em prazo inferior, parcela equivalente a 10 % (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 1976. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)~~

§ 6º Os recursos aplicados em cotas de fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII, serão destinados, nas condições aprovadas pelo CND, a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 1997, e de

programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo CND. (Redação dada pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 7º Ressalvadas as alienações decorrentes das hipóteses de que trata o § 8º, os valores mobiliários a que se refere o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após a sua aquisição, podendo ser alienada em prazo inferior parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. (Redação dada pela Lei nº 9.635, de 1998)

~~§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a IV e VI a XI deste artigo e o disposto na Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, indisponíveis por seus titulares. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Decreto nº 2.430, 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização e no FI-FGTS são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a XI e XIII a XVI do caput deste artigo, indisponíveis por seus titulares. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 9º Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 10. A cada período de seis meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo de mesma natureza. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 11. O montante das aplicações de que trata o § 6º deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 12. Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

~~§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se refere o inciso XII deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

~~§ 14. O Imposto de Renda incidirá exclusivamente sobre os ganhos dos Fundos Mútuos de Privatização que excederem a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no mesmo período. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

~~§ 15. Os recursos automaticamente transferidos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações não afetarão a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os parágrafos 1º e 2º do art. 18 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se referem os incisos XII e XVII do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 14. Ficam isentos do imposto de renda: (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

I - a parcela dos ganhos nos Fundos Mútuos de Privatização até o limite da remuneração das contas vinculadas de que trata o art. 13 desta Lei, no mesmo período; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II - os ganhos do FI-FGTS e do Fundo de Investimento em Cotas - FIC, de que trata o § 19 deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 15. A transferência de recursos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações, nos termos do inciso XII do caput deste artigo, ou de cotas do FI-FGTS não afetará a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 16. Os clubes de investimento a que se refere o § 12 poderão resgatar, durante os seis primeiros meses da sua constituição, parcela equivalente a 5% (cinco por cento) das cotas adquiridas, para atendimento de seus desembolsos, autorizada a livre aplicação do produto dessa venda, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. (Incluído pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 17. (Vide Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

§ 18. (Vide Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

~~§ 19. (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

~~§ 20. (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

§ 19. A integralização das cotas previstas no inciso XVII do caput deste artigo será realizada por meio de Fundo de Investimento em Cotas - FIC, constituído pela Caixa Econômica Federal especificamente para essa finalidade. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 20. A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá os requisitos para a integralização das cotas referidas no § 19 deste artigo, devendo condicioná-la pelo menos ao atendimento das seguintes exigências: (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

I - elaboração e entrega de prospecto ao trabalhador; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II - declaração por escrito, individual e específica, pelo trabalhador de sua ciência quanto aos riscos do investimento que está realizando. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

~~Art. 21. Após a centralização das contas de que trata o art. 12 desta lei, o saldo da conta não individualizada e da conta vinculada sem depósito há mais de 5 (cinco) anos será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado o direito do beneficiário de reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido, mediante comprovação.~~

Art. 21. Os saldos das contas não individualizadas e das contas vinculadas que se conservem ininterruptamente sem créditos de depósitos por mais de cinco anos, a partir de 1º de junho de 1990, em razão de o seu titular ter estado fora do regime do FGTS, serão incorporados ao patrimônio do fundo, resguardado o direito do beneficiário reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido. (Redação dada pela Lei nº 8.678, de 1993)

Parágrafo único. O valor, quando reclamado, será pago ao trabalhador acrescido da remuneração prevista no § 2º do art. 13 desta lei. (Incluído pela Lei nº 8.678, de 1993)

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Esta Comissão recebe para análise, em caráter terminativo, a iniciativa acima ementada, do Senador Paulo Paim, que altera a lei de regência do Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para determinar que se dê publicidade sobre a existência de contas fundiárias inativas, bem como dos procedimentos necessários para a realização do saque pelos seus titulares.

Fundamentando a proposição, argumenta o autor que é justo que o trabalhador tenha todos os esclarecimentos sobre a existência de valores de sua titularidade e que estejam a sua disposição.

Aponta ainda que o Estado deve, a exemplo do que faz relativamente ao abono do PIS-PASEP,

veicular campanhas periódicas sobre o FGTS, com a finalidade de orientar os trabalhadores.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A iniciativa foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61, **caput**; art. 48 e § 6º do art. 150 da Carta Magna, respectivamente).

No mérito, a iniciativa é bem-vinda à medida que possibilitará a milhares de trabalhadores tomarem conhecimento da existência de sua titularidade, ainda não reclamados.

Lembramos que o FGTS possui natureza complexa, pois ao mesmo tempo em que se constitui em direito do trabalhador é também um fundo social de aplicação variada.

Assim, ele é crédito trabalhista na medida em que é uma espécie de poupança forçada do trabalhador, concebido para socorrê-lo em situações ex-

cepcionais durante a vigência do vínculo de emprego ou na cessação deste, de forma instantânea ou em circunstância futura, conforme a causa determinante da cessação contratual.

Relativamente a sua natureza de fundo social, temos a aplicação dos recursos do FGTS no financiamento de construção de habitações populares, obras de saneamento básico e de infra-estrutura urbana. Essa aplicação vinculada, em conjugação harmônica com uma política pública de emprego, contribui decisivamente para a alavancagem do nível de emprego.

Especialmente por essas razões, percebemos a oportunidade e importância deste projeto, que será, sem dúvida, mais um instrumento para promover a transparência e a eficiência na gestão do FGTS.

III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2006.

Sala da Comissão, – **Eduardo Azeredo**, Relator.

SENADO FEDERAL Comissão de Assuntos Sociais

OF. Nº 75/07 – CAS

Brasília, 30 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 23 de maio de 2007, em turno único, a Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo), de 2007, ao PLS 126 de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Acrescenta dispositivos aos arts 5º e 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação”, e no dia 30 de maio de 2007, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, os termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

Senadora PATRÍCIA SABOYA
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
DD. Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

SECRETARIA-GERAL DA MESA**SECRETARIA DE COMISSÕES****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 10/07-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 18 de abril de 2007

Assunto: Decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para ampliar a aplicação das penas alternativas”, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Pedro Simon**, Presidente eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Of. nº 75/2007/CAE

Brasília, 15 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, que “acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, com a Emenda nº 2-CRA-CAE, com as Subemendas às Emendas nºs 1 e 3-CRA-CAE e com a Emenda nº 4-CAE.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADO FEDERAL

Comissão de Assuntos Sociais

OF. Nº 75/07 – CAS**Brasília, 30 de maio de 2007****Senhor Presidente,**

Nos termos do §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 23 de maio de 2007, em turno único, a Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo), de 2007, ao PLS 126 de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Acrescenta dispositivos aos arts 5º e 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação”, e no dia 30 de maio de 2007, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, os termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,



Senadora PATRÍCIA SABOYA
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) –

Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 180, de 2003; e 126, de 2006; 137, de 2007**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que pas-
so a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 397, DE 2007**

**Dispõe sobre a criação de Zona de
Processamento de Exportação (ZPE) no
Município de Boa Vista no Estado de Ro-
rAIMA.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Zona de Processamento de Exportação do Município de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento, regulados pela legislação cabível.

Art. 2º Ficam revogados art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Após já ter apresentado projeto criando ZPE's nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí, e de se ter em vista a implementação definitiva das Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima, todas no Estado de Roraima, coloco para a apreciação de meus nobres pares a iniciativa de que seja criada uma Zona de Processamento e Exportação na Capital de meu Estado, Boa Vista.

As iniciativas anteriores visaram a interiorização do desenvolvimento, mas não se pode esquecer que como toda e qualquer capital, há em Boa Vista uma maior concentração de pessoas e, conseqüentemente, uma enorme demanda por emprego, os quais dependem do desenvolvimento econômico.

Como já afirmei em justificativas aos projetos supracitados, os benefícios gerados aos amazônidas pela implantação da Zona Franca de Manaus embasam iniciativas como esta e, se formos um pouco mais além, podemos ter como um exemplo de sucesso o grande desenvolvimento da República da China nestas últimas duas décadas, o qual só estrutura quase que completamente sobre os moldes de Zonas de Processamento e Exportação, chamadas naquele País de “zonas econômicas especiais”, as quais empregam mais de 30 milhões de pessoas.

Neste sentido creio, evidentemente que em menor escala, que a criação dessa Zona de Processamento de Exportação e das outras já propostas ou em vias de implantação podem trazer, para o Estado de Roraima, para a Região Norte e para o Brasil, os mesmos benefícios.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador
Mozarildo Cavalcanti.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990.

Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, **NELSON CARNEIRO**, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 2º É autorizada a criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e de outra no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, observados os requisitos do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

NELSON CARNEIRO

LEI Nº 7.792, DE 4 DE JULHO DE 1989.

Limita em dez o número de Zona de Processamento de Exportações (ZPE).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988. (Redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990) (Vide Lei nº 8.015, de 1990)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Cardoso Alves

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 398, DE 2007**

Altera o art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela Internet, e o art. 14 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para estabelecer que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a consumação do delito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

“Art. 141.

.....

V – por meio de sítios ou de mensagens eletrônicas difundidas pela Internet.

.....” (NR)”

Art. 2º O art. 14 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 14.

Parágrafo único. Tratando-se de crime contra a honra praticado por meio de sítios ou de mensagens eletrônicas difundidas pela Internet, no momento da comunicação do crime pela vítima, a autoridade policial deverá acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a divulgação do material referido. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os crimes contra a honra praticados pela Internet, seja em sites da web, seja por meio de mensagens eletrônicas, têm uma ofensividade que justifica o estabelecimento da agravante.

Tem sido muito comum a criação de sites de pseudo-jornalistas com o objetivo exclusivo de caluniar, difamar ou injuriar autoridades públicas e outras personalidades e destruir sua reputação. Isso mostra como a Internet pode ser utilizada como verdadeiro instrumento do crime. As repercussões sobre a honra, subjetiva e objetiva, são inquestionáveis, na medida em que milhares de pessoas podem acessar as informações caluniosas ou difamantes e retransmiti-las, numa cadeia sem fim.

No sentido de coibir essa prática, ofereço esta Proposição, que prevê aumento de pena, de 1/3, para os crimes contra a honra praticados pela Internet.

Além disso, propomos que a autoridade policial, ao ser comunicada do crime, faça a impressão do material ofensivo, para que sirva de prova na ação penal, no ato de lavratura do respectivo termo, em que certificará a consumação do delito. Dessa forma, de nada adiantará ao agente retirar o site do ar para dificultar a produção de prova pelo ofendido, nem terá validade a alegação de que o material foi forjado por ele.

O projeto efetivamente contribui para o aperfeiçoamento da legislação penal, razão pela qual peço que as nobres Senadoras e Senadores votem pena sua aprovação.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador
Exedito Júnior.

*LEGISLAÇÃO CITADA***CÓDIGO PENAL – Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940****CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA A HONRA**

.....

Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I - contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro;

II - contra funcionário público, em razão de suas funções;

III - na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.

IV – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria.

Parágrafo único - Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dobro.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**TÍTULO II
DO INQUÉRITO POLICIAL**

.....

Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, DE 2007**Denomina “Rodovia Honestino Monteiro Guimarães” o trecho da BR-020 que corta o Distrito Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “Rodovia Honestino Monteiro Guimarães” o trecho da rodovia BR-020 que atravessa o Distrito Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem por finalidade homenagear a figura de Honestino Monteiro Guimarães, líder estudantil desaparecido em 1973, após ser preso pelas forças da repressão política.

Natural de Itaberaí, Goiás, Honestino nasceu em 28 de março de 1947, filho de Benedito Guimarães e Maria Rosa Leite Guimarães.

Iniciou sua militância política no ensino secundarista, no início da década de 60, enquanto cursava a tradicional escola “Elefante Branco”, de Brasília.

Aprovado em 1º lugar no vestibular para Geologia, na Universidade de Brasília (UnB), Honestino logo se tornaria uma das principais lideranças estudantis do País. Em 29 de agosto de 1968, entretanto, quando a Universidade foi invadida pelas tropas da ditadura, Honestino foi preso e afastado da instituição.

Após sua libertação, assumiu a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1969, quando a entidade já se encontrava na ilegalidade. Exerceu a presidência até 10 de outubro de 1973, quando foi novamente preso e nunca mais visto. Tinha, na ocasião, 26 anos de idade.

Sua morte somente veio a ser reconhecida em 1995, com a aprovação da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro, que “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979”.

Como estudante universitário, Honestino se tornou uma das maiores lideranças nacionais, tendo sido um dos principais responsáveis pela sobrevivência do movimento estudantil, no período em que este foi mais perseguido. Hoje, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UnB leva o seu nome, assim como o Museu Nacional recentemente construído na Capital Federal.

O presente projeto visa a ampliar essas justas homenagens àquele que foi um verdadeiro mártir do movimento estudantil, no ano em que Honestino completaria sessenta anos de idade.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 228/2007

Brasília, 3 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais o Senhor Deputado Arnaldo Faria De Sá (PTB – SP) na qualidade de Titular e em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB – GO) para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 379, que “altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema nacional de Armas – SINARM e define crimes.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Passa-se à lista de oradores.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas encaminhar requerimento de pesar que apresentei à Mesa pelo falecimento do Dr. Antônio Ernesto Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA, ocorrido no último dia 29 de junho de 2007.

Antônio Ernesto Werna de Salvo, natural de Curvelo, cidade do meu Estado de Minas Gerais, era engenheiro agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil. Com seu vasto conhecimento relacionado ao desenvolvimento da raça Guzerá, tornou-se Vice-Presidente e Presidente da Associação dos Criadores de Guzerá do Brasil e um dos mais ilustres membros do Colégio Brasileiro de Juízes e do Conselho Técnico do Serviço de Registro Genealógico da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, a ABCZ, com sede em Uberaba, onde fazia parte da diretoria do conselho deliberativo, recebendo em 1987 o Mérito Pecuário, título ofertado por aquela renomada Associação àqueles que se destacam em prol da Agropecuária no Brasil.

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) por cinco mandatos, foi reeleito em outubro de 2005 para mais um triênio à frente da entidade que representa os produtores rurais brasileiros. Presidiu ainda o Conselho Superior da Agricultura e Pecuária do Brasil – Rural Brasil, que reúne nove entidades do setor primário, que respondem pela grande maioria da renda, produção, exportação e geração de empregos do setor rural.

Ainda em novembro de 1997, Antônio Ernesto foi eleito Presidente da Confederação Interamericana de Ganaderos y Agricultores, que reúne as entidades representativas dos produtores rurais das três Américas. Produziu vários trabalhos técnicos, como o livro *Guzerá 50 anos*, e exerceu também a presidência do conselho deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, o Senar, e a vice-presidência da Federação da Agricultura de Minas Gerais por dois mandatos.

As nossas homenagens, portanto, a Antônio Ernesto. Eu não poderia deixar de registrar o falecimento desse grande homem público que tanto contribuiu para o desenvolvimento do setor agropecuário nacional. Esse requerimento vai também assinado pelo meu colega de Bancada de Minas Gerais, Senador Eliseu Resende.

É com muita dor realmente que comunicamos o falecimento do Antônio Ernesto, um grande líder rural. Lembro-me bem, quando ele esteve aqui, no Senado,

discutindo as questões da reforma tributária, de como a sua argumentação era forte, mostrando a importância do setor rural no Brasil.

O Senador Marconi Perillo também assinará comigo este voto de pesar.

Quero, portanto, Sr. Presidente, enaltecer a figura de Antônio Ernesto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado por V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Ex^a.

Minha intervenção, neste momento, é para, subcrevendo o requerimento do ilustre Senador Eduardo Azeredo, manifestar o profundo pesar do meu Estado de Goiás pelo falecimento do Dr. Antônio Ernesto Werna de Salvo, um dos grandes líderes do setor produtivo rural brasileiro, comprometido com as técnicas mais modernas para a agricultura, pecuária, agroindústria, para o agronegócio; homem comprometido com as lutas de todos aqueles que, ao longo dessas últimas décadas, construíram um Brasil forte a partir do setor rural, um Brasil competitivo, um Brasil exportador de matérias-primas, superavitário nesta área e que acabou tendo a participação de em pelo menos 33% do seu PIB, 37% dos empregos e 50% das exportações brasileiras.

Antonio Ernesto era um líder inato, um homem inteligente, preparado, culto, uma pessoa aguerrida, que esteve presente em todos os movimentos reivindicatórios da agricultura, da pecuária e do agronegócio no Brasil nos últimos anos.

Na próxima semana, Sr. Presidente, faríamos um debate aqui, na Comissão de Serviços de Infra-estrutura, para o qual já havíamos convidado o Dr. Antonio Ernesto. Hoje ainda, quando analisava o formato da reunião, vimos que o nome dele constava dessa lista de convidados.

O Dr. Ernesto sofreu esses últimos anos em função de uma doença que o acometeu, mas, mesmo doente, lutando contra a doença, continuou, sem licenciar-se, pelo menos até os últimos dias, da Presidência da Confederação Nacional da Agricultura.

Efetivamente, o Brasil perde um dos grandes líderes do agronegócio brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Sobre o assunto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a, Senador Flávio Arns, falará sobre o assunto? (Pausa.)

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O próximo orador inscrito é o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associo-me também às manifestações do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Marconi Perillo. Peço licença, inclusive, para subscrever o voto de pesar ao lado de S. Ex^{as} e destacar que a presença do Dr. Salvo, em termos da agricultura, no Brasil foi fundamental.

Basta dizer, como já foi ressaltado, que a área da agricultura, do agronegócio, do grande negócio e também, hoje em dia, felizmente, da pequena agricultura, da agricultura familiar sustentaram nessas áreas, durante vários anos, a nossa balança comercial.

Trata-se de uma área que gera empregos, gera renda, traz o equilíbrio econômico e social. No meu Estado, o Paraná, muitos Municípios são conhecidos como rurais tal a influência da atividade rural no seu cotidiano e no seu universo. E o Dr. Salvo, coordenando esse esforço nacional, tem muito a ver com esse progresso que o nosso País experimentou.

Então, à família e a toda a área da agricultura, o nosso sentimento de pesar. Pensemos sempre nessa área como uma das molas propulsoras de um Brasil dinâmico, de um Brasil desenvolvido, uma área necessária para o bem-estar do nosso povo.

Obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Só queria fazer uma consulta a V. Ex^a: saber se eu teria condições ainda de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB.) – Vou inscrever V. Ex^a, embora o tempo relativo a comunicações inadiáveis já tenha sido utilizado na homenagem prestada à UNE.

Mas vou inscrever V. Ex^a. Quem sabe V. Ex^a tenha um pouco de sorte.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a. Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É o mesmo pedido do Mário Couto, confiado na sensibilidade de V. Ex^a, que é forte, grande e resolve todos os problemas. Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável para prestar uma homenagem a Piripiri, grande cidade do Piauí, que faz aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a está inscrito também, Senador.

Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, inicialmente, quero referir-me à Comissão Especial de Foro e Laudêmio da Câmara Municipal de Niterói, composta por Vereadores aqui presentes – Felipe Peixoto, Renatinho e Professor Luciano –, que está em Brasília em luta contra a absurda cobrança das taxas de foro e laudêmio que está ocorrendo em todo o País, principalmente no Rio de Janeiro, por parte da Secretaria do Patrimônio da União.

Este ano, os foreiros da União foram surpreendidos com aumentos absurdos no valor das taxas, que, em alguns casos, chegaram a 10.000%. Existem ainda outros problemas mais graves, que dizem respeito à própria demarcação de terras da União no Estado do Rio de Janeiro. Ao demarcar seus terrenos na região oceânica de Niterói, bem como na Região dos Lagos, em Angra dos Reis, Parati e em muitas outras cidades, a Secretaria do Patrimônio da União cometeu graves erros no procedimento administrativo, que resultou na inclusão de mais de dez mil imóveis como terras da União. Isso resultou, Sr. Presidente, na situação absurda em que proprietários de imóveis deixaram de ser proprietários para se tornarem simples ocupantes de terrenos da União, devendo se inscrever como ocupantes junto à Secretaria do Patrimônio da União, enfrentar a burocracia federal e pagar pesadas taxas para ter seus imóveis regularizados.

Espero que a Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, apure as irregularidades cometidas na demarcação, que foram levantadas pela Câmara de Niterói, corrija-as e promova a revisão de todo o procedimento.

Queria também, Sr. Presidente, fazer referência ao Estatuto das Pequenas e Médias Empresas, que

entrou em vigor no dia 1º de julho. Trata-se de medida extremamente importante para eliminar toda a burocracia, que dificulta o crescimento dessas empresas que são as maiores geradoras de renda e emprego.

Solicito a V. Ex^a que seja dado como proferido este discurso, que entrego à Mesa, sobre a importância do Estatuto das Microempresas, Estatuto que tanto beneficia as empresas de pequeno porte e as microempresas brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o setor de micro e pequenas empresas, vem consolidando, ano após ano, papel destacado entre os principais fundamentos do dinamismo da economia brasileira.

Em conjunto, as micro e pequenas empresas representavam, em 2002, 99,2% das empresas formais, respondendo por 57,2% dos empregos totais e por 26,0% do total da massa salarial.

Entre 1996 e 2002, a massa salarial cresceu, em termos reais, 57,3%, no âmbito da microempresa; e 37,9%, no da pequena.

Tamanha prova de vigor, por parte do pequeno empreendedor, conta com poderoso impulsor, a partir do dia 1º de julho passado, data em que ganharam vigência as cláusulas tributárias contidas na Lei Complementar nº 123, de 2006, promulgada no mês de dezembro, último.

De fato, Sr. Presidente, os avanços trazidos por essa Lei Complementar caracterizam-se, ao mesmo tempo, como urgentes e desejáveis.

Primeiramente, por estabelecer um “Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, que consolidou normas que se achavam dispersas no ordenamento jurídico nacional, tais como a ampliação do limite de enquadramento das empresas, duplicado quando da edição da assim chamada MP do Bem, em 2005.

Em seguida, por inovar em aspectos críticos ao adequado desenvolvimento do pequeno empreendedorismo, no Brasil, notadamente na redução das exigências de caráter burocrático e na criação de um “Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições” para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Simples Nacional, ou Supersimples, como veio a ser mais conhecido.

Do ponto de vista de redução da burocracia, os avanços foram significativos: os processos de inscrição e baixa da pessoa jurídica foram unificados, no

âmbito federal, estadual e municipal. Foi simplificado o processo de pesquisa cadastral, prévio ao registro. Foram simplificados os requisitos de segurança sanitária, de metrologia, de controle ambiental e de prevenção contra incêndios. Foi prevista a emissão do alvará provisório de funcionamento, imediatamente após o registro, um mecanismo único de entrada de dados e de documentos, o registro da empresa independentemente da comprovação de regularidade tributária, previdenciária e trabalhista dos sócios. Foi vetada a exigência de documentos adicionais – prática usual das repartições públicas encarregadas do registro empresarial –, assim como de quaisquer exigências, restritivas ou condicionantes, que excedam às disposições da legislação.

Práticas inovadoras estão sendo introduzidas, no sentido de estimular a legalização das empresas informais, práticas essas corretamente centradas na efetiva redução das alíquotas incidentes sobre as microempresas e da complexidade da escrituração contábil.

Esses avanços, Sr^{as} e Srs. Senadores, são tão mais relevantes quanto mais se sabe que o Brasil é considerado um dos países em que o ambiente de negócios é mais restritivo, face ao insuportável nível de burocracia a que nossas empresas se vêem submetidas.

Por isso, Sr. Presidente, vale a pena ressaltar a grande inovação consubstanciada pelo Supersimples. A partir de 1º de julho, o recolhimento de impostos e contribuições pode ser feito em documento único, englobando uma ampla gama de impostos e contribuições. Entre os impostos, temos o Imposto de Renda, o ICMS e o ISS, cobrados respectivamente pela União, pelos Estados e pelos Municípios. Entre as contribuições federais, foram unificadas a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Cofins, o PIS/Pasep, e a contribuição patronal à Seguridade Social, incidente sobre a folha de pagamentos.

Complementando todos esses aprimoramentos, é justo citar algumas abordagens em que a Lei Complementar inovou, de forma oportuna: a comprovação de regularidade será exigível apenas ao final dos processos, nos casos de licitação pública, facilitando o acesso das MPE às compras governamentais. Haverá, ainda, preferência na contratação de bens e de serviços para os órgãos públicos, em condições equívocas de preço.

Nos aspectos trabalhistas foram eliminadas diversas obrigações burocráticas, tais como a de afixar Quadro de Trabalho, a de exigir anotações diversas em livros e fichas de registro, a de manter “Livro de Inspeção do Trabalho”, e a de comunicar férias coletivas ao Ministério do Trabalho.

Mas, não poderia finalizar este meu pronunciamento, Senhor Presidente, sem registrar alguns outros aprimoramentos que julgo decisivos para o setor, no âmbito do Estatuto da Micro e Pequena Empresa.

São eles: o estímulo para que o Governo e a iniciativa privada articulem linhas de crédito exclusivas e diferenciadas para as empresas menores, mais recursos às cooperativas de crédito dos micro e pequenos empresários, incentivo à inovação tecnológica, acesso aos Juizados Especiais Cíveis nos Estados, anteriormente restrito às microempresas e ora estendido às de pequeno porte.

Por fim, a Lei Complementar prevê a concessão de parcelamento, em até 120 meses, dos débitos vencidos relativos aos tributos e às contribuições previstas no Simples Nacional, inclusive os já inscritos em dívida ativa, desde que gerados em data anterior a 31 de janeiro de 2006. O novo regime tributário estará disponível para a opção de uma gama maior de atividades econômicas, em relação àquelas admitidas no regime anterior.

Por tudo o que foi aqui exposto, Sr. Presidente, é justo concluir que parte substancial dos entraves ao desenvolvimento do pequeno empreendedorismo está superada. Não que o desafio possa ser dado por vencido, infelizmente; até porque a complexidade de todo o sistema tributário em vigor não poderia deixar – como, efetivamente, não deixou – de afetar as disposições adotadas na regulação das atividades das micro e pequenas empresas.

Ressalto, por fim, a necessidade de atenção aos prazos recursais estabelecidos para o enquadramento no Supersimples, abertos até o final do mês de julho corrente às empresas que quiserem requerê-lo, ou àquelas que dele quiserem recorrer.

De uma forma ou de outra, tornou-se, hoje, mais positivo e mais favorável o horizonte do micro e do pequeno empreendedorismo, no Brasil. Há, efetivamente, o que comemorar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento, nobre Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, nobre Senador.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho acompanhado nas últimas semanas os acontecimentos do Senado Federal, amplamente veiculados pela imprensa, pelos telejornais, pelas grandes redes de televisão, pelas rádios e, mais do que nunca, venho acompanhando,

entristecido, os acontecimentos que afligem o Senado Federal. É esse assunto, Sr. Presidente, que gostaria de abordar em rápidas linhas, fazendo uma avaliação serena do papel e da imagem do Senado e das últimas decisões tomadas principalmente pela Mesa Diretora do Senado Federal.

Sr. Presidente, quer queira quer não, o Senado Federal, inequivocamente, vive um momento de crise. Não terá sido esta, com toda a certeza, Sr. Presidente, a primeira que enfrenta no curso de sua história, e com a mesma certeza afirmo: não será também a última.

Esta é uma Casa cuja história tem lustro e tem brilho. E o lustro e o brilho do Senado Federal não foram construídos sobre uma trajetória mansa e rotineira. Muito ao contrário: eles decorrem, precisamente, de que Senadoras e Senadores – cada qual a seu tempo – souberam reconhecer, enfrentar e resolver o quinhão de problemas que a cada um tocou.

O fardo de agora é nosso, e não podemos ser os que, pela primeira vez, deixaremos um problema sem solução; ou daremos a um problema, pela primeira vez, solução indigna da história que herdamos ou da responsabilidade que nos tocou.

O Senado Federal, Sr. Presidente, é uma Casa que decide! E mais: sempre decidiu em profunda sintonia com a vontade da Nação.

Foi assim em 1974, quando a eleição de dezesseis Senadores, numa avalanche de mandatos feitos pela oposição, demarcou o início efetivo da longa resistência parlamentar ao golpe militar, num caminho que levaria uma década inteira para encontrar o ponto certo de chegada.

Foi assim em 1983, Senador Cristovam, quando o nosso então Presidente, o Senador Nilo Coelho, concluindo a histórica votação do Decreto-Lei nº 2.024, rechaçou a pressão da máquina governista, pela aprovação, e declarou não ser Presidente do Congresso do PDS, mas Presidente do Congresso do Brasil.

Foi também assim, há bem poucos anos, quando este mesmo Plenário não hesitou cortar na própria carne quando isso – **precisamente isso** – era o necessário; era o que deveria ser feito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal nunca foi uma Casa covarde; nunca fugiu às suas lutas; sempre combateu o bom combate. Mas jamais tolerou, no mesmo diapasão orgulhoso, ser coagido a decidir sob pressão de quem quer que seja, sem moderação, sem fundamento, sem consultar, em proporções equilibradas, a experiência institucional acumulada e os interesses mais legítimos dos brasileiros.

Em momentos como este, o único que nos pode valer são os princípios, apenas eles. É a aliança feita

com o povo brasileiro, sob o fundamento e o abrigo da democracia. É a crença de que a justiça deve prevalecer por inteiro e sem adjetivos.

É assim que ela, a justiça, deve ser feita: consagrada de todos os sacramentos que a fazem diferente – profundamente diferente – dos processos de linchamento, porque amparada na impessoalidade, no devido processo legal e no amplo direito de defesa.

A lei é para todos; fora dessa verdade, só há a ruína do Estado e a morte da democracia.

E é por isso que ela, a Lei, subordina a todos com a mesma força, numa mesma disposição, traduzida no conjunto de normas e regramentos que regem os processos. Nesta Casa, de forma toda especial, é imperativo que todos a ela se curvem, independente de cargo, de partido ou de qualquer outro traço biográfico.

Ninguém – repito: ninguém! – está ou deve estar acima da lei ou fora do seu alcance. Ninguém, da mesma forma, ficará fora do seu abrigo ou estará nela desamparado.

Sei bem o que representa para um Parlamentar o desafio da isenção. A experiência que tive na Presidência da CPI dos Correios foi avassaladora, do ponto de vista da exigência pessoal, mas foi também uma evidência tangível de que é possível o sucesso, desde que a orientação seja correta e justa.

Não há, dessa forma, ocasião para extremos: nem a oportunidade da tolerância leniente, por um lado, nem do frenesi da vingança, por outro. Basta simplesmente a letra do regulamento. Nada mais é necessário.

Amparado em tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpre ao conjunto do Senado e, em especial, àqueles entre nós que compõem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, retomar a iniciativa, comandar as ações e fazer história. A todos nós cabe fazer justiça, enquanto se faz a história.

Para isso estamos aqui. Para isso o povo brasileiro confiou mandatos às 10 Senadoras e aos 71 Senadores que, neste plenário, hoje o representam.

Nesse sentido, um primeiro passo foi dado. Há que se reconhecer e louvar a pronta resposta dada pela Mesa Diretora do Senado à Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Da forma como procedeu, a Mesa demarcou um duplo acerto: corrigiu um erro de encaminhamento, livrando o processo de vício formal e o fez com tempestividade, cortando pela raiz a suspeita de favorecimento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti, com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)

– Parabenizo V. Ex^a tanto pela coragem quanto pela oportunidade do pronunciamento que faz. Tenho acompanhado, mais ou menos silenciosamente, essa crise que se abate sobre o Senado Federal. Tenho lido as matérias que a imprensa tem publicado e, principalmente, preocupo-me quando começam a questionar inclusive a importância de o Senado existir. Isso é preocupante, porque é como se fosse assim: se alguém adoce numa família, extermina-se a família; se alguém tem um problema numa entidade, extermina-se a entidade, como se o Senado não tivesse colaborado até aqui – V. Ex^a colocou muito bem – para construir a democracia neste País e, principalmente, para que a ação legislativa pudesse ser feita com mais equilíbrio e mais justiça. E o mais importante é que aqui é o lugar onde os Estados se equilibram, onde um pequeno Estado como o meu, Roraima, iguala-se a um Estado grande como São Paulo. Se simplesmente pensássemos em extinguir o Senado, ficaríamos à mercê da desproporção existente na Câmara, onde um Estado tem oito Deputados Federais e outro tem setenta. Então, na verdade, a defesa do Senado, como V. Ex^a disse muito bem, deve ser impessoal. Creio que o procedimento de investigar está salvo a partir da decisão tomada ontem. Portanto, deve-se investigar. Aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para dizer que apresentei um projeto de resolução que modifica a forma de se compor o Conselho de Ética, porque o Conselho não é uma comissão temática, onde é justo que os partidos participem de maneira proporcional à sua representação. No Conselho, não. O meu projeto propõe que cada Partido que preencha o requisito de ter três Senadores (para ter estrutura de liderança) indique igualmente um Senador titular e um Senador suplente, todos os Partidos que tenham daí para frente, ou seja, três ou mais Senadores. Portanto, não teria maioria de um Partido sobre outro, aquela aparência de que se está “tratorando” a vontade dos outros e partidarizando um conselho que tem a missão de investigar e de apurar. Então, espero que esse projeto seja debatido e aprovado, para mudarmos a forma do Conselho e, portanto, afastarmos dele qualquer politização das ações investigativas.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado pelos pertinentes comentários, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador atuante do nosso querido Estado de Roraima.

Concedo um aparte, Sr. Presidente, se V. Ex^a assim o permitir, ao Senador Mão Santa e, depois, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, a presença de V. Ex^a tem engrandecido

este Senado. V. Ex^a presidiu a primeira CPI que acompanhei, e o Senado e a democracia saíram engrandecidos. Mas aprendemos com a história. Winston Churchill disse que política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, só se morre uma vez; na política, ressuscita-se. Abraham Lincoln disse que o governo é do povo, pelo povo, para o povo. Já li muitos livros de Abraham Lincoln, Presidente Efraim, e uma de suas grandes frases é: não faça nada contra a opinião pública que malogra. Tudo com a opinião pública tem êxito. O nosso Juscelino Kubitschek, moderno, simpático, sorridente, chamava os amigos dele, à noite aqui, José Maria Alkmin, Israel Pinheiro, e perguntava: como vai o monstro? O monstro era o povo. Ulysses dizia: ouça a voz rouca das ruas. É o povo, do qual não nos podemos dissociar. Mas, já que se falou nisso, já que política é como a guerra, eu me lembro de um pensamento. Efraim, a história nos ensina que houve um General Pirro, um grego, que ganhou uma batalha contra os romanos, mas ele olhou e disse: com outra vitória desta, eu estou acabado. Quer dizer, temos que ver as consequências das vitórias. Mas acho que o Senado vai bem. Temo julgamentos rápidos, de pronto e de chofre. Disso já nós nos livramos. Sócrates, antes de Cristo, foi julgado abruptamente, e ainda hoje a humanidade chora. Cristo também foi abruptamente julgado, e ainda hoje a humanidade chora. Então, o Senado está tendo essa sabedoria e essa reflexão em busca da verdade, em busca do que o nosso patrono disse. Não preciso nem buscar os dez mandamentos da Lei de Deus, só a frase: só tem um caminho e a salvação: a lei e a justiça.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Ouçó o Senador Cristóvam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador

Delcídio Amaral, é uma pena que, para um discurso como este, não tenhamos o máximo de tempo para debater. V. Ex^a está trazendo a esta Casa uma dimensão maior do momento em que vivemos. Essa crise imediata por que passamos, devido a denúncias contra Senadores, é um pedacinho de uma crise mais profunda, como se depreende do discurso de V. Ex^a. Se estivéssemos aqui discutindo grandes causas da transformação nacional, da solução dos nossos problemas, esses pontos de denúncia ficariam pequeninhos, do tamanho deles, ficariam localizados nas pessoas. Hoje, esses problemas não estão localizados nas pessoas, estão tomando toda a Casa, não por culpa dos que os estão provocando, mas por culpa de todos nós. Não estamos dando ao problema de falta de decoro de alguns a dimensão exata de simples falta de decoro de alguns. O discurso de V. Ex^a está trazendo esse

problema para nós. Faltam as grandes causas, que o Congresso deixe de ser um Poder imprensado entre medidas provisórias e liminares judiciais. Falta que saibamos que a pauta do povo não é igual à agenda que discutimos aqui. Fico satisfeito que V. Ex^a esteja trazendo essa dimensão maior. Além disso, a saída é o respeito à lei. Quero acrescentar que, neste momento, há uma dificuldade para que cumpramos a lei, porque a lei, além de ser legal, tem de ter legitimidade na opinião pública. E, de tanto postergar a aplicação da lei, ela começa a ficar ilegítima na opinião pública. A legalidade começa a parecer ilegal. Essa é a tragédia. Por isso, não podemos demorar. A parte mais importante do seu discurso – e todo ele eu reputo importante – é a urgência para enfrentarmos o problema. A cada dia adiado, menos legitimidade, e mais difícil fica cumprirmos a lei e sermos respeitados pelo povo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Senador Cristovam, muito obrigado, mais uma vez, pelos posicionamentos lúcidos de V. Ex^a, do Senador Mão Santa e do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sr. Presidente, prometo que concluirei rapidamente.

Fruto da decisão da Mesa Diretora do Senado, a esse primeiro passo bem dado devem seguir-se os demais, sempre tomados com isenção e com respeito ao Regimento Interno. Com o intuito de clarificar as disposições regimentais que devem nortear a solução de questões como essas que afligem a Casa.

Afirmo que pretendo apresentar nos próximos dias, em função do citado, projeto de resolução, visando...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– ... determinar o afastamento preventivo de Senador ocupante de cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora e Presidente de Comissão, em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda de mandato ou à pena de perda temporária de exercício do mandato.

Com o acolhimento deste projeto, que espero seja célere e unânime, não mais nos veremos contrangidos frente a situações injustificáveis.

Tenho total confiança na capacidade do Senado Federal de desincumbir-se a contento das suas prerrogativas constitucionais, em especial daquelas que envolvem os assuntos internos e se refletem sobre a dignidade da conduta de seus membros.

De outra forma, não seríamos um Poder independente. Não mereceríamos o mandato que nos foi confiado pelos cidadãos de cada um dos Estados desta

Federação. Não seríamos dignos do legado, da razão de ser e das perspectivas de futuro desta instituição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Era, na verdade, o que eu precisava dizer neste momento. Não me perdoaria jamais o silêncio que acumplicia nem a omissão que apequena.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja publicado na íntegra nos *Anais* desta Casa.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal, inequivocamente, vive um momento de crise. Não terá sido esta, com toda a certeza, a primeira que enfrenta, no curso de sua história. Com a mesma certeza, afirmo: não será, também, a última.

Esta é uma Casa cuja história tem lustro e tem brilho. E o lustro e o brilho da história do Senado Federal não foram construídos sobre uma trajetória mansa e rotineira. Muito ao contrário: eles decorrem, precisamente, de que Senadoras e Senadores – cada qual a seu tempo – souberam reconhecer, enfrentar e resolver o quinhão de problemas que a cada um tocou.

O fardo de agora é nosso, e não podemos ser os que, pela primeira vez, deixaremos um problema sem solução; ou daremos a um problema, pela primeira vez, solução indigna da história que herdamos, ou da responsabilidade que nos tocou.

O Senado Federal, Sr. Presidente, é uma Casa que decide! E mais: sempre decidiu em profunda sintonia com a vontade da Nação.

Foi assim em 1974, quando a eleição de 16 Senadores, numa avalanche de mandatos feitos pela oposição, demarcou o início efetivo da longa resistência parlamentar ao golpe militar, num caminho que levaria uma década inteira para encontrar o ponto certo de chegada.

Foi assim em 1983, quando nosso então Presidente, o Senador Nilo Coelho, concluindo a histórica votação do Decreto-Lei 2.024, rechaçou a pressão da máquina governista, pela aprovação, e declarou não ser Presidente do Congresso do PDS, mas Presidente do Congresso do Brasil.

Foi também assim, há bem poucos anos, quando este mesmo Plenário não hesitou cortar na própria carne quando isso – **precisamente isso** – era o necessário; era o que deveria ser feito.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores, o Senado Federal nunca foi uma Casa covarde; nunca fugiu às suas lutas; sempre combateu o bom combate. Mas

jamais tolerou, no mesmo diapasão orgulhoso, ser coagido a decidir sob pressão, de quem quer que seja; sem moderação; sem fundamento; sem consultar, em proporções equilibradas, a experiência institucional acumulada e os interesses mais legítimos dos brasileiros.

Em momentos como este, o único que nos pode valer são os princípios; apenas eles. É a aliança feita com o povo brasileiro, sob o fundamento e o abrigo da democracia. É a crença de que a justiça deve prevalecer, por inteiro e sem adjetivos.

É assim que ela, a justiça, deve ser feita: consagrada de todos os sacramentos que a fazem diferente – profundamente diferente – dos processos de linchamento, porque amparada na impessoalidade, no devido processo legal e no amplo direito de defesa.

A lei é para todos; fora dessa verdade, só há a ruína do Estado e a morte da democracia.

E é por isso que ela, a Lei, subordina a todos com mesma força, numa mesma disposição, traduzida no conjunto de normas e regramentos que regem os processos. Nesta Casa, de forma toda especial, é imperativo que todos a ela se curvem, independente de cargo, de partido ou de qualquer outro traço biográfico.

Ninguém – repito: ninguém! – está, ou deve estar acima da lei ou fora do seu alcance. Ninguém, da mesma forma, ficará fora do seu abrigo ou estará nela desamparado.

Sei bem o que representa, para um Parlamentar, o desafio da isenção. A experiência que tive, na Presidência da CPMI dos Correios, foi avassaladora, do ponto de vista da exigência pessoal. Mas foi, também, uma evidência tangível de que é possível o sucesso, desde que a orientação seja a correta e a justa.

Não há, dessa forma, ocasião para extremos: nem a oportunidade da tolerância leniente, por um lado, nem do frenesi da vingança, por outro. Basta simplesmente a letra do regulamento. Nada mais é necessário.

Amparado em tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpre ao conjunto do Senado e, em especial, àqueles dentre nós que compõem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, retomar a iniciativa, comandar as ações e fazer história. A todos nós cabe fazer justiça, enquanto se faz a história.

Para isso estamos aqui. Para isso o povo brasileiro confiou mandatos às 10 Senadoras e aos 71 Senadores que, neste plenário, hoje o representam.

Nesse sentido, um primeiro passo foi dado. Há que se reconhecer e louvar a pronta resposta dada pela Mesa Diretora do Senado à Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Da forma como procedeu, a Mesa demarcou um duplo acerto: corrigiu

um erro de encaminhamento, livrando o processo de vício formal; e o fez com tempestividade, cortando pela raiz a suspeita de favorecimento.

A esse primeiro passo bem dado, devem seguir-se os demais, sempre tomados com isenção e com respeito ao Regimento Interno. Com o intuito de clarificar as disposições regimentais que devem nortear a solução de questões como essas que afligem a Casa, pretendo apresentar, nos próximos dias, projeto de resolução visando determinar o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato. Com o acolhimento deste projeto, que espero seja célere e unânime, não mais nos veremos constrangidos frente a situações injustificáveis.

Tenho total confiança na capacidade do Senado Federal em desincumbir-se a contento das suas prerrogativas constitucionais, em especial daquelas que envolvem os assuntos internos, e se refletem sobre a dignidade da conduta de seus membros.

De outra forma, não seríamos um Poder independente. Não mereceríamos, de outra forma, o mandato que nos foi confiado pelos cidadãos de cada um dos Estados desta Federação. Não seríamos dignos do legado, da razão de ser e das perspectivas de futuro desta Instituição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Era, na verdade, o que eu **precisava** dizer, neste momento! Não me perdoaria, jamais, o silêncio que acumplicia, nem a omissão que apequena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela Liderança dos Democratas, ao Senador José Agripino.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se for possível, em seguida à fala do Senador José Agripino, eu gostaria de usar a palavra pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – De acordo com a alternância, após o Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a terá a palavra pela Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a foi subscritor de um requerimento que convida a comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal – Comissão da qual V. Ex^a já foi Presidente e da qual hoje é Vice-Presidente, sendo uma das mais respeitadas figuras do corpo daquela Comissão – o ex-proprietário ou proprietário do espólio da RCTV, da Venezuela.

Assisti a uma entrevista, Senador Mão Santa, de S. S^a no Canal Livre da Band. Era um cidadão que falava castelhano e que foi entrevistado durante uma hora por uma TV brasileira, com legendas. É a importância que o Brasil dá ao fato que ocorreu em um país com quem temos relações históricas, a Venezuela, um país de gente amiga, um país simpático. Assistimos a um gesto de truculência antidemocrática que revoltou o mundo inteiro. O fato levou V. Ex^a a apresentar um requerimento de comparecimento do Presidente da RCTV para esclarecer o que está havendo lá, o que já fez por antecipação em muitos dos questionamentos que foram feitos pela TV.

O Senado Brasileiro – e já tive a oportunidade de ver, Presidente Efraim – cumpre o papel democrático que lhe é reservado. Em muitos momentos, já manifestou, principalmente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seu voto de censura, voto de inquietação, voto de preocupação com as atitudes da Índia e do Paquistão no que diz respeito à bomba atômica; com a Coreia do Norte no que diz respeito ao armamento nuclear; com Israel; com os Estados Unidos; com as atitudes não-democráticas de Cuba. As manifestações do Congresso brasileiro são sempre respeitadas. O Brasil, recentemente, por meio de uma comissão do Congresso Nacional, apresentou um voto que não era nem ao menos de censura, mas de preocupação e de reconsideração pelo fechamento da RCTV, que provocou uma comoção nacional na Venezuela – até hoje, as manifestações de rua acontecem. Nunca, nenhum gesto do Congresso brasileiro mereceu resposta mal-educada por parte dos países a quem as manifestações foram endereçadas. No caso do voto em relação ao fechamento da RCTV, dirigido ao Governo da Venezuela, a resposta foi truculenta, audaciosa, desafiadora.

O nosso Partido, Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, é o Democratas e temos de honrar o nome do nosso Partido. A Venezuela pretende ser partícipe do Mercosul. A condição essencial, primeira e fundamental para que um país pertença ao Mercosul – neste momento, participam dele Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, tendo alguns convidados, como Bolívia e

Chile – é que a democracia seja plena. Senador Mário Couto, essa é a pedra angular, é a condição *sine qua non*. Quando escaramuças ocorreram no Paraguai, o Brasil se apressou a mandar emissários para acomodar situações, preservar situações, visando a garantir o princípio democrático do Paraguai.

Muito bem. Agora a Venezuela pretende-se que ingresse no Mercosul e o Brasil tem, pelo seu Congresso, uma manifestação de preocupação com a atitude antidemocrática da Venezuela. E o Presidente Hugo Chávez deu três meses, deu três meses – desafiou – para que o Brasil se enquadre. Três meses! Ou se enquadra, ou ele cai fora do Mercosul e que se dane o Brasil.

Eu, Senadores Mão Santa e Valdir Raupp, sou um sujeito de atitudes moderadas, mas consciente do que significa dignidade nacional. Dignidade do Poder Executivo. Eu vi com agrado a manifestação da Ministra Dilma Rousseff, que, embora não seja chanceler, disse: “Nem aceitamos os três meses nem damos a ninguém três meses”.

Creio que S. Ex^a o Presidente Chávez extrapolou na sua arrogância, na sua prepotência, até porque as razões que levam o Brasil a se preocupar são reais.

Senador Arthur Virgílio, não sei se V. Ex^a sabe...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Deixe-me só tecer uma primeira consideração e concederei, com maior prazer, um aparte a V. Ex^a.

Senador Arthur Virgílio, na Venezuela, a democracia se produz na medida em que há interdependência e autonomia de poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Senador Flexa, na Venezuela, em 2004, foi realizado um referendo, que foi precedido de uma lista com milhares de assinaturas. Esqueça qualquer possibilidade de ser funcionário público, porque Chávez não deixa; esqueça a possibilidade de prestar qualquer serviço a algum órgão público, porque Chávez não deixa; esqueça a possibilidade de ganhar qualquer concorrência pública, porque Chávez não deixa. O Estado é ele, o Estado é dele; e quem está contra ele está contra o Estado. Que democracia é essa? Então, não temos o direito de fazer uma censura?

Senador Azeredo, na Venezuela, o que restou do Poder Legislativo, que foi, de certa forma, manietado – a Oposição foi manietada, permita-me a franqueza –, votou a autorização para que o Presidente Chávez governasse por decreto. Não precisava votar lei nenhuma! Ele conseguiu – ou obrigou a fazê-lo – do Congresso permissão para que ele, Chávez, gover-

nasce por decreto. Já imaginaram que democracia é essa? Senador Flávio Arns, não há mais necessidade de projeto de lei para nada. Faz-se decreto-lei e está resolvido, e o Presidente tem amplos poderes. Que democracia é essa?

E o Poder Judiciário da Venezuela? Diferentemente daqui, o Presidente Chávez – e foi ele quem o fez – aumentou o número de juizes e nomeou todos os juizes chavistas para ele ter a tutela do Poder Judiciário. No Executivo, o Estado é ele; no Legislativo, governa por decreto; no Judiciário, tem a maioria, fabricada, dos juizes. Que democracia é essa? Não temos o direito de questionar?

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Se o Mercosul é mais do que uma organização econômica, é uma organização política, há que haver pilares; e a democracia tem de ser o pilar central.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio. Em seguida, o Senador Azeredo, o Senador Suplicy e o Senador Flexa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, fiquei feliz – e há muito tempo não fico feliz – com uma notícia vinda do Coronel Hugo Chávez: a de que ele deu um ultimato ao Brasil. Até setembro, ou o Congresso o aceita – e ele pensa que está lidando com o congresso venezuelano, e não com o nosso; ele pensa que, aqui, pode fazer algum *diktat* e nós obedeceríamos como carneiros –, ou ele retira a pretensão de entrar no Mercosul. Foi a melhor notícia que ouvi. Ele não tem nada o que fazer no Mercosul. E devo fazer justiça: se houve declarações titubeantes do Presidente Lula – de boa vontade, cautelosas em excesso –, se vejo equívocos da política externa brasileira na direção da Venezuela, digo a V. Ex^a que me agradou, em cheio, o que declarou à imprensa a Ministra Dilma Rousseff: que, ao Brasil, ninguém impõe prazo e o Brasil não impõe prazo a ninguém. Mas digo a V. Ex^a, sucintamente, porque sou contra a entrada de Hugo Chávez no Mercosul. As razões macroeconômicas – não vou me estender: ele trabalha com inflação de 20% ao ano, achando que é pouco, e o Brasil tem inflação de pouco mais de 3%; ele trabalha com controle de preços, e o Brasil é uma economia muito mais aberta do que já foi – embora muito fechada, para meu gosto –, e ele acha que é uma boa proposta de Governo estatizar padarias. Vamos agora para um outro aspecto: o político. Ele pensa que dá para fazer do Mercosul uma plataforma estudantil, modelo anos 50, contra os Estados Unidos, prejudicando os acordos do bloco Mercosul com os Estados Unidos e, sem dúvida alguma, com a União Européia, o que daria prejuízo

comercial para o Brasil. Uma outra razão econômica: o Brasil tem boas relações comerciais com a Venezuela. Por que não mantê-las; eles lá, e nós cá? E há uma outra razão – esta, então, é inarredável: o desrespeito dele à cláusula democrática. Ele está implantando uma ditadura naquele país a olhos vistos. Acabei de dar uma entrevista para um jornal venezuelano, senão me engano para o *La República*. Fiquei com pena da jornalista, porque me senti usado, gastando minha garganta, falando, e quase com certeza de que ela não vai conseguir publicar coisa alguma do que eu disse. Daí, preferi exageros de imprensa, que se corrige com a lei; exageros de Ministério Público, que se corrige com reações também previstas na lei brasileira, na democracia brasileira, a nenhuma imprensa, ao véu cinzento da censura. A cláusula democrática é essencial, ou seja, teríamos um parceiro que aprofundaria a idéia de que o Mercosul deve-se arraigar a essa coisa medíocre, em matéria de visão de política externa, que seria a relação sul-sul. Então, pretendemos ter ótimas relações com o sul, relações privilegiadas com países parecidos com o Brasil, como a África do Sul, China e Índia – isso é muito bom –, mas temos de ter relações mais privilegiadas ainda, por razões econômicas, com a União Européia; e, mais ainda, com os Estados Unidos, se é que queremos incrementar nossas exportações, se é que queremos fazer a economia brasileira crescer de maneira mais vigorosa, se é que queremos aspirar ao ingresso a mercados significativos, que possam nos estimular a investir mais aqui, a exportar mais e, portanto, a gerar mais empregos e a criar uma economia de círculo virtuoso, até para pensarmos nas vacas magras que virão, quando esse surto fantástico de bonança internacional acabar. Ele não vai durar para sempre; ele é muito bom hoje, mas não vai durar para sempre. O Brasil tem de se preparar mais do que se está preparando para o período das vacas magras. Portanto, já sei a data. Se o Coronel Chávez diz que, se até setembro, o Congresso não aprovar, ele se retira, então, vou lutar como um leão para que isso não seja aprovado até setembro, porque, assim, tenho a garantia de que não vou ter a companhia indesejável não do povo da Venezuela, que estimo, com o qual me solidarizo, por estar sendo vítima de uma opressão, mas da companhia indesejável de alguém que se porta como um ditador latino-americano tradicional, como um militar latino-americano tradicional, do tipo golilha argentino, aquilo que o passado registra e que o presente baniu. Não haverá espaço para eles no futuro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como sempre, denso nos seus apartes, nas suas manifestações; consistente e equi-

librado. Agradeço a contribuição lúcida que dá a esta minha manifestação e a esta minha preocupação.

Veja V. Ex^a: a Venezuela, hoje, é um país cuja economia, Senador Mão Santa, está muito calcada na PDVSA, a estatal do petróleo. É uma grande compradora de produtos brasileiros, que compra porque o Brasil é competitivo e que compra porque o Brasil consegue vender pelas relações comerciais. O ingresso da Venezuela no Mercosul, com absoluta certeza, Senador Eduardo Azeredo, ia nos criar constrangimentos. Senador Flexa, V. Ex^a se lembra da figura do Presidente Chávez na ONU, referindo-se ao Presidente Bush: “*sin verguena?*” Aquele jeito arrogante, em território americano, chamando o Presidente americano de sem-vergonha, um linguajar chulo? Cesteiro que faz um cesto faz um cento. Dentro do Mercosul, ele iria querer tutelar as relações dos países-membros do Mercosul e colocar suas idiossincrasias pessoais; iria querer inocular nos países-membros do Mercosul; iria querer dificultar as relações do Brasil com os Estados Unidos, do Brasil com a União Européia; do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai com a União Européia e com os Estados Unidos, para fazer graça para sua política interna.

E aí, qual é a vantagem para o Mercosul? Há muito mais desvantagem do que vantagem. O Presidente Chávez é uma figura com quem se precisa ter muito cuidado, muito cuidado. Ele é um homem presunçoso, ele é um homem de arrogância ilimitada, é um homem que tem o comando de seu país com ardis que produziram a tutela do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e comanda com mão-de-ferro o Poder Executivo; e não pode querer transferir para outros países da América do Sul sua forma de ser.

Seguramente, Senador Flexa, ele não será bem-vindo ao Mercosul. Pela forma de ser, não será bem-vindo ao Mercosul.

Ouçó, com prazer, o Senador Azeredo; em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador José Agripino, V. Ex^a aborda muito bem a questão ao lembrar que, normalmente, daqui saem algumas recomendações contra medidas tomadas em outros países. Lembro-me de que quando começou a guerra do Iraque houve, aqui, críticas fortes contra a participação na guerra, contra a declaração dos Estados Unidos. Até a própria embaixadora dos Estados Unidos, à época, Donna Hrinak, participou de uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para explicar a posição dos Estados Unidos. Portanto, não há mal algum em que o Senado discuta as relações externas de um país ou as ações de um outro país que tenham consequências no Brasil. O que não é admissível é a

grosseria do presidente Chávez, a forma desrespeitosa com que tratou o Congresso do Brasil, a mentira que usou para tentar atingir todos que representam o povo brasileiro. Ontem, disse bem o Senador Heráclito Fortes, Presidente da nossa Comissão, que uma coisa é o presidente do momento da Venezuela; outra, o povo venezuelano. O povo venezuelano merece o nosso respeito, merece a nossa solidariedade permanente. Queremos manter uma boa relação com o povo venezuelano, mas o presidente que está lá, realmente, tem tudo que foi dito aqui. Ele tem, realmente, presunção e procura dizer que sabe de todas as questões, de todos os assuntos, que sabe de tudo. Então, não há por que ficarmos tolerando uma agressão como essa. O Brasil deve analisar com muito cuidado, sim, a entrada da Venezuela no Mercosul, não somente devido à cláusula que determina que, para fazer parte do Mercosul, o país deve estar em plena democracia, mas também porque o cumprimento, pela Venezuela, das regras de entrada no Mercosul não está sendo feito corretamente. A Venezuela não está acompanhando, de maneira adequada, os pontos acordados. Recentemente, por questões políticas, a Venezuela deixou de pagar empresas colombianas porque havia divergências políticas entre o Presidente Chávez e o Presidente da Colômbia. Veja o risco que as empresas brasileiras correm! O Embaixador da Venezuela tentou minimizar a questão, mas estamos aguardando que, realmente, haja uma mudança de posição, porque não podemos ficar a reboque dos interesses do Presidente Chávez. Nós, da Oposição, devemos reconhecer quando o Governo age corretamente. A Ministra Dilma agiu bem ao dar sua resposta, ontem, dizendo que o Brasil não tem prazo, assim como também agiu bem o Presidente Lula, quando defendeu o Senado brasileiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Ouçó o companheiro e Senador Flexa Ribeiro, com a aquiescência do Presidente.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Agripino, V. Ex^a, como sempre, trata de assunto da maior importância. É lamentável que o Presidente da Venezuela queira impor prazos ao Congresso Nacional, sob pena de retirar a candidatura de seu país à participação no Mercosul. A Ministra Dilma, como bem disse V. Ex^a, respondeu-lhe dizendo que não aceita e nem impõe prazos. Quero dizer a V. Ex^a que o que foi dito aqui é do conhecimento de todos. O Presidente Hugo Chávez quer impor um regime autoritário à Venezuela – ou já o fez – e, o que é pior, quer influenciar outros países da América do Sul, como fez com a Bolívia, induzindo o país àquele incidente com o Brasil – está provado que houve interferência dele – e como

também fez com a Argentina, tentado criar discórdia na relação entre aquele país e o Brasil. Ou seja, ele quer assumir, pelo autoritarismo, o papel de líder na América do Sul, o qual, historicamente, é do Brasil. O Presidente Lula não pode deixar que o Ministério das Relações Exteriores tenha uma conduta que não seja contundente em relação a esse posicionamento do presidente Hugo Chávez. Senador José Agripino, hoje, pela manhã, em entrevista à CBN, eu disse que a primeira condição para se entrar no Mercosul é a plena democracia. Está provado que isso não existe na Venezuela. Lamento que o PT, há alguns dias, tenha defendido e considerando normais a não-renovação da concessão e o fechamento da RCTV, por ter esta combatido o Presidente Hugo Chávez durante a campanha política. O Senador Heráclito Fortes até fez uma indagação sobre se isso não poderia ocorrer no Brasil com uma grande rede de televisão brasileira que, tempos atrás, durante campanhas anteriores, foi contra o PT. Tenho certeza de que isso, no Brasil, não encontraria solo para germinar. Já ocorreu isso no passado e não acontecerá no futuro. Todos nós, brasileiros, solidarizamos-nos com os venezuelanos. Queremos que tenham democracia e liberdade para ouvir opiniões contraditórias, quer sejam da RCTV ou da outra emissora, menor, que ele também já ameaçou fechar, pois quer reduzi-las a tamanhos pequenos. No entanto, ele vai diminuir esse prazo de três meses, e sabe por que, Senador José Agripino? O Senador Eduardo Azeredo enviou à Mesa do Congresso um requerimento em que pedia que a resolução desse fechamento fosse revista. Eu e a Senadora Marisa Serrano encaminhamos um requerimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de repúdio ao presidente Hugo Chávez, pela não-renovação da concessão da RCTV. Ou seja, se frente a um pedido de revisão, ele estabeleceu três meses, para um pedido de repúdio, vai determinar uma semana. Assim, com certeza absoluta, a Venezuela não entrará no Mercosul. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

O Presidente Chávez, se fosse para o Mercosul, seguramente, iria inocular alguns venenos que nos criariam embaraços, venenos de termos uma posição contrária, ou impertinente, ou irracional em relação àquele que o Presidente Chávez elegeu como seu inimigo nº 1, que é o Presidente dos Estados Unidos, com quem temos relações comerciais necessárias. Ele iria querer contaminar o ambiente do Mercosul, na sua briga particular com os Estados Unidos. Daí para evoluir para a União Européia, seria um pulo. Ele iria, com certeza absoluta, trazer a sua idiossincrasia com

relação ao etanol, porque ele tem interesse no petróleo, para o ambiente do Mercosul. Ele criaria dificuldades que não temos hoje e com as quais não podemos conviver, baseado em quê? Senador Flexa Ribeiro, o Presidente Chávez criou um fundo, na Venezuela, a partir de recursos operados pela PDVSA e recursos do Banco Central, para quê?

Para comprar bônus da Bolívia e da Argentina, e, com isso, assegurar uma parceria política favorável a eles. Ele iria, com certeza absoluta, com essa relação simpática que construiu às custas de recursos do povo da Venezuela, tentar criar situações de constrangimento entre o Brasil e seus parceiros – Brasil e Bolívia, Brasil e Argentina –, e já temos um contencioso desagradável com a Bolívia. Ele iria, com absoluta certeza, criar elementos complicadores novos. Para quê? Se ele quer dar três meses, quero dizer que, de minha parte, ele fica com três anos. Espero que o povo da Venezuela, dentro de três anos, faça sua avaliação e encontre caminhos para mudar de governo antes que seja tarde, mas essa é uma questão doméstica da Venezuela e isso o futuro vai dizer.

Ouçó, com prazer, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Agripino, V. Ex^a aborda um tema que é da maior importância: as relações entre o Brasil e a Venezuela. Quero reiterar que avaliei como positivo e apoiei o requerimento do Senador Eduardo Azeredo, solicitando que o presidente Hugo Chávez reconsiderasse a sua decisão de não-renovação da concessão da RCTV, porque considereei muito construtiva a maneira como o Senador apresentou sua proposta, que foi apreciada e votada, tanto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quanto no plenário, sem objeção. Foi uma votação simbólica em que não houve qualquer modificação, não houve qualquer voto em contrário. Pois bem. Quando o Presidente Hugo Chávez declarou que os Senadores estavam procurando agir em consonância com o Governo dos Estados Unidos – usando termos que não vou repetir –, porque aqui havia uma direita que tentava impedir que a Venezuela ingressasse no Mercosul, eu de pronto disse e reafirmo – aliás, há pouco, Senador José Agripino, telefonei para o Embaixador da Venezuela no Brasil, Julio García Montoya, e também para o Embaixador do Brasil na Venezuela, João Carlos de Souza Gomes comunicando-lhes – que sou plenamente a favor do ingresso da Venezuela no Mercosul. Precisamos ter a visão, como muitos aqui falaram, dos interesses maiores e permanentes dos povos venezuelano e brasileiro para além dos governos. Obviamente, é importante estabelecermos o diálogo em altos termos entre o Presidente da Venezuela e o nosso Ministro Celso Amorim,

que, inclusive, propôs ao Presidente da Venezuela que colocasse as coisas em bons termos para com os Senadores brasileiros. Estou sendo informado de que na Câmara dos Deputados, e acredito que também no Senado, está-se propondo uma reunião, para breve, entre Parlamentares brasileiros e venezuelanos. Espero que encontros dessa natureza façam com que os diálogos sejam mantidos em termos respeitosos e adequados. Então, divirjo da opinião do Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a prefere que a Venezuela não ingresse mesmo no Mercosul a partir desses incidentes que, no meu entender, podem perfeitamente ser superados. Assim, Senador José Agripino, gostaria de contribuir para que possamos logo superar essa troca de palavras um tanto ríspidas e darmos a oportunidade ao Presidente Hugo Chávez de manter o diálogo em termos mais elevados e adequados. Nós, aqui, temos razões de sobra – e vamos torcer para isso – para criarmos condições para que o Brasil tenha um bom relacionamento, tanto do ponto de vista comercial e econômico como no que diz respeito à colaboração entre os seres humanos as melhores possíveis. Por isso, no tempo em que nós, do Congresso Nacional, considerarmos o mais adequado, espero contribuir para criarmos as melhores condições possíveis para a integração da Venezuela com todo o Mercosul e com toda a América do Sul. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Suplicy, muito grato pelo aparte. Apenas uma observação: o restabelecimento desse diálogo, seguramente, nos será dado com ultimatos como o que o Presidente Chavez acabou de dar: três meses ou três dias para que o Congresso Nacional brasileiro reconsidere suas posições. Não é por aí! E aí está a raiz da nossa discordância: é a truculência, é a inabilidade, é o vírus da prepotência que está inoculado e que não pode prevalecer na relação de países maduros politicamente, como devem ser Brasil e Venezuela.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador José Agripino, permita-me V. Ex^a um aparte?.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com a aquiescência e a paciência do Presidente, ouço, com prazer, V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Serei bem rápido. Apenas para parabenizar V. Ex^a pelo discurso, bem como pelos apartes recebidos e dizer que, na minha opinião, o Governo Federal vem conduzindo esses episódios de maneira bastante adequada. Os meios de comunicação já registraram o que disse o Presidente Lula, ou seja, que, para entrar no Mercosul, existe um conjunto de regras que devem ser obedecidas. São critérios e pré-requisitos também mencionados no pronunciamento feito por V. Ex^a. Mas, para

sair do Mercosul, não existe regra. Quem quiser sair sai. Nesse sentido, quanto à Venezuela, essa situação está colocada. V. Ex^a mencionou o posicionamento da Ministra Dilma Rousseff, que é claro e tranquilo. O Brasil não dá nem quer receber prazo de três meses para ninguém. Então, o Governo está numa situação boa, adequada, na minha opinião, correta em relação a esses episódios, e o posicionamento do Senado Federal também está de acordo com a consolidação de relações democráticas que devem acontecer entre os países. Era a manifestação que eu gostaria de fazer, no sentido de reforçar o pronunciamento de V. Ex^a, enaltecendo o posicionamento do Governo do Brasil não só por intermédio do Presidente da República, mas em relação a vários Ministros que se vêm posicionando sobre o assunto, demonstrando uma posição tranquila, de segurança, sóbria, como realmente deve acontecer. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigando, Senador Flávio Arns. Agradeço a V. Ex^a a manifestação.

Para encerrar, Sr. Presidente, com os agradecimentos pela tolerância, quero dizer que o Presidente Chávez deve ter muitas razões para tamanha auto-suficiência. Senador José Nery, na Venezuela existe um órgão chamado Conselho Nacional Eleitoral, que controla as eleições, o processo eleitoral. Ele é totalmente dominado pelo Presidente da República, pelo Presidente Chávez, que não deve ter medo de eleição porque controla o Conselho Nacional Eleitoral. Participo de um Partido que se chama Democratas. Democracia significa oportunidade igual para todos. Quem quiser que conquiste a simpatia e o voto com atos e com gestos, com atitudes e com palavras, diferentemente de S. Ex^a, o Presidente Chávez, que tem outros métodos, que repudiamos.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Nós, Democratas, até para honrar o nome do nosso Partido, nos posicionaremos, a permanecer essa atitude do Presidente Chávez, frontalmente contra o ingresso da Venezuela no nosso Mercosul.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra pela Liderança do Governo para fazer dois rápidos comunicados que interessam à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Senador Romero Jucá, devemos obedecer à alternância de Líderes. O Senador José Agripino, Líder do PFL, acabou de se manifestar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Mas, Sr. Presidente, os assuntos de que tratarei diz respeito ao pronunciamento do Senador José Agripino. Também se trata de resposta à Casa a respeito dos pescadores de lagosta, algo extremamente importante, que tem sido cobrado da Liderança do Governo.

Pediria cinco minutos a V. Ex^a, para que eu pudesse, rapidamente, expor essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos, embora esteja contrariando o Regimento, como V. Ex^a, mais do que ninguém, sabe.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço a V. Ex^a, porque o motivo é extremamente justo.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Perfeitamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar de duas questões rapidamente. Primeiro, no que diz respeito ao discurso proferido pelo Senador José Agripino, quero registrar que o Governo brasileiro, por meio do Presidente Lula, já se pronunciou sobre isso, refutando as ponderações do Presidente da Venezuela e apoiando o Congresso brasileiro e a liberdade do Brasil de definir aquilo que entende, sem prazos e sem cobranças. Portanto, a posição do Governo brasileiro, do Presidente Lula, é exatamente igual à posição do Congresso brasileiro. Não aceitamos nenhum tipo de imposição e de cobrança do Presidente Chávez, da Venezuela ou de qualquer outro país do mundo!

Sr. Presidente, a segunda questão refere-se ao caso dos pescadores de lagosta, assunto discutido em plenário pelo Senador José Agripino, pelo Senador Arthur Virgílio, pelo Senador Tasso Jereissati, pela Senadora Patrícia, pelo Senador Garibaldi Alves, pelo Senador Mão Santa. Ficamos de discutir com o Governo uma saída para que não retroagisse a pesca de rede, mas para que, ao mesmo tempo, fosse criado

algum tipo de mecanismo a fim de proporcionar alento e condições para que os pescadores de lagosta se enquadrassem na nova legislação.

Acertamos com o Governo e apresentamos a seguinte proposição: primeiro, haverá um levantamento feito pelo Ibama e pelo Ministério da Pesca, e grupos de trabalho irão às comunidades para inscrever rapidamente nos financiamentos quem ainda não esteja financiado. Não vamos aguardar que o interessado procure o Banco do Nordeste. Vamos buscar o interessado na ponta. Além disso, o Governo vai destinar R\$12 milhões para fazer o que foi proposto aqui, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, quando V. Ex^a tratou da questão dos pescadores, citou a sugestão de um pescador de que se fizesse com as redes o mesmo que se fez com relação às armas. O Governo concordou com isso, ou seja, indenizará os pescadores de lagosta no que diz respeito às redes. Pagará aproximadamente R\$12 milhões, em um primeiro momento, para que os pescadores entreguem suas redes e recebam uma indenização e também o recurso do financiamento para a construção dos manzuás. Entendo que a proposta atende, nas duas pontas, os pescadores, pois injeta algum tipo de recurso e cria as condições de pesca diferenciada. Ao mesmo tempo, preserva o meio ambiente, fazendo com que haja controle da pesca da lagosta, evitando a depredação, como está ocorrendo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Este é um assunto importante, Sr. Presidente. Estou quebrando a prática, mas isso é importante para o esclarecimento do País, não apenas do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – V. Ex^a vai entrar no horário da Liderança. É anti-regimental também, mas será deduzido do Líder Jucá o uso da palavra por V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – S. Ex^a concordará. Enquanto não se resolve a questão da indenização, que é uma boa medida, e do financiamento não procurado, mas buscado pelo banco, que é outra boa medida, o pescador tem de sobreviver. O que acontece com relação à atividade dele nesse período de transição?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador José Agripino, estamos ultimando o texto, que, até amanhã, deveremos inserir em uma medida provisória, em que será inserido, inclusive, se possível e necessário, o texto da suplementação dos recursos. A idéia é a de que, na próxima semana, o Governo já tenha

condições de agir, a fim de fazer os financiamentos e de também proceder às indenizações. Estamos ultimando essa questão, exatamente porque sabemos que a premência é muito grande.

Apresentei a idéia hoje, para que fosse debatida, até em homenagem a V. Ex^a, ao Senador Mão Santa, e a todos os Senadores e Senadoras que pleitearam a questão.

Já fizemos contato com o Ministério do Planejamento e com o Ministro Walfrido dos Mares Guia, da Coordenação Política. No começo da próxima semana, poderá haver uma reunião para se detalhar a forma operacional, mas fiz questão de trazer hoje essa posição, em respeito ao compromisso que firmamos aqui, de que, esta semana ainda, eu traria uma posição do Governo, e a posição seria a de buscar uma solução para que não permanecesse a situação dos pescadores da forma como está.

Portanto, a premência é para amanhã. Está se discutindo a forma operacional. Na terça-feira ou quarta-feira, sentaríamos e aprovaríamos a operação, que começaria imediatamente.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Romero Jucá o interesse e a dedicação. Aguardo, com redobrado interesse, o texto, para que possamos nos sentar e discutir a saída para o impasse dos pescadores. Agradeço a V. Ex^a e aguardo, com ansiedade, o texto prometido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, traremos, então, o texto na próxima semana. As providências estão sendo tomadas. Comunico à Casa que estamos encontrando uma solução que atenda os pescadores de lagosta que não se enquadraram ainda na legislação de proteção ambiental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – O próximo orador inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, pela presteza com que encontrou a solução para a situação que aflige todos nós com relação aos pescadores de lagosta do Nordeste e do Norte brasileiro.

Peço a V. Ex^a que também use da sua competência e da sua presteza em relação aos recursos para o transporte escolar. V. Ex^a assumiu o compromisso

com o Senador Mário Couto, com o Senador Flexa Ribeiro, com todos os Senadores, na ocasião da votação do Fundeb, que apresentaram destaques para que os Municípios brasileiros fossem atendidos com recursos para o transporte escolar. V. Ex^a disse que, em 15 dias, o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Senador Flexa Ribeiro, a Mesa concedeu a palavra a V. Ex^a pela ordem. V. Ex^a está fazendo um discurso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não estou fazendo um discurso.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Gostaria que V. Ex^a se inscrevesse e fizesse um pronunciamento para discutir o assunto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já encerro, Sr. Presidente.

Senador Romero Jucá, gostaria que V. Ex^a tivesse a mesma competência e a mesma presteza para resolver o problema dos Municípios brasileiros com relação ao transporte escolar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Flexa Ribeiro, informo que a medida provisória relativa ao transporte escolar está sendo ultimada. Dentro de alguns dias, o Governo vai apresentá-la.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, especialmente nos meios acadêmicos e na mídia de opinião, tornaram-se verdadeiras banalidades, dada a frequência com que são trazidas a público, as alusões à fraqueza que o Congresso Nacional brasileiro experimenta em sua capacidade de legislar, sobretudo nos últimos anos. Desnecessário socorrer-se no modelo tripartite de Governo, Executivo, Legislativo e Judiciário, devidamente confirmado pela Constituinte de 1988, e mesmo nas reflexões de Montesquieu para sublinhar a importância da equilibrada divisão de Poderes, cada qual cumprindo seu papel institucional.

Mas, em verdade, depois da derrocada dos famigerados decretos-leis e de sua democrática substituição pelas medidas provisórias, vimo-nos – suprema ironia –, involuntariamente, pegos por uma armadilha que já dura quase duas décadas. Não bastasse a sem-cerimônia com que os ocupantes do Palácio do Planalto, desde o advento da atual Constituição, falseiam os pressupostos de admissibilidade das medidas provisórias – urgência e relevância –, emitindo esses atos legislativos a seu bel-prazer, temos de suportar ainda,

porque previstos pela Carta Constitucional, os incontáveis e incontornáveis pedidos de urgência, apostos com muita frequência em um sem-número de projetos nascidos no Poder Executivo.

Somados, os pedidos de urgência do Poder Executivo e a prodigalidade com que se emitem medidas provisórias, temos um ambiente bastante conturbado, talvez mesmo minado, para a atividade legislativa nativa, certamente não a única, mas a mais relevante das rotinas do Poder que integramos. Afora outros pesados e penosos incidentais, não há como negar que esse “cerceamento” à nossa capacidade de produzir legislação original, sintonizada e conseqüente com as demandas sociais, será e é um dos paradigmas pelos quais somos julgados pela opinião pública, pelo eleitor e pelo cidadão-contribuinte. Daí decorre também, em não escassa medida, a pouca abonadora imagem que os políticos – em generalizações freqüentemente ligeiras e equivocadas – e o Congresso Nacional gozam na atualidade, no Brasil.

Estudo que encomendei à Consultoria Legislativa da Casa, produzido a partir do *Relatório da Presidência do Senado* relativo ao ano de 2006, revela que foram sancionados 113 projetos de lei naquele exercício, excetuados os créditos adicionais. Do total, 55 originaram-se de medidas provisórias e de projetos de lei de autoria do Poder Executivo, ao passo que 13 tiveram origem no Senado Federal e que 35 eram oriundos da Câmara dos Deputados. Ou seja, perto de 50% da produção legislativa de 2006 foi de iniciativa do Presidente da República. E esse não chega a ser o pior momento. No exercício de 2004, esse percentual alcançou a desconcertante marca de 80,8% de ação legislativa feita pelo Poder Executivo. Ainda assim, é importante também frisar que os dados disponíveis evidenciam uma maior aprovação de leis originadas de projetos de autoria de Deputados do que de Senadores. Mas tudo bem, pois, no caso, estamos ainda no âmbito do Legislativo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que esse quadro, que revela a hipertrofia do Executivo como legislador, quando analisado friamente e sem escusas matizadas, é preocupante. Estamos abdicando, de modo implícito ou explícito – e não se sabe exatamente por quê –, de uma prerrogativa constitucional, de uma delegação popular expressa, da própria representação que nos foi confiada pela sociedade. Com um laxismo esdrúxulo e extemporâneo, vimos outorgando candidamente ao Poder Executivo a primazia na iniciativa e, afinal, a maior fatia da produção legislativa. Talvez, por isso, o Executivo só viva de anunciar projetos e mais projetos, sem execução, sem conseqüências. Faltar-lhe-ia, com certeza, o tempo,

subtraído para exercer funções legislativas, não as funções executivas, que, por dever, deveria exercer.

Preocupa-me, sobremaneira, tentar, senão reverter, pelo menos mitigar um panorama que nos é tão constrangedoramente desfavorável, porque racionalmente inexplicável.

Dito isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero anunciar a V. Ex^{as} e ao Brasil que apresentei proposta de emenda à Constituição que “acrescenta parágrafo ao art. 65 da Constituição, para fixar prazo de exame, pela Casa revisora, dos projetos de lei para os quais a Casa iniciadora houver, pela maioria de seus membros, solicitado urgência”. Isto é, os projetos aprovados na Câmara deverão ter urgência no Senado, e o inverso é verdadeiro: os projetos com origem no Senado terão urgência na Câmara. A inovação embutida nessa iniciativa é exatamente a introdução do caráter de urgência, antes prerrogativa apenas do Poder Executivo que, uma vez aprovada a Emenda Constitucional, estende-se, como faculdade, também às duas Casas legislativas que integram nosso Parlamento.

Na verdade, independentemente da autoria, essa me parece uma medida saneadora importantíssima para o processo legislativo, se, de fato, estivermos empenhados em seu aperfeiçoamento. Uma vez adotada, de pronto mostrará toda a sua relevância, ao impedir que projetos importantes já aprovados por uma das Casas sejam eventualmente lançados ao esquecimento e fiquem perdidos em algum dos infinitos escaninhos do Congresso, em virtude dos mais distintos, fortuitos ou incogitáveis motivos.

Quero só dar um exemplo. Há projetos de minha autoria que foram aprovados no Senado – como o projeto do adicional tarifário, o que convoca plebiscitos e outros – e que estão há mais de seis anos na Câmara dos Deputados. E tenho notícias de que há projetos de Senadores que estão há mais de nove anos naquela Casa. Isso é inconcebível e facilita, logicamente, a ação absurdamente legisladora do Poder Executivo.

Ademais, com esse singelo dispositivo – proposto na emenda constitucional –, vão ser colocados em pé de igualdade Poderes que devem interagir, conforme o mandamento constitucional e a melhor prática institucional, levando-se em seriíssima conta os preceitos da independência, da harmonia e do equilíbrio entre os Poderes. Reaviva-se e revigora-se, dessa maneira, a atividade legislativa do Poder Legislativo.

Em termos objetivos, de dinâmica legislativa, a medida funcionaria da seguinte forma: seria constitucionalmente facultada a aplicação do regime de urgência à revisão de projetos aprovados numa das Casas, desde que houvesse solicitação da maioria absoluta dos membros da Casa iniciadora. Uma vez aprovada

a solicitação, passará a correr o prazo de 45 dias para deliberação por parte da Casa revisora, ao fim do qual a proposição sobrestará a tramitação de outras em discussão, excetuadas aquelas com prazo constitucional determinado para apreciação. Nessa nova sistemática, procura-se conferir aos projetos iniciados em uma Casa e considerados mais relevantes e prioritários por seus membros tratamento equivalente ao dispensado a projetos de autoria do Presidente da República, para os quais este tenha reclamado urgência.

A exigência de quórum qualificado nos pedidos de urgência objetiva evitar a trivialização da nova prerrogativa, facultando a aplicação desse regime apenas àqueles projetos cuja necessidade de tramitação mais rápida tenha sido expressamente reconhecida pela maioria absoluta dos membros da Casa solicitante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou convicto de que a proposta de emenda à Constituição que ora submeto à superior apreciação desta Casa e depois da Câmara dos Deputados é justa e razoável, além de ensejar o incremento da produção legislativa em seu nascedouro mais adequado, o Poder Legislativo. Por isso, peço e espero contar com o decisivo apoio de todos os eminentes Pares, nesta Casa e na Câmara dos Deputados.

Então, Sr. Presidente, no fundo, a idéia é a de trazer para o Legislativo o poder maior de legislar e a de inverter esta ordem absurda, que é a de o Poder Executivo legislar mais do que o Legislativo e de não podermos executar nada no Executivo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Valter Pereira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Expedito Júnior. Logo em seguida, falará o Senador Valter Pereira. Infelizmente é a determinação que recebo da Secretaria da Mesa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PFL – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu tinha pedido minha inscrição e também a do Senador Heráclito Fortes, que estava ao lado. Queríamos fazer uma homenagem a Piripiri, importante cidade do Piauí, que hoje comemora 97 anos. Tinha pedido uma comunicação

inadiável, para uma homenagem minha e do Senador Heráclito Fortes àquela grandiosa cidade do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^{as} estão devidamente inscritos.

Antes de qualquer coisa, gostaria de comunicar à Casa que hoje não haverá Ordem do Dia. A ausência dos Líderes, neste momento da sessão, é o maior indicativo de que não houve acordo para que ela acontecesse. De modo que comunico ao Plenário que hoje apenas seguiremos a lista de oradores.

São os seguintes os itens cuja apreciação é sobrestada:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 30.8.2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 4.9.2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que dispõe

sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 7.9.2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 12.9.2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 17.9.2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final (Prorrogado): 21.9.2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final (Prorrogado): 21.9.2007

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência nos termos do
Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Comple-

mentar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].*

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

12

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator:

Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produ-*

tos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora **ad hoc**: Senadora Maria do Carmo Alves.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que es-*
pecifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes
apontando formas para efetuar denúncias.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA**Nº 35, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e

o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, permita-me... Presidente Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também me havia inscrito para uma comunicação inadiável, até bem antes do Senador Mão Santa. Se houver a possibilidade, gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Exatamente.

Estão inscritos os Senadores Mário Couto, Mão Santa, Heráclito Fortes e Tião Viana.

Aliás, o Senador Heráclito Fortes está pedindo a retirada da inscrição.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO
DIA 04 DE JULHO DE 2007, QUE, RETIRADO
PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ
PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa se associa às manifestações e ao discurso

do Senador Flexa Ribeiro sobre o aniversário da UFPA, Universidade na qual também estudei vindo de Macapá. Realmente é uma homenagem devida e justa.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 694, de 2007**, aditado pelo **Requerimento nº 787, de 2007**, lido no expediente, do Senador Sibá Machado e outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no próximo dia 11 de julho, de Sessão Especial do Senado destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta Ariano Suassuna.

Em votação o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Pelo significado de sua obra e a importância desta para a cultura brasileira é justificativa mais do que suficiente para homenagear Ariano Suassuna. O autor de *Auto da Compadecida* foi um dos criadores do Movimento Armorial, movimento que tem por escopo criar uma arte erudita a partir de nossa própria cultura popular, orientando dessa forma todos os campos da arte, como a música, a dança, a literatura, as artes plásticas, o cinema e arquitetura.

Ariano Suassuna é também autor de várias peças para o teatro, algumas transformadas em livros. Nesses dois campos, as obras mais conhecidas são: *O desertor de Princesa* (1948); *Auto de João da Cruz* (1949); *O Arco Desabado* (1952); *Auto da Compadecida* (1955), que foi um grande sucesso na TV; *O Santo e a Porca* (1957); *O Casamento Suspeitoso* (1957); *A Pena e a Lei* (1959); *Farsa da Boa Preguiça* (1960); *A Caseira e a Catarina* (1962); *Romance d'á Pedra do Reino e o Príncipe de Sangue do Vai-e-Volta*, romance de 1971, traduzida para o inglês, alemão, francês, espanhol, polonês e holandês e agora transformado também em minissérie da Rede Globo.

Pelo aniversário desse baluarte da nossa literatura, da poesia e amante das causas populares brasileiras é que sugiro a realização de sessão especial do Senado Federal em homenagem a Ariano Suassuna para o dia 11 de julho próximo, Sr. Presidente.

Era a justificativa que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que se prepara para ir ao Mato Grosso do Sul: Senador Valter Pereira.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

Pedimos agilidade na conclusão dos pronunciamentos para garantir a palavra a todos os que se inscreveram para falar.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de fazer o pronunciamento a que me propus e que me trouxe a esta tribuna nesta tarde, gostaria de fazer o registro de que os Estados Unidos da América estão hoje em festa – hoje é dia 4 de julho –, e o Município de Paranaíba, em Mato Grosso do Sul, também, já que hoje, igualmente, comemora sua autonomia política. Trata-se de município pujante que há dez anos começou a crescer e, hoje, deixa de ser um município eminentemente agropecuário para dividir sua economia com um processo crescente de industrialização.

No entanto, Sr. Presidente, o que me traz aqui hoje é uma fala que entendo indispensável. Não vou falar sobre a delegacia de polícia em que se transformou o Conselho de Ética do Senado, mas de um assunto muito mais importante e que já foi abordado hoje por outros Parlamentares desta tribuna: a Venezuela.

O Presidente daquele país, Hugo Chávez, deu ontem um ultimato ao Brasil: ou o Congresso brasileiro aprova o ingresso daquele país no Mercosul até setembro próximo, ou ele retira o pedido de sua inscrição no Bloco. Esse ultimato, Sr. Presidente, foi endereçado também ao nosso vizinho Paraguai.

Além de falastrão e arrogante, o governante venezuelano mostra-se presunçoso. Ele verbera como se sua presença na Organização fosse indispensável e como se o Mercosul dependesse de sua filiação para se consolidar.

“Se não aprovarem nesse período”, disse o Coronel Chávez, “vamos nos retirar do processo”. O que ele precisa saber, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que ninguém vai chorar a sua ausência.

Bom parceiro comercial ele não tem sido. Basta atentar para os mercados escolhidos por seu governo para os grandes negócios que a Venezuela tem realizado no mercado internacional.

Não se tem revelado também um bom vizinho! Ao contrário, vem se intrometendo freqüentemente na vida de outros países e de outros governantes deste Continente.

Sua intromissão vem se dando tanto no campo político como no campo econômico. No político, não

tem escondido sua pretensão de eleger governantes em vários países do Continente.

Chávez quer eleger e tutelar seus frágeis dependentes, como fez, aqui no Brasil, quando o Presidente Lula reuniu-se com Evo Morales para discutir novas condições para a venda do gás boliviano.

Mesmo sem ter sido convidado, o Coronel Chávez não só compareceu à reunião entre os dois Chefes de Estado como fez o transporte do Presidente da Bolívia para aquele encontro.

Fez tudo isso sem economizar palpites, orientando o líder indígena sobre como deveria conversar, sobre como deveria negociar com o Governo brasileiro.

Mas não foi só aí que Chávez meteu o seu bedelho. Quem não se lembra das críticas que vem fazendo sistematicamente à produção e comercialização do biocombustível brasileiro?

Avesso ao Poder Legislativo, o dirigente venezuelano não tem poupado insultos ao Congresso brasileiro. Foi assim quando este Senado Federal fez um apelo – um educado apelo – para que ele reconsiderasse sua autoritária decisão de fechar a RCTV.

Naquela ocasião, o Presidente venezuelano chegou a inquirir os Parlamentares brasileiros de “papa-geiros de Washington”. E agora retoma suas ofensas, acusando o nosso Parlamento de estar dominado por uma elite oligárquica.

Ao mesmo tempo em que desanca o Poder Legislativo brasileiro, Chávez sustenta que não há nenhuma razão para que os Congressos do Brasil e do Paraguai não aprovelem a entrada da Venezuela no Mercosul.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem sabe a hora de examinar a pretensão da Venezuela de Chávez e de verificar se há motivo ou não para atendê-la, no Brasil e no vizinho Paraguai, são os Congressos desses dois países, não o Coronel Hugo Chávez. Se o Coronel Chávez está achando que vai manipular o Congresso brasileiro, como fez na Venezuela, está muito enganado!

Nos destemperos do dirigente auto-intitulado bolivariano, as farpas atingem também o chanceler Celso Amorim, que, numa tentativa de facilitar os entendimentos e de superar aqueles impasses, tomou a liberdade de sugerir que ele se desculpasse com o Congresso do nosso País.

Isso não foi, evidentemente, Sr. Presidente, uma exigência, mas uma sugestão, feita em termos delicados, educados, por esse cavalheiro chamado Celso Amorim. Mas, se há um requisito que o Brasil não deve deixar de cobrar do Coronel Chávez para aceitar o ingresso da Venezuela no Mercosul, é o compromisso com os princípios e a prática democrática, especialmente no que diz respeito à liberdade de imprensa.

O Coronel Chávez sabe muito bem o que está fazendo. Enquanto dirige ofensas ao Congresso brasileiro e agride outras autoridades do nosso País, trata o Presidente Lula em tom bajulatório.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Valter Pereira, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Dá uma no cravo e outra na ferradura.

Honra-me ouvir o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Valter Pereira, rememoro um pouco dessa história, porque essa preocupação de vez em quando volta à tona. No momento em que o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, enfrentava aquela situação interna em seu país, as dificuldades e as manifestações, pareceu a muitas pessoas, inclusive a todos nós aqui, que havia uma lembrança de um método muito utilizado pelo Governo norte-americano no combate às revoluções socialistas da América Central, principalmente na Nicarágua, com o financiamento dos Contra; a situação de Cuba e tantos outros exemplos. Esse método intervencionista na diplomacia e na soberania dos países não pode ser aceito por ninguém. O Presidente Lula tomou uma atitude muito importante ao apoiá-lo politicamente e, de forma simbólica, materialmente. Não se poderia derrubar um Presidente eleito daquela forma. O último que caiu daquela maneira foi Salvador Allende, que não podemos mais, neste lado do mundo...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Valter Pereira, o tempo de V. Ex^a já está esgotado. Faço um apelo ao aparteante, Senador Sibá Machado, para que seja conciso e possamos conceder o tempo necessário ao Senador Valter Pereira para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Valter Pereira, também queria um aparte.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu dizia que deve ter havido um mal-entendido, porque não pode virar uma crise diplomática o fato de o Senado brasileiro ter feito um moção, uma nota, opinando sobre o fechamento daquela rede de televisão. O Presidente Chávez deve ter se sentido ofendido, porque fizemos discursos aqui, mas, na medida que se transformou num documento emitido ao Governo Venezuelano...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Diga-se de passagem, um documento educado, apenas fazendo um apelo para que ele revisse sua posição, até porque na Venezuela – V. Ex^a sabe muito bem – não é só a RCTV que está na alça de mira do Coronel Chávez, mas toda a imprensa está sob uma censura disfarçada, sofrendo restrições.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Entendo V. Ex^a e a atitude do Senado, mas precisamos evitar que

essa situação se transforme numa crise diplomática, porque a Venezuela é extremamente importante para o Mercosul. É muito importante compreendermos a necessidade desses países darem as mãos, para juntos enfrentarmos as dificuldades das relações comerciais no mundo e a nova relação que a guerra fria fez surgir, o chamado Bloco do Leste, Bloco do Oeste que depois virou Norte contra Sul – sei lá que nome se dá agora. Mas agora queremos o fortalecimento...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – V. Ex^a tem razão quando diz que a Venezuela é importante no Mercosul.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É importantíssima.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Reconheço, mas V. Ex^a há de convir que o Presidente Chávez é um estorvo, dada a vocação autoritária que ele tem revelado durante toda sua trajetória.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Já vou encerrar. Quero apenas dizer que a briga pelos espaços de liderança deste lado do mundo, no nosso Continente, é um direito de qualquer estadista, mas o Brasil tem dado todos os sinais de como quer que sejam conduzidas as relações...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Sibá Machado, peço a V. Ex^a que termine e ao Senador Valter Pereira que agradeça o aparte para podermos prosseguir.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado pelo aparte. Em outro momento voltaremos ao debate.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Honra-me ouvir o Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Valter Pereira, mais uma vez esse assunto volta. Não queremos criar uma crise internacional, não é nossa intenção – V. Ex^a diz, eu havia dito antes. Mas o Presidente Chávez é que parece ser incorrigível; ele é que está criando uma crise ao fazer suas críticas, ao insistir em dizer que não tem de pedir desculpas, que ele entra no Mercosul se quiser, se não quiser, ele sai. Quer dizer, ele trata dos assuntos como se a Venezuela fosse dele. É importante lembrar que 80% das pessoas que foram entrevistadas numa pesquisa na Venezuela disseram ser contra o fechamento da televisão. O que aconteceu? O Chávez fechou essa empresa de pesquisa. Poucas pessoas sabem disso. Quer dizer, a empresa mostrou a verdade e foi fechada por ele. Esse é o problema. Essa é uma característica da escalada ditatorial.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Sr. Presidente, disse anteriormente que o Presidente Hugo Chávez dá uma no cravo e outra na ferradura. Refere-se ao Presidente em tom respeitoso – o Presidente Lula realmente tem sido agraciado com palavras generosas do Presidente Hugo Chávez – e insulta o Poder Legislativo, insulta o Senado, um dos principais sustentáculos do regime democrático, pelo qual ele não tem demonstrado nenhum tipo de apreço.

A democracia, aliás, já pagou um preço alto às ingerências externas, contra as quais precisamos sempre tomar posição. Nos últimos dias, com a liberação de documentos secretos da CIA (Central Intelligence Agency), dos Estados Unidos, foram reavivadas na nossa memória as denúncias de participação daquela agência em assuntos internos do Brasil na década de 60, quando a democracia foi esmagada no País, quando um Presidente constitucional do nosso País foi destituído por essas ingerências.

Essas lembranças, Sr. Presidente, nos servem de alerta contra essas indevidas influências externas. De qualquer forma, não acredito que alguém, aqui nesta Casa, esteja disposto a baixar a cabeça para esse aventureiro, para esse aventureiro desastrado, que se auto-intitula líder bolivariano.

O Coronel Chávez que saiba se comportar, como manda o protocolo de relacionamento civilizado que deve sempre presidir as relações entre os países civilizados, entre os Estados soberanos e que se exima de dar ultimatos a qualquer órgão legislativo, a qualquer poder legislativo, do Brasil hoje, e do Paraguai também, e amanhã, de outros países.

Nós, aqui no Parlamento, saberemos, no momento certo, avaliar a conveniência de aceitar o ingresso deste ou daquele país no Mercosul, levando sempre em conta os interesses nacionais, não apenas do Brasil como dos demais parceiros e, sobretudo, os interesses da democracia.

Honra-me ouvi-lo, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Valter Pereira, ainda há pouco conversava com o Embaixador da Venezuela no Brasil, Julio García Montoya, que também está preocupado em que possamos ter o melhor relacionamento possível e que possamos superar os obstáculos decorrentes da troca de termos que, por vezes, machucaram a nós membros do Congresso Nacional e que levaram o Presidente Hugo Chávez a ter a reação que agora sabemos todos. Inclusive, liguei, hoje à tarde, para o Embaixador da Venezuela no Brasil dizendo que sou muito favorável a que a Venezuela participe do Mercosul. Creio que precisamos ter uma perspectiva até de levar em consideração aquilo que aconteceu, por

exemplo, na União Européia, o caso mais bem-sucedido de uma integração hoje que envolve a liberdade de movimentos, de bens, de serviços, de capitais e de seres humanos – porque os habitantes de cada um dos países da União Européia hoje podem se locomover livremente. Quem sabe possamos chegar a isso em breve na América do Sul. Quando olhamos para a perspectiva do que ocorreu, do histórico do que ocorreu na União Européia, vamos nos lembrar de que ali houve governos dos mais diversos tipos, nos mais diversos países, e isso não impediu que...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – RO) – Senador Eduardo Suplicy, faço um apelo a V. Ex^a para ser conciso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Portanto, Senador Valter Pereira, em que pesem os problemas e os sentimentos havidos, estou recebendo a notícia de que o Embaixador da Venezuela, ele próprio, atendeu a um convite do Senador Heráclito Fortes para vir amanhã dialogar conosco. Inclusive uma delegação de parlamentares das Comissões de Relações Exteriores do Congresso Nacional Venezuelano está para vir ao Brasil para um diálogo conosco. Quem sabe possamos restabelecer essa integração, nos melhores termos possíveis, inclusive superando os problemas que decorreram e que estão sendo objeto da análise de V. Ex^a...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, parlamentares do Partido único.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Que foram eleitos pelo povo da Venezuela e que, certamente, serão recebidos aqui com o maior respeito por nós. V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, sabe que parlamentares de outros partidos preferiram não disputar a eleição e poderiam tê-lo feito. Mas acredito, Senador Valter Pereira, que seremos capazes, sim, de superar os obstáculos que surgiram às vezes até por responsabilidade do Presidente Hugo Chávez, por causa de suas palavras, de um lado, e, de outro lado, em decorrência da livre manifestação democrática do Senador Eduardo Azeredo, que, construtiva que era, eu mesmo apoiei. Mas vamos em busca de um entendimento melhor para os povos das Américas, do Brasil e da Argentina. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Valter Pereira, concedo mais dois minutos para V. Ex^a concluir. Já repeti e concedi seis minutos a mais. V. Ex^a consegue concluir em dois minutos?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sim, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, efetivamente o Senador Eduardo Suplicy traz uma informação importante, de que até o Embaixador da Venezuela

está preocupado com os destemperos do Presidente daquele país. Qualquer pessoa sóbria tem esse tipo de preocupação. E os parlamentares que virão aqui – é bom que se diga – são parlamentares que foram compelidos a abdicar de suas prerrogativas parlamentares e transferi-las ao Coronel Hugo Chávez, que é quem está legislando, que é quem está efetivamente cumprindo o papel reservado aos parlamentos do mundo inteiro.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que não será com inconvenientes ameaças vindas de fora, de quem quer que seja, que nos moveremos nessa ou naquela direção.

Trataremos sempre com respeito todas as nações, mas saberemos defender, antes de tudo, os interesses legítimos do povo brasileiro, os interesses legítimos do Brasil e, sobretudo, preservando sempre, principalmente quando se discutir a integração a qualquer bloco, a soberania do Brasil e os princípios democráticos que devem orientar as relações de todos os povos organizados.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Mário Couto, por cinco minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de vir a esta tribuna, hoje, para fazer uma curta comunicação inadiável. Serei breve.

Quero aqui externar a minha preocupação em relação às 400 famílias, Senador Mão Santa, que moram na zona do alagado, próxima à barragem de Tucuruí.

Presidente, essas famílias, há muitos e muitos anos, vêm tentando uma solução para seus problemas. Desta vez, estive lá. Fui observar como vivem e como são tratadas aquelas famílias. Vários problemas já se seguiram, um atrás do outro, inclusive com a invasão da hidrelétrica de Tucuruí, Senador Valter.

Senador Valter, eu queria que V. Ex^a estivesse na reunião da qual participei. V. Ex^a, com certeza, ia sair de lá muito constrangido.

Conheço o Presidente da Eletronorte, Carlos Nascimento. Formou-se junto comigo, estudou comigo, pessoa gentil, trabalhadora, de caráter, mas não se pode mais aturar o que a Eletronorte está fazendo com aquelas 400 famílias, que precisam ser deslocadas da região onde serão feitas as eclusas para uma outra região, para uma outra área.

Senador Valter, nada mais justo do que aquelas famílias receberem indenização e casa para morar! Mais do que justo, Senador! O que se pode oferecer? No mínimo, no mínimo, pode-se oferecer isso.

Ora, nobre Senador Valter, nobre Senador Flexa Ribeiro, nem isso querem dar àquelas famílias. O que pode acontecer? Conflitos. Lógico!

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou conceder.

Lógico! O que pode acontecer? Conflitos.

Ainda mais: estive presente em uma reunião com a Eletronorte, com as famílias e com as lideranças comunitárias, que imploravam solução para o problema.

Senador Valter, quando alguém propõe alguma coisa a V. Ex^a para um acordo e diz assim: “Se V. Ex^{as} não aceitarem, a barragem vai demorar a sair”, isso é chantagem, Senador! Isso é chantagem com aquelas famílias. Não se faz isso. São pessoas pobres, que há muito tempo sofrem ali e que exigem o mínimo possível para a resolução do problema. “Se V. S^{as} não saírem das suas casas, as eclusas vão atrasar, as eclusas não vão sair!”. Chantagem! Não se faz isso, Senador Flexa Ribeiro. Aquelas famílias merecem o mínimo de respeito da Eletronorte.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mário Couto...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Valter, eu gostaria de dizer a V. Ex^a, com todo o respeito da Mesa, que não é permitido aparte no período destinado a comunicações inadiáveis. Então, eu gostaria que V. Ex^a se ativesse ao Regimento, tanto V. Ex^a quanto o Senador Flexa Ribeiro.

V. Ex^a pode continuar.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Lamento que eu não possa ouvir a palavra do eminente Senador...

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Mesmo não podendo, eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que ela é, sobretudo, inédita. Todas as outras hidrelétricas...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Valter!

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – ... assegurem indenização e o remanejamento das famílias.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Lógico! Mas, Sr. Presidente, está solucionado o problema. Permita-me apenas fazer o encerramento do meu pronunciamento, agradecendo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Valter, Senador Flexa, infelizmente V. Ex^{as} não vão poder me apartear.

Eu estive lá com autoridades, com o Deputado Federal Wandenkolk Gonçalves. Insistimos no acordo.

Senador, quero deixar registrada, nos Anais desta Casa, minha preocupação. Peço, aqui, ao Presidente da Eletronorte, se estiver me assistindo, Senador Flexa Ribeiro, Dr. Carlos Nascimento, que, imediatamente, para que não haja problemas futuros, como já houve – até com a invasão da hidrelétrica, repito –, interfira.

Senador Mão Santa, quando se manda alguém fazer acordo com alguém, deve-se mandar alguém com habilidade. Aquelas pessoas que foram lá não têm habilidade nenhuma; foram lá apenas com a intenção, Senador Mão Santa, de humilhar as pessoas. Felizmente, havia um Senador e um Deputado Federal presentes. Não aturamos e não vamos aturar nunca a humilhação de famílias pobres.

Por isso, peço ao nobre Diretor da Eletronorte, Carlos Nascimento – meu amigo, que se formou comigo, repito –, que mande pessoas para lá, imediatamente, para resolverem o problema daquelas famílias, sob pena de, já, já, haver problemas graves.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas solidarizar-me com o Senador Mário Couto pelo pronunciamento que fez, há pouco, na tribuna. Lamentavelmente, não pude estar com S. Ex^a em Tucuruí, mas sou solidário àquelas famílias.

Tenha absoluta certeza de que o Presidente Carlos Nascimento dará uma solução para remanejar dignamente as 400 famílias que se encontram na área das eclusas. Não sei, Senador Mário Couto, se isso não seria um expediente do Governo, que, não podendo dar início às obras por meio do PAC, dificulta a negociação, para, com isso, dizer que não tem condições de iniciar a obra.

Quero me solidarizar com V. Ex^a e mandar daqui, Presidente Gilvam Borges, um abraço, Senador Mário Couto, à Deputada Tetê, que nos acompanhou no sul do Pará, a quem não fiz referência no meu pronunciamento. Um grande abraço à grande batalhadora Deputada Tetê Santos, do PSDB do Pará.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresentei, mais cedo, junto com o Senador Sérgio Guerra, um voto de pesar pelo falecimento do nosso queridíssimo amigo Antônio Ernesto de Salvo, que foi Presidente da Confederação Nacional de Agricultura por tanto tempo.

Uma figura de natureza humana inesgotável, de enorme capacidade de compreender o sentimento das pessoas, além de competentíssimo no que fazia, seja como articulador político daquela poderosa confederação, seja como conhecedor dos problemas da agricultura, do agronegócio. Portanto, um brasileiro que faz uma falta enorme, a partir de agora, para o País e para os amigos.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é comunicar a V. Ex^a e à Casa que as tratativas sobre os três Relatores a comporem a comissão de Relatores que auxiliará o Presidente Leomar Quintanilha na elucidação do caso Renan Calheiros estão concluídas. E, de maneira bastante clara, bastante nítida, o entendimento é de que essa seria a forma de se tentar, para valer, a investigação profunda, que garanta amplo direito de defesa ao acusado, que busque a verdade, que legitime ou relegitime um Conselho que não pode ser desmoralizado sob hipótese nenhuma e por quem quer que seja. Não pode!

Portanto, entendendo que cada Bloco ou cada Partido que indicou um dos três se responsabiliza por quem é seu próprio indicado, tenho orgulho de dizer que o Bloco que é composto por 30 Senadores, o Bloco Democratas e PSDB, tem uma honra enorme em indicar o nome da Senadora Marisa Serrano, pela sua honradez, pelo seu equilíbrio, pela sua isenção e pelo seu compromisso em buscar a verdade, pura e simplesmente a verdade, o tempo inteiro a verdade. Os demais Senadores são igualmente capazes, igualmente passíveis de oferecer uma contribuição muito justa para esse impasse que está constangendo o Senado e a Nação, mas, até para compartimentar bem e para deixar bem claro que cada um se responsabiliza pelo seu indicado – a Senadora Ideli Salvatti, certamente, dirá qual é o excelente nome que foi escolhido pelo Bloco que ela lidera –, o PSDB reafirma que o seu nome, no meio de tantos que poderiam servir ao País do mesmo modo, com o mesmo denodo, é o da Senadora Marisa Serrano, que o Brasil vai conhecer melhor a partir de agora: doce no trato pessoal e extremamente firme, rigorosa na sua forma de proceder publicamente. Portanto, o Brasil conhecerá essa mistura da doçura

com a dureza, quando a dureza for necessária. Que o Brasil, portanto, aproveite essa relação que vai ter com uma Senadora de primeiríssimo nível, que foi uma Deputada de respeito, que foi Vice-Prefeita da sua cidade, que já disputou o Governo do seu Estado, que tem um futuro político a perder de vista e, sobretudo, que haverá, grande Senadora que é, de engrandecer o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Portanto, o PSDB se sente – e sei que esse é o sentimento do antigo PFL, do DEM – orgulhoso de poder dizer que estamos oferecendo, para a Comissão, a nossa cara. Que cada um ofereça a sua cara. A cara do fulano é aquela que está sendo exposta pela indicação que está sendo feita.

Então, que fique bem claro, para não haver dúvida: a nossa cara, a cara do nosso Bloco é a Senadora Marisa Serrano. Isso vai ficar demonstrado muito à farta, ao longo dos tempos que temos para elucidar de vez essa momentosa e lamentável questão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, apelo a V. Ex^a que, aproveitando o ensejo, diga os outros dois nomes, pois a Nação tem interesse neles. Está todo mundo acompanhando.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Está aqui o Presidente do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Ah, vai anunciar?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as forças políticas representativas desta Casa decidiram, numa contribuição ao encaminhamento que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vem dando a essa questão, indicar os nomes da ilustre Senadora Marisa Serrano, representando o DEM e o PSDB, do Senador Renato Casagrande, pelo Bloco do Governo, e do Senador Almeida Lima, representando o PMDB.

Seria importante, Sr. Presidente, que todos tomassem conhecimento, não somente os membros do Conselho, mas todos os membros desta Casa, de que o nosso desejo, como bem referendou o Senador Arthur Virgílio, é procurar agir com sensatez, com transparência e com a velocidade necessária e possível para que levemos a termo a decisão do Conselho, que, afinal de contas, é a decisão da Casa, que a Nação brasileira espera.

Marcamos, imediatamente, uma reunião para amanhã, às 9 horas, com os novos Relatores escolhidos, para elaborarmos o plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a não pode anunciar os nomes dos Relatores? Há uma certa expectativa.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Anunciei, aqui, mas vou repeti-los: Senador Almeida Lima, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano.

Já nos reuniremos amanhã, a partir das 9 horas, para darmos encaminhamento aos trabalhos que o Conselho tanto espera.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Leomar Quintanilha?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não é permitido o aparte.

V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha, pediu a palavra pela ordem, assim não pode conceder aparte.

Apelo ao Senador Eduardo Suplicy para que atenda ao Regimento e não quebre a ordem.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Espero que a Mesa, então, conceda a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti iria falar. Sou o próximo orador inscrito, e a Senadora Ideli Salvatti pedia a palavra. Vou respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não, de maneira alguma. A Mesa não pode atendê-lo, porque vai, primeiramente, conceder-lhe a palavra pela ordem. Há um Líder inscrito antes da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me, então, falar brevemente.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, os Líderes Arthur Virgílio, Ideli Salvatti, José Agripino e Aloizio Mercadante e todos que participaram do entendimento havido. A escolha do Senador Renato Casagrande, que já havia sido indicado, da Senadora Marisa Serrano e do Senador Almeida Lima significa que poderemos contar com três pontos de vista que, certamente, conduzirão o processo com equilíbrio e com isenção. Poderemos esperar algo positivo para o Senado Federal.

Também quero registrar, Senador Gilvam Borges, que preside esta sessão, que considero importante a decisão que o próprio Senador Renan Calheiros expressou a mim e a outros Senadores, há pouco, no plenário, de que S. Ex^a comparecerá ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no momento em que considerar adequado, para o esclarecimento completo e pessoal de todas as dúvidas que precisam ser dirimidas.

Então, acredito que o cronograma de trabalho apresentado pelo Senador Leomar Quintanilha vai estabelecer um processo de apuração mais adequado.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço-lhe a oportunidade.

Quero comunicar à Casa que hoje foi um dia de intensas e frutíferas negociações, porque, ao final, conseguimos chegar ao entendimento. Eu, pessoalmente, estava profundamente preocupado com os desentendimentos, pelo menos aparentes, surgidos após a eleição do Senador Leomar Quintanilha, com relação à escolha do Relator e ao encaminhamento dos trabalhos feito pelo novo Presidente.

A Mesa Diretora dos trabalhos agiu com firmeza no dia de ontem e devolveu o processo. Se havia algum vício a ser sanado, já o foi. A matéria foi devolvida ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e o Presidente Leomar Quintanilha, ainda ontem, definiu claramente que os trabalhos seriam retomados do ponto em que foram interrompidos com a renúncia do Presidente Sibá Machado e que procederia ao processo de aprofundamento das investigações, mas esse fato só poderia ocorrer na medida em que um Relator fosse escolhido. Esse é um problema, ou melhor, foi um problema, pois foi resolvido hoje, com o entendimento de várias Lideranças, que se reuniram por muitas oportunidades, em muitos gabinetes, para que pudéssemos destravar esse processo.

O fato é que, pessoalmente, eu não advogava a solução dos três Relatores, pois entendia que o Relator, fosse quem fosse, deveria ser um só. Mas são três os Senadores escolhidos, que têm responsabilidade e a consciência de que o País vai acompanhar o trabalho de S. Ex^{as}: o Senador Renato Casagrande, que é Líder do PSB e uma liderança no Estado do Espírito Santo; a Senadora Marisa Serrano, recém-eleita pelo Mato Grosso do Sul, uma Parlamentar experiente e experientada; e o Senador Almeida Lima, de Sergipe, já

veterano, com mais de quatro anos de mandato. Deus queira que os três possam produzir um único relatório! Não tenho expectativa de que isso venha a acontecer. Espero que eu esteja errado. Se não for possível a elaboração de um relatório consensual, está acordado, entre aqueles que participaram dos entendimentos, que podem ser produzidos mais de um relatório, que vão ser, evidentemente, submetidos a voto.

Para que o relatório ou os relatórios sejam feitos, é fundamental aquilo que vai ser realizado amanhã, o que era minha preocupação. Está tudo parado. A partir de amanhã, com a indicação dos Relatores e com a reunião do Presidente com os Relatores, esse grupo de Parlamentares vai à sede da Polícia Federal para se reunir com o Diretor-Geral da Polícia Federal e com os peritos que iniciaram os trabalhos de peritagem dos documentos entregues pelo Presidente Renan Calheiros, para pedir a eles o aprofundamento das investigações, com suas devidas conexões factuais, a fim de que, com o aprofundamento das investigações, possa ser realizado o ponto final, o relatório final ou os relatórios, em função das evidências que, espero, devem aparecer em um espaço de tempo curto, o mais curto possível, tão curto quanto seja necessário para que as evidências apareçam – não pode ser tão curto de modo que as evidências não apareçam, nem tão longo que cause inquietação ao Senado Federal e à sociedade brasileira. Há um limite. Há um gume de faca nessa história. Mas, amanhã, vai ser levada a efeito a tarefa de contato com a Polícia Federal e de solicitação aos peritos do aprofundamento das investigações, para que as evidências e as provas possam ser recolhidas, para que os Senadores possam votar com convicção, absolvendo ou condenando.

Destravamos o processo a partir do entendimento que foi feito hoje: a identificação de três Relatores. Pode ser que se faça um relatório somente, pode ser que se façam dois relatórios, pode ser que se façam três relatórios, pode ser que se apresentem votos em separado, mas, num espaço de tempo que podemos presumir agora, vamos ter o desfecho desse assunto. A procrastinação – se é que ela existia – está com os dias contados. Os dias vão ser o tempo necessário para a perícia ser aprofundada. O tempo vai ser dado – creio que o de cinco sessões – para que o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, apresente sua defesa, e haverá o tempo necessário para que os relatórios sejam apreciados e votados pela Casa.

Portanto, cumprimento o Senador Leomar Quintanilha e as Lideranças da Casa que participaram dos entendimentos hoje produzidos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Renato Casagrande, pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero continuar no mesmo tema, não mesmo assunto. O Senador José Agripino já se pronunciou, o Senador Presidente do Conselho, Leomar Quintanilha, também já se pronunciou. A decisão tomada ontem pelo Conselho de Ética e colocada em execução, em prática, hoje, com a escolha de uma Comissão de investigação sobre o processo que envolve o Presidente Renan Calheiros consolidou-se. De fato, o processo tramita na Casa há mais de um mês e, no entanto, não tínhamos conseguido sair do lugar, dar dinamismo ao processo, não conseguimos responder à sociedade, investigar para saber se o Presidente Renan Calheiros tem ou não culpa, não conseguimos responder à sociedade por diversos problemas enfrentados no Conselho de Ética. Ontem, depois de termos vivido mais uma crise na semana passada, conseguimos dar esse encaminhamento. Creio que esse encaminhamento coloca de novo o Senado na perspectiva de responder a sua crise. Uma instituição só tem função quando responde as suas crises. Se não as responder, ela não tem nenhuma possibilidade de ser respeitada pela sociedade que quer representar.

Então, a partir deste momento, com a escolha dos três membros da Comissão, o que não foi fácil, até porque, desde o início desse processo, poucas pessoas se predispuseram a participar de forma direta e escolher. Chegar a uma comissão de três membros foi algo que demorou. Eu fui um dos que se predispuseram a participar do processo para cumprir a missão de tentar resgatar o Senado da posição em que ele está, de tentar encaminhar esse processo e de concluí-lo. Portanto, fui um dos que me predispus a aceitar, mesmo tendo passado por uma dificuldade na semana passada com a escolha do meu nome, com o retorno a essa posição. Mas, como membro do Conselho de Ética, eu não podia me furtar a participar desse processo. A sociedade quer ver esse processo concluído, quer ver a investigação sendo desenvolvida. Por isso, de minha parte, vou dar tudo o que eu puder para que possamos agilizar essa investigação e, com certeza, chegarmos a um resultado que dê a possibilidade de as pessoas do Conselho definirem com justiça e de acordo com as suas consciências. Tenho a certeza de que a Senadora Marisa Serrano, que é uma pessoa equilibrada, vai se conduzir dessa forma; também o Senador Almeida Lima se conduzirá dessa forma.

Nesse processo muita gente já expôs a sua opinião. Algumas pessoas me perguntam se para o Senador Almeida Lima não seria um problema, já que S. Ex^a já expôs demais sua opinião. Na verdade, não foi apenas o Senador Almeida Lima que expôs sua opinião. Outros Senadores já expuseram também. No entanto, estamos em um processo de investigação. Os fatos que teremos nesse processo de investigação precisam ser absorvidos, e os membros do Conselho e da Comissão precisam estar em condições de recepcionar, de receber informações e mudar até de opinião, seja de um lado ou de outro, caso seja necessário. Acho que o Conselho de Ética é um conselho de magistrados, um conselho de pessoas que têm de desenvolver um relatório técnico. É lógico que esta é uma Casa política, mas tem de ter um relatório técnico que responda efetivamente às questões colocadas e apresentadas a esse processo até agora.

Vou cumprir com a minha tarefa de Senador da República. Vou cumprir minha tarefa como membro do Conselho de Ética. Se eu não puder aceitar uma tarefa como membro do Conselho de Ética, tenho de sair do Conselho de Ética. Foi-me feito um apelo para que eu pudesse estar presente. Para isso, passei por cima das dificuldades para, juntamente com a Senadora Marisa e com o Senador Almeida Lima, cumprirmos nossa tarefa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de complementar as palavras do Senador Casagrande e dizer que missões a gente cumpre. Nesse momento, temos uma missão a cumprir nesta Casa: fazer com que o Conselho de Ética dê uma resposta não só ao Congresso Nacional mas à população brasileira. Nesse sentido, o meu Partido, o PSDB, pediu que eu participasse da tríade que vai produzir um relatório através do apoio, que acreditamos incondicional, de todos os membros do Conselho de Ética. Não será um trabalho isolado. Não pode ser um trabalho isolado. Aceitei na premissa de que o Senador Casagrande e o Senador que vai responder pelo PMDB, Almeida Lima, estejam conosco nessa caminhada. Que o nosso Presidente esteja participando; que cada membro do Conselho de Ética assuma a responsabilidade de, juntos, discutirmos todas as fases do processo.

Nenhuma proposta feita pelos relatores, pelo Presidente da Casa deve ficar sem ser discutida e apoiada pelos membros do Conselho de Ética. Acredito que só com união podemos chegar a um resultado que seja melhor para a Casa. É claro que podemos ter as nossas divergências, mas, se todos tivermos com convergência acerca do que é o melhor para o Congresso e para o Senado do País, acredito que não há como errar. Se tivermos boa vontade e equilíbrio,

chegaremos lá. É claro que temos de passar por uma série de tempos. Acredito muito que a programação a ser feita, o projeto e o programa a serem feitos são fundamentais para que saibamos aonde queremos chegar. Portanto, acredito que, com o apoio do nosso Presidente, com o apoio dos Senadores que fazem dessa tríade, poderemos oferecer ao Senado e à Nação o melhor de nós.

Espero muito que a responsabilidade que assumimos hoje seja, realmente, aquela que venha ao encontro do esperado pelos Senadores, ou seja, a elucidação desse caso, para que tenhamos condições de tocar todas as ações que precisamos desenvolver aqui no Congresso Nacional e, principalmente, no Senado.

Portanto, Sr. Presidente, assumo também, juntamente com o Senador Casagrande e com o Senador Almeida Lima, essa responsabilidade, cônica da tarefa que nos espera, mas, principalmente, porque sabemos que é um dever que temos, como políticos, de dar uma resposta à Nação brasileira e aos nossos Pares.

Eram só essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Supply, a Mesa garante a palavra de V. Ex^a. Peço-lhe que seja breve, o Senador Mão Santa está esperando há algum tempo.

Mas antes eu gostaria de dizer que a Mesa se associa, se alegra com as Lideranças, com os membros do Conselho de Ética, que, exaustivamente, debateram durante o dia todo e conseguiram chegar a três nomes a fim de que possamos concluir os trabalhos que envolvem o Presidente desta Casa. Há uma alegria, portanto, porque sabemos que o trabalho foi árduo, passo a passo.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de uma questão importante. Em primeiro lugar, reitero a confiança que tenho no Senador Renato Casagrande e na Senadora Marisa Serrano, que poderão formar um trio de equilíbrio com o Senador Almeida Lima. Também desejo boa sorte ao Senador Leomar Quintanilha, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Sugiro a S. Ex^a que convoque uma reunião do Conselho de Ética para amanhã, logo após a reunião que terão S. Ex^{as} com a Polícia Federal na parte da manhã. Assim, no final da manhã ou início da tarde, poderão informar a todo o Conselho de Ética a respeito dos procedimentos que desenvolverão. Ademais, porque há uma questão importante que perdura, qual seja a do relatório e voto do Senador Eptácio Cafeteira, e o Conselho de Ética precisa acordar algo para

que a comissão de Relatores desenvolva seu trabalho, levando em conta inclusive o que foi elaborado, mas a partir da decisão de que se faz necessário o complemento da perícia e, inclusive, outro complemento importante, que é a própria palavra do Senador Renan Calheiros, a partir do requerimento ontem apresentado pelo Senador Wellington Salgado, convidando S. Ex^a a comparecer espontaneamente. Portanto, esse é o requerimento apresentado, que pode ser apreciado e votado também na sessão de amanhã. Assim termos o cronograma de trabalho.

O Senador Mão Santa tem um tal crédito por ser o Senador que mais tem usado da palavra e vai compreender que eu inclusive vou esperar seu pronunciamento para falar, porque sou o próximo orador inscrito na lista.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com relação ao requerimento que apresentei ao Conselho de Ética, convidando o Presidente da Casa a comparecer, sempre foi uma idéia do Senador Eduardo Supply, eu apenas tornei efetivo o convite que S. Ex^a também assinou.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma colocação com relação ao acordo hoje surgido no Conselho de Ética quanto à nomeação dos três Relatores que irão compor um grupo – ou um, ou dois, ou três –, como bem colocou o Líder do DEM, Senador Agripino José Agripino, e sobre o que poderá acontecer.

E fico feliz de ter uma professora nessa trinca, a Professora Marisa Serrano, que exercerá, com certeza, a função catalizadora entre o Senador Almeida Lima e o Senador Renato Casagrande. O Conselho de Ética começa a andar, começa a mostrar resultados para a sociedade, Senador Mão Santa. Estava difícil caminhar e haver uma suspeita pairando sobre esta Casa no sentido de que não iríamos apurar toda a investigação.

Está demonstrado que esta Casa é sábia no momento que tem de ser sábia. O que ela fez? Encaminhou novamente o processo ao Conselho de Ética. E agora ele começa a caminhar.

Foram muito bem escolhidos os Relatores. Eu acreditava ser difícil ter três Relatores de consenso, de diferentes Partidos, mas parece que conseguimos. Agora, começa a andar todo o processo, Senador Gilvam Borges, nosso Presidente neste momento. Realmente, passamos por um momento

difícil. Espero que venhamos a descobrir a verdade dos fatos, a verdade dos documentos e a verdade de um relatório.

Terei a minha posição – hoje, tenho uma posição –, em função da documentação que virá, já por investigação da Polícia Federal, como foi colocado aqui – talvez tenham obtido a informação primeiro, porque eu não sabia que haveria a investigação automaticamente. Que venha a investigação. O Senado tem de fazer seu trabalho até o final. Tenho as minhas posições, nunca fugi das minhas responsabilidades. Se houver algo que leve à condenação, demonstrado, comprovado, votarei pela condenação. Mas se não surgir algo que leve à condenação, isso vai ter que constar do relatório, e o Conselho de Ética vai votar. Esta Casa é sábia quando tem que ser sábia, Senador Eduardo Suplicy. Já participei, nesses dois anos que aqui estou, de momentos em que todos pensavam que não haveria solução, e, de repente, surge a solução, que vem de um Senador, de um grupo de Partidos ou de um Partido, e ela sempre caminhou.

Vivemos ontem, anteontem, a semana passada inteira, momentos complicados. Mas a luz começa a aparecer. Espero que a luz caminhe para uma verdade, seja ela qual for. Isso é o que vou acompanhar, e vou votar, Senador Mão Santa, porque nossa história, depois de construída, não se apaga mais. A história de V. Ex^a, eu a conheço em parte. E V. Ex^a nunca se arrependeu de sua história.

Portanto, nossa votação no Conselho de Ética vai fazer parte da nossa história. Hoje, ela é futuro. Mas amanhã, depois de amanhã, ou daqui a uma semana, depois que votarmos, passará a ser um ponto da nossa história.

Acredito no que vi até agora. Mais investigações? Que façamos. Que o Conselho vá aonde tem de ir. Se tiver de ir a Alagoas, a um açougue, seja onde for, tem de ir. Mas que venha com um relatório verdadeiro, sem medo da verdade, sem medo dos veículos de imprensa, seja ele qual for. Não tenho medo da verdade. Se a verdade vier contra aquilo em que acredito hoje, vou acompanhá-la. Não há como ir contra os fatos. Se os fatos vierem contra o que penso hoje, acompanharei a verdade. Mas espero que os Relatores apresentem um relatório verdadeiro, seja ele qual for, doa a quem doer, Senador Eduardo Suplicy, e vamos acompanhar. Mas temos que estar do lado da verdade. Não vou fugir da verdade, Senador Gilvam Borges. V. Ex^a nunca fugiu, o Senador Mão Santa nunca fugiu, o Senador Eduardo Suplicy nunca fugiu – já o vi enfrentar problemas –, o Senador Arthur Virgílio nunca fugiu, o Senador José Agripino nunca fugiu, o Senador Sérgio Guerra – já reclamou um pouco – nunca fugiu da verdade também. Isso é que é importante. A nossa história é feita se estivermos ao lado da verdade.

Senador Eduardo Suplicy, espero que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar descubra a verdade, e eu votarei com a verdade. Que bom que esta Casa começa a andar, que o Conselho de Ética começa a andar.

Muito obrigado pela oportunidade Senador Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mão Santa, que aguardou pacientemente a oportunidade de usar a tribuna.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Gilvam Borges, que preside esta reunião de 4 de julho, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, foi um prazer, não foi paciência não, foi uma satisfação, porque eu estava ao lado de V. Ex^a.

Ô Suplicy, são três em um só agora. Deu certo, Gilvam Borges. Na religião, temos Pai, Filho e Espírito Santo. Eu não sei se isso vai dar certo. Pai, Filho e Espírito Santo eram três pessoas em uma só. Não sei se estas personalidades: Casagrande, Almeida Lima e, graças a Deus, a Professora Marisa Serrano. Se fossem apenas homens, eu já não acreditava; havendo uma mulher... A virtude está no meio, e essa é a mulher.

Mas, Suplicy, V. Ex^a está acompanhando, que não seja uma vitória de Pirro, general grego que ganhou dos romanos na Batalha de Ásculo. Constatando que o desastre havia sido grande e que os companheiros todos se tinham desgraçado na guerra, disse: “Com outra vitória dessa, estamos acabados”.

Mas estamos aqui, Suplicy, e não é São Paulo, mas Sena, o filósofo, que não morava nem em Atenas, nem em Esparta, que dizia: “Não é uma cidade pequena, é a minha cidade”. Sei que os Estados Unidos hoje comemoram, mas viemos pela cidade de Piripiri. Não é a grandiosa São Paulo, mas é a cidade do Piauí, Piripiri.

Gilvam Borges, Piripiri faz 97 anos. Quero crer que o Suplicy já está ligando o telefone para falar com o Prefeito de Piripiri, Odival Andrade, e cumprimentá-lo, parabenizá-lo. Essa cidade é extraordinária. Ela é, em população e número de eleitores, ô, Gilvam Borges, a quarta do Piauí; em riqueza, ICMS, é a quinta. Em população, é Teresina, Parnaíba, onde nasci, Picos, Piripiri e Floriano. É uma cidade com um entreposto comercial extraordinário, com capacidade industrial em confecção, com pecuária e caprinocultura e com um povo bravo.

Quando governei o Piauí, constatei que é uma das cidades que têm o melhor nível de educação pública. Piripiri teve um dos Embaixadores mais notáveis

da história do Itamaraty, Espedito Resende, que esteve no Vaticano e outras cidades importantes. Lá há um memorial com seu nome.

Há poucos dias, morreu um dos mais brilhantes cirurgiões que conheci, Odival Coelho Resende. Não exercia a profissão lá, mas na minha cidade.

Quero homenagear essa cidade, lendo um poema. O poeta traduz o sentimento daquela gente, com os seguintes versos:

Piripiri, cidade querida,
De dores escondidas,
De pessoas que suam, choram e riem.
Piripiri, cidade amada,
Faça de mim uma esperança
E dessa esperança uma solução.
Ah, minha querida Piripiri,
Quem encontrará a solução
Para ter paz no coração?
Faça dos teus filhos
A expressão da solidariedade.
Piripiri de dores escondidas,
Tu sempre serás para mim
A minha Piripiri querida.

E ela hoje está em festa. Está em festa o Piauí.
Senador Gilvam Borges, nos dias 13, 14, 15 de julho,
eles vão fazer...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, a Mesa tem a obrigação de comunicar que o tempo destinado a V. Ex^a terminou. Mas como V. Ex^a esperou pacientemente, e só resta inscrito o Senador Eduardo Suplicy, acredito que podemos conceder mais algum tempo a V. Ex^a.

Qual é o tempo de que V. Ex^a necessita para concluir a homenagem a Piripiri?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Primeiro, quero convidá-lo para ir a Piripiri.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Qual é o tempo de que V. Ex^a necessita?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência concede mais 20 minutos a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Está bem, Sr. Presidente.

Então, Piripiri, nos dias 13, 14 e 15 de julho – sexta-feira, sábado e domingo – estará em festa. Convido o Senador Eduardo Suplicy para ir a Piripiri, com a Mônica, sua esposa. É uma importante cidade.

Mas esse Embaixador, Espedito Resende, um dos mais brilhantes da história do Itamaraty, tem um memorial. A minha cidade, Senador Eduardo Suplicy, é Parnaíba. Piripiri está no meio, entre Parnaíba e Tere-

sina. As Sagradas Escrituras, Senador Guerra, dizem que a virtude está no meio.

Piripiri é uma cidade extraordinária. Eu me lembro do Embaixador, ó, Gilvam Borges, que nasceu na minha cidade de Parnaíba. O Embaixador Clark foi muito importante na história das relações exteriores; foi amigo de De Gaulle, reconheceu seu governo. Paris, na sua época, era a capital do mundo, Suplicy. Ele gozou da intimidade de Oswaldo Aranha, no Governo de Getúlio.

Então, o Embaixador Clark só andou em cidades grandes: Roma, Nova Iorque, Washington, Londres, Tóquio, Buenos Aires. Teve um câncer e, no final de sua vida, resolveu voltar a Parnaíba, Gilvam Borges. Seu médico era esse que citei, de Piripiri, Odival Resende – eu era muito jovem. Na ausência dele, eu o atendi, e ele me disse o seguinte, Senador Eduardo Suplicy... Atentai bem para o convite que já fiz a V. Ex^a e a Mônica para conhecerem o Delta do Rio Parnaíba.

Ele dizia, no seu livro, que as duas mais belas cidades do mundo começam com a letra “p”: Paris e Parnaíba. Isso foi o Embaixador Clark; mas Espedito Resende, que conheci, nascido em Piripiri, com certeza, diria: Paris e Piripiri. Eu me lembro de que Odival Resende, brilhante cirurgião, um dos mais extraordinários que conheci, brincava e dizia assim: “Mão Santa, você pode até fazer da Parnaíba a capital do Piauí, mas a capital do mundo é Piripiri”.

É isso que retrata aquela gente. Essa cidade tem um time de futebol cujo aniversário é o dia de hoje, 4 de julho. É um dos times queridos do Piauí, é quase como o Boca Juniors, amado. Então, essa é a homenagem.

Quando governamos o Estado... E falo aqui por delegação também deste extraordinário Senador municipalista, que é Heráclito Fortes. Heráclito Fortes tem uma liderança extraordinária no Piauí, principalmente em Piripiri. Então, essa é a nossa homenagem a essa cidade, em que, por sua importância, quando governei o Estado, deixei mais de 400 casas populares e uma rodoviária em parceria com o Prefeito Luiz Menezes. Encravamos o ensino universitário, e a eletrificação, que era de 69 quilowatts, foi aumentada para 138 quilowatts.

Aeroporto asfaltado, fórum e grande apoio ao seu parque industrial.

Portanto, esta é a homenagem que fazemos a Piripiri, pelo seu 97º aniversário.

Quero parabenizar aqueles que, por seu Prefeito Odival Andrade, lideram o crescimento e a pujança dessa cidade.

Já aproveitando a sensibilidade de Gilvam Borges, quero dizer que é importante esta tribuna, Suplicy. Por isso o Suplicy está aí, por isso o Suplicy é consagrado na hora em que se abrem as urnas em São Paulo.

Quisera eu ter uma homenagem aqui para dar ao Suplicy; neste Senado, é o “senhor trabalho”. Ninguém se dedica e ninguém trabalha mais do que Suplicy.

Mas isso é tão importante...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a trabalha muito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... Suplicy, que, para onde vamos, levamos a nossa formação profissional. Sou um médico, cirurgião, e é com muito orgulho que estou aqui, na *Revista Médico*, órgão informativo do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, num desses pronunciamentos que fizemos aqui defendendo a classe médica.

Suplicy, imagine quanto ganha o médico e quanto ganha, hoje, um profissional da Justiça. Senador Gilvam Borges, eu, médico federal, 40 anos contribuindo para a Previdência Social, dedicados à Santa Casa de Misericórdia, nem olho o contracheque, porque dá úlcera, de tão pequeno. Eu deixo Adalgisa recebê-lo. Isso é um descalabro!

Ô Suplicy, V. Ex^a que é justo, este País está cada vez mais injusto. A diferença entre o maior e o menor salário aumentou, alargou-se. Nos países organizados e civilizados a diferença entre o maior e o menor é de dez vezes. Veja os altos salários desta República e os menores salários: dos professores, dos médicos, dos soldados, dos militares.

“Senador Mão Santa reconhece que os médicos ganham mal”. Esse foi um pronunciamento. Aí está a farsa do Brasil.

Ô Suplicy, V. Ex^a é um homem de coragem. Diga ao seu Presidente – V. Ex^a não vai dizer porque ele voou no aerolula, foi para a Europa –, quando ele voltar, que o SUS foi desmoralizado no Governo no PT. Uma consulta médica custa R\$2,50.

Os anestesistas do Piauí estão em greve. Ô Gilvam Borges, tem tabela de anestesia a R\$9,00.

Desafio o Ministro da Saúde. Ele é muito bom para ser artista da Globo. Ele vai cuidar do Zeca Baleiro e do Zeca Pagodinho e deixa os pobres médicos ganhando R\$2,50 por uma consulta e, por uma anestesia, R\$9,00.

Suplicy, olhe para cá. Não é “mão santa”, não. São mãos humanas guiadas por Deus, iguais a todos os médicos que aí estão. Suplicy, tenho 40 anos de Medicina. Desafio hoje, desafio hoje o Governo de Luiz Inácio a mostrar um operado hoje, pelo SUS, de tireóide, de próstata, de supraduodenotomia, de mastectomia. Não está bem. Está muito bem para nós que temos plano de saúde. O Senado, sem a gente estar doente, está nos oferecendo a toda hora para ir a São Paulo. Está muito bem para quem tem dinheiro; está muito bem para quem tem plano de saúde. As Santas Casas, que represento e que por elas estou

sendo reconhecido, estão todas na falência. Só se consegue uma operação se tiver muita amizade.

Gilvam – olha para cá, Suplicy –, não vou citar nome por se tratar de uma pessoa importante no Piauí, um ex-Deputado. Opera-se no seu São Paulo usando tráfico de influência. Eu fui atrás do Pinotti, extraordinário médico e reitor do ensino superior, para conseguir. Esse é o sistema de saúde.

Aqui estão uma publicação e uma homenagem aos médicos do Brasil.

Em pronunciamento, eu dizia – atentai bem –: em 1994, um médico recebia o salário de R\$755,00 e um promotor público, R\$1,3 mil. Ô Suplicy, anote: em 1994, um médico recebia o salário de R\$755,00 e um promotor público, R\$1,3 mil. Hoje, a realidade é bem diferente, não para os médicos de alguns Estados que continuam recebendo os mesmos R\$755,00. O promotor, R\$18 mil. Ô Suplicy, e não é aí, não. Fiquei, pacientemente, para dizer o que Boris Casoy não pode dizer: isso é uma vergonha!

Aí vem uma medida provisória: sem concurso, centenas e centenas de aloprados ganharão mais de R\$10 mil. E vai passar aqui porque o Congresso está assim. Mas sem concurso.

Ô Suplicy, vergonha não mata. Sou médico. V. Ex^a está envergonhado hoje desse partido que deu aumento de 139% para os que têm DAS, os diretamente nomeados por Lula, os companheiros aloprados que o estão estragando, e deu 3% para os médicos, para as enfermeiras, para as professoras, para os engenheiros, para os geólogos, para os guardas, para os soldados.

Suplicy, vou lhe fazer uma pergunta: V. Ex^a é tememente a Deus? Responda só “sim” ou “não”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Posso fazer uma segunda pergunta? E Luiz Inácio teme a Deus?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Claro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Claro? Teme não. Um Presidente da República que permite um aumento de 139% para os seus nomeados, para os seus aloprados, que aumentam, que incham o serviço público, e 3% para os outros, não é justo, não respeita a Deus, não teme a Deus. O Filho de Deus passou e bradou: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

Ô Suplicy, vergonha não mata. Caso contrário, V. Ex^a morreria envergonhado pela injustiça desse Governo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, acabei de comunicar à minha esposa que vamos demorar. V. Ex^a dispõe de mais tempo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Estou muito satisfeito. Não quero mais tempo. Quero aumento, justiça salarial. Vai chegar uma medida criando o Ministério do Sealopra. Haverá centenas de nomeações. Mais de R\$10.000,00, ô Gilvam, sem concurso! É como está no livro de Deus: a porta larga das falcatruas e da falsidade!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a não quer falar mais?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, não. Eu peço a Deus e ao Luiz Inácio Lula da Silva, que está voando no aerolula e que está perto do céu, que o Senador Eduardo Suplicy leve ao Presidente a verdade. Eu quero crer que estão enganando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu votei nele em 1994, porque pensava que era temente a Deus.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é um sábio, um culto – já leu Thomas Paine todinho –, mas leia Cervantes: *Dom Quixote de La Mancha*. Dom Quixote de La Mancha saiu no mundo, tentando fazer justiça e defender os fracos. Acompanhava-lhe Sancho Pança. Não é verdade? Ele disse que iria premiar Sancho Pança, dando-lhe uma ilha, Bravataria, para governar. O caboclo “véio” disse: “Eu não posso. Eu sou analfabeto”. Porém, Dom Quixote disse: “Mas eu o observei. Você é temente a Deus. Isso é uma sabedoria”. E até que ele governou bem. Dom Quixote lhe ensinou que fosse honesto, trabalhador, justo, casasse bem, fosse asseado...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, como V. Ex^a já anunciou que está encerrando seu pronunciamento e que não quer mais tempo para continuar...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Então, encerre. Há um telefonema aqui para V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim. Dom Quixote ainda lhe disse para lembrar-se de uma coisa: só não tem jeito para a morte. Isso é muito oportuno hoje.

Então, queria que V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, levasse esse apelo de justiça que o povo brasileiro espera do nosso Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a terá de assistir ao meu pronunciamento, que farei em seguida.

Convido o Senador Eduardo Suplicy a assomar à tribuna para proferir seu discurso.

Um telefonema para V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Senador Suplicy, V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 10 minutos e terá à sua disposição o tempo que julgar necessário para concluir seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges, Sr^s e Srs. Senadores, Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, como está vindo uma mensagem urgente, quero dizer, respondendo, que vamos aguardar o comunicado.

V. Ex^a já tem os dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nós vamos aguardar. O comunicado é do Senador...

Sr. Presidente em exercício nesta sessão, Senador Gilvam Borges, quero hoje expor a Proposta de Emenda à Constituição, a que dei entrada ontem, que altera a Constituição Federal para instituir as eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda constitucional:

1º. O §3º do art. 46 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 46.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes, também eleitos de forma direta, nos termos da lei.

I – Cada partido ou coligação partidária poderá apresentar até três candidatos a suplente de senador.

Justificação

No Brasil, o suplente de Senador é partidário, e o registro de candidato ao Senado é feito com o de suplente partidário [na verdade dois]. A finalidade da suplência partidária é assegurar a eleição do candidato eleito com o Senador. A suplência, entretanto, é necessária ao equilíbrio do partido.

Na presente proposição, a idéia não é resgatar o instituto da sublegenda criada na vigência do Decreto-Lei nº 1.541/77 e revogada pela Lei nº 7.551, de 12 de dezembro de 1986. Tal tentativa implicaria infração ao dispositivo constitucional que determina que os Srs. Senadores devem ser eleitos obedecendo ao princípio majoritário. A sublegenda, a nosso ver, traz, na verdade, uma “proporcionalização” deformando o modelo majoritário.

Pela presente proposição, o voto só será considerado válido se o eleitor escolher por sufrágio direto o titular e os dois suplentes dentre os candidatos a suplentes apresentados.

O que se pretende é que os suplentes definidos juntamente com os candidatos ao

Senado na Convenção Partidária sejam igualmente eleitos pelo povo, como ocorre com os titulares do mandato de Senador. Assim, todos os membros do Senado Federal serão eleitos pelo voto direto.

Na maioria das vezes, o eleitorado desconhece os suplentes de seus candidatos ao Senado e são surpreendidos quando há um afastamento do Senador eleito, permitindo a convocação do suplente para preencher aquela vaga. Desta forma, a representatividade almejada pelos eleitores à época das eleições acaba por ficar distorcida, visto que os suplentes passam a representar um Estado membro, ou o Distrito Federal, independentemente da anuência popular. Aliás, muitas vezes o suplente de um determinado Senador pode ser alguém a quem a população do Estado que representa não deseja delegar poderes para representá-la, tampouco para legislar; e é o instituto da suplência partidária, eleita de forma indireta, que confere ao suplente tais poderes, o que no nosso entender excede a soberania popular que rege o processo eleitoral brasileiro.

Cumpre-nos ressaltar que, embora a Constituição Federal determine que cada Senador será eleito com dois suplentes (CF, art. 46, § 3º), não estabelece que a eleição do Senador implica, automaticamente, a eleição dos seus suplentes, contrariamente ao que disciplina expressamente na eleição do Presidente, Vice-Presidente da República (CF, art. 77, §1º).

A proposição ora apontada ainda é insuficiente para solucionar as distorções existentes em nosso sistema eleitoral, tampouco encerra as discussões que envolvem a representação política e das minorias partidárias, mas acreditamos que irá contribuir para a redução da tendência oligárquica no interior dos partidos políticos e ratificará a soberania popular na escolha de seus representantes.

Essas as razões que nos levam a solicitar a aprovação dessa proposta de emenda constitucional que ora submetemos à deliberação dos ilustres membros desta Casa.

Quero, Sr. Presidente, aqui dizer que obtive 29 assinaturas de Senadores. Não cheguei a consultar todos, mas acredito que praticamente os 81 Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, V. Exª dispõe de 50 minutos, pela sua paciência. A Mesa está concedendo mais 50 minutos, e depois farei também o meu pronunciamento, enquanto o Senado aguarda uma possível mensagem

importante para o País e para a política. Vamos ter de aguardar. Então, V. Exª tem 50 minutos, uma oportunidade muito boa de continuar.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado. Quero dizer que a Senadora Lúcia Vânia, a Senadora Ideli Salvatti, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Mário Couto, a Senadora Roseana Sarney, os Senadores Renato Casagrande, Valdir Raupp, Delcídio Amaral, Neuto de Conto, Valter Pereira, José Agripino, a Senadora Serys Slhessarenko, os Senadores Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Senador Aloizio Mercadante – vou pedir à Srª Cláudia que identifique uma assinatura –, Edison Lobão, Marisa Serrano, Wellington Salgado, Marcelo Crivella, Garibaldi Alves, Jayme Campos, Cícero Lucena, Jonas Pinheiro, Mão Santa, Gilvam Borges.

V. Exªs, aqui presentes, Senador Gilvam e Senador Mão Santa, também assinaram a presente proposição, que visa a fazer com que cada Senador aqui exercendo mandato tenha sido eleito diretamente pelo povo.

Como fazem V. Exªs, Senadores Gilvam Borges e Mão Santa, eu tenho sempre o melhor relacionamento com cada Senador, um relacionamento de respeito, seja ele titular ou suplente que tenha assumido por ausência do titular por qualquer motivo. Cada um dos Senadores, obviamente, merece todo o nosso respeito, a nossa consideração, não importa se ele é suplente ou titular. Inclusive, quero aqui ressaltar que diversos Senadores suplentes assinaram a presente proposição, como o Senador Wellington Salgado, o Senador Valter Pereira e o Senador Adelmir Santana. S. Exªs estão de acordo com a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, Senador Mão Santa, prorrogo a sessão por mais trinta minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

Senador Mão Santa, tenho a honra de ouvi-lo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Suplicy, tenho simpatia pela inteligência e pela dedicação ao trabalho de V. Exª, mas há muita emoção nesse negócio – há aí o Sibá, não é? Mas eu acho o sistema muito claro e muito lógico. Quem não tem saudade do suplente Rodolpho Tourinho? Quem foi melhor do que ele? Você não foi nem eu! Ele era suplente aqui do Paulo Souto.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Há o caso também de Fernando Henrique Cardoso, do nosso João Batista Motta, que outro dia esteve aqui. Então, o sistema... É porque houve essa coincidência, mas não dá para dizer que ele não tem voto. Tem voto, ninguém

ia botar... A minha suplente é a minha mulher. E daí? Ela tem voto, tem talvez mais do que eu – Eva Perón tinha mais do que o Perón. Eles são analisados, são eleitos em convenção partidária. Ô Suplicy, são eleitos em convenções partidárias! No cartaz eleitoral, a legislação eleitoral obriga – obriga! – que se coloque o nome dos dois suplentes. Então, não é assim no desconhecido não. Eles são eleitos em convenções partidárias, verdadeiras disputas.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sim.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a sabe.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Mas permita-me...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu lhe dei o exemplo desses suplentes extraordinários.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Claro!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, V. Ex^a está lembrado de Rodolpho Tourinho. E há o Wellington Salgado – eu não esqueci não, é porque os últimos são os primeiros –, que mostra aqui sua inteligência, sua dedicação, seu trabalho, sua experiência como empresário, como educador e como mineiro.

E nós somos orgulhosos do Sibá.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sem dúvida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olhe, eu não quero nem que ele transfira o Título de Eleitor dele para o Piauí, porque é capaz de ele ser eleito Governador ou Senador. Ele é querido! É um homem de família modesta, e nós nos orgulhamos de sua cidade, União, cidade de vaqueiros. Ele chegou por suas virtudes, ele foi escolhido, viajou pelo mundo. Eu vi agora – e Deus quis que eu fosse ao Estado – o respeito que têm por ele. Ele chegou a ser professor, foi um líder sindical e está aí. Eu acho que é muito o momento, Suplicy. Vamos analisar: os suplentes são valorosos. Aqui, logo atrás de mim, temos um deles.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Permita-me, Senador Mão Santa.

A sua senhora, Adalgisa, se sentiria certamente muito melhor se, além do voto expresso no Senador Mão Santa, pudesse também o eleitor escolhê-la, confirmando o voto. O Senador Wellington Salgado, em uma próxima oportunidade, certamente se sentirá melhor na circunstância de ser apontado como suplente, mas podendo o eleitor confirmar o nome...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Fernando Henrique Cardoso era suplente, chegou aqui como suplente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Mas isso aconteceu sob a vigência de outra regra, aqui citada na justificativa. Na época das sublegendas,

o que acontecia? Eu me lembro muito bem, porque apoiei o candidato Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um debate qualificado?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Deixe-me terminar só este argumento. Eu era candidato a Deputado Estadual, me lembro muito bem por ter participado da campanha do então candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso, quando Franco Montoro também era candidato pelo MDB, ambos pelo MDB. Franco Montoro foi eleito com mais votos, Fernando Henrique foi o segundo, e o terceiro foi Cláudio Lembo, que era da Arena. Quando, em 1986...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite? Sobre isso sei mais do que V. Ex^a. Nasceu no Piauí. Sabe como foi? Foi a inteligência de Petrônio Portella – sobre isso sei mais do que V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Mas quando...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Dá licença, deixe-me explicar. Petrônio Portella, que era líder do governo militar, diante das dificuldades de candidatos em São Paulo... Foi um casuísmo. Estou contando a história: São Paulo não tinha candidato contra Franco Montoro. Todos sabiam que ele iria ganhar, iria ter cinco milhões de votos – naquele tempo, cinco milhões de votos era muito. Então, ninguém queria, e houve esse artifício de colocar três candidatos de um partido. Petrônio Portella convenceu Cláudio Lembo, que tinha estrutura, que tinha recursos, a ser candidato – olha como foi o negócio –, que ele seria o segundo. Entendeu o negócio? E os dois somariam. Aí, surgiu inesperadamente Fernando Henrique Cardoso, que queria ser candidato a Deputado Federal. Foi então que Sérgio Motta disse: “V. Ex^a é um intelectual, é um homem muito preparado. Como Deputado Federal, V. Ex^a nem aparece no tempo da televisão. Vá para Senador”. E deu zebra: ele teve um pouco mais de votos do que Cláudio Lembo. Então, Petrônio tinha dito, atentai bem para o raciocínio: “O Franco Montoro é gente boa, vai ganhar; eu consigo que ele seja Ministro do regime militar, e Cláudio Lembo é que vai assumir”. Aí deu a zebra que deu. Sabe quem foi o primeiro beneficiário disso? Alberto Silva, nosso companheiro e nosso Líder. Ele saiu contra o time do governo, da oligarquia, era do PMDB, e o eleito, Dirceu Mendes Arcoverde, no primeiro discurso, tombou aqui, defendendo a saúde, e Alberto Silva, com oito dias, já era Senador.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Senador Mão Santa, estávamos em 1978, quando fui candidato a Deputado Estadual. V. Ex^a tem razão: Franco Montoro foi o mais votado; em segundo, Fernando Henrique Cardoso; e, em terceiro, Cláudio Lembo pela Arena. Em 1982, quando o Senador Franco

Montoro se elegeu Governador, tendo sido o segundo mais votado Fernando Henrique Cardoso, ele assumiu. No caso, ele era do mesmo partido, do MDB.

Quando se elege um Senador, a intenção é que, se por morte ou porque assume um Ministério, ou porque quatro anos depois eventualmente se elege Prefeito, Governador, Presidente da República, ou algo assim, exerça o mandato o primeiro suplente; se não esse, o segundo suplente.

Não estou apresentando esta proposta de emenda à Constituição, Senador Mão Santa, por causa desses episódios. Quero lhe informar que eu havia apresentado essa mesma proposição, em legislatura anterior, em forma de projeto de lei, que recebeu parecer favorável do Senador Jefferson Péres, mas acabou sendo arquivado porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania avaliou que deveria ser objeto de proposta de emenda à Constituição. Por essa razão, Senador Mão Santa, apresento a proposição na forma de proposta de emenda à Constituição.

Sr. Presidente, gostaria também de registrar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com o Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, anunciou uma decisão importante ontem na Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em Fortaleza: o ajuste de 18,25% no valor dos benefícios do Programa Bolsa-Família. O benefício médio passará de R\$62,00 para R\$72,00; o benefício por criança passará de R\$15,00 para R\$18,00; e o benefício máximo passará de R\$95,00 para R\$112,00.

Assim, haverá um ajuste no programa Bolsa-Família, que, hoje, atende um quarto da população brasileira, cerca de 11,1 milhões de famílias.

Concedo um aparte ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, na última frase, V. Ex^a respondeu à pergunta que eu iria fazer: quantas famílias são, hoje, atendidas pelo Bolsa-Família?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São cerca de 11,1 milhões de famílias. Se considerarmos que, em média, em cada família, há quatro pessoas, poderemos dizer que são beneficiados quase 45 milhões de brasileiros, quase um quarto dos 198 milhões de brasileiros. De acordo com os últimos dados do Ibge, a população brasileira, hoje, é de 198 milhões de pessoas.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Quanto é o custo disso em reais?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Até junho de 2007, mais de 11,1 milhões de famílias estavam recebendo R\$62,00 e, a partir de julho, passarão a receber, em média, R\$72,00.

Se V. Ex^a me permite, posso explicar, para que as famílias que estão nos escutando possam ter res-

posta à seguinte pergunta: em que medida a família que nos está ouvindo tem direito ao programa Bolsa-Família? Quais as famílias que, pela lei, têm esse direito? Todas aquelas famílias com renda *per capita* até R\$120,00 por mês. Se a família tem renda *per capita* de até R\$60,00 por mês, ou melhor, se numa família de quatro pessoas a renda *per capita* não atingir pelo menos 4 vezes 60 – R\$240,00 –, ela passará a ter o direito de receber quanto? Até junho, eram R\$50,00 por mês mais R\$15,00, R\$30,00 ou R\$45,00. A partir de agora, são R\$56,00 por mês mais R\$18,00, se houver uma criança; mais R\$36,00, se houver duas crianças; mais R\$54,00, se houver três ou mais crianças na família. Se a família tiver renda *per capita* entre R\$60,00 e R\$120,00 por mês, o benefício, daqui para frente, será de R\$18,00, de R\$36,00 ou de R\$54,00, dependendo se na família houver uma, duas, três ou mais crianças.

Assim, há a seguinte estimativa: pouco mais de 11,1 milhões de famílias vezes R\$72,00, em média, por mês, significará algo como pouco mais do que R\$10 bilhões no Orçamento anual.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Pergunto a V. Ex^a, que trabalha bem com os números e que tem esses dados, porque acompanha bem esse programa: atenderíamos quase um quarto da população brasileira com quantos por cento do PIB, Senador Eduardo Suplicy? Dez bilhões de reais representam quantos por cento do PIB?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É menos do que 0,5% do PIB, ou seja, de 0,3% a 0,4% do PIB. É algo que chega a quase 0,5% do PIB.

Dado o interesse de V. Ex^a, gostaria de dizer que conversei, na quinta-feira da semana passada, por uma hora e meia, com o Ministro Patrus Ananias. Convidei para esse diálogo seis Prefeitos de Municípios de diversos tamanhos do Estado de São Paulo: Restinga e Santo Antônio do Pinhal, com 7 mil e 6,2 mil habitantes, respectivamente; Guarulhos – cujo Prefeito é o Sr. Elói Pietá –, com mais de 1,3 milhão de habitantes; Osasco, com uma população da ordem de 700 mil a 800 mil pessoas; São Caetano, com 140 mil pessoas. O propósito do diálogo foi definir como passar gradualmente, conforme previsto em lei, do Programa Bolsa-Família...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais vinte minutos.

Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Wellington Salgado, o propósito do diálogo foi o de definir se os Prefeitos desses Municípios, com seus Vereadores, com a população, poderiam pensar no dia em que houver a transição do programa Bolsa-Família, que hoje atinge cerca de um quarto da popu-

lação, para o programa Renda Básica de Cidadania, que vai atingir 100% da população. Será isso viável? Será que o Prefeito de qualquer Município, o Governador do Distrito Federal ou o Prefeito de Uberaba, de Uberlândia, de Belo Horizonte – o Prefeito Fernando Pimentel, com quem conversei na semana passada a respeito – poderiam pensar em, pioneiramente, iniciar o Programa de Renda Básica de Cidadania? Poderá o Prefeito Gilberto Cassab considerar a hipótese de fazer de São Paulo o exemplo pioneiro do programa Renda Básica de Cidadania? Acredito que isso seja possível, em cooperação com o Ministro do Desenvolvimento Social, na passagem gradual do Bolsa-Família para o Renda Básica de Cidadania. Como será isso possível?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas, Senador Suplicy, se os cálculos de V. Ex^a estiverem corretos, o que acredito, o percentual do PIB é mínimo para atender a quase um quarto da população.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, pensemos na hipótese, Senador Wellington Salgado, de chegarmos um dia a um valor modesto para pagar uma renda básica de cidadania para 198 milhões de brasileiros. Quanto custaria? Vamos supor que comecemos modestamente com R\$40,00 por mês por pessoa. Numa família de seis pessoas, já seriam R\$240,00 por mês. Quarenta reais por mês significam R\$480,00 por ano, e R\$480,00 por ano vezes 198 milhões de brasileiros corresponderá a uma soma de R\$89 bilhões. Aí vamos nos aproximar de 5% do Produto Interno Bruto. Será isso possível? Acho que é possível. Como e quando será possível? Quando todos nós compreendermos a racionalidade e as vantagens do programa Renda Básica de Cidadania em relação a outras opções. Se V. Ex^a desejar, posso-lhe explicar quais são essas vantagens.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Já que estamos com esse raciocínio todo na cabeça, se o Presidente permitir, já que está prorrogando a sessão – e V. Ex^a é o último orador –, quero ouvir, sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como faremos, então? Vamos pagar uma renda básica de cidadania aos Senadores Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa e Eduardo Suplicy, à Ministra Marta, à Sr^a Mônica, ao Presidente Lula, ao Pelé, à Xuxa, ao mais bem-sucedido empresário brasileiro, Antônio Ermírio de Moraes? Sim. Mas como fazer isso, se tais pessoas não precisam disso? Eles, obviamente, irão colaborar, para que eles próprios e todos os demais venham a receber.

Que vantagens advirão de tal mecanismo? Primeiramente, vamos eliminar toda e qualquer burocracia envolvida, e tem-se de saber quanto cada um ganha no

mercado formal e no mercado informal. Em segundo lugar, vamos eliminar todo e qualquer sentimento de estigma e de vergonha se a pessoa precisar dizer “só recebo tanto e, portanto, mereço tal complemento de renda”. Em terceiro lugar, vamos eliminar o chamado fenômeno da dependência, que resulta da existência de um programa que diz que quem não recebe até certo patamar tem o direito de receber um complemento de renda, seja uma proporção daquela diferença ou toda essa diferença. A pessoa que está por iniciar um trabalho poderá pensar: “Vou ou não iniciar essa atividade? Se o Governo me tira aquilo que eu estava recebendo, eu, talvez, prefira não fazê-lo”. Então, a pessoa entra na chamada armadilha do desemprego ou da pobreza. Se todos iniciarmos uma remuneração daqui para frente, então, o estímulo ao trabalho, ao progresso, sempre permanece.

Algumas pessoas poderão perguntar, como faz o Senador Mão Santa às vezes: “Será que não se vai estimular com isso a ociosidade? O que se vai fazer com aquelas pessoas que têm uma tendência inarredável à vagabundagem?”. Será que há alguém aqui presente, entre nós todos, no plenário do Senado ou na galeria, com essa tendência? Entre os fotógrafos e os jornalistas, haverá alguém que tem uma tendência inarredável à vagabundagem? Levante a mão! Imagine! Essas pessoas estão aqui trabalhando com tanta vontade!

Eu gostaria de dizer, Senador Wellington Salgado de Oliveira, que todos nós seres humanos, inclusive a Maria Lima, amamos fazer certas coisas, gostamos muito disso, sentimo-nos na responsabilidade de fazê-lo e o fazemos, muitas vezes, sem qualquer tipo de remuneração. Por exemplo, quando as mães precisam amamentar seus nenéns, elas o fazem com amor, com dedicação. Quando nós, pais e mães, precisamos cuidar de nossas crianças pequenas, para que se alimentem, desenvolvam-se e não se machuquem, fazemos isso com amor, com interesse, e assim também procedemos quando nossos pais e avós são mais idosos. Minha mãe, Filomena, está com 98 anos e fará 99 anos no dia 24 de setembro. Éramos 11 filhos e, agora, somos 10 irmãos, e, felizmente, minhas irmãs cuidam sempre da minha mãe enquanto estou trabalhando no Senado, mas, quando chega o domingo, gosto de estar com ela, levo-a à missa e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Ao contrário, quero prorrogar a sessão por mais trinta minutos. E a Mesa concede a V. Ex^a mais vinte minutos.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Posso completar o argumento?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB

– MG) – Está O.k.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Muitos de nós gostamos de fazer tarefas voluntariamente, não por uma melhor remuneração, sejam os estudantes nos diretórios acadêmicos, nos centros acadêmicos, sejam as pessoas nas suas organizações de bairro, nas paróquias, nas igrejas, na congregação israelita, no axé ilê oba, na umbanda, nas ONGs e assim por diante. E isso ocorre mesmo com as pessoas de posse. Por exemplo, Antônio Ermírio de Moraes, depois de trabalhar com intensidade nas suas empresas do Grupo Votorantim, à noite, vai para a Beneficência Portuguesa e trabalha voluntariamente. Quando, por exemplo, Vincent Van Gogh e Amedeo Modigliani pintaram suas obras, eles saíam pelas ruas para tentar vendê-las e mal conseguiam seu sustento. Ambos acabaram doentes e morreram precocemente. E, hoje, suas obras são vendidas por milhões de dólares.

Então, é natural uma renda básica de cidadania compreendida como direito de todos partilharem da riqueza desta Nação, inclusive da riqueza acumulada por séculos, muitas vezes pelo trabalho de pessoas que muito realizaram, como os escravos, sem receber a devida remuneração, que não fosse um teto e uma alimentação – isso fazia com que os escravos tivessem uma expectativa de vida pouco superior a 30 anos de idade –, mas também das nossas riquezas naturais e dos aluguéis de propriedades da União e de todo o povo brasileiro.

Assim, Senador Wellington Salgado de Oliveira, examinamos aquilo que mais e mais economistas e filósofos consideram como direito de todos partilharem da riqueza das nações, seja por meio de um capital básico ou de uma renda básica. Quem falou disso com muita clareza? Grandes pensadores como Thomas More e como Thomas Paine levaram, por exemplo, o Primeiro-Ministro Tony Blair a ter como uma de suas principais iniciativas o Fundo Patrimonial da Criança, segundo o qual, hoje, toda criança nascida no Reino Unido tem direito ao depósito, em sua conta bancária, de 250 libras esterlinas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Senador Eduardo Suplicy, acabo de receber um documento importante, de repercussão nacional, e gostaria que V. Ex^a encerrasse. Chamo a Secretaria-Geral da Mesa para conferir a assinatura do documento, por gentileza.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Então, Senador Wellington Salgado, agradeço a V. Ex^a a atenção. Quando V. Ex^a desejar, poderei continuar a explicar-lhe a questão. Quero dizer-lhe que se

trata de iniciativa já aprovada pelo Senado, em 2002, e pela Câmara dos Deputados, em 2003. Foi sancionada pelo Presidente Lula. Só falta implementá-la. Conforme sugestão do Senador Francelino Pereira, que era o Relator, iríamos implementá-la gradualmente, por etapas, para obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal. Falta, agora, que todos nós possamos nos convencer de que a iniciativa é ótima e dizer ao Presidente: vamos implementá-la!

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB

– MG) – Senador Suplicy, para mim, foi uma honra muito grande ouvi-lo. O que ficou bem claro para mim é a parte insignificante do PIB aplicada no Programa Bolsa-Família. Eu não tinha conhecimento disso. Realmente, para todos os telespectadores da TV Senado, este foi um momento bonito, um momento de esclarecimento, um momento em que todos tiveram acesso ao conhecimento de V. Ex^a nessa área, ao seu estudo. V. Ex^a estuda bastante. Sempre o vejo concentrado nesses debates, no conhecimento, levando-o às pessoas. Ficou demonstrado para todo o Brasil que V. Ex^a realmente domina o conteúdo e acredita na redistribuição, digamos assim, de renda no País. V. Ex^a está de parabéns, assim como o Ministro Patrus Ananias, que conhecemos, e o número um do País, que é o Presidente Lula, com certeza.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Pode estar certo V. Ex^a de que, em que pese o gasto ser apenas de algo em torno de 0,5% do PIB, o Bolsa-Família teve consequência muito forte na melhoria dos coeficientes de desigualdade, no sentido de alcançar maior igualdade e a erradicação efetiva da pobreza e da fome no Brasil.

Muito obrigado, Senador Gilvam Borges, que está na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Mesa é que agradece pela colaboração das idéias de V. Ex^a. Já está nos Anais o pronunciamento, que antecede documento enviado pelo Senador Joaquim Roriz. A Mesa atesta que tal documento foi reconhecido em cartório.

Passo o documento às mãos do 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa, para que proceda à leitura do documento.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lida a seguinte:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR RENAN CALHEIROS, DIGNÍSSIMO
PRESIDENTE DA MESA DO SENADO FEDERAL

Esta é, para mim, mais uma hora – dentre as inúmeras que já vivi, em que devo tomar uma grave decisão.

Volto-me para o grande mistério da vida, a força da consciência, o mal ativo e o mal passivo, o mal que causamos e o mal que sofremos.

E sinto que somente me pesa na consciência o mal que venho sofrendo, que tanto me tortura e procura turvar uma vida pautada na dignidade pessoal, no respeito ao meu semelhante, no resguardo da coisa pública, no profundo sentimento cristão.

Minhas reminiscências somente fazem aflorar a longa jornada já percorrida, que tem como timbre minha dedicação à administração pública atestada nas grandes obras que realizei, no transcurso das quatro vezes que governei o Distrito Federal.

Sinto acima de tudo que não se pode viver feliz olhando apenas para si mesmo. É preciso viver para os outros, sobretudo, os humildes, os necessitados, como opção para viver para si mesmo. É o que tenho procurado fazer por toda minha vida, buscando, na gestão pública, no Governo, certificar ao cidadão que os tributos que pagou receberam bom uso, diante da presença ativa do governante atento às lúdicas aspirações da população.

Ocupei a tribuna da Casa à qual pertenço em defesa de meu mandato político. O despreço dos Senadores pelo destino do colega foi notado. Apenas doze eminentes Senadores compareceram à sessão.

Por outro enfoque, lamento que o Corregedor, Senador Romeu Tuma, antes mesmo de o Senado Federal ser formalmente provocado a promover as apurações dos fatos veiculados na mídia, ou quicá, de apreciar a farta documentação que franqueei a todos, pela qual ficou demonstrada cabalmente a lisura de minha conduta, não se ateve, entretanto, às cautelas éticas impostas ao exercício da importante e elevada posição que ocupa. Ao contrário, agiu despido da imprescindível serenidade, ponderação e senso de justiça, máxime ao externar um juízo de valor em detrimento da honra de seus pares, no caso, ao condenar-me publicamente pela imprensa, sem direito a uma defesa que merecesse a mesma repercussão.

Minha inocência, por mim proclamada e insistentemente repetida, não mereceu acolhida. O furor da imprensa, o açodamento de alguns, as conclusões maliciosamente colocadas lamentavelmente ecoaram mais alto. Pesou apenas o propósito de destruir, neste momento, uma vida pública coroada por relevantes serviços prestados à sociedade, particularmente ao povo mais humilde do Distrito Federal.

Meu alento está em que até mesmo o Ministério Público fez ressaltar que os fatos a mim imputados não guardam a mínima correlação com a malfadada *operação aquarela*. Mais que isto – nesse ponto lamento ter tido acesso aos autos apenas na data de ontem -, é importante ressaltar que esse procedimento apuratório se contrapõe às inverdades e injustiças insistente e maliciosamente divulgadas, embora sem qualquer vinculação com o objeto das apurações relativas à já mencionada *operação aquarela*.

São essas as razões motivadoras do posicionamento a que sou obrigado a tomar, neste ato, tanto mais em respeito ao povo do Distrito Federal que tantas vezes me confiou seu voto.

Não temo que meu gesto seja interpretado como demonstração de fraqueza. Prefiro acreditar na grandeza que se pode colher de quem vive os fatos da história. É que, às vezes, de renúncias depende a honra do cidadão, colocada em risco, não por faltas que tenha cometido, senão pela pusilanimidade de alguns e pela voracidade de interesses

políticos – que não se acanham em fazer pré-julgamentos – daqueles que deveriam protegê-la sob a boa sombra das instituições criadas para assegurar o devido processo legal.

A gente de Brasília, os humildes aos quais nunca faltei com meu carinho e assistência – o povo, enfim, haverá de me entender. E todos me farão justiça, compreendendo o sentido de meu gesto: disso tenho plena convicção.

São essas as razões pelas quais devo comunicar a Vossa Excelência e à Mesa do Senado a minha **RENÚNCIA** ao mandato de Senador da República que o povo de Brasília me conferiu, fazendo-o, ainda, com fundamento no artigo 29 do Regimento Interno dessa Casa Legislativa.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Senador da República

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Presidência recebe o documento que acaba de ser lido e informa que, nos termos do art. 29 do Regimento Interno, a comunicação de renúncia à senatória se tornará efetiva e irretratável após publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Gilvam Borges, Senador Mão Santa, que teve a atribuição, como Secretário *ad hoc*, de ler um documento que, certamente, é dolorido para os brasileiros. Trata-se de uma decisão extremamente grave de um Senador eleito diretamente pelo povo, no caso o povo do Distrito Federal.

Hoje, dia 4 de julho de 2007, portanto, no sexto mês de mandato – já que iniciamos o mandato desta legislatura em 1º de fevereiro –, o ex-Governador Joaquim Roriz, eleito diretamente pelo povo, resolveu, diante das circunstâncias, renunciar ao mandato que ele gostaria de exercer com muito entusiasmo, como aqui demonstrou por inúmeras vezes, em seus pronunciamentos e atividades.

Contudo, eu gostaria de fazer uma reflexão. Na Constituição brasileira e no Senado Federal, há instituições que existem para examinar se, porventura, qualquer um de nós, os 81 Senadores, em algum momento, fizemos algo que possa significar quebra do decoro parlamentar.

Nesse caso, surgiram alguns indícios que levaram a imprensa brasileira – e, felizmente, temos liberdade de imprensa no Brasil – a transmitir que se tratava de

algo grave, que poderia, segundo o que estava ali exposto, indicar um comportamento que não era compatível com a importância do decoro parlamentar.

E qual é a instituição que temos? Um partido político, no caso o PSOL, diante dos fatos, avaliou como sendo dever de consciência fazer uma representação sobre aqueles fatos à Mesa Diretora, e assim foi realizado. A Mesa Diretora decidiu que era adequado enviar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aquela representação, para que fosse averiguado se, porventura, houve qualquer quebra de princípio legal, qualquer ação que pudesse infringir o decoro.

É claro que, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, asseguraríamos o mais legítimo e amplo direito de defesa, consagrado na Constituição e no Regimento Interno do Senado Federal. Tenho certeza de que, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, garantiríamos ao Senador Joaquim Roriz o completo direito de defesa, em complemento à manifestação que ele aqui fez sobre o que ocorreu, assim como constitui nosso dever assegurar a outra pessoa, hoje objeto de representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o Senador e Presidente Renan Calheiros, que tenha todo o direito de defesa.

Hoje, avaliei como importante a manifestação do próprio Senador Renan Calheiros, que me disse ser seu desejo e sua decisão comparecer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para dar suas explicações. Espero que as dúvidas que possivelmente existam, inclusive depois de completado o trabalho da perícia, possam ser inteiramente esclarecidas.

Esse direito, obviamente, iremos assegurar, e é esse o propósito dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Respeito a decisão do Senador Joaquim Roriz. Obviamente, sei da gravidade da decisão, da dor que

sofreu, mas é importante que possamos todos compreender que a Constituição brasileira, as leis brasileiras, inclusive no que diz respeito à definição do que é o Senado, estão sendo respeitadas e cumpridas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer um registro, como integrante da Mesa do Senado.

Hoje, pela manhã, a Mesa, discutiu e entendeu como legal a representação do PSOL. E é de salientar que a Mesa Diretora não discute o mérito, e, assim sendo, não cabe defesa.

Como o Regimento Interno permite a qualquer Senador participar de qualquer reunião da Mesa, seja ela qual for, recebemos e ouvimos o Senador Joaquim Roriz, que explicou suas razões e entregou um documento ao Presidente, o qual enviamos, juntamente com a admissibilidade da representação do PSOL, para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o foro dessa discussão.

Lamento pelo mandato, que, numa democracia, é concedido pelo povo, mas o Senador Joaquim Roriz sabe das razões de sua renúncia, que estão no bojo do imbróglio que se deu durante todos esses dias.

A exemplo do Senador Eduardo Suplicy e até porque participei dessa discussão realizada pela Mesa, nesta manhã, quando recomendamos que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar levasse adiante a investigação, imagino que apenas um país com uma democracia sólida como a do Brasil poderia conviver com um momento como este.

Certamente, outros momentos acontecerão, e deles participaremos, mas, como seres humanos, insensíveis seríamos se não disséssemos que este é um momento dolorido, sofrido. Não é fácil, para o Senador, para a sua família, para aqueles que nele votaram e que trabalharam para que ele pudesse chegar a esta Casa, vê-lo renunciar por razões que ele conhece. Certamente, essas razões ele dirá à sua família e ao povo que nele confiou e votou. Ele terá tempo para falar dessas razões, uma vez que ele mesmo lamenta ter vindo à tribuna do Senado e não ter sido ouvido. Eu o ouvi pela televisão, porque estava em casa, convalescendo-me.

Faço, entretanto, esse registro sobre o comportamento e a lisura da Mesa do Senado na manhã de hoje, quando fez a recomendação. Até porque a Mesa lida com critérios técnicos e regimentais e não avalia o mérito na representação do PSOL, daí por que mandou de pronto para o fórum competente, que é o Conselho de Ética.

Fica aqui o meu registro, Sr. Presidente, após esse pedido de renúncia do Senador Joaquim Roriz, ex-Governador do Distrito Federal.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Wellington.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um momento muito triste, um momento triste! Foi um momento triste quando o Senador Roriz, dali, fez o discurso. Eu estava presente, 11 ou 12 Senadores estavam presentes nesta Casa. Foi um momento triste. V. Ex^a e o Senador Mão Santa têm história como os autênticos do PMDB, têm história como o agora ex-Senador Roriz – amanhã, isso será publicado.

Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, que preside a Mesa nesse momento, o que levou o Senador Roriz a renunciar? O Senador Roriz é culpado? O Senador Roriz sentiu uma tal força neste Senado, que não teria nenhuma chance de defesa?

Não sou juiz. Nenhum de nós aqui foi treinado para ser juiz! Nenhum de nós! Aqui, com outras funções, todos são políticos. E juízes, quando julgam, muitas vezes, esperam que passe o clamor público para depois julgar. Assim os bons juízes fazem; assim foi o que vi em vários casos, em vários Estados deste País. Nesta Casa, não acontece isso. Julga-se pela velocidade; julga-se pela manchete do dia seguinte e pela do dia anterior; julga-se pela câmera na frente; julga-se pela manchete de jornal em nível nacional.

O que queremos para o nosso Brasil?

Não sei se o Senador Roriz é culpado ou inocente. Lá fora, ele vai decidir. Será que o Senador Roriz se sentiu inseguro em tentar fazer nesta Casa sua defesa? Não sei, não sei. Realmente, Presidente Gilvam Borges, não sei.

Foi apresentado um documento rápido, investigações foram feitas, fitas foram apresentadas, o Senador Roriz veio à tribuna, e havia aqui 12 Senadores. O Conselho de Ética é composto por 16 membros-juízes, que não foram treinados para serem juízes, que não sabem analisar uma prova direito. A legislação, poucos a conhecem dentro do Conselho de Ética. E, se três sabem, muitos os acompanham.

Senador Gilvam Borges, toda vez em que não há explicação lógica e direito à defesa dentro do Regimento Interno, dentro da Constituição, chamamos de julgamento político. Quando não há justificativa com que se possa contar dentro do estado democrático de Direito para a defesa, o réu é inocente. Mas isso não acontece.

Estou presenciando, agora, aqui, um momento histórico. Quem conhece toda a trajetória do Senador Joaquim Roriz... E o futuro vai dizer se essa foi uma denúncia errada ou uma denúncia correta. Isso o futuro vai dizer e vai virar história, e quem fez vai assumir. Se o Senador Joaquim Roriz for culpado, quem o fez agiu de forma certa. Se o Senador Joaquim Roriz provar que é inocente, quem o fez agiu de forma errada, e a história há de condená-lo.

Esta Casa fez um Senador, que acaba de chegar, sentir-se inseguro de praticar sua defesa, Senador Gilvam Borges. A verdade é essa. O Senador Joaquim Roriz chegou há pouco tempo nesta Casa, tem uma história no Executivo, ainda estava formando seu grupo, formando as pessoas, contava sua história e ficou sozinho. A verdade é esta: ficou sozinho.

Espero que a história prove quem é culpado e quem é inocente. O acusador, se estiver errado, vai ter de sofrer, porque a história não perdoa. Esse negócio de dizer que “segui o caminho certo, protocolei, a Mesa Diretora é responsável, manda para o Conselho de Ética, nada tenho a ver com isso” não é verdade. Quem pratica o início do ato fala, depois, que não tem nada a ver com isso?! Não, senhor! Tem a ver, sim, e a história há de provar!

Eu estava sentado na cadeira do Senador Joaquim Roriz. Enquanto V. Ex^a, Senador Mão Santa, lia a renúncia, abri a gaveta do Senador Joaquim Roriz – homem católico que é; sua família também é católica – e achei uma saudação ao Papa. Há uma saudação ao Papa dentro da gavetinha do Senador Roriz. Eu estava aqui sentado na cadeira que foi dele. É um discurso pequeno, de duas páginas; o Senador Roriz nunca foi de falar muito. Vou pegar esse discurso que tenho aqui, em que ele saúda o Papa. Ele termina o discurso dizendo que “a canonização do Frei Antonio Sant’Ana Galvão será uma grande benção para esse povo que é regido pela fé, pela união e esperança. Seja bem-vindo Santo Padre! Nós o recebemos com muito amor. Abençoe o nosso País! Muito obrigado”. Esse é o final do que o Senador Roriz disse quando o Papa esteve no País. Vou dobrá-lo e vou guardá-lo na gaveta dele novamente. Não é à toa que isso estava aqui, não é à toa que eu o abri.

Sinto, Senador Gilvam, que o Senado Federal precisa aprender a julgar, precisa aprender a julgar, precisa saber o que é importante. Para mim, não há problema: quero passar por aqui, quero sair e dormir tranquilo no dia seguinte e no resto dos anos. Represento Minas Gerais, represento o Triângulo Mineiro, represento a história da minha família, represento o que meus filhos vão falar. Por mim, não, Senador Gilvam! E tenho certeza de que V. Ex^a também é assim. Comigo tem de haver prova em relação a seja quem for. Se o Senador Roriz saiu porque achou que não

teria direito à defesa, errou comigo, comigo ele errou. E, se for comprovado que ele é inocente, vou cobrar isso dele, porque ele não confiou em mim de ir ao Conselho de Ética.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me uma breve palavra, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, V. Ex^a não pode apartear.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, Senador Gilvam Borges, esta Casa vai cumprir o trabalho. Outro dia, uma repórter perguntou-me se o político tem de estar ao lado do povo mesmo ele estando errado. Esta é uma pergunta sobre a qual temos de meditar: o político tem de estar ao lado do povo mesmo estando errado? Não sei.

Espero que o Senador Roriz prove sua inocência. E, se não for inocente, renunciou, e a Justiça vai julgá-lo, com todos os direitos que ele têm, direitos que talvez não désssemos a ele nesta Casa, pois o Conselho de Ética não sabe julgar, porque não foi treinado para isso, Senador Gilvam. Estamos julgando um mandato dado pelo povo. Nós, do Conselho de Ética, somos donos de todos os mandatos dos Senadores desta Casa. Lá vai ser julgada qualquer denúncia. E o Conselho nem Regimento Interno tem, não estipulou qual é o limite da ética, até aonde vai a ética, o que é decoro.

Está muito difícil, Senador Gilvam! Está muito difícil! Vou cumprir, vou até o final, vou fazer minha história, vou fazer a história do Senado, vou fazer o que Minas quer, mas está muito difícil. Está muito difícil!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Gilvam, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Mão Santa. Em seguida, concederei a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador José Nery.

O Senador Mão Santa tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Gilvam Borges, brasileiras e brasileiros, Tiago, no Livro de Deus, As Sagradas Escrituras, diz: “Fé sem obra já nasce morta”. A obra prevalece. A fé de Roriz é com obras.

Ele discursou pouco aqui. Senador Wellington Salgado, que representa Minas, é muito oportuno. Atentai bem. Eu disse, apartando-o, no meu entusiasmo, para que o povo entendesse, que todos sabem que Deus fez o mundo, mas todo o Brasil sabe que Juscelino Kubitschek e Roriz construíram Brasília.

Quis Deus, que escreve certo por linhas tortas, estar Wellington Salgado aqui. Também Juscelino Ku-

bitschek saiu daqui humilhado. Juscelino Kubitschek e Roriz construíram Brasília.

Está escrito: “Os humilhados serão exaltados”.

Ó Deus, abençoe o Roriz, a súplica que fez para o representante de Deus, adentrando o Brasil, espontaneamente lido pelo povo mineiro, cristão, representado por Wellington Salgado. O amor, o amor é que constrói para a eternidade, e que ele encontra na sua encantadora esposa Weslian e sua família. O amor que ele encontra no irmão. Ninguém serviu mais com amor o irmão. Brasília, os pobres, eu conheço. Sou do Piauí. Quantos piauienses agradecidos por ter seu torrão, sua terra, e poder viver nesta Brasília, pelo amor e pela solidariedade de Roriz.

Juscelino também estava aí sentado. “Os humilhados serão exaltados.” Esta é a fé. Eu posso dizer, se 4 de julho é festa nos Estados Unidos, hoje foi o dia mais triste da minha vida no Congresso Nacional. Tenho certeza que ele, com as bênçãos de Deus, o amor e a gratidão do povo brasileiro, sem dúvida...

Forças maliciosas podem tê-lo tirado daqui, mas jamais tirarão Roriz do coração do pobre de Brasília e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Srs. Senadores, creio que, de alguma forma, é importante manifestar nossa opinião sobre o ato de renúncia do Senador Joaquim Roriz.

O PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, foi o autor da representação para que houvesse processo de investigação relacionado às denúncias constantes de um processo investigatório realizado pela Polícia Civil do Distrito Federal, denominado Operação Aquarela, em que se constatou a participação do Senador Joaquim Roriz tratando com o ex-Presidente do BRB a respeito da distribuição de recurso de origem ignorada. Sendo S. Ex^a um Parlamentar, membro do Congresso Nacional e do Senado Federal, envolvido naquele ato amplamente divulgado e de conhecimento público, o PSOL entendeu que havia indício claro de quebra de decoro parlamentar. Por essa razão, apresentou à Mesa do Senado documento solicitando a abertura de processo investigatório a fim de examinar se havia naquele ato quebra de decoro.

Por isso, contradito qualquer manifestação que tenha por objetivo dizer que a representação do PSOL fez prejulgamento. O julgamento ocorreria no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, se o Senador Joaquim Roriz se submetesse ao processo que foi hoje admitido e encaminhado ao Conselho. S. Ex^a preferiu renunciar, o que é uma decisão muito pessoal, de consciência. S. Ex^a não confiou na investigação que seria feita e em que

teria amplo direito de defesa, direito ao contraditório, para contestar a denúncia. Mas não o fez, preferindo o caminho da renúncia. Esse é um direito de S. Ex^a a fim de assegurar seus direitos políticos, se o processo chegasse a eventual condenação.

Não pensem V. Ex^{as} e o Brasil que situações como esta não deixam de causar a todos nós constrangimento. Durante todos esses dias, todos os momentos em que estamos envolvidos com apurações e investigações das mais diversas naturezas, poderíamos muito bem estar utilizando o precioso tempo que temos aqui para discutir questões bem mais nobres, que o povo brasileiro espera de seus representantes.

Sr. Presidente, de pronto, manifesto que queríamos, como queremos, em toda e qualquer circunstância similar a que estamos vivendo, que haja o devido processo no âmbito do Conselho de Ética: a manifestação das partes, a investigação. Ao final, é preciso que cheguemos a uma conclusão, que pode ser pela culpabilidade ou pela inocência. Se o caminho escolhido foi esse, creio que é uma decisão que todos nós respeitamos e acolhemos. Que fique claro que uma situação que implica falta de decoro – não só por parte do PSOL, mas por parte de todos os partidos aqui representados, seus Senadores e suas Senadoras – merece apreciação e investigação, sempre que necessário. Essa é a missão e a tarefa de quem deseja que neste País não reine a impunidade. Se denúncia há, que seja apurada, sem qualquer julgamento premeditado, antecipado. Que se faça o que deve ser feito: investigar e punir ou absolver, se for o caso. Essa deve ser a razão e o sentido final de qualquer processo investigativo nesta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Francisco Dornelles, João Tenório, Mário Couto, Sérgio Guerra, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Romero Jucá e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto *Música no Museu* é um dos mais bem sucedidos projetos desenvolvidos, no Brasil, para promoção e difusão da cultura. Por trás desse êxito encontra-se um nome, o do advogado, administrador de empresas e empresário Sérgio da Costa e Silva, a cujo desprendimento e tenacidade se deve creditar

o sucesso desse projeto que, criado há apenas dez anos, já tem reconhecida a sua relevância no cenário cultural do País.

Sérgio é o criador e diretor do projeto – uma série de concertos gratuitos apresentados nos museus das principais cidades brasileiras e já assistidos por mais de 200 mil pessoas. O projeto se desenvolve nos moldes de iniciativas idênticas que acontecem nos museus mais conceituados de todo o mundo, como o Metropolitan, o Guggenheim e o Museu de Arte Moderna (MoMA), de Nova York, o Louvre, o Picasso e o Montmartre, de Paris, o Gulbenkian, de Lisboa, e o Prado, de Madri, entre outros.

Privilegiando a música de qualidade, o projeto *Música no Museu* cria um elo entre a música e as artes plásticas, com o objetivo de promover difusão cultural para públicos distintos, criar oportunidades para jovens músicos e incentivar a frequência aos museus e demais espaços de cultura, proporcionando sempre espetáculos de alto nível e com entrada franca.

Inaugurado em 1997 com um concerto do violonista Turíbio Santos, no Museu Nacional de Belas Artes, o *Música no Museu* expandiu-se, desde então, consideravelmente. Foi apresentado em nada menos que 31 museus e espaços culturais do Rio de Janeiro, incluindo o Museu da República, o Museu Histórico Nacional, o Museu de Arte Moderna, a Casa de Cultura Laura Alvim e a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, entre outros.

Sua expansão, entretanto, não se limitou ao Rio de Janeiro. Desde 1999, o projeto vem ganhando novos espaços em São Paulo (Museu da Casa Brasileira e Museu de Arte Moderna), Belo Horizonte (Museu Histórico Abílio Barreto), Brasília (Memorial JK), Florianópolis (Museu Histórico de Santa Catarina), Curitiba (Museu Oscar Niemeyer) e em outras metrópoles. Este ano, o projeto incorporou as platéias do Nordeste, com apresentações em Salvador, Aracaju, São Cristóvão, Maceió, João Pessoa, Recife, Olinda e Natal. O número de concertos, conseqüentemente, tem aumentado a cada ano: em 2006, foram 428; este ano, o número de apresentações deverá chegar a 460.

Não bastasse a expansão no número de concertos e de localidades atendidas, bem como o crescimento do público com acesso às apresentações, o *Música no Museu* apresentou ainda uma inovação que vem obtendo os mais promissores resultados. Trata-se do concerto com harpas, iniciado em maio de 2005, com a participação de harpistas brasileiros radicados no Rio de Janeiro.

Esses concertos obtiveram tamanho sucesso que o mês de maio de cada ano passou a ser dedicado especialmente a esse instrumento. Assim, o concerto de harpas tornou-se, no ano passado, o I Festival Internacional de Harpas do Rio de Janeiro, agregando,

além de harpistas expressivos do Rio, São Paulo e Brasília, instrumentistas da França, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Estados Unidos, México, Argentina e Chile. Este ano, o II Festival Internacional de Harpas inscreveu nada menos que 31 harpistas de 24 países, com o que o Brasil insere-se definitivamente no roteiro mundial da harpa, popularizando o instrumento musical mais antigo do mundo.

Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores, sabemos todos o quanto é difícil promover a cultura em nosso País. Sérgio da Costa e Silva, idealizador e diretor do projeto, tem-se dedicado, todos esses anos, e democratizar e difundir a cultura. Nessas apresentações, um público ávido da boa música ouve de Mozart e Beethoven a Debussy e Villa-Lobos, de Pixinguinha e Chiquinha Gonzaga a Astor Piazzola e George Gershwin.

Por seu empenho nessa causa, e por tudo o que vem fazendo em favor da democratização e da difusão da cultura em nosso País, quero registrar nesta Casa um voto de louvor a Sérgio da Costa e Silva, desejando que o Festival Internacional da Harpa, assim como o *Música no Museu*, continue conquistando os corações e as mentes de milhões de brasileiros amantes da arte e da boa música.

Muito obrigado!

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Lula na inércia da história do Brasil”, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 25 de Março de 2007.

O artigo do jornalista de economia Vinicius Torres Freire, analisa a estratégia política do presidente Lula e afirma que o Presidente “afastou ainda mais o PT do centro do poder e, a seu modo, reedita o cesarismo presidencial brasileiro, líder quase isolado que é da barganha social e do escambo com o bloco conservador amorfo que agrega a maioria parlamentar faz 20 anos”. O articulista se questiona se a “era” Lula deixará alguma mudança, já que na economia, mesmo sendo carregada pela maior onda mundial de crescimento de produção e crédito em 30 anos, nosso crescimento é pífio. Para o economista, “no auge de seu poder o presidente Lula vive de presepada em presepada, de poses ministeriais e discursivas”, mais parecendo com “um animador de auditório”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “O espetáculo do crescimento ainda não começou”, publicada no *Jornal do Brasil* em sua edição de 08 de maio de 2007.

A matéria destaca que a principal aposta do presidente Lula para cumprir a promessa do “espetáculo do crescimento”, que não foi encenado no primeiro mandato, ainda não deslanchou. Segundo o balanço anunciado ontem dos 100 primeiros dias do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, o governo só assumiu, entre janeiro e abril, o compromisso de gastar 20% dos investimentos previstos no Orçamento desse ano. No mesmo período, os projetos do PAC na área de saneamento não receberam sequer um centavo, apesar de considerados prioritários.

Sr. Presidente, para concluir, requiero que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B4 dinheiro

DOMINGO, 25 DE MARÇO DE 2007

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS TORRES FREIRE

Lula na inércia da história do Brasil

LULA ESTÁ no auge do poder político. Recém-reeleito, popular, à testa do conservadorismo de coalizão nacional, domina o Congresso. Afastou ainda mais o PT do centro do poder. Removeu-o para bem perto da periferia dos partidos pedintes — todos, afora o que restou da oposição. A seu modo, Lula reedita o cesarismo presidencial brasileiro, líder quase isolado que é da barganha social e do escambo com o centrão do Congresso, o bloco conservador amorfo que agrega a maioria parlamentar faz 20 anos.

Pela primeira vez, a base eleitoral de Lula e a dos parlamentares petistas divergiu, em 2002. Por vários caminhos, Lula se isola do PT. Tirou vantagem dupla da crise que devastou a imagem do partido e decepcionou os capitães do primeiro mandato.

Primeiro, ganhou com a queda do PT. A identidade política do PT ha-

via sido triturada na campanha de 2002, quando Lula atestou que dobrara a espinha petista até a penúltima vértebra e fizera o partido renegar quase todo o seu programa histórico. O PT foi liqui-dificado no mensalão. Seus líderes mais fortes perderam poder. O partido perdeu a credibilidade e o resto da coerência — embora a coerência nem seja uma virtude. Lula ficou mais só. Gostou.

Segundo, ganhou com o colapso da crise política mensaleira, que também foi o da oposição e cercanias, envolvidas que estavam em rolos semelhantes aos do petismo.

Mas o que Lula faz do auge do seu poder? Deixará alguma mudança?

No auge do poder, presidente limita-se a animar platéias enquanto o país é carreado pela economia mundial

Na economia, satisfação à finança e à massa mais informe e desamparada do povo, coincidentemente mais preocupadas com rendas do Estado e com inflação baixa do que com emprego e crescimento. Levou até o limite o programa de conciliar e satisfazer, com fundos públicos, todas as demandas que conseguem se afirmar politicamente na esfera pública. E o que vem sendo feito por todos

os governos desde os 80, política que resultou em inflação, aumento da dívida e/ou dos impostos.

Lula se beneficia do sistema econômico criado pela reforma liberal imperfeita e pela abertura econômica e financeira, processo que começou aos bocadinhos em 1988-89, foi ao pico em 1996-97 e minguiu com a ruína do governo FHC, em 2001.

A economia de Lula é carreada pela maior onda mundial de crescimento de produção e de crédito em 30 anos. Por outro ciclo histórico de alta de preços de produtos básicos de exportação brasileiros. A valorização das commodities e juros altos (que reforçam o real) vergaram a in-

flação, que pendeu para baixo também graças à queda de preços no resto do mundo. Commodities em alta e crédito farto e barato levaram o país a abater a dívida externa.

Em parte importante, a economia de Lula foi, pois, produzida pelos economistas e pelo sistema de poder fernandino, por banqueiros centrais do planeta, por aumentos de produtividade sino-americanos e pelos mandarins do crescimento chinês e seu exótico dirigismo capitalista.

Um filósofo da esquerda paulistana disse certa vez de FHC que o presidente seria figura “decorativa”, sujeito que era às injunções da política e da economia globais. Nem era bem verdade, mas o que dizer de Lula? Que é o que parece ser em presepadas de posses ministeriais e discursseiras, um animador de auditório?

vinit@uol.com.br

JORNAL DO BRASIL

DATA:08/05/2007

CRESCIMENTO ■ Ministros reconhecem lentidão na

O espetáculo

■ **BRASÍLIA.** Principal aposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para cumprir a promessa do "espetáculo do crescimento", que não foi encenado no primeiro mandato, o Programa de Aceleração do Crescimento ainda não deslançou. Segundo balanço anunciado ontem dos 100 primeiros dias do PAC, o governo só assumiu, entre janeiro e abril, o compromisso de gastar 20% dos investimentos previstos no Orçamento deste ano. No mesmo período, os projetos do PAC na área de saneamento não receberam sequer um centavo, apesar de considerados prioritários.

— O programa foi implementado há pouco tempo. Portanto, não

pode mostrar grandes resultados — desculpou-se o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

A cerimônia realizada no Palácio do Planalto e sua repercussão deixam claro, no entanto, que os problemas não estão relacionados só à questão do tempo. Pelo contrário, Ministros voltaram a reclamar da demora para a concessão de licenças ambientais a projetos relevantes, como as usinas do rio Madeira. Alvo das críticas, a titular do Meio Ambiente, Marina Silva, não estava presente. Além disso, governo e empresas retomaram o duelo verbal sobre quem tem a responsabilidade pela escassez dos investimentos.

Especialistas e representantes

do setor privado consultados pelo JB lembraram, entre outros, que o avanço da economia requer outras medidas, as quais estão engavetadas. Caso das reformas trabalhista e tributária.

— Ainda não vejo movimentos para executar as reformas estruturantes — lamentou Paulo Godoy, presidente da Abdi. — A necessidade das reformas é maior do que a de implementar investimentos públicos — acrescentou Vander Lucas, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

■ Leia e opine no JB Online.
www.jb.com.br/24horas

Cercada por ministros, a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, coordena a apresentação do balanço

■ Maioria do PAC continua no papel

Fernando Exman, Fernando Nakagawa e Lorena Rodrigues

■ **BRASÍLIA.** De janeiro a abril, o governo só assumiu o compromisso de gastar 20% dos investimentos previstos no Orçamento da União deste ano. O dado foi anunciado ontem em cerimônia no Palácio do Planalto na qual foi realizado um balanço dos primeiros 100 dias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Não impediu que os sete ministros presentes entoassem discursos otimistas em relação à execução das medidas idealizadas para garantir ao país taxas de crescimento de 5% ao ano.

Chefe da equipe econômica, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou satisfação depois de ver os dados do PAC. Em entrevista coletiva, no entanto, Mantega reconheceu que os resultados ainda são tímidos.

— O PAC foi implementado há pouco tempo. Portanto, não pode mostrar grandes resultados.

Segundo Mantega, a única preocupação de Lula é com a falta de rapidez do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) na liberação das licenças ambientais necessárias para que obras es-

téticas saiam do papel. Dos sete projetos apresentados com o carimbo vermelho que indica andamento "preocupante" (elevado risco independentemente do cronograma ou significativo atraso no cronograma), cinco têm pendências ambientais.

São os projetos de construção de usina hidrelétrica de Pai Querê (RS e SC), as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (RO), a hidrelétrica de Baixo Iguaçu (PR) e a linha de transmissão Palhoça-Desterro (RS). Também re-

Cinco dos sete projetos com carimbo vermelho têm pendências ambientais

ceberam o carimbo vermelho a reforma do Aeroporto de Vitória (ES) e o gasoduto Urucu-Manaus (AM), que enfrentam dificuldades, respectivamente, no Tribunal de Contas da União (TCU) e por causa das chuvas.

Mantega declarou que o governo tem trabalhado para tentar dar celeridade ao processo de licenciamento ambiental das obras do PAC. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que poderia explicar os motivos dos tais atrasos, não participou da cerimônia. A chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, tentou minimizar o descon-

ferto já demonstrado em outras ocasiões com a demora do Ibama.

— Não espero um mundo rosa ou um mundo perfeito.

Já o titular de Minas e Energia, Silas Rondau, deixou clara a preocupação com as usinas de Jirau e Santo Antônio, essenciais para o fornecimento de energia.

— Faz dois anos e meio que iniciamos o licenciamento. Nossa expectativa sempre foi que entrassem em funcionamento em 2012. Maio é o prazo final para a licitação prevista — declarou Rondau.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, admitiu que o atraso na liberação das verbas do Orçamento atrapalhou o início do PAC. A liberação dos recursos só começou em 9 de março.

— Poderia ter sido melhor que isso, mas estamos 30% acima da média, com a execução bastante positiva.

Pelo balanço divulgado ontem, só 52,3% das 1.645 ações do PAC estão com andamento "adequado", as quais representam 61,3% dos investimentos totais previstos no pacote — R\$ 533,9 bilhões até 2010. Segundo contagem dos integrantes da equipe econômica, 91,6% das ações — que representam 90,9% dos investimentos — estão com o cronograma em dia, com pequeno atraso e riscos potenciais administráveis. De janeiro a abril, o empenho de investimento cai de 20% para 12% se considerado o orçamento total previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de R\$ 15,8 bilhões.

JORNAL DO BRASIL

DATA:08/05/2007

execução do Programa de Aceleração do Crescimento, mas dizem que metas serão cumpridas

ainda não começou

■ Empresários cobram mais para avançar

Sérgio Pardollas, Fernando Exman e Fernando Nakagawa

BRASÍLIA. O governo precisa trabalhar para colocar outros projetos destinados a promover o desenvolvimento do país na ordem do dia, sob pena de ver frustrados os objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa é a avaliação de especialistas, empresários e parlamentares ouvidos ontem pelo Jornal do Brasil, que pregam um reequilíbrio hoje esquecido ou relegado pela equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre as medidas lembradas estão a redução do fardo tributário e o aumento da segurança dos investimentos. Eles alegam que o governo costurou o PAC com a expectativa de que a iniciativa privada acompanhe o setor público e eleve seus investimentos. Os empresários, no entanto, parecem inseguros.

O sucesso do PAC está ligado a ações paralelas, como a melhoria do marco regulatório — disse Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdi).

Para Godoy, o país precisa das reformas estruturais, como tributária, trabalhista e da Previdência, a fim de garantir competitividade

em relação a outros países emergentes.

— Ainda não vejo movimentos para executar as reformas estruturais — lamentou.

Dos temas que constavam da agenda da indústria para 2006 e 2007, só a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e o marco regulatório do saneamento básico foram aprovados. A Lei Geral das Agências Reguladoras, as reformas sindical, trabalhista, tributária e a nova regulamentação do gás natural estão paradas no Con-

Defendidas pela indústria, só a lei das micro empresas e o marco do saneamento saíram

gresso, apesar de considerados prioritários por integrantes do Legislativo e do Executivo.

— A necessidade das reformas estruturais é maior do que a de implementar investimentos públicos — declarou Vander Lucas, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). — É preciso ter em mente que reformas e investimento público são complementares, e não concorrentes.

Para especialistas, o governo pode se perder ao trabalhar principalmente só em uma frente. O cenário mais adequado, alegaram,

é melhorar a infra-estrutura sem esquecer da modernização do Estado. O professor Fábio Kanczuk, da Universidade de São Paulo (FEA/USP), considera quadro "ótimo" aquele em que o setor privado se interessa em criar melhores condições na infra-estrutura.

— Com menos impostos e mais clareza na regulamentação, muitos empresários viriam para o Brasil.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o governo pretende encaminhar ao Congresso ainda este semestre um estudo mais abrangente sobre a reforma tributária. Jucá foi o relator da proposta no Senado em 2003.

Fui relator em 2003. Já estamos em 2007 e o texto não andou na Câmara — lamentou Jucá. — Mas sou um otimista e acho que poderemos chegar a um consenso.

O senador disse ainda que há um esforço do governo para que os demais itens da chamada pauta econômica, como a reforma trabalhista e a regulamentação das agências reguladoras, sejam votados. O projeto que trata das agências reguladoras do Executivo chegou ao Congresso em 2004. O relator na Câmara é o deputado Leonardo Piciani (PMDB-RJ), que destacou a importância das agências para dar segurança ao investidor.

— As agências dão homogeneidade e segurança — disse Piciani.

— Investimentos em geração de energia, por exemplo, são longos, de 25 ou 30 anos. Você precisa ter regras claras do jogo.

■ Saneamento não viu a cor do dinheiro

Fernando Exman

BRASÍLIA. Nos quatro primeiros meses do ano, nenhum centavo foi destinado a projetos nos setores de saneamento e habitação constantes do PAC. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que o governo tem dinheiro para financiar as obras de infra-estrutura social. Procura, porém, projetos aptos a receberem os recursos. O governo prevê destinar R\$ 170,8 bilhões ao setor até 2010. As obras são executadas por Estados, municípios e companhias de saneamento.

O Brasil teve investimentos diminutos nos últimos anos, e agora o PAC põe um valor significativo — declarou Dilma. — Isso significa que há um grande esforço para produzir projetos estruturantes, que sejam os melhores e com capacidade de execução no menor prazo.

Superintendente executivo da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Walder Suriani rebateu. Disse que a burocracia impede maior destinação de recursos para a área. Citou, por exemplo, que o Executivo ainda não definiu as novas regras para a habilitação de projetos nos seus programas de financiamento. Segundo Suriani, o governo deveria elevar o nível de endividamento

permitido às empresas.

Uma das alegações do governo para não liberar os financiamentos é justamente a existência de empresas de saneamento que não podem receber mais dinheiro público, pois devem à União. Segundo o ministro das Cidades, Sérgio Fortes, o governo federal dará consultoria a fim de incentivar melhorias na gestão das empresas de saneamento básico. O ministro destacou, no entanto, que o Executivo não distribuirá recursos para sanear as empresas.

— A gestão das nossas empresas está melhorando, mas isso não pode ser justificativa para não termos recursos. É uma canseira de força que deve ser reduzida — disse Suriani.

Para mudar a atual situação, o governo está promovendo uma articulação com governos estaduais e municípios para identificar projetos prioritários em abastecimento de água, esgotamento sanitário e urbanização de favelas. Já foram realizadas reuniões em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Encontros nos demais Estados ocorrerão neste mês. O governo espera iniciar as contratações no mês que vem.

O governo planeja financiar R\$ 1,3 bilhão em projetos de habitação e saneamento até julho com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Conta também para este ano com R\$ 1 bilhão do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FHNIS). Usará R\$ 105 milhões do Orçamento Geral da União para dar continuidade a 119 projetos de urbanização de favelas.

Execução orçamentária do PAC

DOTAÇÕES:*
R\$ 9,574 bilhões

EMPENHADO:*
R\$ 1,921 bilhão

* Valores do Orçamento Geral da União

Questão do PAC:
Situação das
obras (até 30 de abril):
Obras do Rio:

- ① **Arco Rodoviário do Rio de Janeiro:**
122 quilômetros.
Previsão de conclusão: 2010.
Investimento: R\$ 756 milhões.
- ② **Dragagem e aprofundamento do porto de Itaguaí:**
Aumento da profundidade de 17 metros para 20 metros.
Previsão de conclusão: 2009.
Investimento: R\$ 200 milhões.
Desafios: Aprovação pelo órgão ambiental estadual da mudança da empresa que fará parte da dragagem para a Companhia de

Docas do Rio de Janeiro.
Aprovação das minutas e do contrato pelos departamentos jurídicos da Companhia de Docas do Rio de Janeiro e do Ministério dos Transportes. E lançamento da concorrência para a execução dos serviços de dragagem até julho.

- ③ **Aeroporto Santos Dumont:**
Reforma e revitalização do terminal de passageiros, do sistema de pistas e pátios.
Previsão de conclusão: novembro.
Investimento: R\$ 414,9 milhões.

- ④ **Aeroporto Internacional do Rio (Galeão):**
Recuperação e revitalização da pista e pátios.
Previsão de conclusão: julho de 2009.
Investimento: R\$ 70 milhões.
Desafios: Incorporar as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) no edital.

- ⑤ **Aeroporto Internacional do Rio (Galeão):**
Reforma do terminal de cargas.
Conclusão prevista: fevereiro de 2009.
Investimento: R\$ 8 milhões.

- ⑥ **Plataforma P-57 da Petrobras:**
Capacidade de produção de 180 mil barris de petróleo por dia.
Entrada em operação: setembro de 2010.

Investimento: R\$ 4,33 bilhões.
Desafio: atraso no programa devido à suspensão da licitação para a construção da plataforma. A Petrobras considerou os preços apresentados elevados demais. No fim do mês passado, a Petrobras lançou novo edital.

- ⑦ **Plataforma P-52 da Petrobras:**
Capacidade de produção de 180 mil barris de petróleo por dia.
Entrada em operação: setembro.
Investimento: R\$ 2,5 bilhões.

- ⑧ **Desenvolvimento do Campo de Frade:**
Capacidade de produção: 100 mil barris por dia de petróleo.
Entrada em operação: outubro de 2009.
Investimento: R\$ 6,66 bilhões.

- ⑨ **Estação Marlim Leste Módulo 2:**
Capacidade de produção: 100 mil barris de petróleo por dia.
Entrada em operação: dezembro de 2008.
Investimento: R\$ 830 milhões.
Desafio: obter licença para a prévia de produção do Ibama.

- ⑩ **Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comper):**
Refinaria para processar 150 mil barris de petróleo pesado por dia.
Entrada em operação: maio de 2012.
Investimento: R\$ 8,2 bilhões.

■ Ibama ainda é o alvo das reclamações

Lorena Rodrigues

BRASÍLIA. A licença prévia para o início das obras das usinas do rio Madeira, que está emperada no Ibama, transformou-se no símbolo das dificuldades que o governo enfrenta para destravar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A demora na concessão do documento, que levou à divisão do Ibama em dois órgãos, foi um dos temas principais abordados em cerimônia no Palácio do Planalto, sem a participação da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O titular de Minas e Energia, Silas Rondeau, voltou a dizer que, se a licença não sair neste mês, a usina não ficará pronta até 2012, prazo fixado pelo governo. Já a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, acrescentou que a alternativa à usina será um leilão de energia térmica a base de óleo diesel, mais cara e mais poluente do que a hidrelétrica.

— Não acredito que tenhamos muitas alternativas. No estágio atual de crescimento do país, não se pode acreditar que energias solar ou eólica possam ser alternativas — declarou Dilma, em resposta à ministra Marina,

que defende o uso de fontes mais limpas de energia.

Apesar da pressão, Dilma disse que a decisão sobre a construção das usinas será técnica, e não política.

Em nenhum momento propusemos que a solução seria política — declarou a ministra. — Todas as possíveis divergências dentro do governo se deram no nível técnico. Parte da divergência está na cabeça de vocês. A outra parte é técnica.

Tanto Dilma quanto Ron-

Diante da pressão política para licenças, Dilma disse que decisão sobre usinas será técnica

deau defenderam a construção de Angra 3. Segundo a ministra, a decisão definitiva deve ser tomada na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética.

— Uma decisão dessa natureza não pode ser atropelada. Não vamos tomar a decisão por conta do sufoco do Madeira — disse Rondeau. — Nuclear é uma alternativa por conta da necessidade do país, mas não será uma substituta das usinas do Madeira, até porque não há prazo para concluir Angra a tempo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “O Ibama, o bode e o bagre” publicado na revista Isto É de 02 de maio de 2007.

O editorial, escrito pelo jornalista Carlos José Marques, a revista critica a forma como tanto o presidente Lula quanto o Ibama, tratam a questão ambiental no País. Para o editorialista, Lula erra ao criticar a defesa intransigente do meio ambiente ao mesmo tempo em que critica o excesso de zelo por parte do Ibama em relação à preservação da natureza. “Impacto e

desenvolvimento, devem caminhar juntos e encontrar um denominador comum”, conclui.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDITORIAL

O Ibama, o bode e o bagre

Ibama, o xerife ambiental, virou o culpado de tudo o que é atraso, uma espécie de bode na sala. Foi o presidente Lula quem o colocou na condição. Lula reclamou a amigos da intransigência do instituto. Num estouro de fúria, teria dito: “Se eu pudesse acabaria com o Ibama.” Lula é dado a rom-pantes, gosta de decidir movido por situações pon-tuais, sem enxergar lá adiante. O Ibama virou o bode de Lula e tudo por conta de um bagre. É esse o peixe que anda atrapalhando a licença ambiental que o governo tanto anseia para a construção de duas usinas hidrelétricas na bacia do rio Madeira, Rondônia. Os bagres sobem o rio para procriar. A construção das usinas – epopéico projeto, de R\$ 20 bilhões, que alavan-ca o PAC de Lula – pode comprometer a rota dos bagres. Lula protestou: “Querem jogar o bagre no meu colo.” Como bom pescador que é, bem que Lula poderia gostar um pouco mais dos bagres. Já o Ibama, aquele na pele de bode – nunca na de cordeiro –, também deveria sair da birra e deixar de emperrar tudo quanto é projeto. Desde tempos imemoriáveis, o Ibama pára estrada por conta de ninho de passarinho, inter-rompe obras para salvar coelhos e deixa de lado qualquer prioridade econômica se no meio estiver um simples... bagre. A ministra Marina Silva, que responde pelo bode e quer preservar o bagre, diz que o meio ambiente não deve se submeter a inte-resses econômicos. Os ambientalistas saíram tam-bém em apoio. É a história de sempre: “Salvem as baleias”, “salve o mico-leão-dourado”, “salve o ba-gre”. E quem vai nos salvar do apagão energético? Claro, há sempre de se considerar o impacto ambi-ental e a preservação da natureza. Na era do desen-volvimento sustentável, soaria no mínimo política-mente incorreto desconsiderar essa premissa. Mas ambos, impacto e desenvolvimento, devem cami-nhar juntos e encontrar um denominador comum. Se vão para a briga, como numa rinha de galo, não se salvam nem o bode, nem o bagre, nem o pescador.

CARLOS JOSÉ MARQUES,
DIRETOR EDITORIAL

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci é condenado a perda de cargo em dois processos”, publicada no Jornal O Estado de São Paulo em sua edição de 07 de junho de 2007.

A matéria destaca que o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci (PT) foi condenado em dois processos de ação popular referentes à época em que foi prefeito de Ribeirão Preto, entre 2001 e 2002.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o segundo assunto é para comentar o artigo intitulado, “Homem ao mar”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 27 de abril do corrente.

O artigo da jornalista Eliane Cantanhêde analisa a situação do deputado Carlos Wilson (PT– PE) , ex-presidente da INFRAERO, ante a possibilidade de ser investigado pela CPI do Apagão Aéreo. Segundo a jornalista, Wilson está no olho do furacão já que a CPI vai investigar a suspeita de desvios da Infraero para campanhas do PT. A articulista alerta: “Carlos Wilson é neófito no PT. Vai se defender e pode atacar, dependendo de Lula e dos “companheiros”. Afundar sozinhos ele não vai.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, eu gostaria de registrar a matéria intitulada “Em grampo, empresário fala até em pressionar Lula”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* de 31 de maio do corrente.

A matéria destaca que durante uma conversa com Zuleido, dono da construtora Gautama, acusado de fraudar licitações, corrupção e de desvio de dinheiro público, o dono da Engevix Engenharia Sérgio Pompeu de Sá, enquadrado pela PF no segundo nível hierárquico da organização, diz que o governador do Piauí, Wellington Dias, tentaria liberar dinheiro para o Programa Luz Para Todos, fazendo lobby junto ao presidente Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

/REPÚBLICA DE RIBEIRÃO

Palocci é condenado a perda de cargo em dois processos

Ações populares se referem a período em que ele foi prefeito; defesa avisa que recorrerá das sentenças

Brás Henrique
RIBEIRÃO PRETO

O ex-ministro da Fazenda e deputado Antônio Palocci (PT) foi condenado em dois processos de ação popular referentes à época em que foi prefeito de Ribeirão Preto, entre 2001 e 2002. As decisões, com base na Lei de Improbidade, são em primeira instância, pela 1ª Vara da Fazenda Pública, e cabem recursos. A assessoria de imprensa de Palocci observou que as condenações não são definitivas e ele vai recorrer assim que as sentenças forem publicadas no *Diário Oficial*. Os advogados do deputado não se manifestarão antes que isso ocorra.

O próprio Palocci, que estava reformando de viagem a Berlim, também não pretende falar sobre os processos. As condenações referem-se ao polêmico projeto Vale dos Rios e à doação de materiais de construção para a Associação dos Funcionários da Universidade de São Paulo (Arfusp).

O Vale dos Rios é um projeto de revitalização do centro da cidade que previa até uma ponte suspensa, no valor de R\$ 8 milhões. Foram gastos R\$ 4,68 milhões entre desapropriações da área e "obras", mas somente R\$ 323,4 mil foram explicados, segundo levantamento da Câmara Municipal. A disputa da licitação, o contrato e

todas as despesas foram considerados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). O juiz auxiliar da Fazenda Pública, Luís Eduardo Scarabelli, determinou a condenação de Palocci à perda de eventual função pública e suspensão dos direitos políticos por cinco anos, bem como pagamento de multa equivalente a cem vezes o valor da remuneração recebida naquele período. Também ordenou a imediata e definitiva interrupção das obras.

No caso da Associação dos Funcionários da USP, o juiz condenou Palocci à perda de função pública e pagamento de multa civil de cem vezes o valor da remuneração recebida.

Além disso, ampliou para dez anos a suspensão de seus direitos políticos.

BARQUETE

Nesse processo, vários vereadores da época também foram condenados, com perda de funções públicas e suspensão de direitos políticos por cinco anos. Quatro antigos secretários de Palocci terão de restituir ao erário os valores correspondentes às doações de materiais, acrescidos de 1% ao mês, suspensão de direitos políticos por cinco anos e multa equivalente ao dobro do valor do dano.

Entre os secretários condenados estão Donizeti Rosa e o falecido Ralf Barquete Santos (este envolvido no caso do li-

No STF, deputado enfrenta casos do lixo e do caseiro

... Há dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo Antônio Palocci: um sobre recebimento de propina e fraude em contratos da Prefeitura de Ribeirão Preto e outro a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nildo. Tramitam no STF pois são casos criminais, em que vale o foro privilegiado.

Segundo o Ministério Público, a empresa Leão Leão pagou R\$ 50 mil mensais ao então prefeito Palocci em troca de vantagens em licitações. Ainda falta definir relator do caso. Já a ação em que é acusado de utilizar-se do cargo de ministro para obter dados de Nildo ainda aguarda denúncia da Procuradoria-Geral. O caseiro disse que o petista frequentava mansão em Brasília onde ocorriam negócios e festas. ●

xo). Rosa é diretor-superintendente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), ligado ao Ministério da Fazenda. "Não me lembro disso, não fui ouvido nem participei da autorização para essa doação", disse Rosa. "É estranho o nome ter sido citado, mas vou esperar a sentença e recorrer, com certeza." ●

ELIANE CANTANHEDE

Homem ao mar

BRASÍLIA - Na quarta-feira, o deputado Carlos Wilson (PT-PE) foi almoçar numa cantina de Brasília, mas bateu com a cara na porta. Ela estava fechada para uma festa particular. À noite, tentou jantar num restaurante argentino, mas depa-rou com uma multidão na rua, carros de polícia e caminhões de bombeiro. O restaurante sofreu um curto-circuito, quase pega fogo.

Em resumo, Carlos Wilson não está numa onda de sorte. Mas isso não é nada, porque a coisa pode piorar muito com a (ou as) CPI(s) do Apagão Aéreo. Presidente da Infraero nos três primeiros anos do governo Lula, ele vai ficar no olho do furacão. A CPI é para investigar as falhas do sistema de controle de tráfego aéreo, mas vai escarafunchar a suspeita de desvios da Infraero para campanhas do PT.

A questão é tratada até aqui por inquéritos internos, TCU e Procuradoria. A partir da CPI, vai parar na TV, ao vivo, com todos os holofotes e ruídos que isso significa. E Carlos Wilson vai ter menos pro-

blema com uma oposição desarticulada do que com setores do governo às turras. Já mora o perigo.

Sentindo-se jogado ao mar, ele avisa que não é um “homem-bomba”, mas também não tem vocação para “boi de piranha”. Ou seja: nem é um Roberto Jefferson, que explodiu o mensalão, nem vai ser um Delúbio Soares, que carregou nas costas todas as culpas do governo e do PT sem dar um pio. Entre os dois, há muitas opções.

Convém a Lula exercitar sua lábia e, ao PT e aos aliados, lembrar que a Infraero não é um corpo à parte, que faz o que quer e não pode ser responsabilizado sozinho por nada. Aliás, seu presidente não dava um passo sem consultar o então chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Carlos Wilson é neófito no PT. Não é da engrenagem, nem sindicalista, nem da “tchurma”. Vai se defender e pode atacar, dependendo de Lula e dos “companheiros”. Afundar sozinho ele não vai.

elianec@uol.com.br

DESMENTIDO – Wellington Dias divulgou nota oficial na qual afirma que “jamais tratou do processo de alguma empresa especificamente”

Em grampo, empresário fala até em pressionar Lula

Durante conversa com Zuleido, dono da Engevix diz que governador do Piauí tentaria liberar dinheiro

**Bruno Tavares
Fausto Macedo**

♦ A máfia das obras públicas, desarticulada há duas semanas pela Operação Navalha da Polícia Federal, planejava até fazer lobby junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para obter recursos da União. A suposta tentativa é citada num diálogo entre Zuleido Soares Veras, dono da Construtora Gautama, e o empresário da Engevix Engenharia Sérgio Luiz Pompeu Sá, enquadrado pela PF no segundo nível hierárquico da organização. A investida, segundo Sá, seria feita pessoalmente pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

O tema principal da conversa entre Zuleido e Sá era a liberação de recursos para o programa Luz Para Todos – um dos mais ambiciosos projetos do governo Lula, que prevê a exten-

MAFIA DAS OBRAS PÚBLICAS: POLÍCIA FEDERAL

Diálogo entre Zuleido Soares Veras e Sérgio Sá, gravado em 12 de julho de 2006:

♦ **Sá:** Com relação à BR-020, estive com eles lá, com Mauro Barbosa, no DNIT. Eles já estão com a minuta, levaram a minuta de convênio já pronta. A única coisa que estão exigindo do Estado é o projeto de viabilidade da rodovia. Mas isso eles já tinham se antecipado, estão fazendo pelo DER. Ficou delineado que eles (Engvix) vão fazer o projeto básico, já pelo Derfisa, o projeto executivo e depois a super-

visão. Mas já falaram para o Mauro que vão licitar agora, e já começaram a trabalhar recursos. O convênio vai sair com 20% de contrapartida do Estado e 80% da União

♦ **Zuleido:** Esse governo é bom, hein? (risos)

♦ **Sá:** Eles vão brigar, o Wellington disse que quando assinar o convênio, ele se comprometeu de pessoalmente ir no Lula pedir para ser incluído no PPI

♦ **Zuleido:** Ah, aí é outra história

tama que na mesma tarde esteve com um funcionário do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT) para tratar das obras da BR-020. A rodovia, que liga Brasília a Fortaleza (CE), atravessa o Piauí.

“Eles já estão com a minuta. Levaram a minuta de convênio já pronta. A única coisa que estão exigindo do Estado é o projeto de viabilidade da rodovia. Mas isso eles já tinham antecipado e estão fazendo pelo DER. Com isso pronto, ele faz a delegação da rodovia”, diz Sá. O empresário também já dá como certa a divisão das etapas de construção. “Ficou delineado que eles (Engvix, segundo transcrição da PF) vão fazer o projeto básico, o projeto executivo e a supervisão.”

Na sequência, Sá garante a Zuleido que o governador petista vai se empenhar para obter a verba. “O Wellington disse que, quando assinar o convênio de delegação, ele se comprometeu de pessoalmente ir no Lula pedir para ser incluído no PPI (Projeto Piloto de Investimentos).”

Em nota oficial, o governador do Piauí afirmou que “jamais tratou desse ou daquele processo de alguma empresa especificamente”. ♦

ra Todos, essa etapa da investigação federal mapeou a atuação da quadrilha no Estado que Dias governa.

Depois de dar detalhes sobre a reunião com o governador, o empresário diz ao dono da Gau-

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Deboche à Nação”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 28 de abril de 2007.

O artigo do jornalista Mauro Chaves critica e lamenta a postura do professor Mangabeira Unger que depois de acusar o governo Lula de ser o “mais corrupto de nossa história nacional”, aceitou, agora, ser ministro do governo “corrupto” e assumir a Secretaria de Assuntos de Longo Prazo, a SEALOPRA. “Por mais que se tenha visto incoerências gritantes de políticos, indecentes troca-trocas partidários, alianças de hoje

com inimigos de ontem, juramentos descumpridos ou “esqueçam o que escrevi”, tudo tem limite. Unger ultrapassou, da maneira mais acachapante, esse limite.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Deboche à Nação

Estado S. Paulo 28/04/07
Mauro Chaves

“Afirmo que o governo Lula é o mais corrupto de nossa história nacional. Corrupção tanto mais nefasta por servir à compra de congressistas, à politização da Polícia Federal e das agências reguladoras, ao achincalhamento dos partidos políticos e à tentativa de dobrar qualquer instituição do Estado capaz de se contrapor a seus desmandos.”

Afirmo ser obrigação do Congresso Nacional declarar prontamente o impedimento do presidente de seu envolvimento em crimes de responsabilidade podem ainda não bastar para assegurar sua condenação em juízo. Já são por demais donos e suficientes para atender ao critério constitucional do impedimento. Desde o primeiro dia de seu mandato o presidente desrespeitou as instituições republicanas. Imiscuiu-se, e deixou que seus mais próximos se imiscuissem em negócios privados. E comandou, com um olho fechado e outro aberto, um aparato político que trocava poder por poder e poder por dinheiro e que des-

gultoso de sua própria ignorância, mostrou-se inapto para o cargo sagrado que o povo brasileiro lhe confiou.

Afirmo que a oposição praticada pelo PSDB é impostura. Acumpliados nos mesmos crimes e aderentes ao mesmo projeto, o PT e o PSDB são hoje as duas cabeças do mesmo monstro que sufoca o Brasil. As duas cabeças precisam ser esmagadas juntas.

Afirmo que as bases sociais do governo Lula são os rentistas, a quem se transferem recursos pilhados do trabalho e da produção, e os desesperados, de quem se aproveitam, econômica e a desinformação política. E que seu inimigo principal são as classes médias, de cuja apatia depende a permanência de uma massa popular dependente, mais do que nunca, o futuro da República.

Afirmo que a repetição perseverante dessas verdades em todo o País acabará por acender, nos corações dos brasileiros, uma chama que redimirá a cinzas um sistema que hoje se julga intocável e perpétuo.

Afirmo que, nesse 15 de novembro, o dever de todos os cidadãos é negar o direito de assidir as comemorações da proclamação da República aos que corromperam e esvaziaram as instituições republicanas.”

Transcrevi, literalmente, esse artigo de Roberto Mangabeira Unger, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 15 de novembro de 2005, porque estou perplexo com a fraquíssima reação da imprensa a um dos maiores deboches já feitos à Nação. Por mais inacreditável que pareça, o mesmo cidadão que escreveu esse artigo absolutamente arrasador, que não deixa pedra sobre pedra no governo Lula e na reputação pessoal do presidente da República, aceita ser nomeado seu ministro, menos de um ano e meio depois. É claro que não surpreende o fato de Lula o ter nomeado, pois Lula não lê nem seus assessores lhe contam o que leram. O inacreditável é um ilustre professor titular de Direito da Universidade de Harvard trair tão acintosamente seu próprio pensamento, pela ambição de exercer, pela primeira vez na vida, um cargo ministerial. Eis, para as atuais e futuras gerações, uma demonstração de que a ambição pelo poder pode levar à degradação ético-intelectual até os melhores cérebros.

Por mais que se tenha visto incoerências gritantes de políticos, indecentes troca-trocas partidários, alianças de hoje com inimigos de ontem, juramentos descumpridos ou “esqueçam o que escrevi”, tudo tem limite. E Mangabeira Unger ultrapassou, da maneira mais acachapante, esse limite.

Cometeu verdadeiro ultraje a todos os que usam o papel de imprensa para externar seus pensamentos. E liquidou de vez com o valor da convicção. É como se Cícero aceitasse um emprego de Catilina, Churchill se tornasse um plenipotenciário de Hitler ou Lacerda cumprisse missão ofertada por Getúlio. Ou seja, as piores palavras de afronta gerando a mais nauseante adesão.

Dá para imaginar que argumentos filosóficos, sociológicos, jurídicos ou econômicos o erudito e criativo pensador baiano-americano usará para justificar sua diametral mudança de opinião política em menos de um ano e meio? Como dará resposta a essa questão, sem o que nada do que disser valerá absolutamente coisa alguma? E a propósito, de que valerão no Brasil quaisquer opiniões sobre quem ou o que seja, se ninguém está “nem aí” com as reviravoltas obscenas de pensamento, em razão da adesão ao Poder?

Só é certo, enfim, que a *Secretaria de Assuntos de Longo Prazo* decorre de uma sede aloprada ao Poder. ■

Mauro Chaves é jornalista, advogado, escritor, administrador de empresas e produtor cultural. E-mail: mauro.chaves@attglobal.net

Ambição pelo poder pode levar à degradação ético-intelectual

pois tentou comprar, com a liberação de recursos orçamentários, apoio para interromper a investigação de seus abusos.

Afirmo que a aproximação do fim de seu mandato não é motivo para deixar de declarar o impedimento do presidente, dada a gravidade dos crimes de responsabilidade que ele cometeu e o perigo de que a repetição desses crimes contamine a eleição vindoura. Quem diz que só aos eleitores cabe julgar não compreende as pressões do presidencialismo e não leva a Constituição a sério.

Afirmo que descumpririam seu juramento constitucional e demonstrariam deslealdade para com a República os mandatários que, em nome de lealdade ao presidente, deixassem de edgar seu impedimento. No regime republicano a lealdade às leis se sobrepõe à lealdade aos homens.

Afirmo que o governo Lula fraudou a vontade dos brasileiros ao radicalizar o projeto que foi eleito para substituir, ameaçando a democracia com o veneno do cinismo. Ao transformar o Brasil no país continental em desenvolvimento que menos cresce, esse projeto impôs mediocridade aos que querem pujança.

Afirmo que o presidente, avesso ao trabalho e ao estudo, desatento aos negócios do Estado, fugido de tudo o que lhe traga dificuldade ou dissabor e or-

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Vale faz nova ameaça de adiar investimento”, publicada no jornal *Folha de S.Paulo* de 31 de maio do corrente.

A matéria destaca que por falta de energia elétrica o presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, informou que projetos de expansão da Companhia serão cancelados.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vale faz nova ameaça de adiar investimento

Depois da ameaça de adiar os investimentos em alumínio e níquel a partir de 2012 e 2013, o presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, informou ontem ao governo federal que, se em 20 dias não for cassada a limitação que paralisa o início das obras da usina hidrelétrica de Estreito, no Maranhão, outros projetos da mineradora terão de ser retardados.

Se as obras de implantação de Estreito não começarem nesse prazo de 20 dias, a usina sofrerá um atraso de um ano. E, com isso, a geração de energia hidrelétrica de Estreito, que estava prevista para 2009, ficaria adiada para 2010.

Sem a energia gerada pela usina, Agnelli diz que a Vale terá dificuldades para gerar os cerca de 200 megawatts necessários para tocar os projetos na província mineral de Carajás. Os investimentos da Vale pre-

viam a ampliação da produção de minério de ferro e a implantação de novas minas de níquel e de cobre. “Não temos tempo a perder”, diz.

A usina de Estreito é uma das obras que constam do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e está parada há mais de um mês. A eliminar que paralisa a usina foi concedida pela Justiça Federal do Maranhão a pedido do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), ligado à Igreja Católica.

O Cimi alega danos ao ambiente e a tribos indígenas da região. Estreito tem como sócias Tractebel, Alcoa, Camargo Corrêa e Vale. A liminar foi concedida depois de a usina ter recebido a licença ambiental por parte do Ibama.

Segundo Agnelli, o setor energético brasileiro passa por uma fase delicada que vai se refletir na tomada de decisão de

investimentos da mineradora nos próximos cinco anos. Na terça-feira, Agnelli afirmou que, se as licenças ambientais para a construção das duas hidrelétricas do rio Madeira não saíssem a tempo, os investimentos previstos pela companhia para as áreas de alumínio e níquel na região seriam afetados. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, chegou a considerar que teria havido um “certo exagero” nas declarações de Agnelli.

O fato é que Agnelli já trabalha com a hipótese de construir uma térmica a carvão no Pará para tocar os futuros investimentos da Vale. Segundo ele, essa térmica usará tecnologia chinesa, considerada a mais “limpa” do mundo atualmente.

“A usina térmica é menos poluente do que o atual processo de desmatamento e queima da Amazônia”, diz.

Para Agnelli, chegou a hora de a sociedade tomar uma decisão. “Ou mantemos a destruição ilegal da Amazônia, que não gera nem emprego nem riquezas, ou investimos em tecnologias avançadas que garantirão a energia futura que o país precisa para crescer de forma sustentável e gerar empregos.”

Agnelli, da Vale do Rio Doce

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “São Paulo vai devolver 30% de ICMS”, publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em sua edição de 05 de junho de 2007.

A matéria destaca que o governador do estado de São Paulo, José Serra, (PSDB), encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado, um projeto de lei cujo objetivo é estimular empresas e consumidores a exigir nota fiscal. A idéia é devolver ao consumidor até 30% do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e assim combater a sonegação fiscal.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Oposição tentará barrar Venezuela no Mercosul”, pu-

blicada no jornal *O Estado de São Paulo* em sua edição de 05 de junho de 2007.

A matéria destaca que o os partidos de oposição (PSDB e DEM) reagiram aos elogios que o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, ministro Marco Aurélio Garcia, fez no domingo ao regime Hugo Chávez, e anunciaram que vão obstruir a tramitação, na Câmara e no Senado, do protocolo que prevê a adesão da Venezuela ao Mercosul.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

São Paulo vai devolver 30% de ICMS

Projeto de lei enviado por Serra à Assembleia Legislativa estimula consumidores e empresas a exigir a nota fiscal

Márcia De Chiara

Consumidores e empresas que adquirirem bens ou serviços no Estado de São Paulo e exigirem a nota fiscal tradicional ou eletrônica poderão receber de volta 30% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente na transação.

O dinheiro poderá ser devolvido na forma de crédito abatido do Imposto sobre Propriedade de Veículos automotores (IPVA) do ano seguinte, crédito em caderneta de poupança, crédito em conta corrente, cartão de crédito e até transferido para outro cidadão ou empresa.

“É uma verdadeira revolução no sistema tributário de São Paulo que, no mínimo, vai combater em 30% a sonegação”, disse o governador do Estado de São Paulo, José Serra. Ele acredita que, com essa iniciativa, vai facilitar a vida da população em São Paulo, obter maior eficiência na arrecadação, diminuir a sonegação, reduzir a carga tributária individual e facilitar a vida das empresas.

Ontem o governador encaminhou à Assembleia Legislativa de São Paulo um projeto de lei cujo objetivo é estimular empresas e consumidores a exigir nota fiscal. A expectativa de Serra é que o projeto de lei seja aprovado ainda este mês e entre em vigor em julho.

“O sistema será gradual e devem ser integradas cerca de 100 mil empresas por mês a partir de julho”, contou o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Mauro Ricardo Costa. Inicialmente, o programa prevê a incorporação de 500 mil pequenas e microempresas. “Em seis meses, teremos nesse sistema grandes redes de varejo também.”

Transações com cerveja, refrigerantes, automóveis, combustíveis, isto é, itens sujeitos ao regime periódico de apuração de ICMS na cadeia de produção não terão direito ao crédito, observou o secretário da Fazenda. Também as operações de fornecimento de energia elétrica, gás canalizado e serviços de comunicação ficam de fora desse benefício tributário, bem

como operações que envolvem entidades da administração pública direta e indireta. Empresas e consumidores inadimplentes com o Fisco estadual também não poderão usufruir do benefício.

O secretário da Fazenda disse que o procedimento para usufruir desse benefício é simples. Quando o comprador (consumidor ou empresa) efetuar a transação, deve exigir a nota fiscal eletrônica ou tradicional e informar o seu Cadastro de Pessoa Física (CPF), no caso de consumidor, ou o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), quando for empresa.

O estabelecimento comercial tem dez dias após a emissão da nota fiscal para transmitir os dados à Secretaria da Fazenda. “A multa será de R\$ 500 por documento para o estabelecimento que não transmitir as informações à secretaria”, disse o secretário. Após o recolhimento do imposto, o crédito de 30% do ICMS será feito automaticamente para o cliente, que poderá acompanhar os valores pela internet. •

Oposição tentará barrar Venezuela no Mercosul

PSDB e DEM prometem obstruir tramitação do protocolo de adesão se Chávez não se retratar

Rosa Costa

BRASÍLIA

Os partidos da oposição (PSDB e DEM) reagiram ontem aos elogios que o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, ministro Marco Aurélio Garcia, fez no domingo ao regime de Hugo Chávez, e anunciaram que vão obstruir a tramitação, na Câmara e no Senado, do protocolo que prevê a adesão da Venezuela ao Mercosul. O protocolo está nas comissões técnicas da Câmara e já foi aprovado pelo Paraguai e Argentina, que também integram o bloco.

Para o presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), as declarações de Garcia foram "desrespeitosas e inoportu-

nas, um procedimento que envergonha a todos nós, brasileiros". Para Fortes, as declarações mostram que o governo brasileiro está "acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo".

O líder dos tucanos, senador Arthur Virgílio (AM), chamou o assessor de Lula de "professor diletante." E acrescentou: "Ele não pode contrapor-se a uma das diplomacias mais profissionalizadas do mundo."

Na quarta-feira, os senadores aprovaram uma moção pedindo ao presidente da Venezuela que revisse a posição sobre o fechamento da RCTV. Acompanhando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na visita oficial à Índia (ler no *Caderno de Economia*), Marco Aurélio Garcia admitiu, anteontem, que a moção dos senadores "não foi ofensiva", mas

PT apóia fechamento da RCTV

... O Partido dos Trabalhadores apóia a decisão do presidente venezuelano, Hugo Chávez, de tirar do ar a mais antiga emissora de televisão do país, a RCTV. Em nota divulgada ontem, o PT defendeu a decisão argumentando que a Venezuela é um país democrático, o presidente foi eleito democraticamente e a não renovação da licença da emissora seguiu "todos os trâmites previstos pela legislação venezuelana" e a medida combate o "monopólio da comunicação por grandes empresas". O partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que decidiu tornar pública sua oposição porque "setores da im-

acrescentou que não via "nada de ilegal" na não renovação da licença da RCTV.

Ontem, na tribuna, os discursos contra Chávez uniram parlamentares da oposição e do governo. Os líderes do DEM e do PSDB, senadores José Agripino (RN) e Arthur Virgílio (AM), anunciaram a decisão dos partidos de "obstaculizar" a tramitação da proposta que trata do termo de adesão da Venezuela ao Mercosul, se Chávez não se retratar. "Faremos isso em nome do respeito a um pilar muito importante que é exigido de qualquer participante ou sócio do Mercosul, que é a absoluta vigência do regime democrático e seus princípios", alertou Agripino. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lista ‘de mimos, não corrupção, diz Tarso”, publicada no *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 22 de maio do corrente.

A matéria destaca que o Ministro da Justiça, Tarso Genro, confirmou que centenas de pessoas receberam algum tipo de benefício da Gautama. Segundo a matéria, o ministro, no entanto, frisou que são pessoas que receberam mimos e brindes, “como ocorre com todas as empresas” e descartou que a lista de nomes encontrada pela Polícia Federal seja de pessoas envolvidas com corrupção. “Isso é uma invenção”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Economistas temem fim de reformas”, publicada no *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 22 de maio do corrente.

A matéria destaca que o fato do país passar por uma situação econômica boa pode fazer com que as reformas estruturais sejam adiadas indefinidamente.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Lista é de mimos, não corrupção, diz Tarso

PF descobriu na Gautama relação de centenas de pessoas presenteadas

Lisandra Paraguassú
BRASÍLIA

Centenas de pessoas receberam algum tipo de benefício da Gautama. O ministro da Justiça, Tarso Genro, confirmou ontem a existência de uma lista de nomes apreendida na empreiteira pela Polícia Federal, mas frisou que não se trata de envolvidos em corrupção.

“Existe uma relação de centenas de pessoas que receberam mimos e brindes, como ocorre com todas as empresas”, justificou. “Não existe nenhuma lista de pessoas envolvidas com corrupção, isso é uma invenção.” Segundo o ministro, “as pessoas que a Polícia Federal vê envolvidas com eventuais delitos são as que estão indiciadas”.

A relação de nomes foi encontrada no escritório da Gautama em Salvador, na quinta-feira, quando a PF deflagrou a Operação Navalha. As informações da PF são de que constam dessa lista nomes de políticos e funcionários públicos relacionados a valores e presentes.

Ao sair de um evento com prefeitos, em Brasília, Tarso comentou a operação, mas evitou o quanto pôde fazer um comentário mais objetivo sobre a situa-

ção do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

“O que há por enquanto é uma operação técnica exemplar, altamente qualificada, que vai ter um efeito altamente positivo nas licitações, no comportamento das empresas, dos Estados, na relação com os agentes públicos”, afirmou. “Mas não há nenhum tipo de incriminação feita pela PF contra qualquer pessoa.”

SEM JULGAR

O ministro ponderou que a PF fez um trabalho técnico e não emite juízo sobre o grau de comprometimento dos acusados. “A PF levanta indícios, constitui provas e faz um relatório para o procurador-geral avaliar.”

Tarso afirmou que o fato de a funcionária da Gautama Maria de Fátima Palmeira ter sido flagrada entrando nas salas que compõe o gabinete de Rondeau no ministério não necessariamente significa que houve entrega de dinheiro no local.

“O fato de uma pessoa ir ao escritório da outra não quer dizer que haja nexo de criminalidade”, reiterou. “Isso vai ser examinado pelo procurador-geral, junto com todas as provas levantadas pela PF.” ●

POLÍTICA ECONÔMICA

Economistas temem fim de reformas

Momento certo de consertar telhado é no dia de sol, mas no Brasil é quando todos vão à praia, diz Fragelli, da GV

Fernando Dantas
RIO

A euforia que tomou conta do mercado financeiro está preocupando os defensores de reformas estruturais. O temor é que, com as boas perspectivas de crescimento da economia brasileira neste ano e nos próximos, o governo desista de vez de enfrentar os grupos que se opõem a mudanças mais profundas na área previdenciária, tributária e trabalhista.

Um pequeno sinal de alento veio da defesa recente, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da atualização da legislação trabalhista e das reformas da Previdência, tributária e política, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

A visão mais comum, porém, é de que o bom desempenho da economia pode desmobilizar definitivamente as forças que,

dentro e fora do governo, lutam pelas reformas. "O momento certo de consertar o telhado é no dia de sol, mas o problema no Brasil é que no dia de sol todo mundo vai para a praia", diz Renato Fragelli, diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio.

O economista observa que o bom cenário atual deriva do fato de que os produtos minerais e do agronegócio exportados pelo Brasil estão num processo de alta de longo prazo no mercado internacional. Na falta de reformas que reduzam o ônus trabalhista e previdenciário, porém, ele acha que os riscos de interrupção do crescimento econômico aumentam e a situação dos setores industriais que mais empregam pode ficar cada vez mais difícil.

Fragelli lembra que é mais fácil fazer reformas que envolvem mexer em benefícios e di-

reitos nos momentos que a economia está crescendo. "Meu medo é de que o País se inebrie com a bonança, perca a oportunidade de fazer as reformas e a gente cresça de 4% a 4,5% por alguns anos e o processo seja abortado", ele diz.

O economista Alexandre Marínis, da Mosaico Economia Política, tem avaliação semelhante. "Eu gostaria de ver um governo menos cigarra e mais formiga neste momento", ele avalia.

Em um levantamento recente, em que analisou dois períodos de dez anos – de 1990 a 1999 e de 1997 a 2006 –, Marínis constatou que o crescimento da economia brasileira tornou-se muito mais dependente do crescimento do mundo nos últimos anos. Isso não quer dizer que o País tenha crescido ao mesmo ritmo da economia global, mas

sim que suas oscilações para cima e para baixo acompanharam as do resto do mundo.

Marínis acha que aquela correlação decorre do aumento do grau de abertura da economia brasileira, que é a soma das exportações e importações como proporção do PIB. Segundo seus números, ele pulou de uma média de 14%, de 1990 a 1999, para 21,2%, de 2000 a 2006.

Um dos problemas do Brasil, raciocina Marínis, é que o País cresceu abaixo do ritmo global nos últimos anos, em momento

de grande aquecimento da economia mundial. Se a situação externa piorar e o crescimento do mundo desacelerar para um ritmo medíocre, dificilmente o País manterá a trajetória de 5% almejada pelo governo, por causa da correlação com a economia global.

"Nos últimos anos, o mundo puxou o Brasil para trás,

então é de se esperar que nós continuemos a ter dificuldades para crescer acima da média mundial se o mundo desacelerar", conclui Marínis.

Ele acha que a reforma mais necessária para acelerar o ritmo de crescimento é a trabalhista, que tem um impacto direto na produtividade, via redução da informalidade. "Se tem um presidente na história do País com capacidade de colocar na mesma mesa patrões e empregado, ele é o Lula", diz Marínis, que também é formado em Ciência Política. ●

FÁBULA - Marínis: "Gostaria de ver um governo menos cigarra e mais formiga"

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a economia brasileira vem crescendo a taxas razoáveis nos últimos anos, vem se modernizando, aumentando as relações comerciais internacionais, gerando mais emprego, mais renda e diminuindo as desigualdades sociais.

Certamente para isso contribui um grande número de fatores, entidades e grupos sociais, que propiciam uma melhoria nas relações entre capital e trabalho, maior inclusão e aumento da responsabilidade social de grande número de empresas e entidades.

Entre os fatores que têm contribuído para dar maior dinamismo à economia brasileira, gostaria de ressaltar o papel de entidades que atuam como intermediários no comércio de bens e mercadorias, especialmente a Bolsa de Mercadorias & Futuros.

As economias modernas necessitam desses instrumentos catalisadores das atividades econômicas, que contribuem para dar maior transparência, estabilidade e previsibilidade nas transações comerciais.

Entidades como a Bolsa de Mercadorias & Futuros facilitam o estabelecimento de um horizonte mais previsível de atuação dos agentes econômicos envolvidos nas diversas etapas produtivas da economia, contribuem para a redução de riscos e para o estabelecimento de planos e programas de produção, em nível microeconômico e macroeconômico.

O Brasil é hoje um dos maiores produtores agrícolas mundiais, com um futuro muito promissor. Todos os estudos e projeções realizados por entidades e governos dos principais países do mundo apontam para a hegemonia brasileira, nos próximos anos, nas áreas de produção e exportação de matérias-primas e produtos agrícolas.

Muito desse sucesso se deve ao papel desempenhado por entidades como a Bolsa de Valores e a Bolsa de Mercadorias & Futuros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de destacar ainda, neste meu pronunciamento, não o aspecto meramente econômico-financeiro da missão da Bolsa de Mercadorias & Futuros, mas o importante trabalho no campo da cidadania, da inclusão e da responsabilidade social realizado pela BM & F.

A Bolsa de Mercadorias & Futuros tem consciência de sua responsabilidade social, está inserida na sociedade, e tem adotado ações e iniciativas relevantes na área da cidadania e inclusão social.

Eu gostaria de destacar apenas alguns dos diversos projetos e ações desenvolvidos pela Bolsa de

Mercadorias & Futuros: a revitalização do centro da cidade de São Paulo; o atletismo, que permitiu a inclusão social de jovens, seu desenvolvimento como atletas e pessoas, e a educação para o trabalho, com valorização do indivíduo e capacitação profissional.

Em 1996, a Associação Profissionalizante BM&F criou a primeira turma do programa *Capacitação para a Empregabilidade*, oferecendo treinamento a 40 jovens excluídos socialmente, que passaram a ter condições de ingressar no mercado de trabalho e a se realizar em termos pessoais. Decorridos dez anos dessa experiência pioneira, a Bolsa de Mercadorias & Futuros já assegurou, graças a esse programa, o futuro de milhares de jovens.

O Núcleo de Formação para a Cidadania oferece cursos regulares e programas direcionados para a cidadania, integração profissional e geração de renda.

O Balcão de Empregos é outro programa mantido pela Bolsa de Mercadorias & Futuros para facilitar o encaminhamento de alunos e ex-alunos para os processos seletivos necessários ao ingresso no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, certamente, seria impossível tratar de todos os programas de inclusão social desenvolvidos pela Bolsa de Mercadorias & Futuros, nos últimos vinte anos de atuação no campo da cidadania e da responsabilidade social.

Quero, neste momento, cumprimentar o Presidente da Bolsa de Mercadorias & Futuros, doutor Manoel Felix Cintra Neto, e todos os membros da diretoria e colaboradores, pelo trabalho de elevado mérito social desenvolvido nesses vinte anos, em que destaco a importante contribuição para dar condições de emprego a jovens carentes.

Faço votos para que o exemplo de ação social da Bolsa de Mercadorias & Futuros seja seguido por outras entidades, para que nossos jovens possam ter melhores oportunidades de trabalho e inclusão social.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, **quero me afastar, nem que seja apenas** por alguns instantes, dos temas graves e desgastantes com os quais nos deparamos todos os dias ao abrir os jornais.

Como cidadão brasileiro que se orgulha das belezas de seu país, admiradas no mundo inteiro, quero defender publicamente a inclusão do Cristo Redentor, monumento-símbolo da cidade do rio de Janeiro e do Brasil, no rol das Sete Maravilhas do Mundo Contemporâneo.

Lá de cima do Morro do Corcovado entende-se porque o Rio é chamado de Cidade Maravilhosa. Uma vista deslumbrante espera os visitantes que sobem os 220 degraus em direção ao Cristo Redentor. Além de servir de referência e inspiração para músicos, artistas e apaixonados pela grandiosidade e beleza da obra.

A estátua do Cristo Redentor começou a ser planejada em 1921, e tinha como objetivo marcar a comemoração do Centenário da Independência do Brasil no ano seguinte, mas sua inauguração ocorreu somente em 12 de outubro de 1931.

Quero que fique registrado nos anais do senado cópia do documento da Câmara dos Deputados, assinado pelo Presidente Arnolfo Rodrigues de Azevedo, que recebi em meu gabinete encaminhado pelo Senador Paulo Duque.

Nesse **documento, com data de 18 de Setembro de 1923 o Congresso Nacional** autoriza o Poder Executivo a abrir crédito no valor de 200 mil réis para construção da obra.

Na época, foi organizada a “Semana do Monumento”, os primeiros esboços do Cristo foram feitos pelo pintor Carlos Oswald, que o imaginou carregando uma cruz, com um globo terrestre nas mãos, sobre um pedestal que simboliza o mundo.

Mas foi a população carioca que optou pela forma da imagem do Redentor de braços abertos, como ela é hoje conhecida no mundo inteiro. O projeto foi desenvolvido pelo engenheiro Heitor da Silva Costa e levou quase cinco anos para ser concluído.

Sabemos todos que uma entidade privada suíça lançou a campanha para a escolha desses monumentos. Por meio de votação direta, aberta a qualquer um, nos mais distintos pontos do planeta, em breve chegaremos ao resultado final. No próximo dia 07 de julho, em Lisboa, Portugal, será formalmente anunciada a relação dos vencedores.

A interessante iniciativa, que ganhou mundo e milhões de adeptos, não se esgota em si mesma. Parte do arrecadado na votação por telefone – já que pela Internet ela se processa gratuitamente, será investida na conservação dessas jóias do patrimônio cultural da Humanidade.

Bastava isso para justificar a importância do certame e nossa adesão à idéia. A simples presença dessa obra de arte na relação das possíveis Maravilhas do Mundo Contemporâneo já é uma vitória.

Mas, é preciso ir além: é preciso que nos unamos e nos esforcemos para possibilitar que a majestosa estátua do Cristo Redentor que abençoa o Rio de Janeiro e o Brasil, e dá permanentemente boas-vindas a

todos quantos nos visitam, consiga o número de votos suficientes para figurar entre os sete escolhidos.

Em primeiro lugar, que fique claro: o Cristo Redentor há muito deixou de ser apenas um belo símbolo da antiga Capital brasileira. Essa estátua pertence a todos nós, independentemente de seguirmos ou não algum credo religioso ou de princípios filosóficos que porventura tenhamos.

Mais que “braços abertos sobre a Guanabara”, como tão bem cantou Tom Jobim, o Cristo do Corcovado abre-se sobre uma nação inteira.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Essa obra de arte estrategicamente fincada a 710 metros de altura, no esfuziante cenário do Parque Nacional da Tijuca, o Cristo Redentor simboliza a espiritualidade que nos caracteriza.

Não há quem o conheça e não se emocione, quer pelo prazer estético que o trabalho suscita, quer pela beleza indescritível da paisagem que oferece aos olhos de quem tem a felicidade de fazer esse passeio extraordinário. São mais de 300 mil visitantes a cada ano.

Ao defender a escolha do Cristo Redentor como uma das Sete Maravilhas do Mundo, conclamo os demais integrantes desta Casa, os parlamentares com assento na Câmara dos Deputados, a todos os que exercem cargos públicos nos Três Poderes e em todas as esferas da Federação brasileira, a fazerem o mesmo.

Resta pouco tempo de votação. Que, a partir de nossas rodas de amigos, colegas, familiares e conhecidos, consigamos multiplicar esses votos.

Que este momento perdure em nossa memória e se transforme, para todos, em fonte de paz e de graça: ricos e pobres, fortes e fracos e, de modo especial àqueles que sofrem com a exclusão social e preconceito em todos os níveis.

O Papa João Paulo II, em sua última visita ao Brasil em outubro de 1997, disse: “Que o Cristo Redentor do Corcovado abrace e abençoe não só a Cidade do Rio de Janeiro, mas o Brasil e o Mundo, sem distinção de raças, cor, nível social ou credos religiosos”.

O Rio de Janeiro, o Brasil, merecem essa vitória, merecem esse afago!

Sala das Sessões, de julho de 2007. – Senador **Paulo Paim** – PT/RS.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 30.8.2007

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 4.9.2007

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 19, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências* (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 7.9.2007

4**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica*, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 12.9.2007

5**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 17.9.2007

6**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final (Prorrogado): 21.9.2007

7

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
25.6.2007)

Prazo final (Prorrogado): 21.9.2007

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 211, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

9

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência nos termos do
Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao

Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

*(Em regime de urgência nos termos do
Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].*

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

12

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável,

com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior*.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de ori-

gem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

23**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

24**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996*.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

25**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

26**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

27**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

28**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana*

sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

29**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

30**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

31**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 39 minutos.)

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4096 de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 2132/07-9 resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, JOSÉ MARTINS DOS SANTOS, matrícula 37166, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 8º, incisos I, II e III, alíneas “a” e “b”, da Emenda Constitucional nº 20 de 1998, na forma assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003, com as vantagens das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 04 de julho de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

- 1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

- 2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)
Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)
Relator: Senador Demóstenes Torres – (PFL-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA	
(PFL/PSDB)	
PFL	
Antonio Carlos Magalhães (PFL)	1.Raimundo Colombo (PFL)
Demóstenes Torres (PFL)	2.Romeu Tuma (PFL)
José Agripino (PFL)	
PSDB	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

Leitura: 25.4.2007
Designação: 15.5.2007
Instalação: 17.5.2007
Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns - PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.****(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB****Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315

E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
PDT	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

(5 titulares e 5 suplentes)

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E
REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	AM	1413
Marisa Serrano ⁷	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.07.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (PFL-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

¹ Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

¹ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
PFL	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/PFL/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES PFL-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 198 PÁGINAS